

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA

**A PSICOLOGIA DOS PSICÓLOGOS:
A INVENÇÃO DA PROFISSÃO, IDEOLOGIA PROFISSIONAL E A
MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA.**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
RIO DE JANEIRO
2003**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL**

**A PSICOLOGIA DOS PSICÓLOGOS: A INVENÇÃO DA
PROFISSÃO, IDEOLOGIA PROFISSIONAL E A
MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA.**

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor em Saúde Coletiva,
Curso de Pós Graduação em Saúde Coletiva - área de
concentração em Ciências Humanas do Instituto de
Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof. Dra. Jane de Araújo Russo

**RIO DE JANEIRO
2003**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CBC

- S586 Silva, Marcus Vinicius de Oliveira.
A Psicologia dos Psicólogos: A Invenção da Profissão,
Ideologia Profissional e a Modernização Brasileira /
Marcus Vinicius de Oliveira Silva. - 2003.
239f
- Orientadora: Jane de Araújo Russo.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.
1. Psicólogos - Brasil - Teses. 2. Psicologia -
Aspectos Sociológicos - Brasil - Teses. I. Russo, Jane
Araújo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Medicina Social. III. Título.
- CDU 159.9-051(81)

*“O humano só pode ser compreendido pelo humano -
até onde pode ser compreendido ; e compreensão
importa em maior ou menor sacrifício da objetividade
à subjetividade. Pois se tratando do passado humano,
há que se deixar espaço para a dúvida e até para o mistério :
a história de uma instituição, quando feita ou tentada
sob o critério sociológico que se alongue em psicológico,
está sempre nos levando a zonas de mistério...”*

Gilberto Freyre

*“Aqueles que não sabem fazer uma ciência,
fazem-lhe a história, discutem-lhe o
método ou criticam-lhe a importância...”*

Marcel Mauss

Aos meus pais, sempre meus pais, raiz de tudo.

*Às minhas filhas, sempre minhas filhas,
sobretudo para a pequena e compreensiva Natália.*

Que o meu gosto pelos estudos possa inspirá-las.

*Para Lúcia Maria e o seu sorriso sempre doce,
que têm lugar no meu coração.*

Agradecimentos:

Aos meus colegas do Depto. de Psicologia da UFBA, pela garantia dessa possibilidade; ao Programa Institucional de Capacitação Técnica e Docente da UFBA, com financiamento da CAPES, que garantiu as condições materiais para a realização de mais essa etapa de minha formação; aos professores e funcionários do IMS pelo regime de funcionamento organizado e pelo clima intelectual aberto e generoso; aos meus colegas e companheiros de trabalho nas lides “psico-corporativas” pelas fricções iluminadoras, ao professor Luiz Fernando Dias Duarte, coordenador do “Psicorio”- projeto de pesquisa, pela oportunidade de intercâmbios acadêmicos tão relevantes e à Professora e orientadora Jane de Araújo Russo por sua atitude solidária e intelectualmente compreensiva com a heterodoxia do meu percurso, que somente pode chegar ao seu desfecho pela certeza de que, em algum lugar, alguém zelava por mim.

P.S. : Ao Thiago e a Ana, dois anjos do Circo Picolino, que na última hora me salvaram de um desastre informático, que quase punha tudo a perder.

Resumo:

Este trabalho tem como seu objeto o processo de institucionalização da profissão de psicólogo no Brasil, analisando-o como um fenômeno social relacionado com o universo característico do modo de organização e regulação das profissões, no interior das sociedades modernas, e com as condições específicas do processo de modernização social desenvolvido, nas últimas décadas, no interior da sociedade brasileira. Para tal, dialogou com algumas vertentes que produzem perspectivas mais “naturalizadas” para a explicação do mesmo fenômeno, sobretudo com um tipo de produção teórica, dos “estudos profissionais” em psicologia e com elementos da “ideologia profissional” produzida pelos profissionais e por suas entidades representativas. Considerou que, sendo ambas manifestações, derivadas e comprometidas “a priori” com a afirmação positiva da expressão social da profissão, se colocam, em função disso, marcadas por importantes limitações analíticas. Para enfrentar essas limitações, propôs, do ponto de vista teórico mais geral, que tal processo seja compreendido como incluso na trajetória da produção dos “saberes e práticas médico-psicológicas”: forma ampliada através da qual tem se produzido uma das mais importantes fontes de alimentação ideológica do fenômeno do “individualismo” como uma das expressões da Modernidade. Do ponto de vista mais específico, propôs igualmente a incorporação da análise crítica, tornada disponível pelas teorizações da “sociologia das profissões” - sobretudo em termos da apreciação do conceito de “ideologia do profissionalismo” - como um recurso diferencial para a interpretação crítica dos discursos que são produzidos, no interior dos grupos corporativos. Do ponto de vista empírico, buscou realizar uma releitura do processo de institucionalização da profissão de psicólogo no Brasil, contraditando as perspectivas presentes nos discursos corporativos - que sempre enfatizam limitações, dificuldades e insatisfações com relação ao status e social alcançado por essa profissão - situando-o como uma demonstração excepcional da força e da intensidade da “psicologização”, proposta como um dos elementos importantes dos processos modernizadores das relações sociais no país. Por outro lado, buscou decodificar no tom negativo do discurso corporativo, a presença de um efetivo problema que seria derivado, não das supostas limitações relativas à presença social da profissão, mas sim, ao contrário disso, do caráter intenso e quase “artificial” assumido pela multiplicação dos psicólogos no interior da sociedade brasileira. A rapidez e intensidade dessa multiplicação seriam a geradora de conseqüências importantes, que estabeleceram obstáculos suplementares às tarefas que são inerentes ao processo de instituição de qualquer “profissão” no interior das sociedades modernas. De tal modo que esses obstáculos, expressos na ideologia profissional presente nos movimentos e estratégias corporativas dos psicólogos – representada empiricamente pelo discurso institucional do Conselho Federal de Psicologia - estariam relacionados com a tarefa de constituição do grupo corporativo enquanto tal e perpassados pelas questões da “identidade”, “legitimidade” e “reconhecimento social”, sugere, como conclusão, que a intensa presença dos psicólogos na sociedade, seria derivada menos de uma efetiva demanda da prestação de serviços psicológicos e mais dos efeitos ideológicos próprios do “psicologismo”, sendo que a multiplicação dos psicólogos seria vista, mais um efeito do que uma causa da “psicologização”.

Palavras-chaves: *Psicologia, Medicina Social, Sociologia das Profissões, Sociedade Brasileira.*

Abstract:

This work has as object the process of institutionalization of profession of psychologist in Brazil. Considering it as a social phenomenon related to the specific universe in the organization way and regulation of the professions in the center of the modern societies and also with the specific conditions of the process of social modernization taken the handle, in the last decades, the interior of the Brazilian society. For such, it dialogued with some sources that produce perspectives more “naturalized” for the explanation of the same phenomenon, over all with a type of theoretical production, the “professional studies” in psychology and with elements of the “professional ideology” produced for the professionals and its representative entities. It considered that, being both manifestations, derivatives and compromised “a priori” with the positive affirmation of the social expression of the profession, they place themselves, in function of this, as marked for important analytical limitations. To face these limitations, it considered, of the more general theoretical point of view, that such process is understood as enclosed in the trajectory of the production of “knowing and practical doctor-psychological”: from extended through which it has produced one of the most important sources of ideological feeding of the phenomenon of the “individualism” as one of the expressions of Modernity. Of the more specific point of view, it equally considered the incorporation of the critical analysis, become available for the theoretic productions of the “sociology of the professions” – over all in terms of the appreciation of the concept of “ideology of the professionalism” – as a distinguishing resource for the critical interpretation of the speeches that are produced, from the interior of the corporative groups. Of the empirical point of view, it searched to constitute a new reading of the process of institutionalization of the profession of psychologist in Brazil, being contradicted the perspectives in the corporative speeches – that they always tend to emphasize the limitations, difficulties and lacks of satisfaction with relation to the social status and reached by this profession – pointing out it as a exceptional demonstration of the force and the intensity of the “psychologization”, as one of the important elements of the modernizing processes of the social relations in the country. On the other hand, it searched to decode in the negative tone of the corporative speech, the presence of an effective problem that would be derived, not of the supposed relative limitations to the social presence of the profession, but yes, in contrast of the psychologists in the interior of the Brazilian society. The rapidity and intensity of this multiplication would be the generating of important consequences, that had established supplemental obstacles to the tasks that are inherent to the process of institution of any “profession” in the interior of the modern societies. In this way these obstacles, that if express in the present professional ideology in the movements and corporative strategies of the psychologists – represented empiricamente for the institutional speech of the Federal Council of Psychology – they would be related with the task of constitution of the corporative group while such and perpassada by the questions of the “identity”, “legitimacy” and “social recognition”. With these elements, it suggests, as conclusion, that the intense presence of the psychologists in the society, would be derived less from one effective demand of the psychological rendering of services and more of the proper ideological effect of the “psicologism” and multiplication of the psychologist it would be plus a effect of that a cause of the “psychologization”.

Words keys: *Psychology History, Social Medicine, Sociology of the Professions, Brazilian Society.*

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	10
<i>Capítulo I:</i>	
<i>A instauração do campo médico-psicológico e a especificidade da Psicologia.</i>	32
<i>Capítulo II:</i>	
<i>Os usos do conceito de Profissão: das suas utilidades e problemas.</i>	77
<i>Capítulo III:</i>	
<i>A invenção de uma profissão: a multiplicação dos psicólogos no Brasil.</i>	127
<i>Capítulo IV:</i>	
<i>Uma leitura alternativa do desenvolvimento da “psicologização” brasileira.</i>	176
<i>Conclusão</i>	221
<i>Referências Bibliográficas</i>	227

Introdução

Esse trabalho toma como seu ponto de partida um fato incontestado. Existem no país, hoje em 2003, cerca de 120.000 sujeitos que, de algum modo, se identificam como sendo profissionais de psicologia. E tal identificação, para além das ancoragens pessoais e subjetivas que possam sustentá-las, encontra várias formas de respaldo na objetividade institucional que organiza e estrutura a vida social: um arcabouço jurídico, um aparato educacional, um sistema de organização e representação política dos seus interesses.

E o que é mais importante para configurar a sua efetiva existência social, eles detêm uma inscrição presente no imaginário social da nossa sociedade que lhes garante, do ponto de vista da subjetividade social, a necessária condição de admissibilidade e plausibilidade da sua existência diante dos demais sujeitos sociais, que, por essa via, podem reconhecê-los como tais. Essa última condição constitui-se num dado fundamental, na medida em que é o que possibilita os variados tipos de transações sociais entre esses sujeitos profissionais - que detêm inclusive juridicamente o direito de se nomearem como sendo “os psicólogos” - e os demais integrantes da sociedade.

Ou seja, modo geral, pode-se afirmar que não paira nenhuma dúvida para boa parte dos sujeitos que fazem parte dessa mesma sociedade, acerca da existência de uma determinada profissão cujos agentes são denominados como sendo “os psicólogos”. Do mesmo modo, não lhes soa estranho a afirmação da existência de uma disciplina que serve de orientação e base para a existência dos primeiros, e que se denomina como sendo a Psicologia. E tal situação permanece verdadeira, mesmo quando consideramos que muitos desses sujeitos que são capazes de “re-conhecer” a existência dessa profissão e desses profissionais, como legitimamente inscritos no rol das instituições que fazem parte da sociedade na qual vivem, se

interrogados mais profundamente sobre esse tema, possam manifestar algum tipo de dificuldade em traduzir o entendimento que eles têm, acerca de significados mais específicos do que vem a ser, mais exatamente, essa tal de Psicologia, ou mesmo dizer sobre quais seriam as atividades e ações que desenvolvem os psicólogos, como estes o fazem ou porque o fazem.

É preciso registrar ainda, que parte significativa daquilo que a maioria desses sujeitos sabem e podem informar acerca dessa dupla existência – dos psicólogos e da Psicologia - encontra-se possibilitado pelo fato de se apoiarem para tal, no conhecimento prévio (ou concomitante?) que eles detêm sobre a existência de uma outra instituição de presença social, bastante significativa em nossa sociedade, e que vem a ser a instituição social das “profissões”.

Com efeito, a inscrição no imaginário social da sociedade moderna, de um tipo de instituição social denominada como sendo “a profissão”, além de ser uma criação humana historicamente muito anterior à própria existência de algo denominado como sendo “a psicologia”, encontra-se situada em regiões muito mais profundas do “magma” das significações imaginárias sociais, confundindo-se com alguns dos traços mais antigos do nosso repertório de identificações que colaboraram para o estabelecimento e edificação das nossas sociedades como sendo essas que elas são e não outras quaisquer, e no interior das quais se tornem admissível e plausível a possibilidade da existência de algo do tipo “a psicologia”.

A generalização e universalização das nossas sociedades como sociedades constituídas por “sujeitos sociais que têm profissões” ou que, desejavelmente “devessem tê-las”, apesar da força e da intensidade com a qual se impõe hoje aos nossos sentidos é bastante mais recente do que se poderia imaginar. Sobretudo quando nós comparamos as circunstâncias históricas em que essa condição se generalizou, em relação aos tempos que lhe são anteriores, marcados por níveis de divisão social do trabalho bastante mais simplificados.

Por outro lado, a própria instituição social do “trabalho”, como um conceito, é por sua vez bastante posterior à sua existência como conteúdo – na medida em que os homens sempre despenderam energia para gerar os efeitos necessários para sustentar a sua sobrevivência - conquanto as significações que lhe estivessem atribuídas naquela condição fossem bastante diferentes das que hoje assumem para nós no contexto da sociedade em que vivemos.

Esses são fatos: a Psicologia existe como uma disciplina. Podia não existir, mas existe. Podia não existir porque, ainda hoje, é possível encontrar grupos humanos que habitam esse planeta, para os quais efetivamente não existe a psicologia como tal e nem mesmo uma idéia ou algo que possa se aproximar sequer disso que, em nossa cultura, convencionamos denominar como sendo “a psicologia”.

É bem verdade que grupos com essas características existem hoje em quantidade muito menor do que já existiram anteriormente, mas, efetivamente, persistem, existindo grupos humanos que organizam as suas significações acerca do mundo, de modos muito diversos da modalidade ocidental-judaico-cristã própria da nossa experiência cultural e para os quais, muitas das idéias que cultivamos como obviedades e que organizam o nosso cotidiano, não fazem para eles o menor sentido. Mas na atualidade, no âmbito de nossas sociedades, a Psicologia existe e existe como uma disciplina científica. Entretanto, mesmo para nós, os que atribuem sentido a existência da Psicologia, nem sempre a mesma esteve presente como tal.

Do mesmo modo, tampouco é verdade que, a idéia da existência da “ciência” nos termos do que banalmente reconhecemos hoje, como “modo privilegiado de produção de um tipo conhecimento de qualidade superior”, tenha estado sempre presente em nosso patrimônio cultural. Mas é verdadeiro que o tempo decorrido da vigência daquilo que em nossa sociedade denominamos como sendo “a ciência”, é bem maior do que o tempo de existência daquilo que denominamos como sendo “a psicologia”. Por sua vez, o reconhecimento da Psicologia, como

“disciplina científica”, é mais recente do que o tempo em que se reconhece à existência do que denominamos “ciência”.

Portanto, a existência da Psicologia, como disciplina científica, surge como algo posterior à idéia de existência da ciência. E esse fato, da anterioridade da idéia de ciência em relação à Psicologia tem uma grande importância para nós, porque ela, com o conjunto das significações e exigências que lhe são próprias, vai influenciar fortemente as possibilidades de existir, e as suas expressões no mundo da Psicologia.

Assim a existência da psicologia como disciplina científica, com as respectivas conseqüências sociais que disto procedem, tornará possível, um certo tempo depois, como uma espécie de derivação, a presença e a expressão de uma certa “faceta tecnológica” da mesma, ou seja, de uma psicologia “aplicada”. A especialização de alguns dos agentes que, em seu nome, buscaram extrair algumas conseqüências práticas dos conhecimentos sistematizados neste campo de curiosidade foi gerador de um conjunto variado de procedimentos tecnológicos, aplicados às mais diversas problemáticas sociais. Dentre estas, as que geraram os embriões do que hoje conhecemos como a tecnologia psicológica, sobretudo na tarefa da mensuração e avaliação de características “psicológicas” dos indivíduos.

A possibilidade da transmissão desses procedimentos tecnológicos, associado ao fato dos agentes se identificarem como capacitados para essa função, tornou possível que os mesmos se conformassem como um grupo social, e que desde essa condição, passassem a reivindicar o reconhecimento de si mesmos, como o grupo de sujeitos tecnicamente especializados. Reivindicação que pressupunha o fato de que os demais sujeitos que não receberam aquele patrimônio de conhecimento cultivado entre eles fossem dissuadidos de pretensão de manejar os recursos e tecnologias monopolizadas e resguardados apenas para o grupo dos especialistas. Essa condição passa a caracterizar uma nova fase da existência da psicologia como uma ciência, porque, desde aí, ela vai poder sustentar a sua pretensão de se converter numa profissão.

Um dos modos possíveis - e dos mais comuns - de interpretação da história dessa dupla existência da Psicologia , como Ciência e Profissão, pressupõe a fixação de algum marco inaugural, convencionado como sua origem, pouco mais de um século atrás, a partir do qual estaria se produzindo uma evolução assintótica que amplia paulatinamente os conhecimentos existentes acerca do seu objeto, numa trajetória que marcha inexoravelmente da ignorância para a iluminação.

Talvez não fosse ocioso lembrarmo-nos de que este tipo de interpretação, acerca do caráter evolutivo do conhecimento, que o toma como sendo uma faculdade progressiva dos homens, está longe de ser uma idéia compartilhada universalmente por todos os homens, e que, na verdade, a sua força particular, em nossa cultura ocidental, está relacionada exatamente com aquele conjunto de significações que acompanham as idéias relacionadas com a instituição da ciência, tal como a temos entre nós.

Uma vez estabelecida essa possibilidade de “ser”, tornada factível por um ato de revelação do conhecimento, uma dinâmica se impõe para a distribuição da informação relativa a essa existência, para os demais e diversos integrantes da sociedade. Distribuição essa que, mesmo sendo sensivelmente desigual, deve atingir um coeficiente mínimo de extensão e de profundidade, recobrando o território social, para que, uma vez admitida nas quantidades e qualidades exigíveis como algo plausível e possível de ser torne para os sujeitos sociais efetiva nas palavras, corações e mentes, essa existência.

Isso significa, nos termos em que estamos tratando, que o processo da disseminação das revelações do conhecimento, característico das ciências, seja na sua qualidade de verbo, seja através da sua encarnação tecnológica, cumpre um papel fundamental para alterar as relações entre entes “existentes” e os “inexistente” do real. Mas, para isso, ela precisa se “realizar” entre os homens.

A distribuição e o acesso a esse patrimônio, material e simbólico, de efeitos instituidores de novas realidades sociais, está longe de ser homogêneo, sendo marcado por profundas diferenciações que caracterizam os homens, no que se refere à sua posse individual e grupal e ao compartilhamento de crenças, idéias, valores, e outros elementos estruturantes da realidade social, no mesmo âmbito de uma mesma configuração cultural.

A despeito da existência dos aspectos potencialmente produtores de certos níveis de totalização cultural – a unidade lingüística ou a administração da sua diversidade em uma determinada espacialidade geográfica ou a existência dos efeitos da mídia - a distribuição dos artigos de crença, o acesso aos patrimônios simbólicos que respondem pela produção de discursos válidos sobre o que é e o que não é na realidade, encontram-se estabelecidos de uma forma bastante desigual entre os indivíduos sociais.

Também se pode constatar com facilidade que grupos de indivíduos que partilham certas características étnicas, econômicas, religiosas, de vizinhança, compartilham patrimônios simbólicos comuns, que fazem com que as suas percepções do mundo sejam semelhantes, sem apagar as diferenciações, inclusive as individuais com que gradua a sua leitura da realidade. Assim sendo, podemos presumir que, para os distintos grupos que podem ser identitariamente discriminados - nos limites estabelecidos acima, a apreciação sobre certos aspectos da realidade pode ser diferenciada. Desse modo, podemos dizer que certos objetos de crença ou existência podem estar mais estabelecido para alguns grupos sociais do que para outros.

A posse da cultura universitária em nossas sociedades, por exemplo, que privilegia certos regimes de produção discursiva, e de instituição da realidade ao modo dos saberes científicos, marca os sujeitos como incluídos em certos registros de realidade que os fazem bastante diferenciados em relação a outros grupos de menor acesso à escolaridade. A associação entre o acesso à cultura universitária pelo ingresso formal a uma das suas carreiras e a instituição do direito do exercício profissional aos que cumprirem certos requisitos ligados

ao desempenho universitário, marca os sujeitos com uma diferenciação. Esta diferenciação tende a ser bastante significativa em nossas sociedades porque encontra-se vinculada ao status assumido pelos indivíduos a partir do seu pertencimento ao agrupamento de profissionais universitários. Da mesma forma, os grupos profissionais se diferenciam em relação ao status de cada um deles por fatores diversos que estão ligados a influência, ao prestígio e a utilidade das habilidades desenvolvidas por cada um deles no quadro da sociedade instituída.

Assim, dentre a infinidade de diferenciações possíveis que distinguem os sujeitos nas sociedades modernas, o compartilhamento da condição de ser um profissional de uma determinada profissão universitária tende a ser considerado como um elemento relevante, pois indica uma aculturação voluntária desse indivíduo aos conteúdos de uma disciplina, que o especializa em seus assuntos e lhe inscreve, por direito, na comunidade dos que foram marcados pelo mesmo tipo de experiência formativa.

Igualmente, por instituição, em relação a esse sujeito que foi aculturado em uma disciplina e que voluntariamente reivindicou o direito de ser distinguido por essa condição, participando do pacto formal que conforma o grupo profissional que a ela essa vinculada, serão estabelecidas exigências e suas respectivas cobranças, que dizem respeito a certos aspectos do seu comportamento público e privado, na condição de um agente que pertence àquele grupo.

Entretanto, de um modo diferenciado, os sujeitos que detêm tal tipo de condição poderão se apoiar, em maior ou menor intensidade, nessa condição de ser um profissional de uma determinada profissão, para efeito do estabelecimento da sua identidade pessoal perante outros grupos ou à sociedade. Isso significa que cada um será profissional ao seu modo particular de sê-lo, mas guardando um patamar básico de crenças, comportamentos, posturas e atitudes que são comuns ao grupo a que pertence. Tal condição, será conhecida como aculturação profissional.

Quanto mais próximo das temáticas específicas que dizem respeito ao âmbito da especialização profissional adotada pelo sujeitos, maiores chances da presença de convergência entre os integrantes de uma mesma profissão em relação aos seus conteúdos, métodos e técnicas sem que isso queira dizer, necessariamente, que nos demais âmbitos da vida dos mesmos, outras convergências se estabeleçam. Os elementos de conhecimento especializado e, sobretudo, os elementos relativos ao manejo das tecnologias que são próprios da expertise cultivada, ao constituírem o núcleo básico dos conteúdos da aculturação profissional, tendem a servir de apoio para o desenvolvimento das relações integrativas desses sujeitos na respectiva comunidade profissional.

Esse núcleo básico será, no entanto, expandido no desenvolvimento da convivência entre os sujeitos que o compartilham, agregando-se outros conteúdos, que, não sendo derivados diretamente das referências teóricas-técnicas compartilhada, incluirá necessariamente os assuntos que dizem respeito à posição relativa do grupo na sociedade, administrando os interesses específicos, comuns que podem ser econômicos, políticos, sociais ou simbólicos.

Tal condição, encontra-se assentada em alguns truísmos, que vale a pena explicitar: todos os grupos humanos que se estabelecem como tais, através de relações duradouras no tempo e no espaço, produzem inevitavelmente algumas idéias acerca de si próprios, como um ser coletivo. Idéias, pensamentos e representações acerca do ente grupal, em que ele se constitui, de forma real, simbólica ou imaginária, para os seus integrantes ou para os que lhe são externos.

Também parece incontestado a afirmação de que essas idéias - que um grupo humano constrói e cultiva acerca dele mesmo - venham a se estabelecer como uma das principais fontes de referência para que seus membros se definam em relação a sua pertinência àquele conjunto que, como tal, o grupo compõe. E, mesmo que essas idéias não venham a se constituir para esses sujeitos como as suas únicas fontes de orientação no mundo, não parece

fora de propósito afirmar que elas exercem sobre eles algum poder no direcionamento da sua ação.

Isto se mantém como válido, mesmo quando pensamos que, em uma sociedade complexa como a nossa, um mesmo indivíduo pode estar simultaneamente inserido em muitos grupos diferentes e que alguns desses grupos podem estar inseridos em outros grupos mais abrangentes. Assim, mesmo que diferenciado e necessariamente relativizado, não seria um despropósito considerar em sua importância, um determinado tipo de poder que exerce efeito sobre os sujeitos e que deriva do compartilhamento pelos mesmos de idéias identitárias, emanados de sua afiliação a alguns grupos sociais de referência, inclusive de afiliação profissional.

Se o elemento motivador desse trabalho partiu da constatação da existência dos cento e vinte mil psicólogos brasileiros e da constatação de que, como tal, os mesmos constituem uma comunidade profissional significativa, ao longo do seu desenvolvimento, a nossa curiosidade deslocou-se para focalizar, principalmente, alguns dos efeitos derivados do modo particularmente acelerado com que se deu a institucionalização dessa profissão no Brasil.

Por sua vez, a proximidade histórica da sua legalização, relativamente recente, cujo marco oficial de existência remonta a apenas 40 anos - época em que os psicólogos brasileiros ainda eram contados às dezenas e centenas e não à centenas de milhares como hoje - e o caráter jovem dessa profissão - temas recorrentes em todas as análises e tentativas de descrição desse processo, nos conduziu a interrogar sobre duas direções que, nesse fenômeno, nos pareciam complementares.

Na primeira delas, fomos conduzidos a uma indagação sobre as diversas razões contextuais, pelas quais tal tipo de desenvolvimento acelerado pudesse ter sido facilitado, em termos do seu desempenho na sociedade brasileira. Tema que nos remeteu à necessidade de

um mínimo de exercício comparativo entre o processo de institucionalização dessa profissão no Brasil e em outros países da América Latina e no mundo, para fazermos a constatação de que, modo geral, a institucionalização da Psicologia como profissão é uma criação recente da Modernidade. O que, por sua vez, nos permitiu também perceber que, a despeito dessa característica geral e compartilhada da juventude da existência dessa profissão no mundo, o caso brasileiro seria, sem dúvidas, digno de algum destaque. Seja pelo seu pioneirismo em alguns aspectos; seja pelo volume e complexidade institucional que essa produção adquiriu ao longo dos anos; seja pelo caráter acelerado e intensivo com que isso se processou a sua institucionalização.

Os destaques, por sua vez, nos sugeriram que seria recomendável manter como uma das linhas de apreciação possível para esse fenômeno, aquela interrogação sobre a provável existência de condições facilitadoras na sociedade brasileira para o acolhimento que essa profissão recebeu. Condições facilitadoras as quais, na falta de uma rubrica mais adequada, deveriam ficar enfeixadas, em nossa análise, como características relacionadas aos processos de “modernização social” da sociedade brasileira, problematizadas desde o interior de uma crítica institucional mais ampla, da própria epocalidade moderna, como tal.

Efetivamente, pareceu-nos interessante a hipótese de que as características de tal acolhimento poderiam estar relacionadas a certos traços e problemáticas peculiares do desenvolvimento da sociedade nacional. Nessa perspectiva, nos pareceu menos interessante nos interrogarmos sobre os efeitos da profissão sobre a sociedade – linha de investigação que em geral recebe um maior número de proposições - e mais efetivamente radicar nossa interrogação na questão da existência de características da sociedade brasileira que pudessem ser particularmente “favoráveis” ao tipo de desenvolvimento que a profissão encontrou entre nós. Ainda que isso tenha sido um dos elementos importantes de nossa curiosidade, a nossa tendência foi a de centrar o interesse no modo de relação dos profissionais psicólogos com esta característica do desenvolvimento social da Psicologia em nosso país.

Assim, como segunda direção, nos interessava focalizar e aprofundar melhor a questão dos eventuais efeitos e reflexos derivados dessa intensidade com a qual se processou a instituição da profissão no país, sobre as próprias dinâmicas da profissão, suas instituições e extensivamente sobre os profissionais que dela fazem parte. Partíamos da suposição de que muitas das dificuldades vividas internamente pelo grupo profissional – com a qual mantivemos, ao longo das últimas duas décadas, intensa intimidade a partir de variadas experiências pessoais - revelam-se, muitas vezes, através de idéias comuns, crenças e ideologias compartilhadas por seus integrantes, poderiam encontrar nessa convergência, suas linhas de explicação.

O modo intenso como se deu a institucionalização da Psicologia como profissão no Brasil, basicamente compreendido nas últimas quatro décadas, oferece uma situação ímpar para uma investigação. Afinal, o próprio processo de institucionalização da profissão não poderia ser considerado, grosso modo, completado ainda. E aqui, não estamos nos referindo ao caráter genérico da “abertura” instituinte, a qual estão submetidas todas as instituições sociais, no seu processo contínuo e re-criador de transformações. Queremos enfatizar que, no processo de institucionalização da profissão de psicólogos é inevitável que ainda esteja presente entre os que o integram, um certo sabor ou uma certa percepção de que, fruto da sua condição de relativa juventude, tal processo de institucionalização ainda está por se fazer, ainda está se fazendo e que todos os profissionais, de algum modo, participam disto.

Trata-se portanto que replica aquele sentido que é próprio da experiência da Modernidade. O sentimento do presente como o novo; como o efêmero; inacabado ou incompleto; fica reiterado pois efetivamente, cada novo profissional ao se inscrever como membro ativo da profissão, nas suas lides cotidianas, tem que participar de alguma maneira da tarefa de realizar a inscrição social dos repertórios que derivam da sua profissão, no contexto da sociedade em que eles vivem.

Isso produz um tipo de compartilhamento da experiência de construção social da profissão, como algo marcado por certas “dificuldades”, que, ainda que diferenciada geracionalmente, mantém linhas de comunicação, quase simultâneas, entre os pioneiros e os últimos recém-ingressados na profissão. Situação ímpar para uma investigação histórica, pois, efetivamente, todos os seus integrantes são, de algum modo, agentes que participam ainda dos esforços de instituição e institucionalização da profissão como uma realidade social.

Uma hipótese derivada de tal apreciação, sempre presente durante a sistematização dos variados materiais com os quais trabalhamos – inclusive o esforço de sistematização de intensos processos pessoais de participação como “nativo” nesse campo – esteve vinculada à análise de que esse processo de institucionalização da profissão, ao se processar tão intensivamente e em período de tempo relativamente compacto, seria responsável por um certo “efeito faroeste” que seguiria até os dias de hoje como uma “problemática”¹ interrogante dos assuntos profissionais dos psicólogos.

O “avanço para o oeste”, no presente caso, seria a metáfora para nos referirmos ao fato de que o “desbravamento” social das “terras virgens” da psicologia, após ser dado ponto de partida da sua legalização como profissão em 1962, comportou diversas ordens de inseguranças e incertezas que marcaram o processo de sua institucionalização como tal. A relativa ausência de marcos e modelos anteriormente estabelecidos, ou a frouxidão da presença de regulações, num novo território que foi aberto à exploração dos aventureiros, agravado pela intensidade da afluência dos sujeitos “ávidos em busca do ouro”, que - via da formação acadêmica em Psicologia - iriam com rapidez massificar o contingente dos profissionais presentes no campo profissional, estabelecendo aí, uma intensa crise de identidade e de legitimidade, cujas ressonâncias perdurariam até os dias de hoje.

¹ Usamos aqui a noção de “problemática” ao modo foucaltiano, para nos referirmos a uma certa configuração social ou a uma certa situação social complexa que se sustenta estabilizada como se fosse uma “equação de vetores” das forças que a estabelecem, realizando, entretanto, pela sua mera presença como tal, uma interpelação social, como se colocando uma questão ou um questionamento em estado bruto, que tem um efeito indutor para as ações e práticas dos agentes sociais, que buscam oferecer-lhe resposta.

A intenção inicial, de analisar o discurso das entidades profissionais representativas dessa profissão², tomadas elas mesmas, com suas intervenções e suas obras, como uma espécie de expressão ou resposta dos modos possíveis de enfrentamento dessa “problemática” pré-configurada na própria história da instituição da profissão, esbarrou, entretanto, na necessidade de satisfação de algumas exigências prévias, que passaram a se constituir como nosso objetivo principal.

Percebemos como fundamental esclarecer o lugar ocupado e as vinculações da Psicologia, seja como campo de conhecimento e de práticas profissionais, no interior do campo social mais amplo da “cultura psicológica” e dos “saberes médico-psicológicos”, estabelecidos, na contemporaneidade, como uma espécie de pano de fundo a partir do qual a sua própria existência específica pode ser estabelecida. Sem este tipo de balizamento perde-se a perspectiva e limita-se bastante o entendimento das dificuldades e também das facilidades colocadas aos psicólogos, para que eles se viabilizassem como uma profissão específica.

A consideração da existência de um campo social mais amplo, marcado pelo signo do “psicológico”, não apenas evidencia a existência de importantes limitações na exclusividade do seu uso, pelos psicólogos, como também contribui para esclarecer aspectos da dinâmica das profissionalizações diversas que o atravessam. Se na “problemática” desafiadora dos psicólogos, em sua tarefa de se instituírem como profissão, esta questão da identidade e da legitimidade encontra-se destacada, as condições de constituição do campo social mais amplo e a história particular do desenvolvimento da Psicologia no seu interior, certamente operam como seus agravantes.

² *Dado a diversidade do material disponível e a amplitude da experiência nacional, optamos por focalizar especificamente as publicações do Conselho Federal de Psicologia com ênfase no seu informativo direcionado a uma prestação de contas das ações desta entidade, aos que nela se inscrevem compulsoriamente, como uma das condições legais para o exercício da profissão. Dessa forma trabalhamos com a voz oficial da profissão.*

No primeiro capítulo da tese, buscamos dar vazão a esse tipo de necessidade. Nele, reexaminamos algumas das premissas da constituição do campo dos “saberes médico-psicológicos” e da instauração de uma “cultura psicológica” na contemporaneidade, destacando a importância do tema da “profissionalização dos cuidados” como um dos seus elementos originários e buscando estabelecer as vias pelas quais a Psicologia exerceu suas reivindicações de autonomia como profissão, enfrentando as interfaces que a inter-relacionava com os outros saberes e fazeres que lhe antecederam na ocupação do espaço social.

Uma segunda exigência a ser respondida diz respeito à necessidade de submeter o próprio conceito de “profissão” a um certo exame desnaturalizador, já que, como foi se esclarecendo para nós na medida em que o nosso trabalho avançava os modos de relação com esse conceito, no interior da sociedade, tendem a ser absolutamente acrílicos.

As profissões, modo geral, estão colocadas para os sujeitos comuns apenas como um destino pessoal desejável, e o desenvolvimento das mesmas, percebido como uma expressão de funcionalidade e progresso. As produções de serviço que as mesmas realizam, percebidas como bens de grande valor. Se algum tipo de senso crítico opera cotidianamente sobre o assunto, ele está geralmente relacionado com insatisfações resultantes da imperícia de algum dos seus representantes no desempenho de suas funções; aos custos, eventualmente altos, dos serviços que são oferecidos ou às dificuldades e exigências para se adquirir, pela via universitária, uma “boa” profissão.

Nos debates internos entre os integrantes das corporações, o conceito adquire novos sentidos, igualmente naturalizados, ainda que mais restritos ao universo cultural compartilhado, a partir da comunidade de interesses que identifica tais profissionais como um grupo social. É aí que ele encontra convertido em “ideologia do profissionalismo”, quando se trata através da construção do discurso proselitista que enfatiza a tese da importância da existência das profissões como um bem social. Da mesma forma, convertido em “ideologia profissional”, quando se trata do discurso produzido por uma determinada corporação acerca

de sua presença no mundo, das vicissitudes e dificuldades encontradas para o seu exercício e sobre a sua importância social, e sobre os desejos cultivados como ideais de futuro.

Assim, percebemos a “ideologia profissional” como uma esfera do pensamento socialmente compartilhado, na qual um grupo de agentes compartilha um conjunto de referências sobre as quais não exercem críticas severas. Seja porque as idéias têm algo de precedência, lhes parecem adequadas, explicativas ou são esteticamente confortável. Enfim, idéias “boas para se pensar”, na medida em que as mesmas são bastante eficientes no sentido de oferecer garantias as suas identidades e ao seu pertencimento a um determinado mundo profissional, ao qual essas idéias têm um certo poder de explicar e organizar.

Em sua versão mais sistematizada, a dita “ideologia profissional” se converte, de um ideário geral à condição de realidade compartilhada, a partir da sua produção e difusão, desde os processos de formação universitária, de socialização, aculturação e *entourage* profissional, através dos rituais de iniciação na vida profissional, estágios, eventos científicos e profissionais, reuniões sociais promovidas pelas organizações associativas, etc..

Mas, como pudemos constatar, a partir do exame crítico a que submetemos esse conceito, utilizando-nos das referências teóricas da Sociologia das profissões, muitas dificuldades e suas superações vividas pelos profissionais em geral, e pelos da Psicologia em particular, tratados em seus discursos como feitos de uma epopéia, consistem, na verdade, em certos lugares comuns da trajetória desse tipo de agrupamento social, no interior da sociedade moderna. Nesse sentido, ainda que as trajetórias das profissões possam se especificar no interior da sociedade, a partir de múltiplas variáveis que interferem no seu destino, o espectro das possibilidades que se encontram abertas para a sua viabilidade, repousa num repertório limitado de comportamentos e posturas das instituições que se fazem suas representantes ou defensoras.

No segundo capítulo da tese, portanto, buscamos atualizar as nossas aprendizagens acerca do desenvolvimento das profissões na sociedade e do debate teórico que elas têm ensejado. Surpreendemo-nos com o fato de que muitos dos problemas vividos pela Psicologia e presentificadas em alguns discursos dos profissionais e de suas entidades derivam, meramente de sua condição bastante incompleta, em relação aos quesitos exigíveis para que uma profissão possa ser bem sucedida na sociedade. A condição de “semiprofissão” ou de “ocupação em vias de profissionalização” desfrutada por ela, talvez choque a maioria dos psicólogos que defendem um maior reconhecimento social da sua profissão, mas, talvez possa auxiliar para que se amplie a compreensão dos mesmos, em relação ao estatuto do corporativismo, como modo particular de viver a condição identitária de pertinência ao seu grupo profissional.

Após apresentar a polêmica sobre as características necessárias para que uma ocupação possa ser reconhecida como uma profissão; passamos a enfatizar a importância da questão das relações com o Estado, no processo de produção de sua legitimação, e o lugar da “ideologia profissional” como elemento de coesão social do grupo em torno dos objetivos comuns, examinamos algumas das dificuldades apresentadas pelos psicólogos em relação à temática.

Cumpridas essas duas exigências, tornou-se possível que percorrêssemos a trajetória da institucionalização da Psicologia no Brasil, o que fizemos no capítulo três da tese. Nele, buscamos demonstrar o caráter intensivo da sua institucionalização na sociedade, discutindo o seu posicionamento no interior das transformações sofridas pelo ensino superior no país, com a ampliação geral do número de matrículas universitárias e ampliação de todas as profissões que requerem esse tipo de título. Comparamos a Psicologia com outras profissões brasileiras e com a situação do desenvolvimento da mesma em outros países. Buscamos identificar os principais elementos que sustentam a edificação institucional da profissão e localizar alguns dos efeitos que podem ser atribuíveis a essa condição.

Utilizamos o conceito de “*reconhecimento*” como mote para pensarmos a questão da contratualidade, no interior das sociedades modernas, convertidas em um valor fundamental, na medida em que é a condição que sustenta como legítimas as existências sociais dos sujeitos, grupos, etnias, ou qualquer outro formato identitário que se produza socialmente. Assim, torna-se possível compreender a razão pela qual a busca de legitimidade se converte nos sentidos manifestos ou ocultos, e nos objetivo de grande parte das ações comunicativas dos sujeitos. Elas visam sempre o outro e dele esperam ser reconhecidas num lugar autorizado e legítimo.

Os psicólogos, como um grupo profissional, sem condições de exercerem controles sobre os processos através dos quais foram sendo produzidos intensivamente, na condição fracionada de indivíduos aderentes a esse apelo mágico, que o carisma da disciplina destila, situam-se num estágio elementar ainda desta busca de reconhecimento. As limitações dos processos de sua organização política como corporação, aparentemente, só agora conseguem produzir alguns efeitos, ainda insuficientes, nessa direção. A passagem de condição de uma coleção de indivíduos “causados” pela adesão aos apelos da dimensão do “psicológico”, do qual a profissão figura como um dos principais enunciadores, para a condição de uma corporação organizada, na qual os representantes se sintam também legítimos no exercício desse papel, constituiu-se num objetivo da ação política das suas entidades.

No capítulo quatro, buscamos articular o tema da condição eminentemente Moderna da Psicologia como disciplina com a limitada presença e expressão de traços essenciais da experiência institucional da Modernidade, destacando a questão da “autoconsciência epocal” de sua condição moderna e a questão da “reflexividade crítica” como elementos fundamentais para sua autopercepção neste contexto.

A nossa preocupação no caso estudado centrou-se em examinar, com óbvias limitações, o duplo rebatimento da questão da Modernidade sobre o contexto social do desenvolvimento da Psicologia – no caso a sociedade brasileira e seus modos peculiares de

recriar localmente a experiência social da modernidade – e sobre o grupo profissional específico, cuja emergência deriva em grande parte das promessas da disciplina, destiladas desde os anos 20 do século passado, de ser portadora de uma boa nova modernizante, capaz de colaborar efetivamente com o projeto civilizatório, que, desde então, anima as elites dirigentes do país na difícil tarefa de fazer dele uma nação.

As referências que utilizamos como material empírico, que nos parecia capaz de apoiar as nossas percepções, foram colhidos a partir da leitura no principal órgão de comunicação da entidade oficial de representação da profissão. Certamente, por essas características, as mesmas podem ser acusadas de parcialidade. Afinal sabemos, que nem sempre a “voz do dono” – no caso a das instâncias oficiais autorizadas - são representativas do que se passa efetivamente no universo amplo das vontades dos profissionais.

Ressaltamos que este material revela que a voz oficial, ainda que eventualmente uma tanto solitária nos seus clamores, pode ser, nesse caso, uma das únicas fontes discursivas disponíveis que, ao seu modo, busca deliberadamente superar a fragmentação das individualidades, encarnando o projeto de fazer do imenso conglomerado de psicólogos individuais, cada qual com sua escola e com sua identidade, uma corporação.

E, talvez, pelo mesmo motivo, ela possa constituir-se na expressão de um movimento voluntário, para sintetizar ou espelhar, num esforço de produção e sistematização de uma “ideologia profissional” que contribua com aquele objetivo, os principais temas, as principais preocupações e argumentações que povoam o imaginário dos psicólogos na sua busca de superação da crise de identidade, de legitimidade e de reconhecimento.

Na conclusão, um tanto esquematicamente, buscamos situar aqueles elementos que, acreditamos, subsistiram em nossas análises e apreciações como os mais significativos, sobre o que deveria um programa analítico, capaz de permitir que profissionais, seus representantes

e estudiosos possam ultrapassar os limites da naturalização com que estão instituídos os seus objetos de crença institucional, e que tem como referência esse fato social da invenção da profissão de psicólogos na sociedade brasileira. Imaginamos que a principal contribuição introduzida por nós está exatamente na singularidade dos elementos analíticos que conjugamos para abordar o tema. Pensar a profissão dos psicólogos a partir dos seus efeitos de totalidade, na cena social e dos seus anseios de totalidade, como uma corporação, é um empreendimento ainda muito pouco explorado.

Por outro lado, fazê-lo lançando mão de recursos analíticos, ainda tão pouco ou quase nada presentes no próprio campo intelectual da psicologia – seja das investigações mais “internistas” ou “externalistas”, somente para usar um jargão que exatamente criticamos, corresponde a um esforço de ampliar os efeitos da “reflexividade crítica” no interior dessa disciplina e profissão.

Para a disciplina, o exercício do uso das referências da teoria social que faz a crítica da Modernidade, pode ser profundamente esclarecedora. Pensar a si própria, como uma das filhas mais exemplares do projeto da Modernidade, pode fazer com que a Psicologia avance mais consciente em novas direções, superando os sonhos românticos e ingênuos, que a embalam e aos seus agentes. Para a profissão, submeter-se ao crivo da crítica das informações e reflexões já disponíveis na sociologia das profissões, constituiu-se numa tarefa urgente, apontada para o futuro.

Por fim, algumas palavras sobre os elementos metodológicos aos quais nos ativemos. Um tanto heterodoxa, a nossa aproximação com o nosso objeto adveio de uma relação marcada talvez por excessiva proximidade. Tal fato teve conseqüências, sobretudo na amplitude das nossas tomadas, às vezes tão largas que revelam claramente uma certa falta de focalização. No processo de construção dessa investigação contamos, em primeiro lugar, com um esforço de recuperação analítica de uma intensa experiência pessoal que nos vincula a esse campo empírico. Sem pretender apresentar um extenso currículo que expõe os vínculos

do pesquisador com a sua profissão, talvez valesse a pena destacar a sua condição de partícipe de um longo processo de aculturação ao mundo da cultura psicológica, que tem como marco formal o ingresso no curso de psicologia, desde meados dos anos setenta.

A ambivalência que, desde então caracterizou o meu modo de relação com o campo disciplinar e profissional, marcado por extremos, talvez tenha sido o combustível que, ao mesmo tempo em que me fez ativo e presente no cenário político das organizações de representação da disciplina e da profissão, também me estimulou a uma permanente vigília crítica, em relação às deficiências, limitações, problemas e dificuldades enfrentadas por elas.

Mesmo, e principalmente, quando essas dificuldades puderam estar relacionadas com algum sucesso fácil da profissão, através de respostas ingênuas, engendradas desde o seu interior, na busca de atender demandas de natureza socialmente suspeitas; ou relacionadas com a falta de rigor teórico, metodológico ou técnico que caracterizam algumas das intervenções realizadas em nome da Psicologia, ou ainda da displicência política com a qual o seu grupo profissional aborda questões complexas da vida dos indivíduos e da sociedade. Nesse sentido, essa tese poderia ser pensada como ainda movida por esse mesmo combustível.

O clima cultural e político da unidade universitária, na qual se deu a minha formação, a despeito da cor de chumbo que marcava aqueles anos, certamente foi bastante favorável à expressão das temáticas e problemas enfrentados pela psicologia. Ainda na condição estudantil, foi possível uma intensa participação pessoal no debate nacional sobre a questão da reformulação curricular, ocorridos nos anos 77/78, motivado pela contestação às propostas apresentadas pelo governo da época. Ao início da vida profissional, no começo dos oitenta, acompanhei com atenção ao processo de constituição do organismo sindical e do funcionamento da entidade científica da categoria, no estado de Minas Gerais.

Como profissional de Psicologia, desde então, me envolvi por mais de dez anos em atividade clínica liberal, com processos de formação psicanalítica e analítico-institucionais; atuação como sanitarista, com experiência em coordenação da área de recursos humanos em saúde e de saúde mental em órgão estadual de Saúde em Minas Gerais, além de integrar os coletivos que desde oitenta e sete vêm trabalhando na formulação da versão contemporânea da luta antimanicomial. Igualmente relevantes são os mais de dez anos de magistério no curso de Psicologia da UFBA, do qual já fui Chefe de Departamento e Coordenador de Estágios. Desde o ano de oitenta e seis, estive em cargos de direção na autarquia federal Conselhos de Psicologia, tendo respondido por duas vezes pela condição de presidente do Conselho Federal de Psicologia, e em outras duas vezes como seu diretor secretário. Nesta condição, respondi ou participei ativamente de muitas das principais iniciativas corporativas desse agrupamento profissional

Ao lançar mão aqui, desses elementos de natureza biográfica, visto a acentuar a condição de um “participante-observador” dos mesmos fatos e elementos que ora foram recenseados e organizados analiticamente. Concretamente, essa trajetória significou centenas de oportunidades de reuniões, encontros, diálogos diversos com os colegas psicólogos, sobre a temática da profissionalização dos psicólogos, das quais foi possível colher muito das impressões que ora pretendo resgatar, sistematizar e analisar.

Como já foi assinalado, a despeito de tão forte adesão aos aspectos mais formais de uma carreira profissional como psicólogo, àquela atitude original estabelecida desde os momentos da formação, não foi abalada. A Psicologia sempre esteve devidamente colocada sob suspeitas e desconfianças. As lições de Alberto Merani, de G. Politzer, de H. Japiassú, e sobretudo de M. Foucault, acerca das fragilidades e do caráter ideológico da disciplina, fizeram marcas importantes, colaborando para que essa participação intensa se desse sob o signo da crítica e da ética do mal menor e sempre me colocando à serviço do desvelamento crítico, da denúncia das falácias, da investigação crítica sobre as várias faces de sustentação do instituído.

Consubstanciando essa posição, a presente tese configura-se a eleição de referências teóricas fortemente desnaturalizadoras, patrocinadoras de um quadro do pensamento operativo, como um recurso auxiliar a mais, para ajudar no despregarmos das realidades imediatas e vividas, para um ajuste de contas no plano do pensamento.

Por outro lado, são conhecidos os limites desse tipo de relacionamento íntimo com o objeto, como perspectiva metodológica e os seus maiores benefícios, os da intimidade com a temática, são também fonte da sua maior fragilidade: limites na capacidade de controle do observado. Assim, partindo das informações colhidas ao longo do tempo e da sua organização como um esquema inicial, para fins de uma ancoragem mais objetiva, foi realizado um exame de um conjunto de materiais bibliográficos de natureza institucional, tais como: as series completas publicações oficiais editadas pelo Conselho Federal de Psicologia, desde 1973 até a presente data; a série do Boletim Informativo de 1973 até 1985, a série do Jornal do Federal 1986/2000 (ambas as publicações mensais); a serie da Revista Psicologia Ciência e Profissão editada desde 1979 até a presente data (trimestral); material referente à pesquisas realizadas pelo órgão CFP acerca da realidade profissional (03 publicações em livros e duas pesquisas cujos dados estão disponíveis na internet: www.pol.org.br); relatórios dos 04 Congressos Nacionais da Psicologia, realizados a cada 03 anos, desde 1994, bem como alguns textos de história da Psicologia, que tenham ênfase nos aspectos profissionais.

Além desses materiais bibliográficos, e ainda na busca de referências externas a nossa percepção, complementamos as nossas fontes recorrendo a um conjunto de entrevistas com alguns dos precursores da profissão (Antonio Penna/RJ, Odete Godoy/SP, Wilson Soares Leite/MG) com fins de documentação de alguns aspectos relativos à recepção social da profissão nos seus momentos mais iniciais. Nestas entrevistas exploramos também os aspectos relativos à sua percepção das relações da psicologia com a sociedade, bem como invocando, através dos seus depoimentos, situações, cenas, lembranças, acerca dos modos característicos dos psicólogos relacionarem com essa temática. Também recorreremos a material publicitário utilizados pelo psicólogos para divulgarem seus serviços, tais como, folhetos, anúncios, etc.

Capítulo I:

A instauração do campo médico-psicológico e a especificidade da Psicologia.

Neste trabalho tomamos como objeto de análise, um limitado fragmento da experiência social brasileira contemporânea. A sua demarcação tem como ponto de partida a constatação da existência e presença social do agrupamento profissional constituído pelos psicólogos. Interrogar-se sobre este tema significa se interessar por alguns aspectos e características dinâmicas da presença dessa profissão na sociedade brasileira, bem como por alguns dos efeitos culturais e sociais, mais significativos, que se produzem a partir dela. Significa também se perguntar sobre as condições de possibilidade que viabilizaram o seu desenvolvimento e a sua institucionalização em nosso país, bem como questionar alguns dos significados que são derivados desta presença social. E para tal importa também levar em consideração os discursos que são produzidos, desde o seu interior, pelos profissionais e principalmente por suas representações institucionais e políticas, a respeito destes temas.

Entre os pressupostos mais importantes que sustentam esta iniciativa, encontra-se a idéia de que a presença da Psicologia e dos Psicólogos nas modernas sociedades ocidentais, inseridos no campo mais amplo dos saberes e práticas médico-psicológicas, estabelece um fato social significativo. Esse fato social envolve uma articulação complexa entre vários aspectos, que, sendo particulares à constituição de um certo campo científico-profissional específico, são ao mesmo tempo, profundamente vinculados às dinâmicas constitutivas das sociedades como tais. E nessa perspectiva, as análises sociais que tomam como foco esse

campo científico-profissional específico têm também uma grande potencialidade heurística para a elucidação de algumas das outras dinâmicas que se fazem presentes no funcionamento mais amplo de tais sociedades, nas quais se fez possível o seu surgimento, desenvolvimento e valorização.

Em função disto, ainda que o nosso interesse empírico possa estar demarcado pela existência de um agrupamento profissional específico – os psicólogos – situados num contexto próprio - o da sociedade brasileira - focalizando alguns aspectos singulares do seu funcionamento como grupo social – os efeitos da intensidade do desenvolvimento institucional e implantação desta profissão nesta sociedade - a perspectiva que adotamos reconhece que a compreensão dos sentidos desta existência estão vinculados a um campo social mais amplo. a que, alguns autores (Figueira, 1985, 1988) têm denominado inicialmente como sendo o campo da instauração de uma “cultura psicanalítica” ou de uma “cultura psicológica” (Castel, 1987; Russo, 1993) na sociedade. Ou, como também podemos nos referir a ela através da abreviação do radical grego “psique”, o “campo psi” ou a “cultura psi”

*A existência de um campo “psi” como um pressuposto teórico:
desnaturalizando práticas e saberes.*

A idéia da existência de campo social mais amplo, baseado nos saberes e práticas marcados pelo radical “psi” – psiquiatria, psicanálise, psicologia, psicopedagogia, psicoterapia – longe de borrar a possibilidade de trabalhar sobre as especificidades paroquiais que marcam a emergência e a trajetória de cada uma dessas sub-áreas, contribuem para ampliar a compreensão das suas presenças vinculadas a certas dinâmicas mais amplas, que são constitutivas das sociedades ocidentais modernas enquanto tais. Isso não quer dizer que no interior de cada uma destas “sub-especialidades”, por assim dizer, não existam correntes ou linhas de investigação histórico-sociais que adotem perspectivas mais restritas, mais “internalistas” ou endógenas, na produção de explicações sobre a realidade de suas

existências. Entretanto, não será para este tipo de recurso explicativo ou para a perspectiva epistemológica que sustenta as suas produções que vai estar voltado o nosso interesse.

Dentre as variadas possibilidades de constituição dos objetos de pesquisa, permitidas por este campo de investigação no qual estamos trabalhando, optamos pelo enfrentamento teórico das fortes pressões “naturalizadoras” que são inerentes a todas as realidades socialmente instituídas e que aqui também representam um verdadeiro desafio ao pesquisador. Tal escolha estará, sobretudo, materializada pelas opções teóricas que assumiremos e por uma atitude de desconstrução discursiva, que poderá trazer para o nosso texto, em alguns momentos, uma certa reiteração de alguns temas, ou um excessivo desdobramento de temas normalmente subentendidos como comuns.

Afinal, “desnaturalizar” significa afirmar o caráter particular, provisório e quase casuístico que envolve os processos de instituição da realidade social {Berger et Luckmann (1991); Castoriadis, (1986)} retirando destes, parte da potência que deriva da sua simples condição de “ser”. Significa também demonstrar que quase todos os nossos objetos de crença, em termos da sociedade, são, ao seu modo, arbitrários e, que, o ato de enunciá-los, como um modos de ser “entre outros possíveis”, introduz elementos de instabilidade e desconforto na experiência comum e corrente dos sujeitos.

Desde aí se instaura, no campo da teoria social, uma tensão que marca um esforço para que a produção de conhecimentos sobre este recorte da realidade, incorpore a premissa de que, pesquisadores, objetos, métodos, e conhecimentos produzidos, encontram-se todos, imersos na totalidade social, demarcando a impossibilidade da objetividade e da neutralidade tais como advogava, originalmente, o projeto subjetista de ciência. De certa maneira pode-se dizer que a emergência das ciências humana registra, no plano epistêmico, a instauração de um alerta desdogmatizador que tornou o próprio projeto das ciências, mais afinado com as características da modernidade, enquanto epocalidade que o produziu e à qual ele ajudou a produzir.

Do ponto de vista prático, para efeitos do nosso trabalho, a consequência deste importante debate que travamos acima, deve significar enfrentar vários planos, já normalizados, de institucionalização da realidade social, onde “objetos” tidos e havidos como certos e regulares, devem ser revisitados e problematizados em suas existências. As noções de “ciências humanas”; da “ciência psicológica”; o estatuto prático do conceito de “profissões”; a força da presença social dos seus agentes como elemento de validação da existência efetiva da “psicologia como profissão” e toda uma gama de “produções”, simbólicas e práticas, que derivam da investidura social dos agentes na condição de “profissionais de psicologia”, constituí-se em alguns dos elementos que pretendemos manter ao longo do nosso trabalho, numa certa condição de suspensão, e sempre sob intensa suspeição.

Do ponto de vista eminentemente teórico buscaremos a companhia de algumas referências de pensamento que apontam para o reconhecimento da complexidade envolvida nessa produção social implicada na constituição histórica dos saberes especializados de natureza médico-psicológica, seus agentes e práticas técnicas. E, que ao mesmo tempo, nos ajudam a pensá-los num contexto social marcado por um conjunto mais amplo de transformações sociais entre nas quais se insere o próprio processo da sua produção enquanto tal.

Como outro ponto comum, essas referências de pensamento trazem uma forte presença de um esforço reflexivo e desnaturalizante, que busca romper com as lógicas das análises funcionalistas simplificadoras, muito comuns e efetivas, na apreciação dos fatos sociais. Geralmente, para tais análises, a existência de certas formas sociais institucionalizadas – no caso um saber de tipo científico, uma prática técnica de tipo profissional e das organizações sociais que lhe dão sustentação – se colocam como decorrentes de um encadeamento natural entre a produção de certas “necessidades”, oriundas da “evolução” da sociedade e a concomitante produção das formas sociais/institucionais que devem vir, através do seu funcionamento, “satisfazê-las”.

Contraditando essa perspectiva, os esforços teóricos com os quais nos aliançamos, buscam evidenciar que, mais do que meros resultantes de eventuais “necessidades sociais” emergentes de uma dada evolução natural da sociedade, o caráter sócio-histórico de conformação dessas próprias necessidades e dos seus efeitos institucionais são fruto de uma inter-relação complexa entre vários elementos e tendências, presentes no processo de construção das sociedades modernas.

Dentre as referências, marcadas por essas características desafiadoras, algumas são indispensáveis para que possamos pensar o tema da constituição de um campo social próprio do psicológico numa perspectiva complexa, - poderíamos arrolar a importância do ceticismo e suspeição, presentes na leitura de Foucault (1975, 1999) e seus seguidores. O alvo destas atitudes, a suposta generosidade manifestada nas intenções presentes nas instituições, nos discursos e nas ações dos agentes das práticas disciplinares (*nos dois sentidos, de saber/conhecimento e de formas sociais/ideológicas de controle*) - entre as quais se incluem as práticas e os saberes médico-psicológicos-sociais.

Na sua investida genealógica contra as nossas ciências, racionalidades, subjetividades, linguagens e técnicas normativas, o trabalho de Foucault que, inclusive, não por acaso foi inaugurado com uma investigação sobre a experiência da Loucura e a Psicologia³, suspende todas as certezas e as evidências do senso comum acerca dos modos de produção das instituições modernas e oferece um ponto de apoio fundamental para a compreensão da experiência social contemporânea em sua complexidade.

Nessa tarefa também nos auxilia o caráter variado de um amplo conjunto de referências reunidas um tanto arbitrariamente sob a rubrica da “análise institucional” – entre

³ *Doença Mental e Psicologia, 1975. Sobre a natureza vigorosa da exploração foucauldiana acerca do tema da modernidade ver também RAJCHMAN (1987) e MERQUIOR, (1985).*

as quais aparece replicada a presença de Foucault - sobretudo no seu trabalho sistemático de desconstrução do “especialismo” como forma estrutural de organização das relações entre saber e poder nas nossas sociedades modernas, (Baremlitt, 1992; Coimbra, 1995, 1999). Igualmente, a partir de Robert Castel (1977, 1987) recebemos a contribuição da vinculação histórica entre certas produções advindas deste campo (como por exemplo, às noções de perícia ou a de cultura psicológica) e certas dinâmicas político-sociais concretas, como no caso dos seus esforços de demonstração das relações entre as produções do campo profissional e a organização contemporânea das políticas sociais, no seio do estado moderno.

Com grande importância, recolhemos de uma vertente antropológica muito específica, derivada da antropologia “maussiana”, os efeitos desnaturalizantes produzidos a partir da aplicação da noção de pessoa ao caso das sociedades ocidentais modernas, quando se evidencia aquela dificuldade de percepção da sociedade como uma totalidade em benefício da soberania do individualismo como forma de existência e experiência social dos sujeitos. Tal situação também tem importantes efeitos e reflexos nos saberes científicos surgidos como causa/conseqüência da presença do individualismo. Estes reflexos também se presentificam em várias dimensões culturais e especificamente nas instituições que são conformadas segundo os desígnios das racionalidades orientadoras, que advém destes saberes. (Mauss, 1974; Dumont, 1985, 1991, 1997, 2000; Duarte, 1983, 1986, 1997a, 1997b, 1998, 1999; Russo, 1993, 1999, 2000, 2002; Duarte et Russo, 1998; Salem, 1997).

Desta contribuição específica, valeria a pena registrar que, no caso dos saberes médico psicológicos, incluído aí com destaque a Psicologia, a vertente antropológica sugere que a condição possibilitadora da sua existência derivou muito menos de alguma súbita emergência de visibilidade em relação a algum fenômeno básico que pudesse ser considerado como o seu substrato e, muito mais, implicou um complexo e lento processo de renomeação e alteração, ao longo de um certo período histórico, de alguns dos significados e sentidos atribuídos aos "entes-sujeitos" que constituem a sociedade. Ao mesmo tempo em que, concomitantemente, foram se alterando os sentidos da própria sociedade.

Se é fato que os homens sempre existiram enquanto unidades empíricas constitutivas da sociedade e que sempre se incluíram entre os entes cuja existência esteve marcada por sentidos e significados atribuídos, é a partir de um momento relativamente recente da história da sociedade ocidental, que se estabilizou uma nova configuração de significações acerca do que eles eram e do que eles podiam, enquanto tal. Os sujeitos sociais agora tomados sob o signo do “individualismo” e a sociedade tomada ao modo de uma “coleção” das suas unidades individuais ou mero receptáculo dos primeiros, representam uma configuração básica que vai tornar possível a presença de uma hipótese, que é ao mesmo tempo um valor em si mesmo, de que os sujeitos se constituem como subjetividades individualizadas ou individualidades subjetivadas. Situação essa que se estabelece como condição para a formulação de um discurso típico de uma disciplina, tal como é o caso da Psicologia.

Com o advento dessa formula, que privilegia os indivíduos como portadores de uma interioridade singular que deve ser reconhecida e valorizada, tanto no plano do discurso, quanto no plano da prática social, um novo estatuto foi estabelecido para as significações que passaram a ordenar a presença a existência dos sujeitos sociais, seja como cada uma das suas unidades, seja enquanto os conjuntos e sub-conjuntos que eles constituem como sociedade. E foi somente através de tal tipo de operação, da alteração dos sentidos atribuídos ao “homem”, no contexto de um conjunto mais amplo de redefinições do mundo como tal, que, historicamente, pode fazer a sua aparição um novo enquadramento discursivo do mesmo, através da sua inclusão como objeto de uma discursividade que devesse seguir as regras preconizadas pela instituição das ciências. Assim, somente a reinvenção do homem segundo certos pressupostos e conveniências é que vai estabelecer a possibilidade da aparição de uma psicologia como tal.

Por sua vez, a existência da psicologia como uma disciplina científica, com as respectivas conseqüências sociais que disto procedem, tornou possível um certo tempo depois, como uma espécie de derivação, a presença e a expressão da uma “faceta tecnológica” da mesma, ou seja, de uma “psicologia aplicada”. A especialização de alguns dos seus agentes, no esforço de extraírem algumas conseqüências práticas dos conhecimentos sistematizados no seu campo de curiosidade foi gerador de um conjunto variado de

procedimentos, alguns dos quais se consagraram entre os agentes gerando embriões do hoje conhecemos como a tecnologia psicológica, sobretudo na tarefa da mensuração e avaliação de características “psicológicas” dos indivíduos.

Por último valeria a pena registrar, num plano mais eminentemente epistemológico, a presença - ainda que de algum modo secundária - das formulações filosóficas que contribuem para a configuração de um campo de crítica reflexiva que tem como alvo à presença social do “psicológico” e dos seus efeitos. Derivada de esforços contra-hegemônicos de produção de uma crítica epistêmico à Psicologia, tais formulações, embora não façam coro com as críticas de extração positivista dirigida a essa disciplina numa ênfase do caráter “amolecido” da sua cientificidade, não descuidam de evidenciar as suas fragilidades e inconsistências, bem como os impasses, contradições e ressonâncias sociais da Psicologia, enquanto ciência e profissão. Articulada desde a filosofia, essas produções têm uma certa expressão no panorama brasileiro e revelam, nos seus autores, a presença de atentos e críticos observadores, igualmente inquietos em relação à intensa e crescente presença social da psicologia em nosso país. (Drawin, 1988; Japiassu, 1975, 1978, 1979; Garcia Roza, 1977).

Com base na coleção de recursos críticos tão variados e de origens tão distintas, diante da interpelação produzida pela intensa difusão dos saberes e práticas psicológicas na sociedade brasileira, as referências vêm sendo utilizadas, em graus e profundidade diversos, para sustentar um importante campo de investigações empíricas sobre a sua constituição e a presença entre nós. Nos estudos que as consideram, a ênfase encontra-se voltada para a elucidação dos aspectos histórico-sociais ligados à sua emergência e desenvolvimento; ao modo de ser da sua presença como elemento constitutivo das ideologias institucionais dos aparatos sanitários, educacionais e judiciários; bem como para a sua influência no desenvolvimento de elementos comportamentais/culturais presentes nas várias esferas da vida social, privadas ou coletivas. (Russo, 2000; Carrara, 1997; Carrara et Martins, 2000; Arantes, 1999, Silva, A S. R.,1997; Coimbra, 1995, 1999, etc., etc.).

Deste modo, os saberes, agentes, instituições e práticas relacionadas ao campo médico-psicológico têm sido examinadas, evidenciando-se as variadas inter-relações existentes entre estes e os variados interesses e projetos sociais que se fizeram e se fazem presentes na sociedade. O seu objetivo tem sido, ora entender a configuração assumida pelas instituições que são próprias do campo, ora para o maior esclarecimento do seu papel relativo na configuração mais geral de certos aspectos culturais e sociais da sociedade brasileira. Sem descurar da busca destas inter-relações, o foco empírico destes estudos, como não poderia deixar de sê-lo, é que tem determinado a amplitude e a profundidade dos elementos analisados. O interesse dos pesquisadores, como um elemento orientador das escolhas, ora os vinculam mais à explicação dos modos de ser deste campo médico-psicológico, elucidando as suas dinâmicas, ideologias, formas de funcionamento, história etc, ora os vinculado mais à compreensão da própria sociedade, do funcionamento das suas instituições e da cultura em geral.

Outro aspecto significativo que merece ser registrado é o fato de que, em maior ou menor grau, as fontes citadas, que têm contribuído para a edificação do campo médico-psicológico enquanto um objeto de interesse e investigação científica inscrito na agenda da pesquisa das ciências sociais brasileiras, de algum modo têm como referência comum uma certa interpretação que vincula a sua produção à experiência social da Modernidade. Neles, a Modernidade vai assim aparecer, no mínimo, como um contexto histórico complexo, no qual se dá o desenvolvimento destes saberes e práticas, que serão compreendidos como orgânicos, funcionais ou solidários a um certo projeto societário, marcado, sobretudo, pelas presenças do Individualismo, do Mercado e do Estado, que especifica a presença de novas instituições e atitudes, caracterizando essa experiência social, que tem sido denominado como a experiência social moderna, ou da modernidade. E ainda que a modernidade não seja o seu tema específico, os aspectos modernizadores refletidos no desenvolvimento institucional dos saberes e práticas, ou ainda, os apelos que lhes fazem as forças modernizantes, no sentido do seu concurso a essa tarefa, encontram-se intensamente presentes e analisados.

Como parte do horizonte, que se estabelece como derivado do ponto acima, cremos ser importante assinalar, ainda, a articulação e a vinculação dos processos que tornam possível a

presença dos saberes e práticas nas sociedades modernas com os aspectos do desenvolvimento do empreendimento moderno de produção de conhecimento racionalizado, representado pelo projeto da Ciência. Como vimos, na Modernidade, o conhecimento racionalizado das ciências e a expressão das formas sociais de produção de interpretações legitimadas acerca da experiência social estão intimamente relacionados.

A validação, a força e o poder dos saberes e práticas médico-psicológicos na sociedade contemporânea, encontram-se intimamente relacionadas com a aceitação da sua inscrição e justificação no grande caudal da “cientifização”: modo prevalente de leitura e interpretação do real, numa percepção da realidade que somente é própria da experiência social moderna. E ainda que existam importantes controvérsias epistemológicas questionadoras do rigor - ou da falta do mesmo - que desigualmente recobrem estes saberes e práticas, ao inscreverem-se neste universo ou reivindicarem-se do pertencimento ao mesmo, algo de credibilidade social já lhes fica associado e aumentado.

Apenas para efeito de situar o leitor, eventualmente mais familiarizado com a perspectiva que pensa a presença social dos saberes como especialidades separadas, marcadas simplesmente por relações de vizinhanças e com seus desenvolvimentos específicos e estanques, vamos oferecer aqui, uma rápida notícia do processo através do qual a sua articulação pode ser historicamente restabelecida, rumo a configuração do campo que estamos postulando como sendo o campo da cultura psicológica contemporânea. Na oportunidade, estaremos enfatizando o processo através do qual a sua expressão social se produziu sob o formato da profissionalização de agentes sociais especializados, fato este, fundamental para a compreensão da difusão da psicologia como profissão e que poderia ser considerado como uma das características fundamentais que marca este campo.

“Saberes e práticas médico-psicológicas”:
uma aglutinação de tensões.

Ainda que sintonizados com os pressupostos da literatura que se produz neste campo de investigações ampliado dos saberes médico-psicológicos - ao qual temos nos referido até agora – quando escolhemos trabalhar com a Psicologia, como profissão, estamos nos inserindo numa perspectiva bastante mais específica, que, até o presente momento, avaliamos como menos explorada.

Entretanto, modo geral, essa opção de se trabalhar com o conceito de “saberes e práticas médico-psicológicas” pretende exatamente enfatizar os aspectos comuns que, produzidos desde uma ampla região de natureza técnico-profissional, são extensivos á constituição de um certo campo social. Essa opção, tende portanto a dar menos valor às diferenciações que ao longo da história possam ter se produzido, reforçando mais a caracterização das especificidades próprias dos agentes, das técnicas ou das instituições, através da quais eles se viabilizaram na sociedade.

Conceito composto por aglutinação, essa formulação “saberes e práticas médico psicológicos” ao mesmo tempo em que chama a atenção para duas diferentes ordens que se agregam como seus pólos, na formação de um certo campo unitário, também nos informa acerca de cada um dos termos polares envolvidos na sua equação, oferecendo-nos um gradiente fixado através de seus pontos limites.

Numa das suas pontas – saberes e práticas – ela nos faz uma clara indicação, da presença complementar das duas dimensões inalienáveis que se encontram envolvidas na instauração de toda e qualquer instituição social: “linguagem e conduta”, “palavra e ato”, “logos e técnica”, “dizer e fazer” (Castoriadis, 1986, p.260). Na outra ponta ela nos apresenta as tensões advindas do modo hegemônico de se compreender a “humanidade” dos homens, a

qual, desde Descartes, se encontra inevitavelmente marcada pelo dualismo⁴ que distingue duas substâncias, duas ordens ontológicas distintas compreendidas como “corpo e mente”, “matéria e espírito”, “a substância médica e a substância psicológica”: a *rés extensa* cuja existência se dá no plano da materialidade e a *rés cogitans* de existência imaterial.

Efetivamente, com o primeiro dos termos dessa locução “saberes e práticas”, o que se tem é a busca da captura da dimensão das representações sociais, de natureza simbólico-cognitiva e perceptual e que se referem à porção daquilo que se institucionaliza socialmente sob o formato de signos, idéias e valores.

Com o segundo dos seus termos, o que se faz presente, é o assinalamento das conseqüências operativas inerentes aos gestos de instituição através da palavra e do poder da significação. Essa mesma nomeação que define que “algo” é “alguma coisa” também indica, solidariamente, quais são as características e propriedades técnicas deste seu existir : para o que é que ela serve, quais os usos que se podem fazer dela, em que circunstâncias que são utilizáveis, etc. Conhecimento que informa uma ação possível; ação que somente se torna possível porque nomeada enquanto possibilidade, estes “saberes” e “fazeres” são como os componentes inelimináveis de tudo o que se institui como real/social.

Com o segundo dos termos dessa locução, “médicos-psicológicos”, para além dos aspectos que já mencionamos, da sua condição de ser um reflexo alegórico ao paralelismo psicofísico dominante, também percebemos a indicação de dois outros aspectos de grande relevância para o esclarecimento da questão a que nos propusemos investigar. O primeiro deles se refere aos elementos de continuidade, estabelecidos na estruturação deste campo social, pela via do império da profissionalização. Já o segundo enfatiza os efeitos e ressonâncias das diferenciações e metamorfoses dos objetos que foram se produzindo no

⁴ “O dualismo expresso na existência de um “problema da relação corpo-mente” é tão consubstancial à reflexão ocidental acerca da experiência humana que se tornou parte do senso comum” Cf. Bezerra(2000, p.159/160).

gradiente do dualismo corpo-mente sobre o formato e estruturação dos “especialismos” e a produção dos seus agentes.

Com efeito, é inegável que a estruturação original deste campo recoberto pelos fenômenos “médico-psicológicos” que hoje conhecemos, teve como sua condição de possibilidade, uma complexa operação social, de produção de domínio sobre aquele fenômeno social, perturbador e confuso, até então compreendido simplesmente como sendo a “loucura”. Essa operação teve como um dos seus fundamentos principais o estabelecimento e afirmação, de uma forma inequívoca, e, pela primeira vez ao longo da história do Ocidente, de uma autoridade laica, de tipo “pericial”, sustentada a partir de um saber de natureza técnica e oriunda do campo médico, baseando os seus poderes em uma suposta competência profissional.

Desde a fundação dessa primeira “medicina mental” nos fins do Séc. XVIII, uma linha sucessória, marcada por uma certa continuidade, foi estabelecida, determinando que mesmo mudando-se como quisessem, as teorias, as técnicas, os agentes ou a natureza dos estabelecimentos onde as mesmas têm a sua aplicação, o manejo dos fenômenos associados ao universo das perturbações físico-morais não mais deveria cair nas mãos dos leigos ou despreparados, devendo-se exigir dos que pretendem lidar com ela uma condição especializada, viabilizada por uma formação ou treinamento de tipo profissional.

“Saberes e práticas médico-psicológicas”:
triunfo e império da profissionalização.

A constituição da uma “prerrogativa” profissional ou do quase absoluto monopólio médico sobre o manejo do fenômeno da loucura, além de instaurar um novo campo de intervenções sociais especializadas, pela via da sua conversão em “doença mental”, também interveio desautorizando todas as demais interpretações e práticas culturais até então

estabelecidas⁵ em relação a ela. E, subseqüentemente isso passou a valer também em relação às novas configurações que foram se desdobrando a partir dela, mas tomando esta condição profissionalizante como um pressuposto e elemento nucleador da sua constituição.

Nesse particular é importante ressaltar que, mesmo a contribuição oferecida pelo advento da Psicanálise e da teorização freudiana, as quais, na seqüência, operaram uma significativa reconfiguração nesse campo, poderia, a despeito das criações e novidades que apresentou, ser considerada, por exemplo, como inscrita nesta mesma direção⁶.

Portanto, podemos afirmar com segurança que, desde o seu nascedouro a estruturação do campo social ao qual nos referimos, fundou-se e encontra-se baseado no império da autoridade da profissionalização, relativamente tanto às interpretações construídas em relação aos fenômenos (nomeação), quanto das intervenções práticas propostas em relação aos mesmos (técnica).

Ressaltar a linha de continuidade estabelecida pelo império da profissionalização, como o elemento de estruturação do campo recoberto pela matéria “médico-psicológica”, enquanto se metamorfoseiam os seus agentes, seus objetos de intervenção, suas técnicas e os estabelecimentos, não significa ignorar ou desvalorizar a importância dessas variações. Longe disso, essas sucessivas ampliações que, desde o núcleo duro do fenômeno da Loucura como um efeito de círculos concêntricos, redefinem esse campo “físico-moral” criando os novos

⁵ Sobre o poder e monopólio da medicina e a sua usurpação dos “direitos” dos leigos e suas práticas ver BOLTANSKI (1979, pp. 13/37) “Tudo se passa então como se o reconhecimento unânime da legitimidade do conhecimento médico oficial – criado e defendido por instituições científicas e que detêm também o monopólio de sua difusão, resultado da doutrinação escolar – que nunca aparece tão nitidamente quando é ignorado ou pelo menos na aparência, transgredido, pelas práticas médicas familiares - tivesse coagido os membros das classes populares a se despossuir de um conjunto de conhecimentos e receitas...” No caso da Psiquiatria a eficiência do dispositivo manicomial em fazer a exclusão/contenção da Loucura, foi o elemento fundamental para apressar a conquista da sua hegemonia como o único “modo idôneo” de maneja-la socialmente.

⁶ Sobre o debate acerca da relação de continuidade e /ou ruptura da Psicanálise em relação à Medicina, ver CASTEL (1977, p.38); KATZ (1977-b, p.78) e SILVA (1995, p.54).

objetos de intervenção, também vão produzir as diferenciações entre os agentes profissionais que reivindicam o seu domínio, suscitando fissuras e conflitos de interesses entre eles.

Se na vigência plena da “cultura psicológica”, nos termos em que o conceito é proposto e desenvolvido por Castel (1987, p.21) como uma dimensão da experiência social contemporânea⁷, um olhar leigo, mais ingênuo pode encontrar enormes dificuldades para distinguir entre o variado leque de *expertises* e práticas disponíveis no mercado, isso nem sempre foi assim. Mas, se para o olhar leigo estas identidades, por via das quais estes *experts* são legalmente autorizados, ou informalmente “se autorizam” a oferecer seus serviços, aparecem esmaecidas para os profissionais que hoje se encontram envolvidos neste campo, a defesa das mesmas está colocada como uma luta de vida e de morte.

Desde a sua consolidação profissional, no início do séc. XIX,⁸ a Psiquiatria afirmou-se sobre o campo dos fenômenos “orgânico-morais”, desdobrados desde o fenômeno paroxístico da loucura, com a conseqüente definição do império da autoridade médica sobre ele. Somente o advento da Psicanálise, na antevéspera do séc. XX, iria trazer alguma alteração a este *status quo*. Tanto pelo fato de fazer oscilar o pêndulo rumo ao pólo psicológico desse campo, direção desfavorável para a afirmação organicista e médica da Psiquiatria, quanto por borrar os limites tradicionalmente médicos, entre o funcionamento psíquico normal e o patológico.

Além dessas rupturas, mesmo mantendo-se numa linha de continuidade e concordância com o fato de que o tratamento das situações relativas ao campo médico-

⁷ Além de uma intensa difusão e generalização da presença dos signos, significados e práticas advindos desse campo dos saberes e práticas médico-psicológicos no interior da cultura, sua face mais visível e sintomática, para Castel essa experiência social encontra-se marcada por uma “promoção do trabalho psicológico sobre si mesmo que faz da mobilização da pessoa a nova panacéia para enfrentar os problemas da vida em sociedade... um estado do mundo e de um vivido do mundo, cuja total espessura se deve ao que é psicologicamente interpretável e psicologicamente transformável... uma postura cultural que tende a fazer da instalação na psicologia a consumação da vocação da pessoa social” (CASTEL, 1987, p.21).

⁸ Através da aprovação da Lei dos Loucos, em 1838, na Assembléia Francesa, ficou inequivocamente definida a autoridade da Medicina mental sobre todos os assuntos relacionados com a alienação mental (Castel, 1978, p.202).

psicológico exigem, necessariamente, ainda que sob a sua visão renovada, o concurso da tríade “saber-técnica-agente profissional especializado”, a Psicanálise, através da questão colocada por Freud no seu texto sobre a “análise leiga”, vai introduzir um importante questionamento ao direito de exclusividade profissional da Medicina sobre o campo.

Buscando fundar um espaço próprio para os novos agentes profissionais que ela propõe e mantendo-se equidistante das consolidadas e poderosas instituições médicas e religiosas, a Psicanálise - a despeito da condição de ser Freud originalmente um médico que iniciou as suas investigações em torno de uma problemática médica e com as metodologias tradicionais de sua época - advoga em ruptura com o projeto corporativo da Medicina, a independência dos novos profissionais psicanalistas em relação a ambas as instituições.

Manejando a estratégia de perder os anéis, mas conservar os dedos, após os movimentos iniciais de resistência dos círculos médicos à novidade freudiana, a Psiquiatria após a primeira metade do século XX, na impossibilidade de combater a inusitada potência e penetração, reveladas pela teoria freudiana, vai tratar de assimilar a nova disciplina como um enriquecimento do seu arsenal tecnológico de intervenção.

Desse modo, concretamente, em alguns países, sobretudo nos Estados Unidos, a despeito da proposição de Freud da independência da Psicanálise em relação ao poder médico, as organizações psicanalíticas, inclusive as oficiais filiadas a APA, vão se subordinar aos apelos corporativos da Medicina, com a exigência de formação médica prévia, para os candidatos à formação psicanalítica. A situação da Argentina, onde os médicos aprovaram no parlamento um decreto corporativista (Lei Carrillo/1954) que impedia a prática da psicoterapia e psicanálise, por parte de psicólogos, em consultórios privados, pode ser interpretado nessa mesma linha.⁹

⁹ Conforme Katz (1977-a) “A entrada dos não-médicos na clínica psicanalítica provocou fortes reações por parte dos médicos. Brill, médico-psicanalista norte-americano, convidado pela Sociedade

Como analisa Castel (1987), até os anos 60 uma certa estabilização se produziu entre essas duas direções de desenvolvimento desse campo médico-psicológico. Do lado do pólo mais médico e organicista, temos a presença de uma Psiquiatria revigorada em seu pertencimento à condição médica, pelo advento, na década antecedente, dos psicofármacos. A condição de poder se valer das drogas no seu arsenal terapêutico, além de revigorar a identidade médica da Psiquiatria, vai possibilitar o seu deslocamento do espaço - exclusivo e sombrio - do hospício, expandindo a sua clientela potencial e ampliando a sua presença social.

Do lado do pólo mais psicológico, a Psicanálise por sua vez, encastela-se na sua condição de “modelo intransponível na abordagem da problemática do sujeito”(Castel, 1987) e sem nenhum esforço ou intenção de fazer acessível os seus caros e elitistas recursos terapêuticos, para as grandes massas populares, distribui com muito maior generosidade a sua discursividade: os seus conceitos, as suas teorias e as suas idéias, que embalam e embriagam os setores mais refinados financeiramente, a intelectualidade, o mundo artístico e o *grand monde* dos mais favorecidos pela sorte. E pela via do consumo que dela fazem estes setores, fortalece a sua mitologia e é intensamente disseminada, entre a curiosidade e o escândalo, pela via do imaginário da cultura.

Psicanalítica de Viena desde 1908, começa, em 1925, nos Estados Unidos, uma campanha contra a análise leiga, ameaçando inclusive romper com Freud se ele resolvesse impô-la à Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque (a mais importante dos Estados Unidos e de qual Brill era presidente). Jones (Ernest, historiador oficial da psicanálise) diz que se deve compreender a atitude dos médicos americanos como ma continuação da sua luta profissional, visto que por mais de cinqüenta anos eles tiveram que lutar contra toda espécie de charlatões e práticos desqualificados, que desvalorizavam a profissão. Ele também informa que era minoritária na IPA a posição de Freud, favorável ao exercício da Psicanálise pelos não médicos. Com exceção de Ferenczi, os outros psicanalistas influentes afirmavam que a Psicanálise era exclusivamente uma profissão para médicos (Katz, 1977-a,p.38).

*A inclusão da Psicologia e a
complexificação do campo da cultura psicológica.*

Relativamente limitados em seu número e em sua tipologia, os psiquiatras e psicanalistas assistem, em paralelo ao desenvolvimento das suas especialidades e da divisão de poderes técnicos que fazem entre si, ao florescimento de uma intensa curiosidade teórica em relação ao tema psicológico que as suas presenças sociais inspiram, porém não esgotam em todas as suas consequências.

Derivada dos debates que habitavam anteriormente o campo da Filosofia, denominado como sendo o da “antropologia filosófica”, cujo solo epistemológico combinava a ontologia e a metafísica (Japiassú, 1975, p.41) e no interior da qual encontrava guarida uma discussão de caráter abstrato que adotava as temáticas de natureza psicológica, em sua emergência como disciplina autônoma, a Psicologia como área de investigação, ainda não se apresenta como uma concorrente para os dois primeiros e nem ao menos anuncia a sua vocação para constituir-se como profissão. No mínimo porque, diferentemente dos psiquiatras e dos psicanalistas no momento em que eles fazem a sua aparição, lhe falta ainda um saber coerente ou suficiente, uma tecnologia de intervenção para especificá-lo e, o que é mais importante, a definição de um objeto que lhe seja próprio e de um campo de aplicação.

Nascida de um interesse e curiosidade, direcionados ao reverso do funcionamento patológico que nitidamente marcava a origem da Psiquiatria, e que, de algum modo também o da Psicanálise, a Psicologia pretende, pretensiosamente, pontificar sobre um território mais vasto e genérico: *o modus operandis* do funcionamento da mente, dos pensamentos, das emoções e dos sentimentos dos homens normais. Ainda que, de acordo com Foucault (1975), do ponto de vista estrutural, a emergência de toda esta curiosidade que especifica pretensiosamente a Psicologia tenha, ao seu modo, a sua condição de possibilidade definida

pelo exorcismo da Loucura¹⁰ provocado pelo advento e controle da Psiquiatria sobre ela, isso não aparece na cena, como uma evidência, para os sujeitos que, então, se dedicam à investigação psicológica.

O seu grande objetivo está concentrado, no presente momento, em angariar credibilidade para os seus postulados sobre o funcionamento da mente humana. A sua grande busca, nesse caso, é a obtenção da validação da sua disciplina como um saber inscrito no rol das ciências. Os intensos debates teóricos e metodológicos que produzem, ao modo dos partidos, a formação das “escolas psicológicas”, estão circunscritos numa episteme que respirava o ideal da “positividade”¹¹ como uma referência ontológica. E a força de tal ideal faz reproduzir-se, no nascedouro da Psicologia, como disciplina autônoma, alimentando uma tensão assemelhada àquela experimentada pela Psiquiatria em suas origens, quando se debatia entre a opção de ser uma ciência da natureza versus a condição de ser uma ciência do espírito.

A busca de preservar-se da “contaminação” exercida pela especulação filosófica, própria da matriz da qual a Psicologia se origina, força em direção à eliminação daquela “subjetividade” suspeitosa, que, aparentemente, impregna o seu objeto próprio. Tal condição lhe empurra em direção aos ensaios mais seguros, fortemente ancorados na Fisiologia, nos quais se trabalha com a matéria da psicofísica, caucionada metodologicamente pelo “experimentalismo”. Este último, uma espécie de fiador honorável, capaz de transferir-lhe este atributo e de abrir-lhe as portas do seu caminho para uma cientificidade definitiva.

¹⁰ “...o conhecimento da loucura... secretamente fundou a possibilidade de toda psicologia. Não se deve esquecer que a psicologia “objetiva”, “positiva” ou “científica” contribuíra para sua origem histórica e seu fundamento numa experiência patológica. Foi a análise dos desdobramentos que ocasionou uma psicologia da personalidade ; uma análise dos automatismos e do inconsciente que fundou uma psicologia da consciência; uma análise dos déficits que desencadeou uma psicologia da inteligência. Ou seja, o homem só se tornou uma “espécime psicologizável” a partir do momento em que a sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer, a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca e da culpa”(FOUCAULT, 1975, p. 84)

¹¹ Sobre isso ver MUELLER (19 -, p.13): “O sucesso das ciências positivas contribuíra para o descrédito da metafísica, revelando a arbitrariedade dos esquemas dialéticos que a filosofia pós-kantiana da natureza, havia forjado, ao mesmo tempo em que a reação marxista perante o idealismo hegeliano o sepultava no terreno da realidade social e política. De um modo geral as ciências pareciam detentoras da última palavra e supunham-se doravante capazes de relegar para os museus os filósofos e sobretudo os metafísicos...”

De todo modo, o espaço de vocação de expressão dessa Psicologia, nesse momento, são os laboratórios e as cátedras universitárias. Afinal de contas, é como um conhecimento novo que ela pretende se impor. Mas, paulatinamente, a influência social da Psicologia vai se estabelecendo. Não apenas na medida em que as suas idéias e teorias vão sendo requisitadas, como as novas leituras e versões autorizadas cientificamente, adequadas à compreensão dos fenômenos humanos, mas, sobretudo, a partir de um desinibido oferecimento da mesma, em colocar-se à disposição para fazer-se converter em tecnologia, nas mais diversas áreas da vida social. E tal condição se dá, mesmo num tempo em que ainda pairavam imensas dúvidas acerca da adequação das suas hipóteses teóricas, aos fatos e fenômenos que a mesma pretendia explicar. Menos do que um caráter rigoroso dos conhecimentos advindos das suas investigações, ou o rigor dos métodos que ela aplica, o que a cauciona é a ambição de se impor como recurso ideológico, oferecendo nomeações para os novos fenômenos que a redefinição dos sujeitos sociais, em meros indivíduos, está a exigir, nos novos contextos sociais urbanos, industriais e modernizados¹². Por outro lado a sua aproximação com os métodos experimentais e com os esforços de mensuração dos atributos psicológicos dos sujeitos, aos poucos vai se revelando eficaz na geração de algumas tecnologias “psicométricas”¹³, que não tardam a mostrarem-se eficazes e igualmente comprometidas com um conjunto de valores sociais vigentes.

Assim, aquele foco direcionado para o funcionamento humano do “normal”, muito rapidamente, vai se mostrar um filão inesgotável, de rendimento inclusive superior ao âmbito

¹²Sobre o caráter prático da psicologia ver FOUCAULT(1999) In “A Psicologia de 1850 a 1950”: “...no decorrer desses últimos cem anos a psicologia instaurou relações novas com a prática : educação, medicina mental, organização dos grupos. Ela se apresentou como seu funcionamento racional e científico; a psicologia genética constitui-se como o quadro de toda pedagogia possível... Inversamente a psicologia se colocou como questão os problemas suscitados por essas práticas :problema do sucesso e fracasso escolar, problema da inserção do doente na sociedade, problema da adaptação do homem a sua profissão. Através desse laço constante e apertado com a prática, através dessa reciprocidade de suas trocas, a psicologia torna-se semelhante a todas as ciências da natureza. Mas estas não respondem senão aos problemas colocados pelas dificuldades da prática, seus fracassos temporários, as limitações provisórias do seu exercício . A psicologia em contrapartida nasce neste ponto no qual a prática do homem encontra a sua própria contradição.. ” FOUCAULT (1999, p.123)

¹³ “Evidentemente , essa transferência das técnicas psicofísicas ao estudo do homem não se deu exclusivamente a uma preocupação epistemológico de assegurar , em psicologia a mesma forma de inteligibilidade científica utilizada nas ciências naturais.Pelo contrario, essas técnicas foram inventadas, sobretudo, tendo em vista responder a uma série de necessidades e interesses de ordem prática. Foi em resposta às necessidades do rendimento econômico que surgiu, por volta de 1900, a psicotécnica, tendo por objetivo central regular cientificamente o trabalho humano... Por tecnologia (psicológica) queremos significar a aplicação da ciência psicológica ao processo social, em resposta à necessidade de maximizar a exploração e o controle do trabalho humano, bem como “racionalizar” sua produtividade...” JAPIASSU (1979, p.34) .

exclusivo do “patológico”, tal como figurava o pólo que se tornou objeto da Psiquiatria. Vocacionadas ao provimento de procedimentos úteis para a gestão dos coletivos, dos ajustamentos humanos aos processos de trabalho, dos procedimentos “espirituais” de adaptação social, da adaptação mental, da aprendizagem escolar, as tecnologias psicológicas que vão se produzindo, ainda que “singelas” ou “ingênuas”, em relação aos cânones e rigores científicos exigíveis, vão redefinindo o próprio conceito de “êxito” disciplinar.

Por esta redefinição a Psicologia terá que ser forçosamente uma disciplina socialmente “exitosa”, a despeito da persistência de algumas deficiências básicas e elementares, que nunca deixaram de acompanhá-la. O que não passaria despercebido a alguns dos seus críticos, entre os muitos que ela igualmente passa a colecionar. Como comenta Japiassú (1979, p.29):

“desde sua separação da filosofia, no final do século passado, a psicologia vem merecendo a suspeita e a contestação quanto à sua finalidade, à eficácia de seu método, ao seu rigor e a sua unidade... Em 1928, G. Politzer já a fustigava com a seguinte afirmação: “os psicólogos são cientistas como os selvagens são cristãos”. Em outras palavras, apesar de centenária, ainda se interroga sobre a sua natureza e o seu valor, não só epistemológico mas cultural”.

E efetivamente não são poucas essas interrogações. Mas curiosamente, não são essas críticas externas, ainda que muito importantes, as que mais fragilizam a posição da Psicologia, questionando a validade e a significação do seu saber. Uma das principais fontes de questionamentos que lhe limitam a segurança em suas reivindicações sociais tem a sua origem em posições que vêm desde dentro das suas próprias fronteiras.

A luta fratricida e intestina, levada a cabo no seu interior pelas diversas escolas teóricas que reivindicam preferências e hegemonias, ferem-na fundo e faz esvair,

sistematicamente, boa parte das suas energias. Ao lado da permanente crise da “cientificidade”, na qual encontra-se em disputa a eleição da epistemologia mais adequada para ser destinatária das suas prestações de contas, a questão da radicalidade das diferenças - que vão aos limites do antagonismos - dos modelos cultivados pelas escolas teóricas na busca de explicação dos fenômenos psicológicos, criam-lhe constrangimentos e situações sociais embaraçosas.

Fracasso de crítica entre os mais capazes de suspeitar da fragilidade dos seus arranjos epistemológicos, sucesso de público ou sucesso público em seu desempenho e performance social, o certo é que a Psicologia começa a deixar as cátedras e a condição de mero conhecimento abstrato, para cair no “gosto do povo”, misturar-se com e nas instituições, oferecendo-se a elas, em suas receitas e conselhos. A associação da Psicologia com a condição de forma moderna de tratar dos assuntos mais mezinhas do funcionamento dos sujeitos humanos – na educação dos filhos, na explicação das dificuldades escolares das crianças, como insumo básico para a formação das professoras infantis, na abordagem educacional dos sujeitos excepcionais; na garantia da seleção da melhor força de trabalho, dentre o exército dos disponíveis, na definição dos que supostamente podem dirigir um automóvel, colocando menos riscos para os demais; na busca de localizar os mais aptos e os mais dotados, etc. Sem sugerir grandes profundezas, vai traduzindo, em novas versões de seu saber e tecnologia, certas lógicas de um novo senso, que rapidamente vai se convertendo como o senso comum de toda a cultura.

Tal condição vai colocá-la numa certa linha paralela, em relação à Psiquiatria e a Psicanálise. Se a primeira detém a aura da milenar e poderosa autoridade médica - registro da conjuração da morte e domesticação disciplinar dos infernos da loucura – e a segunda a sofisticação desafiadora do senso comum na produção de explicações sobre o funcionamento incomum do psiquismo humano, a Psicologia, entre ambas, busca de algum modo, fazer a ponte para o banal do psicológico nas mais diversas práticas humanas. Assim, ela ancora, privilegiadamente, a condição de ser, ao mesmo tempo, a formuladora de suas possibilidades de contribuição social e ordenadora das demandas variadas que ela acriticamente ajuda a produzir, e as quais, ela vai se propor, prontamente, a atender.

Este tipo de penetração social entusiasma os seus estudiosos e os impele a sonhar com a condição de sua profissionalização plena, o que efetivamente começa a tomar forma e fôlego, sobretudo após os anos cinqüenta/sessenta¹⁴. E preciso que se registre entretanto, que no interior da comunidade que então ela constituía, tal passagem da condição de cientista a tecnólogo, não se fez sem muitas críticas e questionamentos.

No Brasil, a idéia da existência de uma “psicologia aplicada”¹⁵ provocava repulsa em muitos dos que se dedicavam à pesquisa e ao ensino da Psicologia e, que viam nisto uma ordem de mundanização e banalização da disciplina, indecorosa e indesejável¹⁶. Aparentemente essa situação se repetiu, também em outros países como por exemplo, o Canadá, que a despeito da sua proximidade com os Estados Unidos, teve uma institucionalização tardia da profissão por falta de interesses dos círculos acadêmicos, em favorecer esta possibilidade.¹⁷

Confrontados com o grande interesse e expectativa do público e com a facilidade da Psicologia e dos psicólogos, em fazer promessas de solucionar os mais diversos problemas da vida social, esses escrúpulos dos acadêmicos da Psicologia não conseguirão resistir por muito tempo. Fiadora de significativas expectativas sociais, de que o seu contínuo crescimento e maturação viessem prover a sociedade dos instrumentais seguros e confiáveis, com base nos

¹⁴ Uma boa amostragem dessa condição pode ser obtida no livro “Psicologia en las Américas” organizado por M.ALONSO et EAGLY (1999) onde se analisa o desenvolvimento institucional da Psicologia em 18 países das Américas e um país europeu (Espanha).

¹⁵ Ver sobre a expressão desta situação no Brasil, o texto “Psicotécnicos versus acadêmicos: novos atores em cena” In O mundo PSI no Brasil, RUSSO, 2002, p.37

¹⁶ “No início a psicologia aplicada não era bem vista por muitos intelectuais importantes. Eu me recordo de um artigo do Alceu de Amoroso Lima, no Globo, um editorial em que ele manifestava, com ironia, o caráter pretensioso da psicologia, em querer se fazer uma ciência da alma, que estava reservado ao território espiritual, mais próprio da experiência religiosa. Então como ele, havia os que eram contra essa idéia, mesmo entre os mais antigos da psicologia...” Cf. ANTONIO GOMES PENA, depoimento pessoal, 20 de junho de 2002.

¹⁷ “From its beginnings, psychology in Canada had been primarily a research discipline with a strong emphasis on experimental methodology. Clinical psychology did not emerge as a specialty until well into the 70s. The unique political arrangement within Canada that places health care as the responsibility of each province, was a major impediment to the formation of an integrated national position and response, and thereby contributed to the relatively late development of professional psychology within Canada. However, the late emergence and slow development of professional psychology was in large measure due to the reluctance on the part of CPA (Canadian Psychological Association, founded in 1939) to encourage and to facilitate its development “ In ADAIR (1999, p.94).

quais o comportamento humano poderia se tornar previsíveis e antecipáveis – e, portanto, controláveis – a Psicologia segue o seu caminho próprio e independente.

Tal fato não significa que a Psicologia perca os seus vínculos com a Psiquiatria e com a Psicanálise. De algum modo, a mesma se mantém conectada, ainda que de forma secundária e subalterna, seja como conhecimento, seja como profissão, com as áreas da “saúde mental”, ponto principal em que ela faz alguma convergência com os objetos da Psiquiatria e a Psicanálise. E, se a Psicologia, espécie de prima menos nobre de ambas, vai bem obrigado e segue sua carreira solo, com os seus testes psicológicos, aconselhamentos educacionais, ofertando treinamentos e tecnologias gerenciais no mundo do trabalho, a intensa interação entre a Psiquiatria e a Psicanálise, ao longo do século XX, fora de tal ordem que a interpenetração da primeira com a segunda, veio trazer-lhe algum fôlego em relação as principais críticas referentes ao caráter duro da sua principal tecnologia – a internação psiquiátrica nos hospícios – oferecendo-lhe uma face mais liberal e uma maior mobilidade geográfica para a sua presença. Deste modo, a Psicanálise contribuiu para a produção de uma versão mais humanizada da Psiquiatria.

Este elemento de interação entre dessas três vertentes principais que constituem o campo dos saberes e práticas médico-psicológicas, não adia entretanto a caminhada da Psicologia para se tornar uma profissão autônoma. Efetivamente, o ritmo de crescimento dessa tendência em se considerar a Psicologia aplicada como profissão iria receber um impulso mais significativo, somente nos anos que se seguem à década de sessenta, no período também denominado como os “loucos anos sessenta”. O foco deste impulso estaria centrado na possibilidade da generalização das tecnologias psicoterapêuticas, com as ultrapassagens do limites tradicionais da sua prescrição. Espécie de causa e efeito, a intensa normalização do consumo deste tipo de tecnologia psicológica, ao mesmo tempo em que revela o novo lugar assumido pelo individualismo e pela subjetividade na cultura, reitera por via da possibilidade do seu manuseio, a sua condição de fronteira última do desenvolvimento humano desejável. Para que compreendamos como tal condição pode se dar, é importantíssimo que levemos em consideração alguns aspectos das importantes transformações sociais, operadas no interior da cultura ocidental neste período.

A produção do psicologismo como um horizonte cultural

Como aponta Robert Castel (1987), numa análise da situação francesa - que pode, entretanto, ser generalizada e estendida em vários dos seus aspectos macro-culturais a outras latitudes, possibilitando a configuração de um certo panorama mundial - as revoluções políticas, ideológicas, artístico-culturais e, sobretudo, comportamentais dos anos sessenta, produzem importantes questionamentos institucionais e redefinições nos valores sociais vigentes. Tais mudanças vão incidir em vários aspectos da vida social, mas, especificamente, vão trazer fortes impactos e influir na produção de uma intensa rearticulação dos campos profissionais dos quais estamos tratando.

Para o que nos interessa reter dessa análise, poderíamos dizer que os movimentos contra culturais dos anos 60 romperam as últimas barricadas que ainda defendiam e protegiam as instituições sociais, do assédio dos valores do liberal-individualismo. Após a liberação do corpo, do sexo, da palavra, pode se instituir, com plenitude, como valor reinante o império das individualidades subjetivadas e das subjetividades individualizadas, erigidas à condição de modo de expressão privilegiada da condição humana. Nesse contexto, as novas reivindicações do “sujeito” terão sempre precedência sobre os ditames das instituições coletivadoras, agora carimbadas pela acusação de repressivas, coercitivas, normativas. A família, a escola, o trabalho, o partido ou instituições tradições, tais como a do casamento, vão ser submetidas a um forte tensionamento, no qual se buscará revelar a sua potencialidade repressora, a sua condição de conspiradora contra a liberdade plena dos indivíduos.

Mas, se o alvo das críticas políticas são as instituições duras e repressivas, o início dos anos setenta vai ser caracterizado, como explica Castel, (1987, p.17), por uma espécie de metamorfose das práticas médico-psicológicas que tenderão a uma presença mais capilar e dissimulada na sociedade. Assim, como ele expõe, este período estará marcado,

“paradoxalmente pelo começo de uma reorganização das práticas médico-psicológicas, através da qual elas se desembaraçam melhor dessa cumplicidade direta (para com as instituições repressivas da psiquiatria; acréscimo nosso) e se banalizam no interior de uma ampla gama de intervenções diversificadas (trabalho social, perícia, ação sanitária, gestão das populações de risco, e até “terapia para normais”) das quais não se pode mais desvendar as funções complexas que assumem, colocando à frente seu caráter coercitivo, segregativo, repressivo...”

E, é neste contexto sócio-cultural, propício para o espraiamento de todas as reivindicações do sujeitos - e no interior da qual se arma a tempestade da “cultura narcísica”, que assolaria os anos finais do século XX - que será caucionada a subjetividade individual como o referente último e mais importante, a ser considerado em todas as transações culturais.

Também, a despeito de que, como disciplinas e organizações profissionais, a Psiquiatria, a Psicanálise e a Psicologia possam ter mantido, nesses últimos anos, alguma ordem de especificidade, que regula minimamente as identidades dos seus integrantes, nunca mais as distinções entre essas disciplinas e profissões, poderão ser levantadas como critérios precisos do que quer que seja. A difusão dos signos, significados e práticas oriundos destes campos profissionais, no interior da sociedade, faz com que, do ponto de vista do leigo, essas matérias apareçam de modo indistinto.¹⁸

¹⁸ Enquanto a Psiquiatria extraí a sua força e poder da sua vinculação com a instituição corporativa da Medicina, e a Psicanálise, de um estatuto próprio da sua condição de saber original e fundador, a identidade profissional da Psicologia aparece como a mais vulnerável entre as três. A diversidade das correntes teóricas que a influenciam e a precariedade do seu lastro histórico - condição de saber meramente derivado da Filosofia - atinge em cheio a identidade profissional dos psicólogos, na perspectiva de sua desvalorização. Na medida em que o ordenamento corporativista da Psiquiatria não lhes oferece qualquer guarida, um das respostas a essa desvalorização seria a intensificação entre os mesmos, do movimento em direção a assumirem a Psicanálise como seu ponto de referência. Desse modo, apesar da condição da Psicanálise, de ser apenas mais uma das escolas teóricas que nutrem a Psicologia, do ponto de vista profissional ela se encontra destacada como uma referência diferenciada que retifica o status depreciado de um certo contingente de psicólogos, num contexto de explosão da difusão das práticas psicoterápicas.

Transposto para o plano da cultura leiga, entretanto, aquele elemento estrutural do dualismo filosófico “corpo e mente” que referencia, desde as origens, o humanismo ocidental constitui-se agora como um imenso *continuum* em que as subjetividades individuais deslizam ao sabor das ondas. Trata-se da instauração do reino da “cultura psicológica” ou da difusão da Psicologia e do psicologismo no interior da cultura.

Provedora dos signos, significados e práticas que dão acesso ao reino da subjetividade plena, esses saberes e práticas médico-psicológicos - cuja difusão intensa expressa a presença da cultura psicológica – serão, entretanto, experimentados pelos sujeitos diferentemente, a depender do modo como os mesmos se filiam ao seu universo. Se, na condição profissional, de provedores, retroalimentadores, produtores culturais, “sacerdotes” ou “catequistas” da mesma, serão variados os níveis e tipos de profissionalização que se tornarão possíveis no seu interior, correspondendo tal condição a uma posição ativa como um agente de produção da psicologização. Se, na condição de consumidores, na diferenciação das intensidades possíveis em que ela se faz presente em nossas vidas, é inevitável que, de algum modo, profissionais ou leigos, estejamos todos submetidos a alguma ordem de consumo passivo dos conceitos, idéias, formas de pensar, que dela derivam.

Isso na medida em que os seus conceitos, as suas proposições acerca do funcionamento subjetivo da nossa condição humana se transformaram em reles moedas de troca simbólica no interior da nossa cultura. Matéria que dá forma e conteúdo para as mais simples e despreziosas comunicações entre as pessoas, irremediavelmente perdida qualquer consciência acerca do fato de que, um dia, tais produções estiveram sob suspeita e desconfiança e não passavam de uma mera tentativa de transformar o próprio homem em um discurso teórico e objeto das ciências.

A desordem das Profissões no campo médico psicológico

Como afirmamos anteriormente, a instauração do campo da cultura psicológica, representa uma séria limitação às distinções precisas entre os variados elementos teóricos, técnicos e profissionais, que entraram, entram, e seguirão entrando, permanentemente, na sua criação e recriação, ora ainda em curso.

Esse tipo de dificuldade, de distinguir, impera plenamente no universo dos bens simbólicos, onde circulam os signos e significados, oriundos deste universo. Não é raro que encontremos pouco rigor discriminatório, por parte dos leigos, na constituição de um “senso comum” psicológico, combinando de forma incongruente - e de um modo que parece bizarro, aos agentes e consumidores mais iniciados nos seus labirintos-referências, formulações, idéias ou conceitos, que, muitas vezes, têm as suas origens em escolas ou teorias muito diferentes e, às vezes, até incompatíveis.

Mas, se tal dificuldade de saber “quem é quem” e “o que é o que” se expressa assim no plano simbólico, ela está apenas refletindo a multiplicidade das presenças, que se materializam, no plano do mercado e das ofertas dos serviços e tecnologias médico-psicológicas. Com efeito, nesse plano, a ampla diversidade das ofertas, confunde o leigo tornando-se difícil a distinção entre os tipos de profissionais disponíveis, suas técnicas e seus serviços.

Assim, psicólogos, psiquiatras, psicoterapeutas, psicanalistas, psicopedagogos, psicomotricistas, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, terapeutas de família etc., etc., são alguns dos profissionais que vão oferecer seus serviços no que constituem um amplo leque de opções. Isso sem falar nas combinações possíveis, entre esses

títulos profissionais e as mais variadas terapias de todas as diversas escolas psicológicas¹⁹ que os mesmos assumem como parte das suas identidades: freudianos, reichianos, gestaltistas, lacanianos, cognitivistas, behaviorista, analistas transacionais, psicodramatistas, morenianos, analistas institucionais, analistas sistêmicos, etc., etc..

Entretanto, a existência dessa face múltipla e complexa com a qual a cultura psicológica se apresenta socialmente não quer dizer que, internamente a ela, todos estes sujeitos profissionais, que são ativos agentes da sua instauração, desdenhem das identidades, ou cultivem despreço pela questão. Muito antes pelo contrário, a despeito da grande margem de liberdade que os mesmos têm para se “inventarem” profissionalmente como tais, assimilando ou assumindo alguma das formas de combinação restrita de alguns destes elementos – por exemplo “médico-psiquiatra-psicanalista-ludoterapeuta” ou “psicólogo-bioenergético-psicomotricista” ou “assistente social-terapeuta familiar” etc., etc.- os mesmos, tendem a ser profundamente auto-identificados e ferrenhos defensores das suas escolhas e combinações.

Todavia, a liberdade da qual eles desfrutam para se inventarem a si mesmos como tais, combinando os vários elementos disponíveis, não significa que esse campo esteja marcado por uma completa desregulamentação jurídica ou social.

De fato, alguns dos elementos limitadores para estas escolhas, encontram-se relacionados com os processos de formação disponíveis, com certos quadros organizativos espontâneos que delimitam as escolas e especialidades, e pelo estatuto jurídico que define o exercício das profissões regulamentadas em cada país.

¹⁹ Isso para lidarmos apenas com as referências mais consagradas, pois exercícios de levantamentos feitos em meados dos anos 70, na tentativa de recensar as várias modalidades de psicoterapias e terapias psicológicas existentes, trabalhavam com cifras acima de um milhar. O advento mais recente das técnicas orientalistas de todo tipo, que desde então, intensificaram as suas presenças neste campo, associadas à recuperação romântica de técnicas divinatórias, espiritualistas e místicas que os terapeutas psicológicos ora reeditam, complexificaram bastante este panorama.

O estatuto incerto da Psicanálise, no quadro de definições profissionais, representou, entretanto, um ponto de apoio importante para a instauração de uma subversão no caráter estrito da vigência do conceito tradicional de profissões, no interior do campo médico-psicológico. Historicamente, as duas profissões mais características que adquiriram “direitos” regulamentados de exercício de prerrogativas, no campo dos saberes e práticas médico-psicológicas foram a Medicina e, a contragosto dela, bem mais recentemente, a Psicologia.

A despeito do fato de que a fundação do campo tenha estado tão profundamente vinculada, desde as suas origens, a uma exigência da “profissionalização” de um certo campo social de cuidados, a importância dessa questão manteve-se, ao longo dos tempos, num registro contraditório²⁰. Pois afinal, como já assinalamos, toda a estruturação desse campo médico-psicológico iniciou-se a partir dos momentos em que se instituiu a figura de agentes especializados, laicos e profissionalizados, como sujeitos diferenciados socialmente por sua condição de portadores dos melhores recursos técnicos para abordagem da Loucura - tomada agora como uma doença - na medida em que poderiam fazê-lo através de práticas caucionadas por um saber, fundado numa racionalidade científica. Este processo de instituição de agentes laicos especializados, que, em suas origens se baseou na idéia de que a existência dos mesmos fosse um privilégio de uma certa corporação profissional - no caso da Medicina, que inclusive travou encarniçada luta pelo domínio desse campo contra outras instâncias sociais contra quais competia²¹ - viu, com a surpreendente expansão do campo de intervenção, representada

²⁰ Seguimos aqui a hipótese básica de Castel (1978), que vê no processo de institucionalização da primeira Medicina Mental, precursora da moderna Psiquiatria, um ato modelar de criação da figura da “perícia” como um instrumento auxiliar, fundamental, para a gestão do Estado Moderno. Tal ato confere “poderes sociais especiais” a um grupo específico, no interior da sociedade, tomando como base a sua condição de portador de um saber técnico especializado. Segundo ele, a natureza desse poder concedido e reconhecido pelo Estado, é sempre política. Assim a Medicina Mental, através dos seus “profissionais” - pode se responsabilizar por uma prática - a da internação - que concretamente restringia “direito” dos cidadãos que estavam sob sua responsabilidade. Nesse caso a loucura, como um campo de intervenção e de cuidados sociais, figuraria como protótipo de uma prática pericial. CASTEL (1978, p.143).

²¹ “Ao fundar o seu processo de institucionalização na definição da proeminência de um poder técnico, do tipo médico, como o adequado manejo dos transtornos mentais, a nascente Psiquiatria, altera a ordem social vigente, no que diz respeito à abordagem das situações relacionais com a Loucura, até então experimentadas na vida sócio-comunitária. Pode-se mesmo afirmar que, em suas reivindicações de exclusividade, ela desloca e usurpa os espaços ocupados pelas “outras instâncias sociais até então legitimadas neste mister : o clero, a família, a comunidade, o poder judiciário, a medicina comum, etc.etc” (Castel, 1978, p.182). E ainda que não as tenha suprimido de forma absoluta nesta função, logrou na trajetória de sua implantação pelo menos subalterniza-las eficientemente, referindo-as aos seus códigos, normas e regras” (SILVA, 1995,p.54).

pela instauração da cultura psicológica, diminuir paulatinamente a importância e proeminência dessa corporação. E, ainda que em sua estruturação, esse campo das práticas médico-psicológicas tenha mantido, até a atualidade, a mesma linha de reafirmação da prerrogativa que os protagonistas dessa cena social que trata da loucura e dos transtornos mentais, sejam constituídos apenas por agentes profissionalizados portadores de um saber de natureza técnico-psicológico, hoje, no seu apogeu, assistimos a uma crescente perda de importância e diluição daquelas identidades corporativas iniciais, como um elemento de importância.

Para que isso acontecesse, foi fundamental a possibilidade aberta pela Psicanálise, de aceitação de que, inclusive, sujeitos “não-médicos” pudessem atuar como terapeutas e agentes profissionais. A estes sujeitos, mesmo que originalmente não tivessem uma formação vinculada a saberes terapêuticos, o único requisito exigido era a condição de se submeterem a uma formação teórica e prática na matéria psicanalítica, realizada fora do aparato oficial tradicional de preparação universitária.

Assim, do ponto de vista da profissionalização, Freud advogou uma atitude de ruptura com os modos tradicionalmente instituídos e se insurgiu contra todas as formas de sua regulamentação jurídica, por via de dispositivos estatais, defendendo para si um estatuto próprio e diferenciado para a formação, organização e regulação dos seus agentes.

Durante o período de expansão da disciplina que ele havia criado, Freud instituiu a Associação Internacional de Psicanálise, como instituição fiadora que credenciava as organizações locais como as suas autênticas representantes, e, através dessas, controlava o credenciamento dos psicanalistas que a elas se filiavam.

Como analisa Castel, (1987, p.134) a crise política experimentada pela Psicanálise nos fins dos anos 60 e princípios dos 70, sobretudo através do cisma lacaniano²², vai estabelecer importantes re-ordenamentos no campo psicanalítico, promovendo uma liberalização e vulgarização do acesso dos profissionais do campo médico-psicológico à condição de praticantes da Psicanálise. Tal condição, vai inclusive produzir a superação da condição hegemônica da mesma, como teoria e prática mais influente entre os agentes do campo médico-psicológico.

A ruidosa crítica comandada por Jacques Lacan, dirigida contra os escalões superiores que governavam a Associação Internacional de Psicanálise - e que resultou no seu desligamento dessa organização - tinha dois alvos: um teórico e outro político-organizacional. Por um lado, clamava por um “retorno” à radicalidade do texto de Freud, numa retomada de um esforço de interpretação da teoria freudiana contra as “deformações” que lhe impuseram os seus seguidores “infíéis”, sobretudo a partir do triunfo de um certo estilo de “psicanálise do ego” ao modo norte-americano (e que tinha grande influência na direção da IPA). Denunciada como “adaptativa” e “traidora” das intenções freudianas, essa forma de compreender a Psicanálise teria como se correspondente organizacional, formas políticas de administração da transmissão da disciplina, de formação e de filiação dos psicanalistas às entidades credenciadas oficialmente pela IPA. Neste caso, a denuncia estava dirigida ao “credencialismo burocrático” que predominava, no qual, em detrimento da verdadeira “experiência psicanalítica” resultante do rigor ético e teórico do psicanalista para com a sua análise pessoal e o texto de Freud, vigorava os efeitos de conformidade grupal e os aspectos formais e estatutários da vida associativa.

²² O advento da crítica teórica e política, conduzida pelo psicanalista francês Jacques Lacan, nos fins dos anos 50, e dirigida ao establishment da Psicanálise, representado à época pela IPA - Associação Internacional de Psicanálise, vai produzir um cisma de grandes ressonâncias, que implicará na perda de controle das instituições oficiais sobre o processo de disseminação da Psicanálise. Este fato, que inicialmente impactou internamente as relações no interior da Psicanálise francesa, produzirá efeitos na conjuntura da Psicanálise em vários países, inclusive no Brasil (Ver a respeito em Figueiredo, 1984) no que diz respeito ao processo de difusão da psicanálise. Nenhum dos outros cismas ocorridos no interior do movimento psicanalítico internacional, ao longo da sua história – alguns célebres, tais como o que resultou na saída de Carl Jung ou na expulsão de Wilhelm Reich - foi capaz de produzir, em extensão e profundidade, os efeitos políticos gerados pela expulsão de Jacques Lacan da organização psicanalítica francesa filiada a IPA. Em pouco tempo o “lacanismo” se tornou uma das mais influentes correntes da psicanálise mundial, ultrapassando em importância e número de seguidores das outras “confrarias teóricas” que lhe antecederam.

Com a difusão do movimento lacaniano, os controles estabelecidos através de mecanismos de credenciamento oficial pela instituição “matriz” (no caso a IPA) das organizações e grupos psicanalíticos constituídos nos diversos países, vão decair em sua importância e prestígio, dando margem à multiplicação incontrolável de pequenos grupos de “formação” psicanalítica que se nutrem, exatamente, da sua condição de filiados a um discurso teórico, contestatório das autoridades formalizadas.²³ No qual, para Lacan, apenas a “autenticidade” da experiência psicanalítica radical, onde o candidato a psicanalista defronta-se durante o seu tratamento, com o seu “fantasma” pessoal, poderia formar um analista. Daí a máxima, proclamada “ad nauseam”, que aparece de forma trivializada no discurso do “lacanismo” afirmando que a “autorização” do psicanalista só poderia advir de si mesmo, a partir de sua experiência íntima e rigorosa com os efeitos da psicanálise sobre si.

No Brasil, de certo modo, esses grupos se aproveitam e levam às últimas conseqüências essa crítica lacaniana que afirma que nenhuma organização burocrática pode garantir que alguém vá se tornar um analista, somente porque freqüentou a um conjunto de atividades de formação, organizadas e propostas por uma instituição. Por mais que essa instituição seja oficial e credenciada. A inadequada banalização dessa idéia de que o “psicanalista autoriza a si mesmo”, que vulnera a mística do controle das organizações sobre os candidatos a psicanalista, poderia ser utilizada para explicar a multiplicação em dezenas de pequenas instituições que passam a se constituir em uma alternativa para a obtenção de formação psicanalítica.

Na verdade, entre nós, essa crise nas instituições psicanalíticas, repercutiu um pouco mais tarde, já no final dos anos setenta e início dos oitenta, e, ainda que, de algum modo, se

²³ Antes da vaga lacaniana, um movimento liderado por Igor Caruso, fundador de um grupo de psicanalistas em Viena, nos fins dos anos 30, havia fomentado o aparecimento de uma “Segunda Internacional” da Psicanálise, representada pela Federação Internacional de Sociedades de Psicanálise, que reunia entidades não reconhecidas pela IPA – International Psychoanalytic Association. Este movimento, entretanto não estava baseado em divergências teóricas fundamentais com a entidade criada por Freud, se insurgindo mais contra o “dogmatismo institucional” que “roí a psicanálise ortodoxa” (Igor Caruso apud Katz, 1977-a) e ainda que se colocasse como uma “alternativa”. A IPA dissimulava a competição que estabelecia em relação a ela e não representava ameaça à sua hegemonia. No Brasil ela estava representada pelos Círculos Psicanalíticos de Porto Alegre, criado nos fins dos anos 50, posteriormente Belo Horizonte, Rio de Janeiro e depois Recife.

apoiasse nas possibilidades abertas pela crítica lacaniana, combinou outros ingredientes locais. A denuncia da alienação política das instituições psicanalíticas brasileiras – incluindo a grave denuncia de omissão de seus dirigentes frente à situação que envolveu a colaboração de psicanalistas com processos de tortura conduzidos pelo regime militar - aliadas ao autoritarismo burocrático, que limitavam as possibilidades de crítica no seu interior, por parte de alguns psicanalistas mais progressistas, foram alguns dos seus motivos mais explícitos. Mas, a questão do acesso restrito e elitista, aos processos de formação, conduzidos por essas instituições, que envolvia a questão de controle mercadológico do campo talvez possa ser divisada como motivação principal.²⁴

Desse modo, pode-se pensar que o cisma lacaniano atingiu fortemente a estabilidade da organização da Psicanálise e levou a um esfacelamento do controle teórico, ideológico e profissional que ela conseguia manter, até então, sobre os que estavam credenciados à sua prática e se obrigavam a pertencer às suas organizações oficiais. Um dos efeitos principais que decorrem desta situação estaria relacionado com a já citada perda de controle e perda da hegemonia da Psicanálise sobre o campo médico-psicológico, conseqüentemente, a sua capacidade de controle sobre os usos profissionais e técnicos, acionados em seu nome.

Além de possibilitar a produção e a proliferação dessa “Psicanálise bastarda” - porque não autorizada e vulgarizada e que, no caso brasileiro, alimentará um importante mercado de formação dos novos psicólogos ávidos em agregar valor à identidade profissional, frágil e depreciada, que possuíam a época - no plano mais geral, essa perda de controle da Psicanálise, com suas exigências e rituais institucionais, vai dar margem a expressão do vasto leque das terapias “pós-psicanalíticas”, que ocupam e fazem expandir os territórios da “cultura psicológica”. Todo este processo culmina, concretamente, numa certa “desprofissionalização” do campo médico-psicológico - no sentido corporativista assumido pelo termo profissão - na medida em que, desde então, as corporações profissionais estritas - psicólogos, psiquiatras, psicanalistas - deixam de ser os elementos mais importante na constituição das identidades

²⁴ Sobre a presença da “crise” nas instituições psicanalíticas no Brasil pode-se consultar a obra que reúne um conjunto de depoimentos com opinião de um grupo de psicanalistas “politizados” da época e tem como título “Crise na Psicanálise” organizada por Gisálio Cerqueira (1982).

dos agentes, como uma espécie de marca registrada e possibilidade definidora da atuação neste campo social

Isso significa que as regras de legitimação dos agentes profissionais, tradicionalmente aceitas nas sociedades modernas, baseadas na obtenção de títulos através do ensino universitário, estrito senso, ficaram fortemente deslocadas a favor de outros referenciais, mais internos e mais específicos da comunidade dos agentes e consumidores que integram a cultura psicológica. Mais do que o diploma universitário, o que vai ser valorizado são as formações extra-universitárias, os treinamentos pessoais, a condição de iniciação a uma determinada técnica, a participação social no interior de uma sub-comunidade de agentes, que partilham pontos de vista e escolhas comuns. O sectarismo se converte assim, em um modo de organização prevalente das escolas teóricas e técnicas dos mesmos.

O prestígio da técnica; do mentor que a transmitiu; da organização da qual ela faz parte, a demonstração da capacidade do sujeito em assimilar os seus ensinamentos e revelar isto através de sua performance técnica ou intelectual, o grau de confirmação do mercado do seu reconhecimento, se convertem em credenciais mais importantes do que o título universitário, originário de uma profissão. As fontes da autoridade ficam, portanto, deslocadas, transformando o espaço profissional das práticas médico-psicológicas, num espaço de definições mais flexíveis do que em outros ramos das atividades profissionais.

Deste modo, mesmo contando com um quadro jurídico das profissões regulamentadas que prescreve limitações para o exercício das profissões, essas limitações ficam relativizadas em vários aspectos e dimensões quando se trata dessa comunidade. Aparentemente, o poder do quadro jurídico não seria suficientemente coercitivo, pelo menos no caso brasileiro, para bloquear o acesso a certas dimensões do mercado de oferecimento de práticas médico-psicológicas, de indivíduos que não pertencem, por definição legal aos corpos das duas profissões (Psicologia e Medicina) regulamentadas e que deveriam exercer o domínio sobre este campo.

Essa condição poderia, talvez, explicar porque é que, esse tema das “profissões”, no sentido corporativo das mesmas, tão poucas vezes tenha sido tomado como um referencial analítico importante, quando se trata da investigação do campo dos saberes e práticas médico-psicológicas. Aparentemente, o universo das relações formais que são estabelecidas em tal dimensão não se constituiria como os elementos mais significativos que orientam as produções teóricas, técnicas e ideológicas, que nele se estabelecem.

Afinal, nesses termos, um psiquiatra pode muito bem ser um psicodramatista que repugna a utilização dos psicofármacos e protesta contra a utilização da internação psiquiátrica, ao mesmo tempo em que um psicólogo comportamentalista que assiste a crianças autistas, apesar de não poder legalmente prescrever medicamentos, apóia a realização do seu trabalho no uso deles, crente nas mais recentes hipóteses da química cerebral. Assim, efetivamente, apesar do tom escandaloso que possa ser assumido por alguns psicólogos e médicos, situados nos redutos mais corporativos dessas profissões, na crítica ácida ao fato de que uma assistente social ou terapeuta ocupacional assuma, no serviço público ou nos seus consultórios privados, a clínica psicanalítica como um recurso do seu arsenal profissional, esta é uma possibilidade já totalmente integrada no contexto do mercado das práticas médico-psicológicas.

A Psicologia como profissão: um recorte num campo complexo.

Apesar destas limitações e dificuldades que se impõem à pretensão de que os grupos profissionais específicos, atuantes neste campo da cultura psicológica, possam vir a ser tomados como elemento significativo para elucidar aspectos relativos às suas dinâmicas ou produções teóricas, técnicas ou culturais, entendemos ser possível enfrentar o desafio e explorar exatamente esse viés. Deste modo destacamos neste universo social e cultural complexo da “cultura psicológica” - ou no “poliverso psi”, como prefere denominá-lo Gregório Baremlitt (1998-b) – aquela dimensão constituída empiricamente pela presença,

formalizada e instituída do agrupamento de agentes especializados constituído pelos “psicólogos profissionais” ou “profissionais psicólogos”.

Desse modo, a multiplicação dos psicólogos, que nesta altura somam mais de 120 mil sujeitos identificados com a profissão de sua escolha, não têm razões para colocar em questão a sua existência enquanto tal. E tal identificação, para além das ancoragens pessoais e subjetivas que possam sustentá-las, encontra várias formas de respaldo na objetividade institucional que organiza e estrutura a vida social: um arcabouço jurídico, um aparato educacional, um sistema de organização e representação política dos seus interesses. E o que é mais importante para configurar a sua efetiva existência social, eles detêm uma inscrição presente no imaginário social da nossa sociedade que lhes garante, do ponto de vista da subjetividade social, a necessária condição de admissibilidade e plausibilidade da sua existência diante dos demais sujeitos sociais, que por esta via podem reconhecê-los como tais.

Essa última condição, constitui-se num dado fundamental, na medida em que é o que possibilita os variados tipos de transacionamentos sociais entre os sujeitos profissionais - que detêm, inclusive juridicamente, o direito de se nomearem como sendo “os psicólogos” - e os demais integrantes da sociedade.

Portanto, exercitando o diálogo entre a percepção que enfoca a condição de pertencimento da Psicologia a um campo social mais amplo e aquela possibilidade de reconhecê-la de um modo destacado neste contexto – sem, no entanto, pretender isolá-la - o nosso interesse no presente trabalho se voltou para o exame de aspectos relacionados aos processos da sua institucionalização como uma profissão autônoma, no contexto da sociedade brasileira. Ou seja, o nosso foco de análise buscou explorar aquele espaço social constituído por esses agentes, a partir das suas vinculações e identificações com o seu pertencimento ao âmbito daquilo que criticamente nomeou-o Hilton Japiassu como sendo o espaço da “*psicologia dos psicólogos*”, exatamente com o fito de enfatizar os desdobramentos sociais de natureza tecnológica, que fizeram derivar de uma disciplina marcada por inúmeros

problemas – a Psicologia – um campo variado de aplicações sociais, manejadas por seus agentes profissionais especializados (Japiassu, 1979).

Sem prejuízos de sua inscrição no contexto da cultura e do mercado das práticas médico-psicológicas - que já cuidamos de descrever - o destaque que reivindicamos está relacionado com a necessidade de elucidarmos os efeitos sociais e institucionais que são engendrados a partir dessa presença e que hoje se materializam com fartura no contexto da sociedade brasileira, sob o formato de agentes, agências, tecnologias, teorias e práticas. E o maior interesse que nos moveu, para a focalização e destaque deste agrupamento profissional no contexto da cultura psicológica brasileira contemporânea, esteve intimamente ligado, às condições datadas do seu aparecimento como tal, aos processos relacionados com o seu crescimento contínuo, e, sob certo ponto de vista vertiginoso, bem como à sua performance social e corporativa, como o mais numeroso e amplo segmento profissional que constitui este campo. Desdobraremos um pouco mais essas questões.

A psicologia como profissão na cultura psicológica

De certo modo, os estudos que focalizam o “boom” da cultura psicológica no Brasil dos anos 70 (Figueira, 1988; Russo, 1993) fazem registrar como um dos seus indicadores mais importantes a proliferação dos cursos de psicologia. Outras análises, (Katz 1977-b, p.91; Coimbra, 1995, 1993, 1999) tomam o mesmo fenômeno da multiplicação dos centros formadores de psicólogos, para indicar os esforços de despolitização levados a cabo pelo regime militar pós-64. Nessa versão, a intensa ampliação da presença de escolas de psicologia durante o regime militar - que teria reprimido academicamente as áreas ligadas aos saberes humanos e sociais e em contrapartida, se não incentivado, pelo menos consentido e apoiado a substituição dos institutos de ciências sociais pelos dos saberes psicológicos e de comunicação – seria explicada pela necessidade de produção de discursos que reinscrevessem as graves problemáticas político-sociais então existentes, como um novo discurso sobre os

sujeitos e suas subjetividades, contribuindo para a produção de versões acríticas e simplificadoras da realidade social.²⁵

Entretanto, apesar de reconhecidos em sua pujante presença, como uma espécie de principal “expressão sintomática” que evidenciaria a plena vigência da cultura psicológica no interior da sociedade brasileira, raramente o grupo profissional dos psicólogos e os sentidos que os mesmos atribuem à sua condição de se constituírem como uma corporação têm sido tomados, de um ponto de vista mais interno, em suas especificidades. Assim, eles não têm sido considerados como objeto de interesse e investigação, articuladamente com as perspectivas desnaturalizantes que questionam as bases da constituição do campo dos saberes e práticas médico-psicológicos. Tampouco temas relativos aos seus processos organizativos, suas ideologias como grupo profissional, suas produções como agentes políticos organizados sob o formato de uma profissão, têm sido vistos como elementos relevantes na estruturação deste campo de investigação.

Raros são os trabalhos dele derivados que se preocupam em fazer alguma conexão entre os aspectos relativos às ideologias psicológicas, especificamente advindas do campo disciplinar estrito da Psicologia ou das práticas desenvolvidas diretamente pelos psicólogos nos mais diversos contextos e suas histórias – objetos mais freqüentes do interesse dos investigadores - com os aspectos relativos aos processos de organização política da profissão.

Geralmente, quando chega a se fazer presente, este aspecto fica subsumido em sua importância, exatamente pela ênfase em demonstrar a liderança ideológica assumida pelas correntes teóricas “psi” na produção das identidades dos sujeitos egressos da formação em psicologia e que atuam profissionalmente no campo da cultura psicológica (Russo, 1993) e/ou

²⁵ “...o crescimento do campo de aplicação psicológica não se deve unicamente ao fato de que a sociedade brasileira ter, finalmente, descoberto a necessidade e as boas qualidades dos atendimentos psicológicos, pois este crescimento atende também às determinações de disciplina e controle da vida social, como os interesses das classes dominantes. E isto beneficia todas as psicologias, desde as behavioristas até as psicanalíticas” (KATZ, 1977-b, p.93).

ênfaticamente em demasia, a dimensão do exercício da clínica e o papel da psicanálise como elementos centrais das disputas e lutas dos psicólogos para se instituírem como uma profissão (Figueiredo, A C., 1984, 1993, 2001).

Outras vezes, são os aspectos históricos ou ideológicos, relacionados com os contextos ou com os conteúdos dos processos da formação acadêmica dos profissionais e da profissão que são colocados em pauta, mas raramente com ênfase nas suas vinculações com os processos de desenvolvimento corporativos da profissão (Esch et Vilela, 2001; Mancebo, 1997). O que passa ao largo em tais perspectivas é a existência de uma outra cena, talvez menos iluminada e de menor glamour intelectual, constituída pelas instituições e atores envolvidos com os interesses e negócios corporativos do grupo profissional, que, talvez em menor escala, igualmente balizam e referenciam a sua presença social. Observados desde essa posição, as questões mais relevantes colocadas estariam menos ligadas às escolhas teóricas ou técnicas dos sujeitos, ou mesmo da relação que os mesmos estabelecem com as correntes teóricas ou escolas psicológicas, e mais estariam derivadas do enfrentamento dos questionamentos e problemas vividos pelos mesmos em relação ao estatuto da Psicologia como uma profissão, objeto de suas escolhas vocacionais.

Com efeito, para além dos debates teóricos e dos embates das escolas, que caracterizam e animam o cenário da “interminável”²⁶ formação dos psicólogos, a condição de pertencimento a corporação específica, com todas as suas características, se coloca para muitos indivíduos como uma questão problemática. O universo das relações formais jurídico-

²⁶ Muito antes que este conceito de uma certa condição “inacabada” do processo de formação universitária, associado à necessidade de um contínuo e permanente aperfeiçoamento dos profissionais entrasse em voga e fosse universalizado como uma obrigação para todas as profissões, como ocorre nos dias atuais, a exigir permanentes complementações de estudos e pós-graduações, ele já se encontrava inscrito como uma espécie de ‘consciência média’ entre os psicólogos. Menos pela percepção da necessidade de garantir a atualização dos mesmos diante dos novos avanços do conhecimento e das tecnologias derivadas, como ocorre com as demais áreas, e mais em função da presença de uma certa percepção da impossibilidade de “totalizar” algo em relação ao seu objeto de interesse. Frases do tipo “pois é, nós psicólogos temos que estudar até o resto de nossas vidas” ou “essa é uma das profissões mais exigentes, porque o psicólogo não pode parar de estudar nunca”, mesmo que possam ser contraditadas pelos estudos empíricos que revelam pequena participação efetiva da categoria, em programas de especialização ou pós-graduação, revelam algo de uma ideologia profissional, cultivada desde a formação universitária e propagada como lugar comum do diálogo entre os profissionais.

corporativas que são estabelecidas nessa dimensão profissional, aparece de forma secundarizada em relação a outros elementos que parecem ter influencia mais significativas na orientação assumida por suas produções teóricas, técnicas e ideológicas.

Espécie de epi-fenômeno ou mero substrato genérico em que se apóiam as variações identitárias assumidas por estes sujeitos, essas dimensões da organização profissional ou da cultura construída no interior da psicologia como uma profissão autônoma e específica, poucas vezes tem estado na tela dos estudos que consideram o campo ampliado das práticas médico-psicológicas. Tampouco têm sido explorados os sentimentos próprios que se associam a essa condição de pertencimento dos sujeitos a essa identidade genérica de ser um profissional de psicologia, buscando caracterizar as variadas problemáticas que podem derivar dessa condição. Muito menos ainda, têm sido enfocados os eventuais efeitos de totalidade, resultantes da multiplicação da presença dos profissionais na sociedade brasileira.

E este tipo de enfoque ganha relevância, sobretudo se os tomarmos como atores sociais que, mesmo que intervindo sob a égide da uma multiplicidade das posições teóricas características dos saberes psicológicos, cultivam como todos os demais grupos culturais alguns elementos identitários que são retroalimentados institucionalmente através de um conjunto de formas jurídicas, crenças comuns e rituais profissionais que lhes são próprios. E esses elementos se convertem em compartilhamento de realidade, a partir dos processos comuns de formação universitária, de socialização, aculturação e *entourage* profissional, através dos rituais de iniciação na vida profissional, estágios, eventos científicos e profissionais, reuniões sociais promovidas pelas organizações associativas, etc., etc..

E especialmente se levarmos em contas que, efetivamente, para milhares de sujeitos, essa condição de fazer parte da profissão e se assumir profissionalmente como psicólogo, significa acertar as contas, identitariamente falando, com a curiosa inscrição social da sua disciplina. Radicalizando nos traços, poderíamos dizer que para muitos isso significa, de um lado, compartilhar uma profissão, aparentemente marcada por um grande prestígio,

curiosidade e valor social, inclusive com uma aura mítica a envolvê-la, e, por outro, significa enfrentar uma dura realidade objetiva de pertencer a uma profissão marcada por intensa falta de balizamentos teórico-técnicos consensuais, com significativas limitações práticas e mercadológicas para o seu exercício, com uma ampla faixa de sub-emprego e desemprego, que cresce quase na mesma intensidade em que são despejados, todos os anos, no mercado, milhares de novos profissionais.

Tais elementos contraditórios os remetem inevitavelmente a um certo pensamento político acerca dos significados sociais da existência do grupo profissional do qual fazem parte, uma interrogação que abrange as possibilidades que, efetivamente, estão colocadas socialmente para a sua expansão como tal, bem como dos limites que se interpõe aos seus desejos de um outro tipo de presença e figuração social. E esses elementos produzem efeitos tanto sobre cada indivíduo em particular que faz parte do grupo quanto estabelece as bases dos comportamentos e das mitologias coletivas da profissão.

Mas, se por um lado os estudos originários na seara da cultura psicológica levam pouco em consideração os aspectos mais específicos das dinâmicas internas da corporação dos psicólogos, de outra parte, no ponto de vista das investigações que pensam esse grupo numa perspectiva mais tradicional dos estudos profissionais, as abordagens apresentadas geralmente têm um cunho “internista”, comprometida com a ideologia profissional do grupo, de certo modo naturalizando os ideais corporativos, reproduzindo-os ou se orientando por eles. Neles, ainda que os mesmos possam divergir entre si, em alguns aspectos ideológicos, fica subtendida sempre, a idéia-valor de que a ampliação dos poderes profissionais e da presença social do grupo é de interesse e benefício social; que a busca do aprofundamento e ampliação da institucionalização da profissão é uma meta em si mesma autojustificada; que as eventuais debilidades ou fraquezas apresentadas devem vir a ser superadas num futuro que será melhor para o grupo e para a sociedade.

O trabalho pioneiro de Sylvia Mello (1978), sobre a profissão de psicólogo no estado de São Paulo, pode ser um bom exemplo da perspectiva que ora criticamos. Aparentemente é inarredável a presença, nas reflexões que abordam a questão profissional na perspectiva corporativa, do compromisso das mesmas, para com os projetos e ideais do grupo profissional:

“orientar a mudança dos rumos da profissão, no sentido de torná-los mais compatíveis com o conteúdo essencialmente social das técnicas psicológicas, é uma tarefa que diz respeito, pelo menos em parte, a vontade esclarecida e ao esforço dos profissionais e dos que estão empenhados na formação dos futuros profissionais. Renovar a prática da Psicologia, a começar pela formação que os profissionais recebem, não é uma tarefa simples, mas é, sem dúvida, uma tarefa urgente”.(Mello, 1978, p.113).

A seqüência de trabalhos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia, com base em pesquisas empíricas realizadas desde 1986, e que foram iniciados com a publicação do livro “Quem é o psicólogo brasileiro” (1988), seguidos dos livros: ”Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços” (1992) e “Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação” (1994), traduzem aspectos da realidade profissional e oferecem bons exemplos de um esforço corporativo para fundamentar as reflexões e a prática política desse grupo profissional através das suas organizações. Do mesmo modo, podem ser considerados verdadeiros documentos que registram vários elementos sobre o processo de estruturação do pensamento dos psicólogos, tomados como um agrupamento social reunido sob a identificação do compartilhamento da esfera profissional.

Mesmo em um trabalho de cunho desnaturalizador e crítico como é o caso de Bock (1997, 2000, 2001), em que a autora busca evidenciar os limites que se encontram associados ao conceito de “fenômeno psicológico”, tal como ele aparece definido no discurso e na prática

dos profissionais e nas publicações de suas entidades associativas, a idéia-valor da profissão queda como um bem em si mesmo, instituída e inquestionada. Outros olhares sobre a dinâmica do campo profissional, igualmente deduzida dos conteúdos veiculados em suas publicações (Maciel, 1999), fazem um mero recenseamento de temas supostamente “inscritos” no imaginário social, a partir da condição de terem sido veiculados nos órgãos noticiosos da categoria no Rio de Janeiro - no caso o informativo “Argumento” do Conselho Regional da Psicologia do Estado, no ano de 1977 - pouco acrescentando em termos da articulação entre os aspectos profissionais abordados, os modos de organização da profissão, as condições sociais que lhe são características e as ideologias profissionais que são produzidas por esse grupo profissional.

Nesses termos, torna-se perceptível a existência de um hiato, no interior do qual queremos trafegar, entre essas várias maneiras de se pensar a presença social da Psicologia e da profissão dos psicólogos na sociedade brasileira. Nesse hiato, ora ela se encontra subsumida no contexto do campo médico-psicológico – mera condição identitária menor e de pouco poder de elucidação - ora ela emerge, naturalizada nos discursos dos seus agentes e catequistas, como uma produção social positiva: inatacável no mérito de suas intenções e inevitável como um dever desejável.

No percurso que deve ser realizado, em busca de elementos que tornem possível a análise e compreensão dos processos de institucionalização e desenvolvimento da profissão de psicólogos no Brasil, vários níveis de abordagem devem ser necessariamente propostos e articulados. Como primeiro deles, pretendemos retomar agora, àquela reflexão, então apenas insinuada na introdução, que nos remete a um patamar básico e fundamental de exploração do tema. A Psicologia, tal como ela está nos interessando aqui, está sendo tomada e compreendida em uma dimensão específica, que lhe qualifica entre outras práticas sociais existentes, como sendo uma profissão.

Mas o que significa exatamente isso? O que significa exatamente ser uma profissão? Como é que as Profissões são produzidas no interior da sociedade e se distinguem das meras ocupações? Como é que uma determinada ocupação pode desenvolver-se em direção a um patamar em que ela passa a ser reconhecida como uma profissão? Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados pelas profissões na sociedade contemporânea, para além daqueles elementos de desconforto resultante das já citadas críticas, a que elas têm sido submetidas desde o ponto de vista da opinião pública? Como devem ser interpretados os discursos que se produzem no interior das profissões? Qual é o significado das enunciações que fazem as entidades corporativas quando buscam estabelecer a imagem pública dos grupos profissionais que representam?

Essas são algumas das questões que estaremos enfrentando no próximo capítulo.

Capítulo II:

Os usos do conceito de Profissão: das suas utilidades e problemas.

Ao pretender tomar um determinado fenômeno sócio-antropológico como objeto de investigação, o seu proponente deve estar pronto para responder as interrogações acerca daqueles aspectos envolvidos no mesmo que tornam relevantes a sua empreitada. Deve ser capaz de apontar aquilo que, em seus elementos ou em sua totalidade, em razão de magnitude ou do seu destaque diacrítico em relação ao contexto, o fazem merecedor de atenção e o localizam como um tema de importância. Enfim, deve ser capaz de sustentar que este fenômeno se constitui num fato social significativo, cuja investigação contribuirá para a ampliação dos conhecimentos acerca da sociedade.

Mas como distinguir um fato social significativo, na miríade de cenas que constituem a realidade social, em sua cotidianidade? Como saber se um determinado fenômeno, efetivamente se destaca, como uma experiência social relevante, antes que ele já tenha sido alçado a essa condição, por meio do seu domínio, pela via da sua circunscrição teórica? Como avaliar previamente as potencialidades de certos temas, de certas situações sociais, que ainda se encontram em estado bruto na realidade - no estado de coisa - ainda não elevados ao plano teórico, pela via de sua descrição ou conversão em discursividade teórica que caracteriza o status de um conhecimento sistematizado.

Algo de risco sempre marca as iniciativas de investigação que se oneram em eleger objetos de estudos menos consagrados ou cuja existência, em estado bruto na vida, longe de

nos parecer problemática, muito pelo contrário, parece exatamente constituir-se num ponto de fixação, solucionador de muitos problemas, sobretudo práticos. Pelo menos em parte, tal parece ser o ônus a que nos submeteremos ao tomarmos como tema deste trabalho, uma investigação acerca do desenvolvimento de uma determinada profissão, de tradição relativamente recente em nosso país.

Seriam as profissões bons objetos para investigação?

Em primeiro lugar porque, num plano mais geral, o tema das profissões nos parece, exatamente, participar daquele agrupamento de categorias práticas às quais nos referíamos acima. Profissões? Ora, as profissões existem e são úteis. E isso deve ser o bastante para justificar a sua presença no mundo. Existem porque são úteis e são úteis porque existem. E se nos detivermos um pouco mais sobre o assunto, talvez cheguemos mesmo à conclusão de que elas são tão úteis hoje, que não conseguiríamos imaginar as nossas vidas sem a sua presença.

Como viver sem os dentistas, médicos, advogados, engenheiros, professores, e toda essa gama de outros especialistas menos evidentes, dos quais somente nos damos conta da sua importância em nossas vidas no momento em que precisamos do concurso dos seus conhecimentos, conselhos ou intervenções e não os temos à mão? De tal modo, essas lógicas do parcelamento e do fracionamento dessas atividades humanas em variadas funções sociais submeteram aos seus desígnios os processos fundamentais para a reprodução de nossas vidas em sociedade, que, hoje, a especialização das mesmas no interior dos processos de trabalho, nos parece como que inerentes a eles: naturais, inevitáveis e inclusive desejáveis. Positivamente, poderíamos pensar que, do ponto de vista prático, as profissões em nossas sociedades, efetivamente resolvem muito mais problemas do que os criam.

Talvez derive do “amor gorduroso pela vida” que vincula os homens ao mundo das coisas chãs e faz os apegos de Falstaff*, a origem de certas dificuldades quando nos dispomos a considerar, mais reflexivamente esse tipo de temática. Afinal, as profissões como prática social encontram-se inequivocamente incluídas no universo organizado do mundo do trabalho. E no contexto das sociedades capitalistas, a categoria “trabalho” se inscreve como um dos pilares centrais de toda a inteligibilidade da organização social que a acompanha, como própria do mesmo.

Assim, neste contexto, a idéia do “trabalho” se faz presente como um elemento quase que naturalizado e de forte centralidade para a vida da maioria dos sujeitos, exatamente pela sua condição do trabalho como provedor dos recursos - seja como mercadoria e/ou como moeda - necessários para a subsistência, reprodução e gozo da existência dos mesmos. Todavia, não somente por isso, o trabalho tem destacada importância em nossas sociedades, sobretudo por sua condição de constituir-se numa das mais importantes e poderosas fontes de produção das identidades dos sujeitos, no âmbito das coletividades em que vivem.

E seria exatamente neste aspecto relativo à produção das identidades que as profissões ofereceriam aos seus agentes um *plus*, um algo mais, que superaria aquelas meras identidades comuns, atribuíveis aos demais trabalhadores que trabalham em ocupações mais simples e não especializadas. Essa condição, propiciadora de diferenciação identitária, pode ser encontrada como uma marca específica das profissões, inclusive, como um elemento presente na definição das mesmas. Para Freidson (1998), por exemplo, um dos autores de referência, na tradição norte-americana da Sociologia das profissões, *profissão* seria sim um sinônimo possível para *ocupação*, mas certamente não poderia ser restrita a isto:

“profissão diz respeito ao trabalho especializado pelo qual uma pessoa ganha a vida numa economia de troca. Mas não é simplesmente qualquer

* Personagem do *Macbeth* de Shakespeare, citado no verso de poema “Se te queres matar, mata-te” de Fernando Pessoa/Álvares de Campos.

tipo de trabalho que os profissionais fazem. O tipo de trabalho que realizam tem caráter esotérico, complexo e arbitrário: requer conhecimento teórico, competência e discernimento que as pessoas comuns não possuem, podem não compreender completamente e não podem avaliar prontamente. Além do mais, o tipo de trabalho que realizam é considerado especialmente importante para o bem estar de indivíduos ou da sociedade em geral e tem um valor tão especial que o dinheiro não pode servir-lhe de única medida: é também Boa Obra. È a capacidade de realizar este tipo especial de trabalho que distingue os chamados profissionais da maioria dos outros trabalhadores”.(Freidson, 1998, p.246)

Talvez seja exatamente através da temática da produção de “identidades diferenciadas” que possamos constituir uma ponte possível que vincula transversalmente e localiza de forma crítica, o tema das profissões em relação aos demais temas teóricos e práticos que constituem o mundo do trabalho, pois enquanto o trabalho se estabelece como uma obrigação universalizada para todos, associada geralmente à presença de certos elementos de desconforto e de pesar²⁷, as profissões são representadas e valorizadas socialmente como formas diferenciadas e especiais de vinculação dos sujeitos a esse campo da experiência humana.

Como se elas, as profissões, fossem portadoras de efeitos especiais de proteção dos indivíduos pela via da produção de identidades privilegiadamente reconhecidas: a) pela condição de favorecer alguma ordem de criatividade, em ruptura com a anomia e a rotina bruta da indistinção que caracterizam outros universos do mundo do trabalho; b) pelo usufruto de alguma ordem superior de autonomia em relação à sua rotina, do que os demais; c) pela condição efetivamente protetora – em vários sentidos – da inclusão ou participação numa coletividade de pares, com vinculações orgânicas e algo de um espírito de corpo, distinguida socialmente pelo seu conhecimento e pelo domínio técnico.

²⁷ Nunca é demais recordarmos que uma das origens etimológicas possíveis, atribuídas à palavra trabalho, viria de uma derivação do latim “tripalium” : látigo de três pontas utilizado para fustigar os animais de carga.

O debate teórico sobre o conceito de profissão.

Essa inscrição, um tanto diferenciada e mesmo elitista, das profissões no contexto do mundo do trabalho, pode explicar o seu lugar relativamente secundário como objeto de interesses por parte das Ciências Sociais, e mais especificamente da Sociologia, sobretudo em tempos relativamente recentes. Enquanto as variadas análises dos processos de trabalho ocuparam um lugar nobre e destacado no campo da estruturação teórica da Sociologia, inclusive como objeto central que sustentou a fundação de uma das principais escolas que dominou por décadas o pensamento da teoria social – o marxismo – e segue sendo uma das destacadas áreas de produção teórica desta área, a Sociologia das profissões, como uma das suas sub-especialidades, enfrentou e enfrenta ainda alguns problemas para a sua legitimação.

Considerando-se que um dos nossos objetivos nesse trabalho é, exatamente, fazer incidir uma aplicação desnaturalizadora desse conceito de profissão sobre um determinado campo de reflexões, do qual ele encontra-se praticamente ausente, vamos – talvez, até com uma certa redundância – fazer uma exploração mais extensiva deste tema nesta secção, para depois retomá-lo de forma mais sintética e direcionada, ao final do capítulo.

Desse modo, a Sociologia das profissões é apresentada geralmente como um campo desprestigiado de estudos. Assim, ela é vista como uma área controvertida (Machado, M.H., 1995, p.13), palco de uma produção ideologicamente equivocada (Durand, 1975, p.59) e uma área de certo modo marginal, já que excluída presentemente dos “tópicos centrais da teorização sociológica” (Freidson, 1998, p48). Tal condição, entretanto, que poderia ser deduzida como um efeito da contradição entre a destacada valorização social das profissões e o seu pequeno prestígio como objeto teórico - submetido às vezes a duras críticas ideológicas e políticas, pela sua condição naturalizadora do caráter hierárquico e elitista das profissões numa sociedade de classes - não deve ocultar o fato de que este tema tenha encontrado lugar de destaque na história das teorizações sociológicas, sobretudo entre as suas matrizes fundadoras.

Como nos chama a atenção Dubar (1997), as interrogações sobre esta temática das profissões sempre figuraram, ao longo da história, com posição de importância em algumas das mais significativas construções teóricas dos autores matriciais e fundadores da teoria social moderna. Por motivos diferentes, próprios dos percursos teóricos estabelecidos por cada um deles, invariavelmente os principais teóricos da Sociologia se sentiram obrigados a incorporar de algum modo tal conceito, em suas análises da sociedade.

Assim temos que, desde os trabalhos pioneiros de Le Pay, em meados do século XIX, sobre as variações entre as situações operárias e as suas características sociais, passando pelos estudos de Tönnies, que enfatizavam os aspectos subjetivos envolvidos nas relações compartilhadas entre os trabalhadores; estudos teóricos referentes à questão da profissionalização e sua relação com o mercado de trabalho, bem como o processo de desenvolvimento e industrialização, podem ser identificados desde o século passado, quando Herbert Spencer (1896), em seu trabalho *“Principles of Sociology”*, já dedicava certa importância ao estudo do tema. (Dubar, 1997, p.126).

Até as óbvias implicações do tema das profissões para as interpretações de Marx e Engels, acerca da importância do lugar da “atividade exercida” - como indicador de posição nas “relações sociais de produção” - estamos sempre remetidos à presença constante deste conceito como elemento de interrogação, na busca da produção de esclarecimentos sobre o pleno desenvolvimento do capitalismo e da modernidade. (Dubar 1997, p.126). Ou, como corrobora Freidson (1998), ampliando a listagem de autores - na mesma linha de contrastar a importância histórica do estudo sobre o tema das profissões, em comparação a um certo acanhamento atual - igualmente nos trabalhos clássicos de Durkheim, Weber e Parsons pode ser constatada que a esse conceito, na obra dos mesmos, teria sido concedida “uma atenção bastante superior a superficial” (Freidson, 1998, p.48).

Sobretudo, para os últimos três autores citados, a idéia da existência das profissões esteve vinculada à experiência decorrente da existência empírica das mesmas, nos moldes que

elas assumiam no contexto social de época. E como tal, essa idéia esteve associada a certos projetos e possibilidades de explicação idealística do funcionamento da sociedade, como totalidade social. Tal condição, como não poderia deixar de ser, encontra-se traduzida nas análises, reflexões ou propostas dos mesmos, através de algumas expectativas prescritivas e normativas que se fazem presentes nos corpos teóricos que eles nos legaram.

O tema da divisão social do trabalho que se impunha, imperativamente, como realidade empírica do capitalismo e da sociedade de classes, a cobrar-lhes explicações e exigir-lhes teorizações, encontraria nessa configuração das nascentes profissões modernas mais do que um mero problema, uma espécie de possibilidade de resposta.

Valoradas positivamente do ponto de vista teórico e consideradas como uma possibilidade prática superior, resultante de uma certa “evolução” da sociedade - em relação àquela experiência das antigas confrarias e corporações de ofício, das quais derivavam direta ou indiretamente - as profissões, pelas suas características de organização social, apresentavam-se como protótipos de certos modos ideais e característicos do funcionamento da sociedade. Modo geral, poderíamos dizer com Dubar (1997) que, como um traço comum nos trabalhos desses autores, encontramos uma ênfase no papel das profissões como forma concreta de “enraizar a relação dos homens com o seu trabalho, numa perspectiva comunitária e definir as condições de uma organização econômica socialmente viável” (Dubar, 1997, p.127).

Correndo o risco do reducionismo, próprio de uma rápida alusão aos complexos universos teóricos construídos por cada um deles - mas apenas como uma mera referência introdutória - poderíamos nos remeter, no trabalho de cada qual, a um elemento marcante que fosse caracterizador das suas preocupações com essa temática das profissões. Dessa forma, na visão durkheimiana, por exemplo, como destaca Machado, M.H. (1995), a sociedade moderna estaria basicamente caracterizada pela divisão social do trabalho, através das diferentes profissões e especializações.

E, em função disto, na visão do citado autor, às corporações profissionais estaria reservado um lugar bastante distinto, na medida em que as mesmas se encontrariam concebidas como potenciais depositárias de nobres valores espirituais, como “a instituição que daria origem à nova ordem moral da sociedade industrializada”, cujo efeito último seria o de resguardar e restabelecer o sentimento de *solidariedade social*, sabidamente uma das categorias e focos centrais das preocupações e da edificação teórica do autor supracitado (Machado, M.H., 1995, p.13).

Já no caso de Weber, as profissões apareceriam associadas à condição de expressão privilegiada do seu conceito de burocracia e identificadas com o progresso tendencial da especialização, da racionalidade instrumental e da especialização técnica, características dos processos de racionalização próprios da modernização, que especifica a experiência civilizatória do Ocidente como tal.

A ênfase nas expectativas de uma crescente presença da planificação, como devir histórico desta sociedade, encontraria nas corporações profissionais um elemento alentador e valorizado. Numa sociedade planificada, uma inteligência monocrática deveria planejar, em todos os detalhes formais e racionais, o que seria cada tarefa e quem estaria qualificado para realizá-la. As profissões encarnariam a condição de serem as expressões organizadas da vontade racional, solidárias com necessidades racionalmente definidas, orientadas para o bem comum e portadoras dos recursos técnicos imprescindíveis para a sua consecução (Diniz, 2001, p.27; Freidson 1992, p.92).

Mas, de longe, seria na construção teórica da escola funcionalista de Parsons que o tema das profissões ganharia uma relevância central, estruturando-se a partir delas, de modo a modelar a compreensão da sua teoria de organização funcional da sociedade. Tomando a profissão médica como foco, e as relações entre médicos e pacientes como uma referência, o funcionalismo fará disto a base para a elaboração e demonstração do conceito estratégico, em seu universo de teorização de “papel social”. Em Parsons, “a institucionalização dos papéis

sociais", em "profissões" resulta pois, em primeiro lugar, de um equilíbrio das motivações entre a "necessidade" que o cliente tem do profissional e a necessidade que ele tem de ter clientes, o que é característico das "profissões liberais" (Dubar, 1997, p.130).

Assim, a emergência dos grupos profissionais nas sociedades modernas seria o elemento de destaque que as caracteriza e as diferencia, supondo que muitas das principais características do seu funcionamento dependeriam do adequado modo de expressão das profissões. Desse modo, Parsons postula uma visão extremamente positiva da existência dos profissionais, que seriam os portadores, por excelência, dos valores racionais do conhecimento científico e tecnológico, da moderna versão da autoridade fundada na competência técnica funcionalmente específica, e do universalismo que conformam os padrões institucionais do desempenho profissional (Diniz, 2001, p.19).

Não sem razão, o Funcionalismo, como corrente sociológica, se converteu em uma das principais orientações teóricas da Sociologia das profissões, sobretudo de inspiração norte americana, contribuindo para uma elogiosa valorização das profissões como instituições sociais. Fenômeno estrutural que lhe ofereceu base empírica para o desenvolvimento dos seus estudos teóricos, esta escola percebe as profissões como naturalizadas e marcadas por uma intrínseca positividade, que as dourava de certa forma, com a aura dos entes sociais "sagrados": exemplo do que haveria de melhor na evolução representada pela edificação das sociedades modernas e um caminho natural da evolução das formas sociais. Os elementos negativos ou problemas práticos, inerentes às dinâmicas da presença concreta das profissões na sociedade, e, como veremos logo a seguir, muitas vezes intensamente denunciados, deveriam, na visão dessa corrente teórica, ser atribuídos a uma mera condição de desvio da sua rota normal, sem o poder de questionar a validade geral das suas teses.

Como comenta Freidson, aludindo à visão positiva que, de um modo geral, até muito recentemente estava reservada para as profissões: "a maioria dos sociólogos tendiam a ver nas profissões servas honradas do interesse público e concebiam-nas como ocupações

especialmente distintas de outras por apresentarem uma orientação de servir às necessidades do público mediante a aplicação disciplinada do seu conhecimento, invulgarmente esotérico, e de sua complexa competência” (Freidson, 1998, p.47). Mas, diferentemente, nos conta ele, os representantes das outras Ciências sociais, lhe pareciam mais advertidos para as problemáticas características apresentadas pelas profissões, estabelecendo os patamares de uma crítica que, muito rapidamente, vai extrapolar os limites dos interesses acadêmicos e cair no domínio do público em geral.

Efetivamente, segundo o mesmo autor, uma certa impressão negativa que vai se estabelecendo em relação às profissões encontraria eco entre pesquisadores de várias áreas das outras Ciências Sociais, que confirmam e traduzem para o plano teórico algumas dessas inquietações. Assim, ele nos informa que, da parte dos economistas, eles,

“pendiam para a observação do caráter monopolísticos do mercado de trabalho profissionalizado (Cairnes, 1887, pp.66, 67; Fridman, 1962, pp.137, 160). Os cientistas políticos inclinavam-se por abordar as profissões como governos privados privilegiados (Gilb, 1966). E os dirigentes políticos inclinavam-se por ver nos especialistas profissionais pessoas com uma visão tacanha do que é bom para o público (Laski, 1931)” (Freidson, 1998, p.48).

Dos elogios à crítica mordaz.

Entretanto, tal intensidade de elogios e afagos recebidos pelas profissões por parte dos clássicos da Sociologia não foram suficientes para mantê-las incólumes frente ao desenvolvimento da crítica, ao longo dos tempos. Cortejadas e idealizadas romanticamente como uma expressão de superioridade civilizatória da modernidade – espécie de comprovação da possibilidade de que as vontades humanas individuais encontrassem, na vida em sociedade,

o seu ordenamento a partir dos diferentes interesses e das genuínas vocações de cada indivíduo, que por este modo, através delas, interagiriam com os demais sujeitos com harmonia de propósitos - as modernas profissões foram, ao longo do último século, objeto de grandes controvérsias e severas críticas.

Ali, onde se presumia um caráter prestádio, generoso e desinteressado, voltado para o benefício comum, em que não deveriam prosperar outros interesses individuais e grupais que não os colocados a serviço do benefício geral da sociedade - da qual seriam os profissionais seus sensíveis servidores – paulatinamente, assistiremos à emergência das denúncias do caráter falacioso de tais pressuposições.

Deste modo, uma a uma, vão sendo abaladas algumas das idéias fortes de pronunciada dimensão ética, moral e religiosa, que ofereciam, até então, a sustentação de uma posição supra-social das profissões tais como; o caráter sacro das vocações e o valor social da dedicação a elas; a importância da boa administração individual, por parte de cada profissional, na regular combinação das suas atividades de ganho com a prestação de serviços sociais relevantes ou filantrópicos; o adequado ajuste da remuneração pelos serviços prestados ao tamanho das bolsas dos que deles necessitavam; a abnegação e o caráter em si mesmo meritório da colocação da inteligência, sabedoria, arte e engenho pessoais a serviço e benefício dos interesses de terceiros.

Ainda que não seja o único fator envolvido na produção das críticas que as profissões passaram a estar submetidas, o advento e desenvolvimento na sociedade, de uma esfera pública (Habermas, 2000) crítica e independente, tal como veio acontecendo no desenrolar da experiência social da modernidade ocidental, certamente se constituirá num aspecto fundamental para que as profissões sejam checadas e para que sejam questionadas em relação a essa “ideologia do profissionalismo”, através das qual as mesmas justificavam, até então, os seus mandatos sociais e os privilégios dos seus integrantes, em relação aos demais grupos da sociedade.

A ampliação e sistemático alargamento da fatia do público que passa a exigir socialmente que seus interesses também sejam levados em conta e considerados, democratizando o exercício do poder através do novo poder social anônimo que é o poder da “opinião pública”, vulnera potencialmente a todos os espaços institucionais, socialmente erigidos - aí incluídas as profissões e sua imagem social - submetendo-os ao escrutínio e a uma avaliação crítica.

E a despeito do que se possa levantar, numa perspectiva de relativização deste poder e dos seus efeitos corrosivos em relação às meias verdades presentes nas ideologias de sustentação das instituições, é inegável a sua capacidade de rebaixar o grau de confiança dos sujeitos sociais nas instituições que constituem as sociedades. Mesmo quando consideramos que o poder desse tipo de crítica tenha diminuído, encontrando-se nos dias de hoje bastante diluído em sua capacidade qualitativa de uma formulação da crítica, mas que teve a sua extensão elevada de forma ilimitada, como fruto da sua expansão e conversão, numa etapa posterior, nos poderosos efeitos dos meios de comunicação de massas.

Assim não passarão despercebidos para a “esfera pública” os efeitos da intensificação dos processos de mercantilização da vida, que, paulatinamente vem, ao longo da consolidação do capitalismo, introduzindo-se nos meandros de todas as relações sociais, deslocando-se da esfera dos bens materiais, onde originalmente reinava, para atingir também aos processos de produção dos bens simbólicos, entre os quais a educação, a informação e toda a indústria cultural. Os serviços prestados pelas profissões, ao se incluírem geralmente num meio termo entre bens materiais e bens simbólicos, serão profundamente atingidos por essa mercantilização, sobretudo nos aspectos relacionais inerentes à interação dos agentes profissionais com seus clientes.

Tais relacionamentos tenderão a deslocar-se da pessoalidade e das vinculações sócio-afetivas que lhes eram próprias, até então, para uma certa indistinção, padronização e impessoalidade, que os caracterizará nas novas circunstâncias. As novas formas de

agenciamento dos serviços por parte dos profissionais, os critérios para a fixação dos seus honorários, as negociações que envolvem o estabelecimento da sua remuneração efetiva, o hibridismo da condição da prestação de serviços pelos agentes, agora em regimes concomitantes, como liberais e assalariados, as tensões geradas a partir do estabelecimento dos novos estatutos jurídicos que definem os direitos dos consumidores, são exemplos de alguns dos aspectos que indicam uma profunda transformação dos serviços profissionais em meras mercadorias, indistintas das demais.

Nesse contexto, a imagem social das profissões se apresentará de modo onerado e depreciado, em relação àquela positividade que a marcava em tempos de maior inocência social. Um primeiro aspecto relevante que concentra insatisfação social e encabeça as principais queixas em relação às profissões dirá respeito exatamente aos aspectos financeiros que envolvem as transações entre os profissionais e os usuários dos seus serviços. A monetarização que aparecerá, cada vez mais como o seu cerne sustentador, destitui todas as ilusões ideológicas que se faziam acompanhá-la.

A própria palavra “honorários”, utilizada para referir-se ao pagamento dos serviços prestados pelos profissionais, parece inscrever em seus significados, as ambigüidades e tensões que constituem essa dimensão financeira. A ocultação do caráter mercantil da relação de mera prestação de serviços que ela pretendia lograr torna-se inviável em função da proeminência cada vez maior assumida por esse aspecto. Honorários como pode ser evidenciado pela análise etimológica²⁸ da palavra, deriva de “honra” e significa “aquilo que se oferece como honraria”, como se o pagamento financeiro, recebido pelos profissionais, se

²⁸ **honor** (ô). [Do lat. *honor, oris.*] S. m. Desus. 1. Honra. [Pl.: honores (ô). Cf. honores, do v. *honorar.*] **honorar**. [Do lat. *honorare, ou de honor + -ar².*] V. t. d. P. Desus. 1. Honrar(-se). [Pres. subj.: *honore, honores, etc.*; fut. pret.: *honoraria, etc.*; pret. imperf. ind.: *honorava, honoráveis, honoravam.* Cf. honores (ô), pl. de honor, honorária, fem. de honorário, e honoráveis, pl. de honorável.] **honorário**. [Do lat. *honorariu.*] Adj. 1. V. honorífico (1). 2. Que dá honras, glórias, sem proventos materiais; honorífico: título honorário; cargo honorário. 3. Que tem honras, sem receber proventos ou desempenhar as funções de um cargo: sócio honorário; presidente honorário. ~ V. cônsul - e honorários. [Fem.: honorária. Cf. honoraria, do v. *honorar.*] **honorários**. [Pl. subst. de honorário.] S. m. pl. 1. Remuneração àqueles que exercem uma profissão liberal: advogado, médico, etc.; proventos. 2. P. ext. Vencimentos, salário, remuneração. ~ V. honorário. Fonte : Dicionário Aurélio Séc.XXI.

constituísse menos como mero numerário e mais como uma espécie de representação simbólica da gratidão oferecida pelos beneficiados por uma ação supostamente desinteressada recebida do profissional, ou dos que receberam de sua ciência e da sua técnica, um obséquio, um favorecimento, que lhes pareceu formidável.

Ao contrário disso, a monetarização crescente desse relacionamento, advinda da evolução dos tempos e da dinamização capitalista traz, para a percepção social das profissões, uma outra apreensão, acerca do real móvel da ação dos sujeitos, com relação aos seus efetivos interesses. Uma outra adjetivação passa a pesar, então, como uma espécie de acusação, sobre os integrantes das corporações. Como se fora uma revelação do que estava antes, ideologicamente encoberto, eles passam a ser acusados de mercenários²⁹.

O prefixo “*merce*”, que indica aquele gênero que pode ser investido de um valor de troca - donde vem a compor a palavra mercadoria - parece indicar sintomaticamente um inequívoco e intenso desconforto relacional entre os dois pólos envolvidos. Ele evidencia a mediação de caráter exclusivamente financeiro, que se faz acompanhá-lo e caracteriza o serviço profissional prestado, como mera mercadoria. Mercenário, diz o dicionário, é “aquele que trabalha sem outro interesse que não a paga; interesseiro, venal”, fazendo reverter os sentidos positivos antes vigentes, reduzindo, num extremo oposto, toda a atribuição de significação positiva que, supostamente, seriam as próprias da ação destes agentes.

Um elemento fundamental da tensão que advém, nessa nova conjuntura, é a denúncia dos males do monopólio, que caracteriza o estatuto da existência das profissões. O seu alvo são as práticas monopolísticas, através das quais as profissões defendem os seus níveis de

²⁹ *merce* . [Do lat. *merce*.] S. f. P. us. 1. Gênero que serve para comerciar; mercadoria: "De índicas merces, de ouro carregada / Aproa à terra, com celeuma alegre, / A nau pujante" (Alexandre Herculano, *Poesias*, p. 116) *merceologia* . [Do lat. *merce* , 'mercadoria', + -o- + -logia.] S. f. 1. Parte da ciência do comércio que trata em especial da compra e venda, e estuda a classificação e a especificação das mercadorias. *mercenário* . [Do lat. *mercenariu*.] Adj. 1. Que trabalha por soldada ou estipêndio. 2. Que trabalha sem outro interesse que não a paga; interesseiro, venal. 3. P. ext. Que age por interesse financeiro. • S. m. 3. Aquele que serve ou trabalha por estipêndio ou interesse. 5. Indivíduo mercenário (3). Fonte : Dicionário Aurélio Séc.XXI

remuneração, reforçando certos aspectos da concentração de renda na sociedade, em torno de um grupo de privilegiados econômicos. *Modus operandi* de tal monopólio, também estarão no foco de fortes ataques os processos através dos quais é exercido o controle sobre o ingresso de novos praticantes no mercado, a fim de evitar indesejáveis excessos que possam colocar em risco, pela via da ampliação da oferta, os elevados patamares da remuneração, unilateralmente exigida como honorários, em contrapartida aos serviços.

E tal condição se revestirá de maior gravidade para os críticos, ao agregar-se o argumento que aponta para a desigual e injusta relação de forças que opõe aos interesses afins e fortemente defendidos de indivíduos que fazem parte de um grupo organizado como um corpo profissional, aos interesses dos meros consumidores que se apresentam diante deles, sempre individualmente e em estado de dependência, numa carência que somente algum dos que pertencem àquele grupo pode satisfazer. E como carente e com severas limitações em suas possibilidades de escolha, terá que se submeter às exigências do grupo profissional, ao risco de não obter o serviço do qual necessita, independentemente do caráter fundamental que ele o possa assumir para aspectos de sua vida e até mesmo da sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, a crítica desloca-se rapidamente do repreensível ponto de partida econômico, para assumir contornos eminentemente políticos. Afinal de contas, na medida em que as corporações exercem o monopólio social das suas práticas, tal condição vem ferir de morte a uma das regras clássicas do capitalismo liberal que afirma que o mercado se regulará pela concorrência e pelas leis da oferta e da procura. Na medida em que os profissionais têm o poder de controlar o ingresso dos novos praticantes, de fixar o seu número em quantidades que garantam uma relativa escassez no mercado e, além do mais, de pactuar entre si tabelas de valores para o oferecimento dos serviços, subvertem-se alguns dos princípios fundamentais que, pelo menos em tese, deveriam regular no interior do capitalismo, a circulação de todas as mercadorias.

Assim o corporativismo emerge não apenas como um violador das regras econômicas do sistema, mas como uma verdadeira ameaça política, que coloca em risco a natureza democrática e os princípios igualitários, pressupostos como elementos importantes para o funcionamento desse tipo de sociedade, que centra no mercado o seu ponto de equilíbrio instável.

Tal ordem de desequilíbrio nas relações políticas entre os cidadãos ganha ressonância em todas as demais circunstâncias não econômicas que envolvem os conflitos entre os profissionais e as partes leigas, em suas interações. A cumplicidade entre os pares, os compromissos para com a defesa pública dos interesses comuns do grupo, as omissões, os pactos de silêncio e a condescendência diante das irregularidades e faltas praticadas por algum dos membros, são algumas das facetas mais visíveis que tornam hoje o corporativismo das profissões uma dimensão, marcada por profunda antipatia social.

O seu caráter aristocrático e a naturalização da divisão social do trabalho que lhes é inerente, como uma forma de garantia dos seus privilégios, complementariam essa face vilã que as profissões têm assumido nos últimos tempos. Poder-se-ia mesmo dizer que as profissões foram desmascaradas e que mostraram a sua verdadeira face: a dos interesses corporativos nefastos e encobridores, mesquinhos, lobistas, sempre em busca de obter maiores vantagens, maior reconhecimento social e maior poder político.

Investigar a Psicologia como uma profissão: porque e para que?

Se aparentemente tal conjunto de elementos interfere e limita a atratividade dos estudos que tomam as profissões como seu objeto, marcando-os no mercado dos interesses acadêmicos com uma certa suspeição, o nosso segundo desafio será o de sustentar e justificar a escolha da Psicologia como a profissão específica que pretendemos tomar como alvo de nosso interesse.

Isso porque, de certa forma, dentre as demais profissões, exceto para os seus integrantes, a Psicologia estaria longe de se colocar como uma profissão de destaque muito evidente, sobretudo desde os pontos de vista econômico ou político, no sentido estrito destes termos. Pois, efetivamente, na constituição de um *ranking* de importância social das profissões, a importância das mesmas pode diferenciar-se por vários aspectos, mas certamente os elementos referentes aos impactos de suas presenças econômicas ou políticas tendem a interferir bastante na sua valorização social. O que, por sua vez, poderia incidir como um critério na validação das iniciativas de busca de informações estratégicas sobre as mesmas, que, de algum modo, pudessem vir a subsidiar decisões acerca dos aspectos sociais sobre os quais elas incidem.

É inegável, o impacto econômico adquirido hoje, por exemplo, pela profissão médica, seja pelo volume das movimentações financeiras geradas diretamente pelos seus agentes, seja pela participação deles, direta e indireta, na estrutura dos sistemas privados e públicos de saúde, ou ainda como ponto de sustentação para uma importante indústria de produção de equipamentos ou fármacos, que serão indicados ou manipulados pelos seus agentes. Com base nesses critérios, não é de se estranhar que a profissão seja um dos alvos mais importantes que focalizam a atenção dos investigadores, no campo da Sociologia das profissões (Freidson, 1998, p.229; Machado, M.H., 1995).

Do mesmo modo, as intrínsecas relações jurídicas que oferecem institucionalidade às várias dimensões da organização do Estado conferem destacada e significativa proeminência política aos advogados, no desempenho de suas várias funções, públicas ou privadas, tornando-os igualmente um pólo de interesses acerca dos seus manejos corporativos, suas ideologias e modos de procedimento.

A Psicologia, contudo, não maneja situações marcadas por grandes investimentos econômicos. Ela não se encontra especialmente situada, seja enquanto saber, ou seja, como tecnologia, como fundamento que ofereça sustentação para o desenvolvimento de qualquer

área de produção econômica significativa³⁰, mesmo que a informação a respeito dos fenômenos que estudam, ou que ela ofereça como um produto possam encontrar apreciadores. Tampouco os serviços que ela proporciona não favorecem, em função das características dos processos de trabalho que conseguiu desenvolver até a presente data, que os mesmos possam ser oferecidos sob o regime da grande escala, com a extensividade de aplicação de mão de obra, apropriado para garantir a possibilidade da exploração da mais valia.

Em função disto, raramente encontraremos os psicólogos envolvidos em empresas e empreendimentos de tipo capitalistas, no estrito senso da expressão, que tenham como objeto derivações do próprio campo psicológico, tal como um médico pode empresariar um grande hospital, no qual outros médicos trabalham sob o regime assalariado para ele ou, idem, pode existir uma grande banca, composta por dezenas de advogados, que ao mesmo tempo, é capaz de cuidar de milhares de processos, em nome de um reputado profissional, que os associa ou emprega.

Com serviços e tecnologias limitantes das suas possibilidades mercadológicas de expansão, a Psicologia também não engendrou uma oferta das suas “soluções” e “respostas” profissionais, desdobramentos tecnológicos advindos do conhecimento científico que ela maneja, através dos quais pudesse ofertar socialmente produtos de largo consumo, ou pelo menos aplicáveis de forma independente do seu concurso pessoal, da sua presença ou sua interferência direta. E, mesmo tentativas elementares nesta direção, tal como por exemplo, os recentes esforços de informatização dos instrumentos de avaliação psicológica – os chamados testes psicológicos - são alvo de intensos questionamentos por parte de muitos profissionais.

³⁰ *Exceto se quisermos considerar a sua participação específica no mercado editorial, na medida em que as suas características de um saber de natureza eminentemente discursivo, exigem extensas bibliografias, para a sua difusão e reprodução. Mas mesmo neste caso não estamos seguros de que o seu volume editorial seja igual ou maior de outras áreas tal como Medicina e Direito, apenas para nos mantermos na mesma linha de comparação.*

Sem dúvida, essa predominância e hegemonia, entre os psicólogos, desse modo da prestação de serviços profissionais pela via da “consultoria pessoal direta” e a ausência de patentes de produtos derivados de tecnologias psicológicas, desenvolvidos em escala industrial, responde pela presente limitação da significação econômica desta profissão na sociedade.

Do ponto de vista da sua importância política, no sentido da relevância da sua participação direta nos negócios da gestão do estado, com a concomitante projeção dos seus agentes nos espaços de poder das esferas estatal e/ou governamental, os psicólogos brasileiros, do mesmo modo, estão longe de apresentar algum tipo de performance que pudesse ser considerada como relevante ou mesmo significativa. Aparentemente, muitos fatores concorrem para isso.

Antes de qualquer coisa, os aspectos estruturais, característicos do “modo de produção” dos serviços e produtos da Psicologia, aos quais nos referíamos acima, podem ser novamente acionados para o entendimento da questão. Na medida em que o predomínio da esfera econômica na organização das sociedades capitalistas certamente faz com que grupos que tenham limitações de expressão nesta esfera, tenham reduzidas as suas chances de acesso aos espaços de representação e de poder político, é compreensível que os psicólogos não sejam uma corporação politicamente poderosa, mesmo a despeito do seu intenso crescimento numérico. Assim, poderíamos dizer que o pequeno “peso específico” dos psicólogos na esfera política é compatível com a sua restrita importância econômica, desde o ponto de vista do dinamismo econômico da sociedade.

Além disto, secundariamente, para dar conta desta limitada e quase inexpressiva presença dos psicólogos no campo político, poderíamos acionar ainda, aquela explicação que recorre ao argumento, da propalada “juventude” dessa profissão, no mundo e na sociedade brasileira, em particular. Essa condição, por um lado, justificaria o caráter ainda restrito da

incorporação da Psicologia nos programas governamentais, em função da ausência de uma tradição que pudesse sustentar a eficiência do seu desempenho.

Algo assim como ausência dos efeitos demonstrativos, que devem ser ainda construídos e exigem um certo tempo histórico para se consolidar. Por outro lado, um certo efeito geracional também incidiria sobre a situação, na medida em que a ampliação da presença dos profissionais dependeria de uma avaliação bem sucedida dos quadros técnicos, que, pioneiramente, conseguiram inscrição no campo das políticas governamentais. Neste caso, os acertos e desacertos resultantes da inserção quase experimental desses primeiros profissionais seria um fator de limitação ou expansão das possibilidades de tal presença para gerações futuras. Do outro modo, a idéia aqui também é a de que, como profissão nova, esse prestígio tem que ser construído desde os seus alicerces, caracterizando as atuações como situações experimentais, colocadas sob um processo difuso de avaliação.

Não sem razão, ao lado da importância econômica e política, que marcam as duas profissões anteriormente citadas - Direito e Medicina - em relação às quais estamos contrastando a situação da Psicologia, encontramos associado ao seu prestígio e importância os fatores da sua antiguidade e do seu pioneirismo na estruturação da própria idéia de profissão como tal, conferindo-lhes igualmente significação e importância histórica. Seja pela sua condição de espelho, no qual as demais profissões tenderam a se mirar, em busca de suas organizações próprias, seja em função da sua, não tão infrequentes, interferências e intervenções em processos sociais relevantes em magnitude e significação, tais como o da saúde e do ordenamento jurídico das relações sociais, aos quais essa importância ficou associada.

No caso da Psicologia, além dessa sua pequena importância econômica e política, tampouco encontraremos presente esse elemento da relevância histórica. Muito pelo contrário, como os psicólogos, sintomaticamente, não cansam de repetir para si próprios e para os outros, a Psicologia é uma profissão nova, de recente presença na sociedade, sem uma grande

tradição ou “pedigree”, sem grandes feitos ou contribuições históricas relevantes para narrar, sem contribuições que possam ser consideradas como inquestionáveis e, muito menos, lições de eficiência exuberantes.

Muito menos devemos esperar dela significativas lições sobre alguma capacidade de mobilização corporativa, eficiências na sua auto-organização, excelência na constituição do espírito de corpo, agressividade na defesa dos seus mercados, ou coisa que o valha, que possa ser considerada como excepcional. Adverso a isto, um exame apressado sobre ela nos revelaria que tais implicações neste campo ainda está por se completar, encontrando-se a mesma em processo de construção. Portanto, nos seus aspectos formais, ela poderia ser caracterizada como uma profissão com muitas deficiências e dificuldades.

Uma dúvida preliminar:

a Psicologia pode ser considerada como uma Profissão?

Aliás, para além do convencimento razoavelmente estabelecido no senso comum dos psicólogos e dos seus clientes que não hesitariam em afirmar e incluir a Psicologia na condição de uma profissão estabelecida, como veremos mais adiante, a mesma nem sequer teria o direito de empunhar tal classificação, se adotássemos, por exemplo, o ponto de vista desenvolvido pelos sociólogos das profissões. Como ocorre também em outros âmbitos da experiência social, no caso das profissões, nem sempre o manejo que fazem dessa idéia, os cientistas sociais e o público leigo, está marcada por coincidências. Na verdade, o uso comum e corrente da expressão “profissão” não parece acarretar maiores embaraços à comunicação entre as pessoas e nem mesmo suscitar reflexões ou controversas muito significativas, quando manejada desde os contextos cotidianos.

Os pontos de alguma inflexão, quando existem, geralmente estão associados a alguns assinalamentos, genéricos e bastante práticos, que geralmente dizem a respeito: a) ao

reconhecimento da existência de alguns conjuntos de fazeres sociais que exigem habilidades específicas, para os quais um certo conjunto de sujeitos, apresentam-se como hábeis para o seu exercício; b) ao valor diferenciado do prestígio que cada um dos conjuntos usufrui na sociedade e que, conseqüentemente, se reflete nos parâmetros de remuneração dos seus praticantes; c) à diferenciação na competência política dos diferentes grupos de praticantes e dos diferentes grupos de fazeres sociais, em produzirem identidades próprias, através da uniformização de suas práticas e dos discursos que as justificam; d) da suposta diferenciação da capacidade pessoal de tais praticantes, no desempenho dos fazeres, sobretudo no destaque dos virtuosos e dos néscios; e) da valorização da oportunidade de escolha pessoal, tanto por parte dos sujeitos que “escolhem” seguir uma determinada carreira, a que se denomina geralmente como “vocação”, quanto por parte dos que consomem os serviços de determinados praticantes, que são eleitos a partir de variadas fontes e/ou critérios.

Mas, se no uso comum, o manejo da expressão “profissão”, parece não acarretar maiores dúvidas, podendo as suas temáticas ser enfiadas em poucas linhas de fuga, o mesmo não se passa quando somos movidos pelo intento de elevá-la do estado prático em que ela se encontra na vida, para o plano teórico da construção das categorias e conceitos sociológicos, operação que se encontra na base da sua conversão em objeto de investigação. Neste caso, logo de início, nos advertem os *especialistas* da Sociologia das profissões, encontraremos algumas dificuldades, pois ao lado de poucos consensos, nos defrontaremos com algumas polêmicas, sobretudo relativas a uma certa “*questão conceitual*” (Diniz, 2001, p.18) em que ela se encontra envolvida. Sem pretender estabelecer um desvio muito grande, pensamos que seria útil, aqui, referir-nos a essas polêmicas que envolvem tal conceito, e que eventualmente possam desestimular a sua utilização.

Ao longo da história do desenvolvimento deste conceito, mostra-nos Freidson (1999, p.48), são expressivas as divergências em relação aos critérios orientadores da sua significação, o que evidenciam uma persistente falta de consenso entre os especialistas, apesar da coincidência na listagem de alguns elementos, traços e atributos que são incluídos como relevantes para essa definição. Assim, são muitos os elementos que deveriam ser levados em

conta, para que o manejo do conceito de profissão pudesse encontrar algum nível de normalização teórica.

Em primeiro lugar, é preciso responder à pergunta acerca da abrangência da validade desse conceito. Afinal, seria o conceito de profissões um conceito universal, de validade abrangente e de uso independente nas diferentes sociedades em que é utilizado? Essa pergunta, por sua vez, nos remete imediatamente a uma outra que diz respeito aos critérios de definição daquele conjunto de características comuns a partir das quais se torna possível distinguir uma profissão de uma não profissão. Ou, dito de outra forma, quais seriam as características necessárias para definir uma certa prática social, revestida de alguma complexidade como sendo uma profissão? E qual seria o conjunto de características suficientes, a partir do qual não teríamos mais dúvidas de que estamos diante de uma determinada prática social, que deve ser reconhecida como uma profissão?

Em relação à primeira questão, fica evidente, através dos estudos histórico-sociais levados a cabo pelos sociólogos das profissões, que a presença de duas tradições de abordagem deste assunto, que são originárias de experiências sociais que se produziram em países distintos, traz para este campo a marca das diferenças na percepção da evolução, desenvolvimento e consolidação das profissões e respondem, igualmente, por distintas formas de seleção dos critérios que devem ser valorizados para a definição do que deve ser considerado como sendo uma profissão.

Com base nessa distinção, tal como ela foi discutida por Freidson (1998, p.52) e corroborada por Diniz (2001, p.24), poderíamos sintetizar essas diferenças da seguinte forma: por um lado, temos a tradição do desenvolvimento das profissões, característica de países – notadamente os anglo saxões, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos - em que o predomínio da cultura do mercado, um estado passivo e descentralizado com fortes inclinações ao *laissez-faire* e uma burocracia estatal relativamente reduzida, que faz com que as profissões, e o processo de organização das mesmas, derivem fortemente de um movimento próprio em que

os profissionais buscam auto-organizar-se voluntariamente, na busca de reconhecimento e proteção, estabeleçam as bases de sua prestação de serviços e criam os seus próprios processos de credenciamento.

Já pelo outro lado, temos a presença de Estados notadamente marcados por um funcionamento burocrático – como os países da Europa Continental - em que a organização dos processos de profissionalização foi desenvolvida pela intervenção do poder real - reis, príncipes, patrícios – e pelo próprio Estado, na busca de influenciar e controlar, através da edição de regulamentos, o comportamento dos integrantes dos ofícios especiais, tais como os dos médicos, advogados e clero.

Tal diferença de origem é tão significativa para a percepção do que são as profissões nestas distintas tradições, que, como conclui Diniz, mesmo “quando no curso do tempo, as profissões na Europa Continental, vieram a assemelhar-se em muitos aspectos às encontradas nos Estados Unidos e na Inglaterra, faltou-lhes ainda o elemento central da autonomia para administrar seus negócios internos e externos” (Diniz, 2001; pp.24, 28).

Deste modo teremos, para a definição da profissão, num caso, uma sobre-valorização da autonomia, dos processos de auto-organização, da iniciativa voluntária da associação dos sujeitos, da sua capacidade de produção de normas e valores comuns, que, como já vimos antes, tanto encantaram aos funcionalistas. Para estes, ao tomarem estas referências como básicas, as “ocupações” privilegiadas da Europa Continental não poderiam sequer ser consideradas como profissões porque o seu percurso não lhes garantiu a autonomia como elemento central da sua maioridade. No outro pólo, as profissões poderiam ser mais bem compreendidas como uma expressão do fenômeno burocrático, se a ênfase vier a recair, ao modo weberiano, sobre atributos tais como racionalidade, quantificação, especialização, competência técnica, planejamento e vocação, que necessariamente devem estar presentes para se considerar uma ocupação como profissão.

Longe da perspectiva da produção de algum consenso iminente entre essas diferentes percepções, que são ensejadas pelas diferentes experiências que estão na base da constituição do fenômeno da existência das profissões – ponto crucial para o desenvolvimento teórico nesta área - a saída do impasse proposta por Freidson (1998) recomenda prudência, pois para ele “este problema não pode ser resolvido pelos esforços para formular uma definição única que se espere venha a ser aceita globalmente. O caráter histórico e concreto do conceito e as muitas perspectivas sob as quais ele pode ser legitimamente observado, e das quais se pode extrair algum sentido para ele, frustram a esperança de qualquer definição amplamente aceita de valor analítico geral” (Freidson, 1998, p.62).

Tal ordem de dificuldades o faz postular que, talvez esse conceito de profissão devesse ser considerado como um conceito *folk*, ou seja, como um conceito culturalmente referido, que nos exigiria sempre quando o manejamos, uma certa consciência do seu caráter relativo, e um extremado cuidado metodológico na identificação das suas marcas nativas, nos sentidos e significações específicos que ele assume para a comunidade na qual ele está sendo colocado sob inspeção. Assim, em ruptura com as concepções tradicionais do modelo funcionalista parsoniano, ele propõe, como estratégia para se avançar na construção de uma teoria das profissões, que “este conceito seja tratado como uma construção histórica numa quantidade limitada de sociedades, sem tentar mais do que modestas generalizações” (Freidson, 1998, p.48).

As dificuldades que marcam a “questão conceitual”, relativa à definição de profissão, são tão significativas que recomendaria, para alguns, simplesmente a aposentadoria, para efeitos de análise, dessa acepção anglo-americana, produzida sobre o tema. (Coelho, 1999, p.26). Tal ordem de dificuldades nos remete àquela segunda questão, que, de certo modo, deriva da primeira, sobre as características necessárias e/ou suficientes para que um determinado agrupamento ocupacional possa ser considerado como uma profissão, para que, conseqüentemente, possamos avaliar as suspeições levantadas acerca da condição da Psicologia ser ou não classificada como uma “profissão”.

Vamos aproveitar aqui a revisão teórica levada a cabo por Bosi (1996)³¹, tal como sugerido por Nogueira et alli (1997), que bastante extensiva cobre bem o debate sobre os critérios e dificuldades para que se estabeleça uma definição de *profissão*. Desse modo, vamos reconstituir aqui, de modo esquemático, os pontos primordiais identificados por ela, referenciando-nos nos autores que ela cita, alguns dos quais não tivemos acesso senão através do seu trabalho :Para começar ela examina as idéias de Good (1969), sobre os elementos que devem estar presentes para que se possa considerar uma ocupação como profissão: alta renda, prestígio, influência; alto nível educacional; autonomia profissional; compromisso dos membros com a profissão; desejo de permanência na profissão; código de ética/coesão; monopólio sobre a tarefa. Os principais traços que englobam e hierarquizam esses elementos, são assim discriminados pelo autor:

A presença de um corpo básico do conhecimento, com as seguintes características: a) o conhecimento e as habilidades devem ser abstratos e organizados num conjunto codificado de princípios; b) o conhecimento deve ser aplicada a resolução de problemas concretos da vida; c) a sociedade (ou suas elites) deve acreditar que tal conhecimento pode resolver estes problemas. Não é necessário que de fato resolva, mas as pessoas precisam confiar no seu poder de resolução; d) os membros da sociedade devem atribuir à ocupação o papel de resolver determinada questão, porque esta ocupação possui determinado conhecimento que as demais não têm; e) a profissão, ela mesma, deve ajudar a criar, organizar e transmitir o conhecimento; f) a profissão deve ser aceita como árbitro final em toda disputa sobre a validade de qualquer solução técnica relacionada com a respectiva área de competência; g) conjunto de conhecimentos e habilidades, bem como a dificuldade de adquiri-los devem ser suficientemente importantes para que os membros da sociedade vejam a profissão como possuidora de uma espécie de mistério a que o homem comum não tem acesso.

O ideal de serviço, “que pode ser traduzido por orientação para a coletividade - engloba as normas destinadas a orientar os procedimentos técnicos da profissão voltados para

³¹ BOSI, Maria Lúcia Maranhães. *Profissionalização e conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

o atendimento dos interesses do cliente, e não os do profissional” (Bosi, 1996), com as seguintes características: a) o profissional é quem decide o que o cliente necessita. A atividade estará tanto menos profissionalizada quanto mais o cliente puder impor o seu próprio julgamento; b) a profissão deve exigir um real sacrifício dos praticantes como um ideal, ou seja, deve implicar uma grande dedicação; c) a sociedade deve acreditar que a profissão aceita e se orienta por ideais; d) a comunidade profissional deve se pautar por um sistema de recompensas e punições.

Good apud Bosi (1996), aborda também a questão das profissões aspirantes que não se tornam profissões plenas, pois não atingem níveis de conhecimento e dedicação para o serviço, que são fundamentais para esse *status*. Conforme a citação de Bosi (1996),

“em Good a profissionalização advém de uma síntese de todos os aspectos apontados nos dois elementos centrais: conhecimento e ideal de serviço. Para o autor, as possibilidades de alcance de um status profissional elevado variam bastante conforme as características das diferentes ocupações aspirantes (*Aspiring Occupations*), o que as dividiria em três categorias: a) as que se tornaram profissões – exemplo, dentistas, médicos; b) as que se tornarão – exemplo, planejadores urbanos; c) as que não se tornaram – e indica como exemplo todas as chamadas “profissões paramédicas” (1996).

Já Wilensky (1970), ainda segundo Bosi, vai tomar como pressuposto que “nem tudo deve ser chamado de profissão”, propondo apenas dois elementos fundamentais que uma profissão deve possuir: Uma “Base Técnica” – ainda que não necessariamente científica (cita como exemplo profissões que se baseiam numa doutrina como o clero); e um “Ideal de Serviço”, ou seja, normas de conduta profissional e devoção ao cliente. “As normas de conduta abrangeriam as relações com os pares, a valorização da competência técnica, o combate aos não qualificados etc.” (Bosi, 1996).

Ao Investigar dezoito profissões, esse autor (Wilensky, 1970) propõe que se deva ainda considerar como as principais etapas concernentes ao processo de profissionalização: a) dedicação integral; b) criação de escolas de treinamento (padronizado); c) surgimento de associações profissionais; d) regulamentação profissional; e) adoção de código de ética.

Em Larson (1977), Bosi vai identificar o destaque dentre os elementos que devem ser inerentes a uma profissão, dois componentes fundamentais: primeiro - base cognitiva - para o monopólio de competência, a melhor base cognitiva deve apresentar as seguintes características: especificidade suficiente para partilhar, com clareza, a utilidade profissional; formalização ou codificação que permita a estabilização do serviço e dos profissionais, codificação, porém não absolutamente clara, de modo a poder efetuar um princípio de exclusão. Como segundo elemento ele considera a presença de um mercado potencial “determinado pelo desenvolvimento econômico e social, e também pela ideologia dominante em todo o tempo”.

Ainda da visão de Larson (1997), a autora destaca como elementos de importância aquelas dimensões que envolvem a questão do controle do mercado, dentre as quais se destacam os seguintes aspectos: a) natureza do serviço que é vendido - quanto mais universal e mais difícil; b) o tipo de mercado - mercados menos competitivos favorecem as profissões. A competitividade aumenta a tendência à organização em monopólios; c) o tipo de clientela - quanto mais universal e menos organizada for a clientela, mais chances terão as profissões; d) a base cognitiva - quanto mais “*esotérico*” for o conhecimento, melhor é a situação profissional. Na atualidade, o caráter científico é fundamental; e) a “produção dos produtores” (formação profissional) - quanto mais os profissionais controlarem as condições de ingresso à profissão, mais possibilidade terão para ampliar sua posição de poder no mercado; f) as relações de poder - quanto mais independentes, de outros mercados, for o mercado da profissão, e quanto maior a colaboração do Estado na disputa com outros grupos, melhor a situação profissional; g) a afinidade com a ideologia dominante - a coincidência entre a ideologia profissional e a ideologia dominante é um elemento que favorece a situação profissional.

Em relação a esses aspectos, Bosi vai realçar em Freidson (1978) o uso possível e a utilidade do seu conceito de “autonomia profissional” para diferenciar “profissão” de “ocupação” (ou “semiprofissão”). Para o autor, “a autonomia representa a capacidade de avaliar e controlar o desenvolvimento do trabalho. É nisso que reside a existência do profissionalismo” (Bosi, 1996). Para ele “convém considerar uma profissão uma ocupação que tenha assumido uma posição predominante na divisão do trabalho, de tal modo que logra o controle sobre a determinação da essência do seu próprio trabalho” (Freidson, 1978, p.83). Deste modo, ele distingue dois tipos básicos de autonomia: a) autonomia técnica - possibilidade de controle sobre a essência do que é próprio à profissão (conteúdo técnico); b) autonomia sócio-econômica - capacidade de dispor sobre a organização social e econômica do trabalho. De acordo com Bosi (1996), “Freidson relaciona claramente o grau de autonomia profissional com o apoio dos setores politicamente dominantes. Destaca o papel das associações profissionais que, segundo ele, devem estar sob o controle privado das comunidades profissionais” (Bosi, 1996).

Por fim, em Marinho(1986) Bosi destaca, no processo de profissionalização, o papel fundamental da formação profissional. Bosi, conforme cita Marinho (1986), ressalta esse aspecto: “Com a superação do aprendizado baseado na relação mestre/discípulo, fato que hoje se verifica nas sociedades modernas, e ante a importância da dimensão cognitiva para as profissões, o ensino universitário e as universidades como espaço de legitimação do saber, representam um mecanismo central no processo de profissionalização” Além do conhecimento, o autor aponta também a organização como dimensão fundamental para a obtenção de “monopólios de competência”. Ainda acrescenta que, “o conhecimento oferece a base para as reivindicações (bases cognitivas padronizadas, esotéricas tem a ver com a dimensão organizacional das profissões). Ou seja, através das associações profissionais, desencadeia-se um processo que pode ou não ser favorecido, ante as circunstâncias”

Diante das considerações dos diversos autores citados, é possível identificar alguns aspectos comuns em todos os estudos e que podem delinear, de forma genérica, os principais atributos que uma determinada atividade ou ocupação deva possuir para vir a ser considerada como uma profissão: 1) o conhecimento, adquirido por meio de uma formação profissional

específica e que comportaria a base técnica; 2) a autonomia da prática baseada na responsabilidade; 3) o código de ética estabelecido; 4) a organização da categoria e as relações com o estado, onde entra a questão da regulamentação profissional, abordada pela maioria dos autores.

No entanto, a principal constatação que se pode extrair de todos esses estudos é que o conceito de profissão passa por uma série de abordagens relativas ao processo de profissionalização, sem no entanto identificar uma definição contundente e comum aos diversos estudiosos. Como bem argumenta Bosi “o problema que se coloca não é tanto determinar o que é uma profissão em termos absolutos, mas como, numa sociedade, se determina quem é e quem não é profissional, num dado momento histórico. (...) Assim, não se trata de abandonar a tarefa de definir o conceito, mas antes, de redimensioná-lo, considerando a existência de diferentes perspectivas” Bosi (1996).

De todo modo, se não é possível um consenso acerca de todos os critérios que são necessários para que uma ocupação possa ser definida como uma profissão, segundo Machado, M.H. (1995, p14) seria possível estabelecer pelo menos uma convergência entre vários teóricos da área. Relativamente, há dois elementos que deveriam ser considerados como imprescindíveis, quando se trata de classificar um ofício como tal: A existência de um corpo esotérico de conhecimentos e a orientação para um ideal de serviços.

Com base neles, a autora propõe que a Medicina, Advocacia, o Clero e os professores universitários sejam tomados como bons exemplos da reunião dessas duas características e, portanto, inquestionavelmente, de profissões. Já os farmacêuticos e enfermeiros estariam classificados como semi-profissões. Como ela explica “a justificativa para tal diferenciação é a ausência (no segundo caso) de um corpo específico de conhecimento, bem como a inexistência de um mercado de trabalho inviolável” como ocorre no caso das primeiras. Já em relação à Sociologia, Psicologia, Ciências da Computação seu julgamento seria mais

pessimista: tratariam de categorias que se encontram em processo de profissionalização, ou seja, ainda não adquiriram o status e perfil de profissões sólidas.

Deste modo, o que diferenciaria fundamentalmente o *verdadeiro* profissional e o *quase* profissional seria “o poder do primeiro em negociar com uma clientela específica enquanto o segundo, não”. O grande divisor de águas, que separaria uma profissão estabelecida das suas irmãs bastardas constituídas pelas *semi-profissões* ou pelas *quase-profissões*, mais do que a perícia ou a competência dos seus agentes individuais em realizarem uma determinada tarefa, seria então o fato de que aquela tarefa não possa ser exercida por um outro indivíduo que não tenha sido especialmente treinado para tal, através do acesso a um determinado conhecimento teórico-técnico, de tipo esotérico, que, de algum modo, esteja sob o controle dos seus praticantes.

E, na medida em que sempre existem limites para o exercício efetivo deste controle, sobre a exclusividade no desempenho de qualquer atividade humana que pode efetivamente ser apreendida por não iniciados ou meramente simulada pelos impostores, duas condições se impõem para o êxito nos objetivos de uma ocupação configurar-se adequadamente como profissão.

Primeiro, há que considerar o caráter necessariamente complexo da operação técnica que a mesma se propõe a realizar, ou mais do que isso, mesmo que ela possa ser, em si mesma, de natureza simples, há que se observar a existência de um forte grau de dependência para sua realização, de que a mesma esteja fundada em algum tipo de conhecimento de natureza complexa. Atividades tecnicamente simples e baseadas em conhecimentos igualmente simples, apresentam severas limitações para serem preservadas do manejo de quem quer que queira delas se apossar. E, na medida em que determinado patrimônio de práticas de produção/reprodução da vida social se torna de domínio público, não há razão para se falar de profissão nos termos em que estamos estabelecendo.

Por outro lado, mesmo a complexidade de uma atividade ou de um conjunto de atividades técnicas, ou ainda dos saberes que as sustentam, não pode resistir, permanentemente, ao assédio dos interesses e curiosidades que despertam nas pessoas. Por isso, um segundo elemento fundamental para que uma profissão se garanta como tal, encontra-se localizado exatamente em sua capacidade de granjear e obter a consagração social, que a vincule com a condição de melhor solução técnica e o mais idôneo caminho para o enfrentamento de determinadas circunstâncias próprias da existência social, estendendo aos seus agentes a prerrogativa da exclusividade do seu uso.

Deste modo, a garantia de uma clientela que lhe seja específica – e, portanto, lhe seja fiel – depende, conseqüentemente, não apenas da força da equação existente entre a posse de conhecimentos relativamente complexos caucionadores das habilidades técnicas específicas possuídas por uma profissão, mas igualmente está derivada de um êxito político da mesma em obter reconhecimento social da sua condição prioritária entre escolhas sociais eventualmente disponíveis.

Para a obtenção da condição hegemônica, dentre as outras conjurações de respostas, sempre possíveis, no vasto repertório da permanente recriação cultural que nos constitui socialmente, os dois principais recursos geralmente utilizados pelas profissões modernas têm sido o discurso ideológico e a negociação política com o Estado. De uma parte, uma intensa produção discursiva, configurada nos termos do que se tem denominado como sendo a ideologia do profissionalismo - idéia geral extensiva do valor das profissões como instituições, no interior das sociedades modernas que, por sua vez, se especifica como ideologia profissional, no caso de cada profissão em particular, um proselitismo corporativista de cada uma delas. De outra parte, uma grande fome política de interatuação das organizações por elas constituídas, para com o aparelho do Estado, na busca da reiteração legal de posições já conquistadas, na luta pela ampliação de direitos e privilégios, sobretudo relativamente às garantias das exclusividades, às definições sobre os “fechamentos” e a ampliação de cargos e postos nas instâncias de controle que afetam o desempenho ou interesses do grupo profissional.

As interferências do Estado

Em resumo, "profissões" seriam aquelas ocupações particularmente bem sucedidas em seu projeto de "fechamento" com base em credenciais educacionais e de controle das condições de seu mercado (Collins, 1990 apud Diniz, 2001, p.30). Códigos de ética, escolas e associações profissionais são recursos importantes da estratégia geral, mas o sucesso do "projeto profissional" seria problemático sem apoio do Estado. Nesse sentido, e a partir de inspiração weberiana, uma definição mais adequada de profissionalização seria uma estratégia de "fechamento", exclusionário, composta de táticas legalistas e credencialistas para monitoramento e restrição de acesso a posições ocupacionais, que teria como um dos seus suportes fundamentais a obtenção da boa vontade estatal para com os interesses da corporação.

A partir da própria teoria de conceituação de profissão e dos estudos do processo de profissionalização vistos anteriormente, pode-se perceber que, para discorrer sobre a história ou formação das profissões e a interferência do Estado, necessariamente demanda-se o estabelecimento de determinados parâmetros que servirão de referenciais para tanto. Se partirmos do princípio de que qualquer atividade ou ocupação específica associada a um trabalho possa ser considerada uma profissão, o surgimento e o processo de evolução dos ofícios acabarão por se confundir com a própria história da humanidade, na medida em que, desde as mais remotas formas de organização da sociedade, já se constata a existência de atividades diferenciadas e voltadas para as diversas realizações do homem, até mesmo quando ele só se encarregava de sua própria subsistência.

Naturalmente, as diferentes atividades começaram a se consolidar como profissão na medida em que delas o homem passou a tirar o seu meio de vida, em especial nas reações de produção e comércio, ainda que à base de troca, e de prestação de serviços. Todo esse processo, na verdade, é decorrente, e ao mesmo tempo fator determinante, da própria evolução econômica das sociedades. Não há como separar os dois aspectos, vez que um é

condicionante do outro. Com a evolução da divisão do trabalho face ao surgimento de inúmeras atividades ao longo de todo o processo de desenvolvimento das nações, sentiu-se a necessidade da criação de certos regulamentos como forma de organização das relações trabalhistas (Castro, 1995).

Assim, com as primeiras regulamentações ainda nas antigas sociedades – Egito, Grécia e Roma – onde se privilegiavam os detentores dos poderes em detrimento daqueles sujeitos ao regime de escravagismo, já se constatava a interferência do Estado cumprindo um de seus principais papéis: o da imposição de regras, modelos e condutas em quase todas as relações humanas. Na Idade Média surgiu uma modalidade de regulamentação privada com as associações de ofícios, conhecidas como corporações nas regiões latinas, e *guildas* nas regiões germânicas da Europa.

No entanto, o excesso de procedimentos corporativistas culminou com a extinção dessas associações, por parte da Convenção Revolucionária durante a revolução francesa, não sendo mais permitido aos cidadãos que pertencessem a certas profissões, que estes se reunissem em defesa de “pretendidos interesses comuns”. Também foram extintas as corporações de Estado, e, no melhor estilo do individualismo burguês, afirmada a existência dos interesses particulares de cada indivíduo e o interesse geral. A legislação, denominada como a lei Chapelier de 1791, afirmava que não seria permitido a ninguém “inspirar aos cidadãos um interesse intermediário, separá-los de coisa pública por interesse de corporações”. Tratava-se, na realidade, da doutrina do Contrato Social, de Rousseau (1762), bem como da emergente filosofia da livre competição e do liberalismo, que pregava a liberdade do comércio, da indústria e do trabalho.

Já no século XIX, um novo modelo de regulamentação geral do trabalho passou a ser reivindicado por movimentos de trabalhadores, época em que se destacaram duas correntes de pensamento distintas sobre o assunto. De um lado, os filósofos socialistas defendiam “a adoção de normas de direitos e defesas dos trabalhadores e o controle total das atividades

profissionais por entidades livres capazes da execução de tais medidas. Dessas proposições, pode ser dito numa maneira muito sucinta e despretensiosa, resultaram as atuais entidades de classe, as associações, os instintos e os sindicatos”.(Castro, 1995). De outro lado, os filósofos sociais reivindicavam a presença do Estado para fazer cumprir as normas relativas à ética do trabalho, à defesa da sociedade perante a atuação dos profissionais e, principalmente, ao controle e à fiscalização das atividades das profissões.

Decorre dessas propostas a criação das ordens e conselhos profissionais, cujo modelo foi adotado no Brasil. Muito embora a adoção da segunda corrente não tenha evitado o surgimento das entidades de classe, o papel da fiscalização e controle das profissões acabou sendo, de fato, exercido pelo Estado, através das ordens e conselhos. Àquelas entidades e associações coube o papel da defesa dos interesses das categorias e intermediações nos conflitos trabalhistas.

Apesar de hoje verificarmos que na prática já há bastante sobreamento dessas funções entre os dois tipos de representação, percebe-se que ainda existe um certo interesse na manutenção dos modelos, mesmo que apenas formalmente. A presença do Estado no Brasil começa a ser percebida no período monárquico, ainda no Primeiro Reinado, quando então as pessoas, mesmo sem diploma, exerciam livremente qualquer profissão, exceto a Medicina. Mas, em decorrência de movimentos de profissionais liberais, que reivindicavam seus direitos e a instituição de deveres e responsabilidades, surgiram os primeiros atos jurídicos durante o Primeiro e o Segundo Reinado, ainda sem a criação das ordens ou conselhos profissionais, que só vêm a se consolidar no período republicano, a partir da década de 30 (Coelho, 1999).

Não obstante, essas primeiras normas reguladoras, o Estado sempre procurou, de alguma forma, mediante as Constituições, dar um mínimo de orientação ou princípio para o desempenho de atividades e para o exercício de profissões, ainda que fosse para garantir a liberdade de escolha do ofício. Mesmo assim, pode-se perceber que, na maioria dos dispositivos constitucionais sobre o tema, havia um certo tipo de restrição que, na prática,

permitia ou induzia à regulamentação ordinária de determinadas profissões. Já no Congresso Nacional Constituinte de 1890 e 1891, logo após a implantação da República, os positivistas, adeptos do liberalismo que defendiam a total liberdade para o trabalho, aí incluído o exercício das profissões liberais, apresentaram a seguinte emenda ao texto constitucional:

“Art. 72 (...) § 2º A república não admite também privilégios filosóficos, científicos, artísticos, clínicos ou técnicos, sendo livre no Brasil o exercício de todas as profissões, independentemente de qualquer título escolástico, acadêmico ou outro, seja de que natureza for”.

De qualquer maneira, a redação que prevaleceu na Constituição de 1891 foi a mais liberal de todas as Cartas, pois não previa nenhum tipo de ressalva:

“Art. 72 (...) § 24 É garantido o livre exercício de qualquer profissão, moral, intelectual e industrial”.

Esse dispositivo garantiu a todos o direito à habilitação para o exercício de qualquer profissão liberal, mas não anulou as conquistas anteriores nem o sujeitou às leis específicas restritivas responsáveis pela corporativização da sociedade, como ocorreu em constituições posteriores. A mesma constituição facultou aos Estados poderes para controlar as profissões e para legislar sobre o ensino nos respectivos territórios. Até então as Províncias mantinham escolas que expediam diplomas, mas não asseguravam aos diplomados a exclusividade do exercício profissional.

Ideologia do Profissionalismo e Ideologia Profissional

Para abordar o tema da ideologia profissional, é conveniente que possamos estabelecer minimamente uma compreensão acerca de tema tão complexo. Assim, dentre tantas referências disponíveis, tomaremos como guia o trabalho de Thompson (1998) no qual ele analisa extensivamente a matéria. Como pressuposto, ele afirma que se vamos tratar do tema da ideologia, nós não podemos prescindir de buscar o *lugar social da produção* das formas simbólicas que circulam nas redes sociais, o *lugar social dos receptores* das formas e as *formações sociais* nas quais ambos se encontram. De acordo com este autor, “o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”.

Deste modo, podemos pensar que a questão da Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, seria o *sentido colocado a serviço do poder*. Conseqüentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas lingüísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos" (Thompson, 1998, p.16).

Assim, podemos pensar que a construção do sentido das formas simbólicas está diretamente relacionada à formação socioeconômica na qual o sujeito tem a sua existência, e é só aí que podemos verificar em que direção elas estão, predominantemente, sendo usadas: se, na manutenção do *status quo*, servindo apenas para perpetuar as relações de poder, ou se está na sua modificação, trilhando o caminho da sua mudança das relações de poder. Afinal, para o autor “as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos: se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende das maneiras como eles são usados e *entendidos* em contextos sociais específicos” (Thompson, 1998, p.17).

"Por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas." (Thompson, 1995, p.79).

O entendimento da existência de “um conjunto central de valores e crenças amplamente partilhados e firmemente aceitos pelos indivíduos nas sociedades industriais modernas” (Thompson, 1998, p.117), mediados pelos mecanismos do Estado, leva-nos a descartar o dissenso, a não-satisfação, o ceticismo e o cinismo sempre presentes na relação indivíduos versus valores e crenças sociais; além do que, “no curso de suas vidas cotidianas, as pessoas, especificamente, movimentam-se através de uma multiplicidade de contextos sociais e estão sujeitas a pressões e processos sociais conflitivos.” (Thompson 1998, p.119). Um indivíduo, em consequência, nunca é, simplesmente, uma ameba automaticamente moldada por uma ideologia dominante.

Tais fatos mostram que é preciso pensar-se em um enfoque mais satisfatório do fenômeno da ideologia, de modo a precisar

“as maneiras como as pessoas localizadas diferencialmente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas, e como essas formas simbólicas, quando analisadas em relação aos contextos em que elas são produzidas, recebidas e compreendidas, servem (ou não servem) para estabelecer ou sustentar relações de dominação.”(Thompson, 1998, p.121).

Para mais, torna-se “fundamental reconhecer que existem relações de poder sistematicamente assimétricas que estão baseadas em fatores diferentes dos de classe —

como, por exemplo, fatores de sexo, idade, origem étnica — e parece essencial ampliar o marco referencial para a análise da ideologia para dar conta desses fatores. A teoria geral da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia, à medida que dá ênfase principal às relações de classe, tende a sobrevalorizar a importância da classe na análise da ideologia e a marginalizar outros tipos de dominação, tais como as formas simbólicas que servem para garanti-las.” (Thompson, 1998, p. 127).

Além disso, a redução das diferentes atividades dos Estados modernos a questões de classes sociais internas é uma simplificação forçada, dado que, por essa via, não são levadas em conta as relações, hoje altamente desenvolvidas, diversificadas e imbricadas, com outros estados-nação. E ainda, a simples colocação dos meios de comunicação de massa como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado não faz justiça a essas instituições, visto que, nas sociedades modernas, esses meios são constitutivos do próprio fórum “dentro do qual e, até certo ponto, com respeito ao qual, os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício de poder de outros (Thompson, 1998, p.128).

O profissionalismo como modelo e ideologia

A idéia de profissão ou profissionalismo é desenvolvida de muitas maneiras claramente distintas e constitui um rótulo social criado naturalmente e aplicado pelos leigos a um número limitado de ocupações consideradas de algum modo superiores a ocupações ordinárias. Segundo Freidson, (1998, p.214) a idéia comum de profissionalismo desenvolve-se de forma passiva, uma vez que não é elaborada, sistematizada ou refinada, conscientemente, mas se desenvolve a partir do uso social no dia-a-dia. Nos países de língua inglesa, as profissões são organizadas por si próprias, em vez de criadas pelo Estado; a idéia de profissão é elaborada por seus líderes no curso da reivindicação de uma posição profissional e é usada como instrumento político para tratar com organismos legislativos, com a mídia e com o público em geral. Freidson nos diz que essa arena institucional é usada para representar a profissão não só para as pessoas de fora, mas também para seus próprios

membros.

O uso comum é ampliado para realçar as características de uma ocupação que justificam a posição e privilégio especiais: torna-se um retrato da *profissão feito pela profissão* (Freidson, 1998, p.214). Assim, seu conteúdo é definido em grande parte pelas necessidades políticas e cerimoniais da profissão e é usado, sobretudo para promover e defender sua posição. Seu caráter ideológico, principalmente naquelas áreas significativas em que está ameaçada a política interna de auto-interesse da profissão, impede seu desenvolvimento num todo sistemático e consistente, não obstante algumas versões enfatizarem a probidade e a utilidade pública.

Grande parte do debate que envolve as profissões compara o desempenho real de seus membros ora com as alegações ideológicas feitas pelos que as defendem, ora com as expectativas genéricas do público e dos comentaristas. Nesse contexto, uma comparação entre promessa e desempenho revela discrepâncias que levam alguns críticos a rejeitar a relevância da idéia de profissão para entender as ocupações como posição profissional, e outros, ainda, a atacar a própria posição profissional. O que não se admite, entretanto, é o profissionalismo como noção comum ou como ideologia das profissões, uma vez que nenhuma delas se desenvolve como modelo ou conceito analítico.

Para Freidson (1998), as necessidades da análise são diferentes daquelas do pensamento comum ou da ideologia, uma vez que nenhuma delas é impelida a criar um modelo sistemático coerente de todas as características essenciais, baseada num fundamento lógico declarado. O pensamento comum não há que se preocupar com as contradições entre vários usos, desde que possa separá-los uns dos outros ao invocá-los em contextos diferentes. Ainda segundo Freidson (1998, p.215) as concepções cerimoniais ou ideológicas de profissionalismo são moldadas, sobretudo, pela conveniência, e as necessidades incluem apenas aqueles elementos que defendem interesses ameaçados quando negam acusações de coordenação de características louváveis. Essa variação na ênfase sobre aqueles que falam

pelas profissões é revelada claramente na análise de Solomon³² (1992 apud Freidson op.cit) das respostas de líderes do meio jurídico às crises que observaram ao longo de um período de trinta anos.

Modelos de profissionalismo

Os modelos analíticos nas Ciências Sociais, embora possam ser usados de forma neutra, também se utilizam prescritivamente para representar o que "devia existir" e orientar esforços práticos para realizá-los, e esta é uma característica importante, embora seja freqüentemente subestimada. Tais modelos até mesmo podem ser ideologias empregadas para enfocar e organizar a atividade política. Na realidade, as ideologias mais efetivas são baseadas em modelos bastante abstratos o que não permite sua aplicação a um amplo espectro de questões e circunstâncias.

Para Freidson (1998, p.216), a quem tomaremos como guia, no seu diálogo com outros autores, sobre essa noção de profissionalismo, elas são as fontes tanto de uma explicação sistemática do que está errado com o mundo quanto das diretrizes pelas quais se pode consertar o que está errado. Os ataques mais persuasivos às profissões provêm daqueles que, explícita ou implicitamente, defendem uma ideologia centrada num modelo analítico. Para estes, as profissões são atacadas não por meras deficiências em seu desempenho e sim porque a existência delas se opõe à realização de outro modelo.

A ocupação, para receber uma delegação de poder, precisa organizar-se como grupo identificável, ou seja, não pode ser um mero agregado de indivíduos que alegam ter o mesmo conjunto de competências. Pode ser tratada coletivamente como categoria social definida, se for realmente um grupo organizado, ou se alguém que fale em seu nome conseguir estabelecer

³² Solomon, Rayman L. (1992) *Five crises or one: the concept of legal professionalism*"

uma identidade corporativa para seus membros. Nesse contexto, a profissão torna-se um corpo corporativo organizado, seja pela ação de seus membros independentemente do Estado, tal qual ocorreu de modo geral nos países de língua inglesa, seja pelas ações do Estado, na criação de servidores públicos especializados, como foi mais comum em países do continente europeu.

Para Dubin et al (1976) apud Freidson (1998, p.220), os membros das profissões, com seus interesses materiais garantidos por seu controle sobre o trabalho e por sua posição protegida no mercado, conseguem desenvolver um profundo compromisso vitalício e uma identidade com seu trabalho, que se transformava num "interesse central de vida". Alguns irão expandir seu corpo de conhecimento e competência tanto em benefício próprio quanto para encontrar novas aplicações práticas para ele. Para proteger a integridade de sua profissão e trabalho, irão monitorar e corrigir o trabalho uns dos outros e disciplinar, ou mesmo expulsar, os divergentes quando julgarem necessário.

Segundo Waters (1989), apud Freidson (1998, p.220), o coleguismo é um elemento central do modelo profissional, fazendo a distinção do profissionalismo tanto em relação à competição irrestrita entre trabalhadores num mercado livre quanto às hierarquias formais da burocracia racional-legal. É óbvio que a proteção contra a concorrência de outros trabalhadores ajuda no desenvolvimento e manutenção desse coleguismo, mas sempre é possível uma competição acirrada entre os próprios membros e entre diversas especialidades dentro da profissão. Para Machado, M.H. (1995, p.24) "é de fundamental importância, realçada nos aspectos constitutivos de uma profissão, a cooperação entre colegas. Essa cooperação mútua da categoria é traduzida no que usualmente *chamamos de corporativismo*".

Ainda segundo essa mesma autora "tão importante, como aprender atitudes e valores relativos ao trato com os clientes, é aprender a colaborar com os companheiros de profissão. A forma de se relacionar e manter este espírito é através da organização colegial." (Machado, M.H., 1995, p.25). Entre as características identificáveis na organização das comunidades de

pares, ela destaca como importante que os membros estejam unidos por um senso de identidade e, uma vez dentro deste círculo, poucos saiam; que eles compartilhem valores comuns; que os papéis sejam aceitos por todos os colegas; que a comunidade tenha poder sobre eles; que os limites sejam claros; que sejam produzidas novas gerações, mantendo controle da seleção dos treinados. Essa organização formada exclusivamente por pares é uma organização do “*eu sou*” (médico, advogado, sociólogo), em que as considerações estratégicas, como saber, poder, status, etc., são privilegiadas.

Para Machado (1995, p.25), a dimensão do coleguismo, ou corporativismo, por melhor assim dizer, é um ponto fundamental da organização e a dinâmica da corporação. O senso de identidade que os une e o compartilhamento de valores comuns resultam, freqüentemente, na relutância em criticar julgamentos ou destrezas de um colega profissional, o que se traduz na manifestação extrema do corporativismo. Assim, torna-se ainda mais complexo o julgamento do trabalho profissional por leigos (...) As associações profissionais se constituem em uma das formas de regulação mais antigas das corporações. O desenvolvimento do código de ética é um caminho proeminente pelo qual as associações funcionam como auto-regulação, que são sistemas legais, privados, característicos das profissões estabelecidas formalmente.

As virtudes do profissionalismo

Supostamente os praticantes de uma determinada profissão estão sempre muito envolvidos nas atividades cotidianas de servir aos outros e é por essa razão que não se pode esperar que a maioria deles se envolva rotineiramente em estudos, pesquisas e coisas tais. No entanto, idealmente as profissões controlam todo o processo de recrutamento, treinamento e a certificação de seus próprios membros, e, na medida em que todo o processo é institucionalizado para garantir alguma padronização dos resultados, as escolas formais passam a realizar essas funções, tendo como docentes alguns dos membros especiais da profissão. Na medida em que são professores universitários em tempo integral, os que ensinam nas escolas profissionalizantes estão na mesma situação que os cientistas e

estudiosos convencionais nas universidades - sustentados economicamente pela prática do ensino em circunstâncias que lhes deixam uma boa dose de tempo para teorizar e pesquisar. (Freidson, 1998, p.223).

Há que se considerar, segundo Freidson (1998) que uma ideologia agressiva que proponha os termos do modelo analítico de profissionalismo pode prestar um serviço muito mais relevante para a defesa das profissões que a versão comum. Tal pode assim ser feito porque está mais bem equipada para reafirmar a maior aspiração ou desejabilidade do profissionalismo do que as alternativas sugeridas ou firmadas por defensores do mercado livre ou da autoridade racionalizada da empresa ou do Estado. Uma ideologia agressiva é capaz de reconhecer o monopólio sem justificativa, porque o "monopólio em si e por si" será um vício apenas diante da suposição de que um mercado livre é uma virtude, e que um monopólio exercido por um corpo independente de trabalhadores especializados não pode servir ao interesse público melhor do que um monopólio de autoridade exercido por funcionários do Estado ou do capital (Freidson, 1998, p.226).

Seguindo o modelo, porém, um ideólogo realmente coerente e imbuído de princípios chegará a especificar o que deve ser feito pelas profissões que se aproximarem da realização das virtudes reivindicadas pelo modelo ideal. Um ideólogo do mercado livre, de bons princípios, não pode ser um apologista de concentrações de poder econômico que impeçam o livre jogo das escolhas individuais para produzir, oferecer e comprar bens e serviços com base no interesse material (Freidson, 1998, p.227).

Do mesmo modo, um ideólogo da burocracia racional-legal de bons princípios não pode justificar o uso de algo que não seja a competência de quem deve ficar com um cargo ou qualquer exceção ao exercício regulamentado da autoridade empregada para atingir os fins especificados pelas autoridades máximas. Pela mesma consideração, não pode justificar um monopólio que serve, sobretudo, mais para proteger que identificar e controlar o incompetente, o venal e o negligente de seus membros, assim como justificar um monopólio

em que todos são livres para maximizar seus rendimentos às custas de um público que não tem a quem recorrer.

Diniz (2001) afirma que, do ponto de vista da perspectiva histórico-comparativa, o problema não é tão simples, primeiro, porque a definição das profissões como ocupações plenamente autônomas, auto-reguladas, altruísticas, etc. "não é uma concepção universal, mas local". Além do mais, muitos estudiosos consideram esta definição apenas como um comportamento da ideologia do profissionalismo e não como um conceito genuinamente sociológico (Diniz, 2001, p.27).

A seguir, tem-se, de acordo com Diniz, que o argumento de que a burocracia e profissões são modelos contraditórios e anti-éticos não é consistente. Isto porque, segundo a autora, o tipo ideal de burocracia e o de profissões estão mais próximos do que se supõe. O serviço burocrático requer exames, qualificações especiais e treinamento, tal qual ocorre com as profissões. No modelo weberiano, o ocupante de um cargo burocrático compromete-se a ser leal com o governo, em troca de uma existência segura; ele empenha sua lealdade a uma causa nobre e dedica seu serviço a um chefe impessoal como o Estado, a igreja ou a comunidade.

Larson (1977) apud Diniz (2001) constata uma ênfase tanto das burocracias quanto das profissões sobre racionalidade, quantificação, especialização, competência técnica, planejamento e vocação. A autora parte do pressuposto de que "profissão e burocracia" são modos complementares de organização e controle do trabalho e argumenta que ambas se baseiam em padronizações cognitivas e na alocação de pessoas em bases racionais e objetivas. Identifica, assim, "um tipo de burocracia profissional que reduz o conflito entre os princípios burocrático e profissional".

Por último, a autonomia profissional não parece a Freidson (1986) que seja incompatível com as estruturas burocráticas. Se autonomia é a "liberdade de discricção e julgamento no desempenho de seu trabalho com base nos conhecimentos técnicos, que não estão disponíveis para os que não possuem o mesmo nível de escolaridade e qualificação", logo os profissionais empregados em burocracias são tecnicamente autônomos, uma vez que possuem liberdade para agir de acordo com seu próprio julgamento no desempenho do trabalho profissional e na supervisão do trabalho de seus assistentes (Diniz, 2001, p28).

Para Diniz (2001,p.29), os interesses do cliente, do ponto de vista das teorias atributivas-funcionalistas estão garantidos nas suas relações com o profissional pela internalização, por parte deste último, de um código de ética, o qual, por outro lado, restringe a competição entre os próprios profissionais também em benefício da clientela. Enfim, a "assimetria da competência" requer que o cliente confie no profissional e que este respeite tanto o cliente quanto aos colegas. Estas relações são garantidas pelas várias formas estruturais: códigos de ética, associações, escolas profissionais, credenciais e licenças. Como expõe a autora,

"para muitos autores, estas concepções parecem, incomodamente semelhantes à imagem que os próprios profissionais fazem de seu trabalho e das funções preenchidas pelas formas organizacionais de sua profissão, e neste sentido as teorias atributivas-funcionalistas não se distinguiram muito *da ideologia* do profissionalismo." (Diniz, 2001, p.30).

Já para, para Collins (1990, p.35-36 apud Diniz, p.30), o destaque vai para a cobertura ideológica oferecida pelo corporativismo:

"as profissões são grupos de status weberianos dentro da divisão do trabalho. Mas é da natureza de um grupo de status reduzir a importância de

seus aspectos utilitários, desviar a atenção do trabalho que efetivamente é realizado, dirigindo-a para o estilo, a honra, os padrões morais exibidos por seus membros. Como grupos de status as profissões fazem-se cercar por uma cobertura ideológica pela qual se apresentam, por exemplo, como uma "vocação"; um "chamado" e não como uma mera ocupação; um "chamado" ao qual se atende por elevados motivos altruísticos e não como propósitos de meros ganhos mundanos.”

Elementos da *ideologia* do profissionalismo são chamados por Brante (1988, p.129) apud Diniz (2001) de "*mitos*": o do altruísmo, o da racionalidade, o da objetividade do conhecimento profissional, o da neutralidade (pp. 129-134).

Everett Hughes³³ (1958) apud Dubar (1997) analisa a relação entre o "profissional" e seu cliente no que se refere à relação entre o sagrado e o profano, o clero e o laico, o iniciado e o não-iniciado. Insiste no fato de que o termo "profissional" deve ser tomado como categoria de vida cotidiana e "que não é descritivo, mas implica um julgamento de valor e de prestígio”. e não se encontra em Hughes uma "teoria da profissão", encontra-se uma multiplicidade de indicações e de pistas para reflexão baseadas ou não em trabalhos empíricos" (Dubar, 1997, p.132).

Para Hughes, "o ponto de partida de qualquer análise sociológica do trabalho humano é a divisão do trabalho". Para apreender o fenômeno "profissional", Hughes introduz duas noções essenciais que designa por "diploma" (*licence*) e "mandato" (*mandate*). A *licence* é a autorização legal para exercer algumas atividades que outros não podem exercer: o mandato é a obrigação legal de assegurar uma função específica. Segundo Hughes, "*licence* e mandato, constituem as bases da divisão moral do trabalho”, que define como sendo "o processo pelo qual diferentes funções valorizadas por uma coletividade são distribuídas, entre seus membros, por grupos, categorias e indivíduos, em simultâneo".

³³ Hughes, E.C. *Men and their work*, Glencoe, The Free Press, 1958 apud Claude Dubar (1997)

Sendo objeto de conflitos essenciais, esta divisão do trabalho implica uma hierarquização das funções e uma separação entre funções essenciais (sagradas) e funções secundárias (profanas). Existem duas operações que presidem à seleção dos profissionais: separá-las dos outros (licence) e confiar-lhe uma missão (mandate) (Dubar, 1997, p.132).

No centro da profissionalidade, explica Hughes, encontra-se uma transação, um pacto entre quem pratica, devidamente creditado (diplomado) e mandatado, e os parceiros particulares, pacto que consiste na troca das "coisas perigosas" que devem ficar secretas. Segundo Hughes, a transação entre aquele que dá e aquele que recebe o serviço, consiste "da transferência legítima pela sociedade, de uma parte das suas funções, a um subconjunto reconhecido", da projeção do mal, do maldito, do doente - em resumo - do tabu - sobre os profissionais legitimados para se responsabilizarem pelo saber em causa e mantê-los em segredo.

Se os exemplos canônicos do médico e do advogado são frequentemente associados à figura desse "profissional", é porque as características eminentemente secretas, íntimas e tabu da doença e do crime são evidentes. Mas, diz Hughes, pode-se alargar a análise a um conjunto considerável de atividades: basta que elas tenham sido definidas como "sagradas" e que o respeito a sua importância estratégica possa ser preservado. Assim, tudo o que diz respeito à coesão comunitária, aos "ritos de passagem" e às relações entre tempos individuais e tempos sociais, deve ser confiado a "profissionais" que vão guardar o segredo sobre as significações "reais" da sua "missão" simbólica.

Para Hughes (1958), quando passa do sentido restrito de "profissional" ao sentido lato, o autor introduz um segundo critério da profissão: a existência de instituições destinadas a "proteger o diploma e a manter o mandato de seus membros". As organizações profissionais devem manter os profissionais longe do público dos profanos sempre prontos a lançar sobre eles a suspeita do charlatanismo ou de abuso de poder (Dubar, 1997, p.132). A organização deve, ainda, gerir a questão, eminentemente crítica, dos erros profissionais. Enquanto "os

profanos consideram as técnicas profissionais como um meio, os profissionais consideram-na como uma arte". Assim, a organização desempenha um papel essencial na desculpabilização em caso de erro desde que regras de arte tenham sido respeitadas. Hughes define profissão como carreira e como meio de socialização.

O grupo profissional segundo ele, é "aquele que reivindica o mandato de selecionar, formar, iniciar e disciplinar os seus próprios membros e de definir a natureza dos serviços que deve realizar e os termos nos quais devem ser feitos", e, se esse mandato tem a ver com "certas funções sagradas que implicam o segredo", então ele é, necessariamente, acompanhado por um desenvolvimento de uma "filosofia", de uma "visão do mundo", que inclui os pensamentos, valores e significações envolvidos no trabalho.

A socialização profissional em Hughes

Hughes formulou aquilo que se chama "um esquema geral de referência para estudar a "formação para profissões diversas". Apresenta um "modelo" de socialização profissional concebida como uma *iniciação*, no sentido etnológico, à "cultura profissional" e como uma *conversão*, no sentido religioso, do indivíduo a uma nova concepção do eu e do mundo, enfim, a uma nova identidade. Três mecanismos específicos da socialização profissional são explicitados por Hughes: o primeiro é uma espécie de imersão na "cultura profissional", que aparece como o "inverso" da cultura profana e coloca a questão da forma como "as duas culturas interagem no interior do indivíduo". A crise e o dilema instaurados pela "identificação progressiva com o papel" só podem ser dissipados por uma renúncia voluntária aos estereótipos profissionais no que diz respeito à natureza da tarefa. O segundo diz respeito ao que se poderia chamar "a instalação da dualidade", entre o modelo ideal, que caracteriza a "dignidade da profissão", a sua imagem de marca, a sua valorização simbólica, e o "modelo prático" que diz respeito "às tarefas cotidianas e aos trabalhos pesados" e que mantém poucas relações com o primeiro.

A formação de um grupo de referência no seio da profissão, representando em simultâneo uma antecipação das posições desejáveis e uma instância de legitimação de suas capacidades, constitui um mecanismo essencial de gestão desta dualidade - a solução habitual da fase de conversão última - por abandono e rejeição dos estereótipos - é de dualidade entre "modelo ideal" e "normas práticas", constitui o terceiro mecanismo importante. Este mecanismo refere-se ao ajustamento da concepção do Eu, isto é, da sua identidade em vias de constituição que implica a "tomada de consciência das suas capacidades físicas, mentais e profissionais, dos seus gostos e desgostos" com as hipóteses de carreira que o profissional pode esperar no futuro.

Esses elementos analíticos, que até aqui reunimos, se mostram de grande utilidade e vão nos permitir estabelecer um outro olhar sobre as produções que emanam dos grupos corporativos. Iluminados por eles torna-se possível colocar sob suspeição todos os discursos auto-justificadores que emanam da ideologia do profissionalismo, reconhecendo-os como efeitos sociológicos derivados dos esforços mantenedores de alguma ordem de diferenciação e privilégios. Como base de sua sustentação, temos o valor dominante de uma certa ordem de racionalização que se expressa tanto na proposição de que essas sejam as melhores formas para a organização social, mas que se aprofundam mais ao estabelecer o conhecimento racionalizado que sustenta a técnica, como fonte de poder superior, capaz em si mesmo de justificar a diferenciação social dos indivíduos no interior da sociedade. No próximo capítulo devemos analisar o processo de produção da Psicologia como uma profissão no interior da sociedade brasileira.

Capítulo III:

A invenção de uma profissão: a multiplicação dos psicólogos no Brasil.

Em agosto de 1962, governava o país o então presidente João Goulart. A ele coube promulgar a lei, recém aprovada pelo Congresso Nacional, que regulamentava a existência da profissão de psicólogo no Brasil. Através desse gesto, o país se tornou, curiosamente, um dos pioneiros, entre as várias nações do mundo, nesse tipo de reconhecimento legal do exercício regulamentado dessa profissão. A sanção da lei 4119, de 27 de agosto de 1962 pelo Congresso Nacional (CFP-Legislação) e sua posterior promulgação, não se deu, entretanto, como uma matéria pacífica.

Criada por força de lei do Congresso Nacional, a aprovação da Psicologia reproduziu a clássica situação descrita como origem da regulamentação de quase todas as profissões regulamentadas por lei em nosso país. Ou seja, foi obtida através de um processo de arregimentação de forças dos então interessados, agentes praticantes e divulgadores acadêmico-universitários da disciplina, para enfrentar os obstáculos, as oposições e fazer o convencimento político dos parlamentares da adequação desta medida.

Um elemento entretanto especificou, de modo diverso, a sua estratégia, ao proporem ao Congresso uma lei para criar a profissão. Os interessados conseguiram, à época, que este

projeto fosse apresentado como uma iniciativa do executivo³⁴, como se a criação da profissão estivesse colocada como um interesse de Estado. Nessa lei, ao regular-se o exercício da profissão, foram fixadas, concomitantemente, as bases para o funcionamento dos cursos universitários de Psicologia associando-se a sua obrigatoriedade, como condição de direito para o uso do título de psicólogo.

Marcada pela mobilização dos interessados e pela disputa política com outros interesses profissionais que se lhe opunham – sobretudo, mas não exclusivamente, da categoria dos médicos - a sua aprovação comportou a presença de idas e vindas no parlamento, que incluíram a existência de vetos presidenciais a alguns importantes artigos presentes no texto original. Alguns deles tiveram, como de praxe, de ser novamente submetidos ao plenário do Congresso Nacional e foram derrubados pelos parlamentares³⁵. Outros, inclusive alguns de importância significativa, relativos a direitos e prerrogativas conferidos aos futuros diplomados em Psicologia, foram mantidos fora do texto final da lei, restringindo as expectativas dos proponentes.

O fato da aprovação de mais uma lei de regulamentação profissional no país, caso incluído na apreciação do movimento geral da expansão e diversificação da sua estrutura ocupacional, não se reveste de excepcionalidade e poderia ser considerado como meramente rotineiro. Afinal ele, se incluiria numa tendência que tem sido dominante, desde aquela época até muito recentemente, da ampliação crescente, na sociedade brasileira, do número de ocupações que requerem o nível superior de educação. Como nos informa Diniz (2001, p.13), em 1950, seriam menos do que uma dezena as profissões aqui estabelecidas, sendo que, decorridos trinta anos, em 1980, elas já chegavam ao número de 114. Dentre essas, 76

³⁴ O primeiro projeto de lei enviado ao Congresso foi o de nº 3.825, e foi pelo Ministério da Educação e Cultura em 1958 que acabou gerando um substituto elaborado pela Associação Brasileira de Psicólogos, que não foi capaz, entretanto, de conciliar os interesses do governo, das várias correntes de pensamento no interior da Psicologia, além dos opositores médicos. Ainda em 1958 a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos elaboraram um novo substitutivo que recebeu parecer favorável do deputado relator e veio a se converter na lei nº 4119 aprovada em julho de 1962 e sancionada pelo presidente em 27 de agosto do mesmo ano. Cf. publicação CRP/06 - "Uma profissão chamada Psicologia", São Paulo, 1994.

³⁵ Ver a respeito em "História do Conselho" no capítulo intitulado "A psicologia na legislação brasileira: 1890/1977"; SOARES, 1979 p26.

profissões já haviam passado pelos mesmos caminhos dos processos legislativos similares aos vividos pela Psicologia e lograram ter sua regulamentação estabelecida pela lei.

Tampouco se reveste de estranheza o fato de que o processo da regulamentação da Psicologia tenha se dado sob a fórmula de uma polêmica com os interesses de um outro grupo profissional que pré-existia e temia ter os seus direitos e prerrogativas prejudicadas pelo estabelecimento da nova profissão. Afinal, um dos conceitos fundamentais para a compreensão da existência das profissões como tais, nas sociedades modernas (Diniz, 2001, p.31) é conceito weberiano de “fechamento” (*closure*).

Tal conceito – cujo uso é mais amplo do que a sua aplicação à matéria das profissões, podendo ser referido a qualquer atributo social ou físico, tal qual raça, sexo, classe ou religião – indica o processo através do qual grupos sociais buscam especificar-se segundo regras e características singulares, definidoras de exclusão ou inelegibilidade dos outros sujeitos a dele participarem, na busca de garantir para si como coletividade, e para cada um dos seus membros individualmente, o monopólio de alguma ordem de prerrogativa social.

Como já apreciamos no capítulo anterior, as profissões modernas, expressam, portanto, essas interessantes formas modernas de “fechamento” que lograram legitimação social, a partir da idéia de que os seus integrantes manipulam com perícia certos tipos de conhecimentos e tecnologias bastante especializados, cuja assimilação estabelece algumas exigências especiais e as correspondentes prerrogativas, que os diferenciam socialmente dos demais sujeitos sociais. Por outro lado, como decorrência dessa premissa, sustenta-se a idéia de que, àqueles que não são portadores das propriedades atinentes aos elementos que pertencem ao conjunto de uma determinada profissão, estaria vedada a manipulação dos seus recursos como fonte de renda ou meio de vida. E mais do que isso, se os veria como potencialmente capazes de provocar danos sociais por exercitarem arte para a qual não têm preparo ou competência, ou cuja existência, em caso de se fazer presente, não tem o reconhecimento daqueles que integram ao grupo “fechado”.

Assim, no caso das controvérsias relativas à legalização da profissão de psicólogo, se incluiria num mesmo fenômeno, tanto a luta pela obtenção do novo “fechamento” profissional - consubstanciada na legítima tentativa dos psicólogos de buscarem se estabelecer como profissão regulamentada - quanto à oposição dos médicos que se sentiam por isso ameaçados, sobretudo em seus negócios com a matéria psiquiátrica. O que estaria em questão, nessa disputa entre ambos os grupos, seria o controle, através do “fechamento”, sobre um monopólio vantajoso de certas prerrogativas, definindo as condições que limitariam o acesso à participação de alguém no seletivo grupo que poderia manejar este recurso.

Não fora por outros motivos, o que resultou da negociação dos psicólogos com os médicos – mediadas pelo parlamento como uma representação do estado e da sociedade - no que tange às prerrogativas principais a serem atribuídas à nova profissão a ser criada³⁶, foi a inclusão no texto da lei de uma pouco precisa expressão “solução de problemas de ajustamento” ao invés do “direito ao exercício da psicoterapia”, conforme pretendiam os primeiros. Mais do que uma questão de divergência semântica, o que estava em jogo aí eram os verdadeiros objetos da disputa entre os médicos, secularmente estabelecidos, e os psicólogos, cuja pretensão era a de se estabelecer: espaço social, prestígio e controle de um mercado de trabalho e dos respectivos ingressos financeiros relativos a esta atividade. A psicoterapia, naquele momento, pouco conhecida e de incipiente presença como recurso disponível para o acesso da população brasileira, sem que por isso fosse possível preannunciar a força que ela adquiriria nos anos 70, no auge do ‘boom’ das psicologias no Brasil, representou emblematicamente o “pomo da discórdia” entre os dois grupos.

Ainda que os dois temas presentes no processo de regulamentação da Psicologia - o dos significados sociológicos da intensificação do processo de crescimento das profissões regulamentadas no país e dos conflitos corporativos que resultam disso – possam, de algum modo, ser retomados e explorados mais a frente, não é deles que deriva imediatamente o interesse que nos faz retomar aqui, como objeto de interesse, a própria existência da profissão de psicólogo no Brasil.

³⁶ Cf. Russo, 2002, p. 37/38.

Como já esclarecemos em outra parte, os fatos que principalmente despertaram a nossa atenção no processo foram, por um lado, o interessante dado do pioneirismo brasileiro na adoção da Psicologia como uma profissão e, por outro lado, a força e a intensidade que marcaram a sua expansão e presença social, ao ponto de constituir-se em um elemento significativo na moderna vida cultural brasileira³⁷.

Apenas para um efeito comparativo sobre o desenvolvimento da Psicologia como profissão em alguns outros países, temos, por exemplo, no **Canadá**, apesar de existir uma Associação Canadense de Psicologia desde 1939, apenas em 1985 as principais universidades credenciaram suas carreiras de Psicologia, para fins profissionais, junto ao Concil of Provincial Association of Psychologist – CPAP, que relutava em favorecer a profissionalização. Em 1999, este país contava com cerca de 10.000 psicólogos registrados (Adair, 1999).

Na **Argentina**, sabidamente uma sociedade muito psicanalisada e psicologizada, apesar do pioneirismo da criação da Sociedade Argentina de Psicologia em 1908 - a primeira da América Latina - a lei nacional do exercício profissional data de 1985. Num movimento as avessas, neste país, desde 1954, a “lei Carrillo” restringia e limitava as possibilidades de atuação profissional, proibindo ao psicólogo o exercício da psicoterapia e psicanálise em consultórios privados, somente permitindo a pesquisa e psicodiagnóstico sob supervisão de um médico psiquiatra. Em 1999, contava com cerca de 33.000 psicólogos inscritos nos Colégios e Associações profissionais (Alonso, 1999).

³⁷ “Em julho de 1962, um mês antes da promulgação da Lei nº4119, realizou-se, na França, uma conferência internacional promovida por American Psychological Association e International Union of Scientific Psychology. Nessa ocasião, constatou-se que apenas três países de um total de 20 (inclusive o Brasil) possuíam algum tipo de legislação que protegesse a atividade do psicólogo: Canadá, Egito e Estados Unidos. Essa proteção, no entanto era parcial. No Canadá, a legislação a respeito abrangia apenas as províncias de Ontário e Quebec. No Egito, a regulamentação referia-se somente à prática de psicoterapia por psicólogos não-médicos e sob supervisão do Ministério da Saúde. Nos Estados Unidos, apenas 17 Estados possuíam legislação estabelecendo critérios para o exercício da profissão. Assim, o Brasil tornou-se o primeiro país, a adotar uma legislação reguladora da profissão de psicólogo, em todo o território nacional” Cf. “Uma profissão chamada psicologia (CRP/06, 20 anos)”, 1994.

Na **Espanha**, em 1952, foi criada a Sociedade Espanhola de Psicologia, mas apenas em 1973 se formou uma primeira turma de psicólogos universitários, e somente em 1979 foi criado por lei o Colégio Oficial de Psicólogos, de caráter estatal e responsável pela regulação do exercício profissional (Blanco Abarca, 1999).

Já, no **México**, em 1928, funda-se a Escola de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM e, em 1950, é fundada a Sociedade Mexicana de Psicologia. Contudo, somente nos anos 70 se obtém o reconhecimento oficial da carreira universitária por parte da Direção Geral das Profissões, órgão governamental de regulação profissional, o que faz explodir a proliferação dos cursos de Psicologia. Em 1999, estimava-se a existência de cerca de 90.000 psicólogos, com cerca de 50% de desempregados (Pick et al, 1999).

No **Chile**, a Psicologia acadêmica foi também instituída por lei de forma precoce. No ano de 1946, portanto, bastante antes do que no Brasil, um decreto instaura oficialmente a formação de psicólogos. E, o Colégio dos Psicólogos, com responsabilidades de regular o exercício da Psicologia como profissão seria criado em fins de 1968 e reconhecido oficialmente em 1981. Nesse caso, estamos diante de um dos poucos países, em que a formação em Psicologia não derivou das relações estabelecidas por esta disciplina com os campos aplicados da saúde ou educação, mas teve o seu início marcado por uma forte conotação da investigação acadêmica nos assuntos específicos da disciplina. Em 1999, entretanto, o país dispunha de apenas 2.000 psicólogos inscritos, no Colégio de psicólogos do Chile em comparação com os mais de 110.000 psicólogos brasileiros.

Na **Bolívia**, a primeira carreira universitária de Psicologia foi criada em 1971, e em 1979 foi criado o Colégio Profissional não oficial. Até 1999 não tinha lei específica de regulamentação profissional (Calderon, 1999). E, em **Porto Rico**, a Associação Porto-riquenha de Psicologia foi criada em 1953, mas apenas em 1983 foi aprovada uma lei que regulamentou o exercício da profissão (Torres, 1999).

Por motivos diversos, em países latino-americanos, tais como o **Uruguai, Paraguai, Peru, Equador, Guatemala** não existem o reconhecimento legal da Psicologia como profissão. Marcados por uma origem comum da Psicologia, vinculada à Educação e à Medicina, o desenvolvimento de carreiras universitárias específicas para formação de psicólogos não gerou um estatuto social capaz de garantir seu reconhecimento oficial desta como profissão (Cf. Alonso, Modesto, 1999 – Psicologia em las Américas).

Isso, a despeito do fato de que esta situação seja percebida pelos grupos profissionais desses países como uma importante desvantagem – em todos eles existiram, ou existem ainda, iniciativas que buscam conquistar o reconhecimento oficial do Estado. O que evidenciaria os diferentes graus de institucionalização e reconhecimento que o conjunto de práticas e praticantes, que agem em nome da Psicologia, podem obter em cada sociedade nacional específica.

Assim, ao se comparar com a realidade nacional, tanto a sua inclusão precoce da profissão de Psicólogo, no repertório das respostas institucionais produzidas no âmbito da sociedade brasileira - como uma das importantes possibilidades disponíveis para a produção de significação das experiências vividas pelos sujeitos - quanto o seu caráter acelerado e triunfante são, para nós, dignos de nota e pontos que nos abrem caminhos para a tematização de certos aspectos relevantes que marcam os processos de desenvolvimento recente, da sociedade nacional.

Mais do que uma mera expressão técnico-profissional de uma disciplina científica, da área das humanidades, o desenvolvimento da Psicologia e as formas assumidas pela sua presença na sociedade brasileira, tem sido associado a certos aspectos sociais e culturais que o transcendem e o incluem como um elemento importante na complexa experiência cultural moderna do ocidente.

Desse modo, destaca-se para nós de antemão, como um elemento analítico bastante significativo, o fato de que a sociedade brasileira, não raramente considerada como conservadora e reticente para abraçar certas expressões modernizadoras da experiência social³⁸ tenha se oferecido como um campo tão fértil para um grande e vigoroso florescimento da Psicologia.

É verdade que desde os meados dos anos 50, contexto da gestação do projeto da Psicologia como profissão, o país passará a ser marcado por um amplo conjunto de transformações modernizadoras que envolveram aceleração no processo de industrialização, intensificação da urbanização, dinamização da economia, com os seus conseqüentes efeitos comportamentais, atingindo fortemente a organização do modo de vida.

As intervenções urbanísticas, a disseminação dos recursos tecnológicos de comunicações, o advento da indústria cultural de escala, a ampliação do acesso a educação são elementos que interferem tanto no plano individual, quanto coletivo, introduzindo uma dinamização no regime da experiência cotidiana e que se fazem acompanhar pela assimilação de novos valores, atitudes e comportamentos.

Tal condição, como debateremos mais a frente, não autoriza, entretanto, uma análise que naturaliza o advento e intenso desenvolvimento da Psicologia na sociedade brasileira, como um componente *inevitável* e *inerente* ao pacote modernizador. São mais sofisticadas essas relações. Associar mecanicamente a presença da Psicologia a um mero efeito da modernização social significaria certamente uma simplificação. Equipará-la a mais uma

³⁸ Ver, por exemplo, Velho (1995): “Assim, pode-se de certa forma dizer que no Brasil as “resistências à modernização” são um fato inconteste e que já vem de longe, provocando a maioria das vezes reações de indignação e perplexidade na elite e retroalimentando as convicções desta quanto à necessidade de mudança e de ultrapassar o nosso “atraso.” In, *Besta Fera : a recriação do mundo*. (VELHO, 1995) Ver também em Souza, Jessé (2000,p.11) o questionamento, sob a rubrica do que ele denomina como sendo a nossa “sociologia da inautenticidade” exatamente essa idéia da existência de um Brasil modernizado “para inglês ver, de uma modernização, superficial, epidérmica e “de fachada” (SOUZA, 2000).

dessas derivações tecnológicas a serem inevitavelmente assimiladas e consumidas como um produto qualquer, significaria uma banalização que desconhecera as complexas relações que envolveram a sua admissibilidade, aceitação e assimilação institucional como um sistema de novos conceitos, idéias, nomeações e práticas, em cada sociedade específica.

Um tanto desenraizada das tradições culturais mais significativas do país, faltaria à Psicologia no momento de sua legalização - como comenta Mello (1978, pp.34/38) em uma das pesquisas pioneiras sobre o tema da profissão de psicólogo no Brasil - tanto uma tradição de um volume significativo de serviços anteriormente prestados à comunidade, quanto a condição de ser um exemplo de uma tecnologia muito sofisticada e inovadora, capaz de racionalizar a produção de soluções a problemas relevantes socialmente, de modo a justificar uma grande e rápida expansão da mesma, tal como sucederia nos anos seguintes.

Um incremento acelerado em 40 anos: da formação à profissão.

Mas, antes que possamos desenvolver melhor essas idéias, acerca das relações entre Psicologia e sociedade, bem como elucidar algo dos complexos aspectos sócio-culturais que pressupomos estar envolvidos nesse processo, torna-se necessário evidenciarmos alguns dos elementos mais visíveis, que nos dão conta da força da institucionalização e da presença social desta profissão, no caso da sociedade brasileira. Afinal de contas será que, efetivamente, seria justo pensarmos que o seu desenvolvimento desta profissão tenha apresentado algo de especial, tal como um desempenho diferenciado em termos dos processos de expansão da sua presença social? Com base em quê, isso poderia ser afirmado? Será que, efetivamente, seria possível o estabelecimento de alguns critérios, quantitativos e qualitativos, adequados para avaliar a intensidade do desenvolvimento de uma determinada profissão no interior de uma dada sociedade?

Certamente as respostas a tais questões podem variar de acordo com os critérios e interesses dos interlocutores e com a perspectiva analítica adotada. Eventualmente para os profissionais que integram a uma determinada corporação ou para as suas organizações representativas, o estágio de institucionalização e o grau de aceitação/penetração da sua profissão sempre pode parecer insuficiente ou insatisfatório, sobretudo, quando comparado com a trajetória e com as aquisições de algum outro grupo profissional existente na sociedade.

Afinal, uma das características comuns aos vários grupos profissionais corporativos parece ser, exatamente, o cultivo de uma certa insatisfação em relação à quantidade de poder social e à importância que o mesmo tenha adquirido junto à sociedade. Contudo, também não são estranhas, num outro extremo a presença de algumas visões triunfalistas que tendem a exagerar as repercussões e importâncias de um determinado grupo profissional, motivados por objetivos variados, seja o da conquista ou da manutenção de poderes e prerrogativas sociais, seja a ingênua vaidade de se sentir participante de algo que tem valor ou importância social.

Assim, para situarmos o caso concreto da expansão da profissão de psicólogo na sociedade brasileira e localizarmos a sua magnitude, além do cuidado de utilizarmos as comparações do seu desempenho evolutivo para com os processos vividos por outros grupos profissionais apenas como uma mera referência externa, também cuidamos de não tomar como elemento de comparação algum ideal previamente pré-estabelecido ou cultivado entre os integrantes desse grupo profissional. Tal fato se estabeleceu em função de que pensamos que o mais adequado para evidenciar o caráter significativo seria tomarmos a história desta trajetória considerando o seu status quando da data da sua regulamentação como um ponto de partida e recenseando e apontando rapidamente alguns dos efeitos sociais mais significativos que se desdobraram, desde então, numa junção dos aspectos quantitativos e qualitativos.

Tomado por tal perspectiva, parece não ser difícil estabelecermos um acordo de que o processo de institucionalização da área profissional no contexto da sociedade brasileira tenha se acionado de maneira extremamente exitosa. Mesmo admitindo que os momentos mais

inaugurais de sua trajetória possam ter sido marcados por dificuldades – sobretudo na narrativa quase sempre epopêica e heróica dos seus protagonistas³⁹ - a se considerar pelo tom e pelos números ostentados nas comemorações recentes do aniversário dos 40 anos da regulamentação⁴⁰ da profissão de psicólogo no Brasil, se impõe a constatação de que elas tenham sido significativamente superadas e que a Psicologia nacional vai hoje “muito bem, obrigada”.

Sem dúvida é importante considerar que tomar uma temporalidade de apenas quarenta anos é submeter à análise um lapso de tempo histórico relativamente insignificante, mas que, efetivamente ao resumir toda a história da existência da profissão no Brasil, facilita ressaltar com mais nitidez as diferenciações e as conquistas operadas em cada etapa da história.

Desde 1962, e durante todo esse período, foi ininterrupta a intensidade e a força do crescimento e do desenvolvimento da Psicologia como profissão. Ainda que sejam arriscadas as comparações - devido à imprecisão dos dados existentes sobre a avalanche das profissões regulamentadas operada nos últimos trinta anos - certamente não seria imprudente afirmar que o seu crescimento meteórico a posiciona entre as que mais se ampliaram nesse período. Entre as informações disponíveis, o MEC – Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1982, nos informava que, relativamente aos cursos superiores com maior número de concluintes, se posicionava, por exemplo, a Psicologia entre as cinco primeiras, na 5ª posição do ranking, com 13.736 alunos nessa condição. Acima dela, para mero efeito de comparação, apenas os curso de Licenciatura em Ciências; Administração; Direito e Pedagogia, em ordem crescente com maior número de colocados (Rosas et alli/CFP, 1988, pp.36/38).

³⁹ Ver SOARES, 1979 - *História do Conselho e também no Boletim do CFP n° 01/1977, discurso do mesmo transcrito nessa publicação.*

⁴⁰ Em setembro de 2002, a título de comemoração dos 40 anos da profissão, realizou-se em São Paulo o I Congresso Nacional Psicologia Ciência e Profissão, o maior evento do gênero de todos os tempos, que contou com a participação de mais de 4.000 trabalhos inscritos e com mais de 10.000 participantes. Este evento foi organizado pelo Fórum Nacional de Entidades da Psicologia, que congrega 15 entidades nacionais de cunho profissional, técnico e científico. Dados sobre o evento divulgados no site “www.pol.com.br”.

Prosseguindo ainda nesse ponto de vista restrito, do registro da evolução quantitativa da profissão, é importante assinalar que, do tímido número de 15 psicólogos⁴¹ que, em 1962, solicitaram e obtiveram o seu registro no MEC – conforme preconizava a lei, no ano de aprovação dessa regra - passados dez anos, em 1972, essa corporação já alcançava os 5.835 profissionais. No ano de 1982 eles já somavam 33.522 profissionais; em 1992 saltaram para 76.000 e hoje, em 2002, devem encerrar o ano com cerca de 120.000 psicólogos devidamente registrados nos Conselhos Profissionais.⁴² Não fossem esses números muito significativos em si mesmos, pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia dá conta de que os psicólogos que se inscrevem no órgãos de fiscalização profissional, numa suposta manifestação de interesse em exercer a profissão, correspondem a um número bastante menor do que aqueles que apenas adquirem o título universitário. Como aponta Gomide (1993), a investigação realizada em 85/86 “mostrou que cerca de 50 % dos formados em Psicologia não se inscrevem nos conselhos de classe”, o que nos levaria a supor a existência de um contingente atual de cerca de 240.000 indivíduos portadores de diplomas obtidos em cursos de Psicologia.

Corroborando ainda a tendência de crescimento, presentes nos dados mencionados, ao tomarmos a institucionalização do ensino superior regular da matéria, como indicador do desenvolvimento da profissão, a multiplicação dos cursos de formação de Psicólogos também revela bastante eloquência. Se, no ano de 1962, existiam poucos cursos que destacavam exatamente por uma condição pioneira⁴³, passados apenas 04 anos, em 1966, considerando-se apenas o estado de São Paulo, 05 novos cursos já haviam sido criados e, ao fim do ano de 1971, eles já atingiam o números de 11 somente nesta unidade da federação (Mello, 1978).

⁴¹ Apesar da informação de Lourenço Filho, eminente psicólogo e um dos pioneiros da psicologia brasileira, entusiasta e partícipe dos esforços em torno do objetivo da regulamentação da profissão, de que em 1957 já existissem no Brasil “mais de 1000 pessoas ocupadas em atividades profissionais no âmbito da Psicologia”, em 1967, decorridos 05 anos de vigência da lei profissional, apenas 500 psicólogos haviam requerido, conforme especificação, o seu registro junto ao MEC (Rosas et alli, 1988). Esta situação de aparente desinteresse, contrasta com a intensidade das mobilizações políticas, descritas como fundamentais para garantir a aprovação da Lei 4119/62.

⁴² Em 1972 foram criados, através da lei 5766/72, os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, que iniciaram o seu funcionamento em dezembro de 1973, e passaram a responder pela inscrição legal dos profissionais e pela regulamentação e fiscalização do exercício profissional da profissão de psicólogo no Brasil. Os dados de número de profissionais foram extraídos de publicações do CFP.

⁴³ O primeiro Curso de Psicologia, criado em uma universidade brasileira foi o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1953, portanto 09 anos antes da regulamentação da profissão (Mancebo, 1999). O segundo curso seria criado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, em São Paulo, por Lei Estadual 3862 de 28/051957 (Mello, 1978).

Em termos nacionais, em 1993 eles já cobriam o surpreendente número de 108 cursos – sendo 33 cursos em escolas públicas e 75 em escolas privadas. Na época, a avalanche de novos pedidos de abertura de cursos, dirigidas ao Conselho Nacional da Educação, para além dos 108 existentes, motivou manifestação corporativa das duas entidades nacionais existentes (Conselho Federal de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos), solicitando diminuição no ritmo de crescimento e sugerindo critérios para limitar essa ampliação⁴⁴.

Com as facilidades incorporadas durante o governo do presidente Cardoso (1994/2002) para a expansão das vagas de ensino superior, o número de cursos de formação de psicólogos existentes atingiu a cifra de 190 unidades, com índices de matrículas por curso bastante extraordinário. Tal situação projeta um crescimento geométrico dos profissionais nos próximos anos, com expectativas de que eles possam dobrar de número com apenas uma década mais.

Mas, será que este tipo de crescimento não se configuraria apenas como mais uma mera resultante da multiplicação do acesso ao ensino superior, teria um efeito longitudinal que atingiria por igual todas as demais carreiras profissionais universitárias? Será que efetivamente a Psicologia estaria representada de forma destacada dentre as demais carreiras? Para responder com precisão a essas questões, vários seriam os aspectos que deveriam ser explorados, mas, sobretudo aqueles envolvidos com os processos de formação de demanda social, direcionada às carreiras universitárias.

Não é necessário recorrer a estudos muito sofisticados de especialistas para constatar o lugar e a importância atribuídos nos últimos anos, na sociedade brasileira, para a condição de ser “portador de um diploma de curso superior”, como um dos mais significativos elementos de distinção e ascensão social. Sem dúvidas, esse seria o patamar básico que regula,

⁴⁴ Doc. conjunto do CFP/Fenapsi ao Conselho Nacional de Saúde, de 26 de março de 1993 faz análise sobre situação da demanda social evidenciando os problemas da formação. Esse tema será enfatizado no capítulo 05.

elementarmente, as relações entre a oferta e a demanda que caracterizam o empresariamento e a oferta do ensino superior, sobretudo privado, no Brasil contemporâneo. Antes de tudo, trata-se de ofertar um produto escasso, um produto qualquer, que venha ao encontro das expectativas sociais. É preciso fazer ofertas para atender a uma certa “demanda reprimida”, característica de uma sociedade e de um país que, tradicionalmente, manejou esse recurso como moeda elitista e hierarquizante⁴⁵.

Essa situação aparece bem ilustrada no comentário de Diniz, “o afluxo de sucessivas ondas de jovens em busca do diploma universitário, talvez mais do que as exigências da divisão sociais do trabalho forçaram a ampliação do número de carreiras disponíveis. Ano após ano as universidades – as faculdades isoladas que foram surgindo em todo o país – jogaram no mercado de trabalho milhares de novos profissionais, muitos deles com formação em áreas ainda incipientemente estabelecidas. Termos como “inflação de diplomas” começaram a circular como um alarme contra a desvalorização do grau acadêmico; outros como “credencialismo”, para denunciar o ensino superior como mera fábrica de “sinalizadores” para um mercado de trabalho muito competitivo, independentemente do conteúdo da educação” (Diniz, 2001, p.13).

De tal modo, não é de se surpreender que as tendências mercadológicas que orientam as ofertas no empresariamento do ensino superior privado obedeçam muitas vezes às lógicas elementares da lucratividade proporcionada pela exploração de certas carreiras que são menos exigentes do ponto de vista dos investimentos infra-estruturais. Assim, aqueles cursos cujos custos de implantação sejam mais baratos e cujo acesso a mão de obra docente possa ser mais fácil ou improvisada tenderiam a ter a preferência no plano das ofertas. Modo geral, a implantação de um curso de Psicologia, pelo menos no meio profissional, tendeu a ser considerada “barata” quando comparado com outros da área médica ou das engenharias, que envolveriam laboratórios ou outros recursos mais sofisticados para apoiar o processo de ensino.

⁴⁵ Ver sobre este ponto em COELHO, 1999; “As profissões imperiais”.

Por outro lado, torna-se necessário também considerar outros aspectos como intervenientes, pois afinal o poder de manipulação da demanda simplesmente através da oferta, é relativo e têm os seus limites, sobretudo em contextos competitivos. Portanto, deve se considerar também, na constituição da demanda específica por matrículas numa ou noutra carreira, outros elementos menos manipuláveis, relativos ao prestígio social que as diferentes carreiras universitárias angariam socialmente. E o prestígio social, por sua vez, decorre, dentre outros aspectos, da imagem social que essas carreiras projetam para a sociedade, sobretudo e, principalmente, a partir da imagem economicamente exitosa dos profissionais que formam o grupo e o valor social e/ou prestígio que cada sociedade atribui, a cada momento, aos grupos profissionais que existem no seu interior.

A valorização maior ou menor de uma determinada carreira universitária estaria assim, associada socialmente a alguns aspectos que são objetivos e que podem ser inclusive mensurados, tais como os índices de remuneração, empregabilidade, condições de trabalho, grau de autonomia do exercício, etc.. Do mesmo modo, dos critérios de valorização que estão sempre em transformação a cada época, também participam outros elementos de natureza subjetiva que se associam às profissões e ao seu exercício, tais como um conjunto de valores positivos difusos, ou certas referências ideológicas ou imaginárias a elas atribuídas como virtudes, que, a despeito da força imperativa dos valores mais hegemônicos socialmente ou da presença de uma realidade efetiva que lhe contradita, também são capazes de conferir prestígio ou atratividade para as mesmas.

A idéia de que algumas profissões teriam uma “aura” de mistério, um certo “charme” investigativo, a possibilidade de proporcionar “aventuras” ou vida pouco rotineira, às vezes, podem funcionar para constituir uma imagem socialmente positiva de uma carreira universitária. Assim, no caso das profissões, não se vale apenas pelo que se é, mas também pelo que não se é objetivamente, mas encontra-se imaginariamente estabelecida pela “mística” que envolve uma determinada profissão.

O crescimento da demanda para os cursos de Psicologia certamente deve ter se beneficiado dessas condições que envolvem uma certa mística a ela associada. A despeito de certas dificuldades relativas a sua institucionalização prática como profissão, referidas a pontos cruciais tais como dos seus limites de empregabilidade e remuneração, a se considerar o “ranking” empírico referido nos índices de cursos mais procurados pelos interessados em ingressarem nas universidades federais ou nas particulares mais prestigiadas, ela tem figurado, ao longo das últimas décadas, entre os cursos mais prestigiados, ou para os quais se inscrevem um maior número de candidatos por vaga oferecida. Como veremos mais à frente, na tradição dos estudos profissionais sobre a profissão, um dos temas que sempre despertou a curiosidade dos investigadores foi o motivo da escolha da profissão.

Antecipando-se às possíveis objeções que poderiam surgir, relativamente aos indicadores que apresentamos como evidência do intenso crescimento dos psicólogos como grupo profissional na sociedade brasileira, o quadro abaixo – relativo ao número de cursos e respectivo número de matrículas existentes nos mesmos, em dois momentos recentes - permite a sua ratificação, ao mesmo tempo que indica o lugar relativo da profissão de psicólogo comparativamente a outros grupos profissionais de significativa expressão social, no contexto da sociedade brasileira.

Uma primeira análise que poderia se processar a partir dele é a distinção entre dois grupos de profissões: um primeiro com maior tradição histórica de existência e presença social versus um segundo marcado por profissões originadas mais recentemente, como um efeito das transformações dos processos produtivos e as modernizações da vida social. Dentre as que constituem o primeiro grupo, poderíamos destacar as que, mesmo sendo mais antigas, tal como parece ser o caso do Direito, encontraram novas possibilidades de inscrição social no quadro de uma sociedade modernizada, justificando-se a sua grande expansão.

CURSO	1995-1996			1999-2000		
	NÚMERO	CONCLUINTES	FORMANDOS	NÚMERO	CONCLUINTES	FORMANDOS
Veterinária	47	2.049	16.068	90	2.584	25.231
Agronomia	75	2.384	20.931	89	2.858	24.144
Odontologia	92	6.909	36.808	142	8.011	46.324
Medicina	86	7.194	48.667	100	7.758	55.486
Enfermagem	111	4.733	29.414	176	5.386	44.315
Direito	262	29.122	239.201	442	41.875	370.335
Psicologia	123	9.799	55.692	181	10.714	70.721
Comunicação	152	7.482	11.141	260	11.141	88.189
Serviço Social	75	2.981	19.237	95	3.471	23.262
Administração	503	27.849	225.456	989	35.658	338.789

Fonte: Senso do Ministério da Educação.

Como se pode observar, certamente por vários fatores - cuja análise não se encontrará aqui disponível⁴⁶ - algumas profissões tradicionais que têm uma história de institucionalização e inscrição social, em termos da sociedade brasileira, bastante anteriores à da Psicologia, tais como a Medicina, a Odontologia, a Agronomia, a Enfermagem, apresentam um menor crescimento, seja relativamente ao número de cursos superiores de formação existentes ao longo de sua história, seja em relação ao número de vagas disponibilizadas por estes cursos; seja em relação à velocidade com a qual as vagas ainda hoje estão se multiplicando.

Por outro lado, entre as “modernas”, excetuando-se o caso da Administração, espécie de ancoradouro da onipresente função social moderna da gestão contra a qual somente o Direito pode reivindicar concorrência, o lugar ocupado pela Psicologia se mantém de certo modo ainda em destaque em número de cursos, matrículas e velocidade de expansão.

⁴⁶ Ainda que seja válido o argumento do diferencial da força de controle corporativo como forma de garantir o “fechamento” e evitar a expansão das vagas, força essa potencialmente relacionada com a tradição histórica e a organização das profissões, ele não é capaz de explicar por si só, o elemento diferencial que estabelece as ofertas e procuras entre as várias profissões. A chamada demanda social pode ser controlada diferencialmente pelas corporações, mas estas não tem por si só o poder de produzi-la.

Além dos aspectos quantitativos, indicadores de um desenvolvimento vigoroso, algumas outras informações disponíveis, são demonstrativas de dimensões qualitativas do processo e corroboram para uma interpretação da existência de um quadro bem sucedido de implantação universitária da Psicologia. A organização e a institucionalização dos núcleos universitários de pesquisa, o crescimento das unidades de formação em pós graduação⁴⁷; a multiplicação das publicações e periódicos; a realização de eventos científicos e profissionais importantes são alguns dos elementos que evidenciam tal fato.

Alguns elementos dizem respeito ao processo através do qual essa profissão determinada, de características bastante específicas e singulares, no caso a “profissão de psicólogo”, foi “inventada”⁴⁸ - criada, instituída, expandida e consolidada - no interior da sociedade brasileira. Estes elementos indicam como o processo de invenção dessa profissão, ao responder a certos aspectos e modos de ser, que nem sempre foram devidamente considerados pelos próprios agentes de sua institucionalização, limita-lhes o alcance da percepção para interpretar todos os efeitos que são decorrentes desses processos, ao mesmo tempo, em que estes os revelam.

Efetivamente, por que destacar especificamente especialmente a Psicologia e a processo de desenvolvimento da profissão para fins de análise? O que haveria no processo de tão interessante que o faria merecedor de destaque? Afinal, nessas últimas décadas, em nosso país, acompanhando uma tendência mundial, como um efeito resultante dos processos de fragmentação e especialização do trabalho, muitas profissões novas têm sido criadas e se aclimatado muito bem em nossas latitudes. Algumas, inclusive, com maior expressão

⁴⁷ Sobre a institucionalização da Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia ver por exemplo, (BONFIN et alii, 1995).

⁴⁸ Utilizamos aqui a expressão “invenção” sob uma inspiração castoriadiana, que em sua obra clássica “A instituição imaginária da sociedade”, para acentuar o caráter co-construtivista que ele atribui ao processo de instituição da sociedade, pela via do movimento instituinte, fala deste como um processo de criação social, de “invenção” portanto, onde mais do que uma resposta funcional a certas necessidades ou derivações inevitáveis das provocações dos substratos disponíveis, a sociedade é permanentemente uma criação e recriação dos homens que nela vivem, ordenados pelas significações imaginárias que os mesmos “inventam” e compartilham socialmente (CASTORIADIS, 1986).

numérica do que a profissão dos psicólogos, igualmente recentes e talvez associadas a processos sociais semelhantes ou inclusive mais significativos, em alguns outros aspectos.

Fundamentalmente, três elementos justificam a necessidade de que destaquemos como um objeto de investigação relevante o desenvolvimento da profissão de psicólogo no Brasil. Primeiro a suposição de que isto tenha se processado, de uma forma assaz ampliada numericamente, com uma intensidade e rapidez pouco comuns e num lapso de tempo histórico que pode ser considerado como relativamente pequeno, para que a profissão adquirisse a dimensão e a difusão social que ela logrou obter entre nós.

Segundo, porque supomos que tal tipo de possibilidade não poderia se efetivar se não houvesse uma certa conexão entre os vários significados que derivam desta disciplina, as ofertas simbólicas que ela disponibilizou, bem como os efeitos de recriação de práticas sociais vigentes, com os quais ela colaborou e segue ainda colaborando, e certos aspectos que são característicos dos processos de desenvolvimento recentes da sociedade brasileira, marcados principalmente pela idéia de modernização social. Terceiro, porque ambos os aspectos anteriormente citados se compõem, em verdade, de duas faces de uma mesma moeda, constituindo-se num importante fragmento da experiência social brasileira contemporânea.

A intensidade (supostamente despropositada) como justificativa.

Para que possamos nos dar conta, numa perspectiva de exterioridade a este campo, da magnitude do fenômeno e de sua importância como um fato social, sugerimos um exercício de imaginação. Imaginemos que um investigador social tenha diante de si uma situação que indique que, numa dada sociedade, num período de tempo relativamente curto de cerca de 40 anos, uma determinada “seita”, composta então por pouco mais do que 1000 sujeitos, um tanto dispersos e desorganizados, e que fosse cultivadora de algumas idéias e valores pouco conhecidas da maioria da população do país, tivesse logrado conquistar uma autorização do

Estado para funcionar legalmente e uma autorização para difundir o seu credo, e a partir disto, tivesse organizado centros para a formação dos seus sacerdotes, multiplicando os seus templos, criando, instituindo e disseminando os seus rituais, até obter ao final do período, cerca de 120.000 sacerdotes na ativa e um quase igual número de reservas. Nesse caso, esse feito não deveria ser considerado como um fato social significativo?

Ou numa outra versão, imaginemos que estivéssemos diante de um pequeno partido político, que em 1962 contasse com pouco mais de 1000 militantes precariamente orgânicos entre si, mas compartilhando a intenção de fazer expandir a presença e a força de suas teses entre os integrantes da sociedade por julgarem-nas mais adequadas do que as concepções cultivadas pelos demais. E que, uma vez adquirindo, naquela ocasião, o seu registro oficial adequado, se pusesse a um incessante trabalho de ampliação de sua presença na sociedade, estabelecendo as suas táticas e estratégias, organizando seus centros de propaganda e formação política, conquistando cada vez um número maior de quadros e simpatizantes, ao ponto de que, em 2002, passados 40 anos daquele momento, pudesse registrar entre os seus integrantes mais de 120.000 militantes de carteirinha, um outro tanto igual de adeptos não registrados, muitos adversários, mas uma multidão de sujeitos que consideram válidas as suas teses, e que, mesmo sem se filiarem diretamente ao partido, as compartilhem com ele. Do mesmo modo não deveríamos considerar muito significativa a trajetória de tal grupo político?

Em ambos casos, fosse o da seita religiosa ou o do partido político, o êxito social dos empreendimentos certamente nos chamaria a atenção como expressão de um caso bem sucedido de ordenamento de vontades individuais, a partir de artigos de crença comum, de um determinado grupo na sociedade, produzindo efeitos sociais, culturais e institucionais, que, ao longo do tempo, tornaram capazes de distinguir o grupo como portador de elementos identitários e de um certo patrimônio social específicos.

Tal constatação nos colocaria diante da necessidade de compreendermos, entre outros aspectos, aqueles elementos que, sendo internos a esta experiência, pudessem contribuir para

explicar o seu desenvolvimento, tais como a natureza das idéias, valores e ideais compartilhados entre os seus integrantes, das suas estratégias, formas de organização e relacionamentos internos. Os seus discursos e práticas, bem como a produção de sentido que eles operam, possibilitando uma certa identidade e a coesão dos integrantes em torno do projeto comum, certamente estariam incluídos como temas de preocupação. A reconstituição da história de tal desenvolvimento poderia se constituir numa via significativa para ordenar cronologicamente as várias etapas, os vários patamares que sustentaram os sucessivos desenvolvimentos posteriores.

Do mesmo modo, aqueles aspectos mais externos e abrangentes, relativos ao contexto social no interior do qual este desenvolvimento se deu, seriam igualmente merecedores de atenção. Afinal para que uma experiência de coesão social desse tipo possa ter sido bem sucedida para além dos seus aspectos meramente quantitativos, é necessário que o seu contexto oferecesse algo de receptividade ao projeto, ainda que seja da disponibilidade de sujeitos sensíveis aos apelos do mesmo; Sujeitos sociais cujas existências, com tal tipo de sensibilidade, nos remeteria às produções de um campo de experiência social mais amplo, de toda a sociedade.

O fato de que as idéias, valores e práticas propostos, a partir do campo constituído pelo grupo, tenham exercido o poder de conversão sobre tantos sujeitos exige uma interrogação acerca da razão pelas quais que as condições sociais tenham se colocado de forma tão receptiva às suas mensagens. A conexão entre a existência dos sujeitos orgânicos que se identificam com a causa do projeto e se disponibilizam para situar-se como seus destacados agentes dizem respeito à sociedade mais ampla na qual eles se produziram como tais.

O uso metafórico das referências comparativas que adotamos aqui do fenômeno que pretendemos examinar como desenvolvimento de uma seita religiosa e de um partido político, não tem qualquer inocência. Guardadas as devidas especificidades e proporções que marcam

as esferas religiosas e políticas em nossas sociedades modernas, a comparação da edificação institucional da Psicologia, nos últimos 40 anos, mantém vários elementos de identidade para com os exemplos dados.

Como buscamos demonstrar, uma das características da “invenção” da Psicologia como uma profissão no Brasil é que ela tenha se dado intensivamente, ao modo das febres ou dos calorosos esclarecimentos que, desde um dado momento, assolam a experiência social se convertendo em uma evidência socialmente compartilhada, que como se impõe por si mesma. O descompasso que marca os ritmos desses desenvolvimentos separa, como por um abismo, os índices de crescimento e institucionalidade adquiridos lentamente ao longo das primeiras décadas de sua embrionária presença na sociedade brasileira, daqueles que ela iria experimentar desde então, num crescimento vertiginoso, sistemático e permanente.

Sem dúvida, parte disto, de seu crescimento, em sua origem, decorre da percepção de um grupo de sujeitos, causados por um determinado tipo de saber, em um dado momento da história da sociedade brasileira, acerca das eventuais potencialidades técnicas como um instrumento de intervenção social, dos conhecimentos da Psicologia. Psicologia essa que era, até então, apenas uma modesta área de conhecimentos, limitadamente desenvolvida no Brasil sob todos os aspectos, e problematicamente inscrita naquele projeto mais amplo do conhecimento científico da realidade.

Tal emergência teria envolvido, portanto algo de uma antevisão, por parte de um grupo de agentes que fizeram uma aposta nas potencialidades e, de algum modo, encontraram repercussão em outros grupos e agentes sociais. A identificação da presença, neste processo de “invenção” desta profissão, de algo como um caráter politicamente militante na validação social das verdades compartilhadas ou quase religioso na anunciação de uma boa nova, ainda que não faça sentido para a sociedade ampliada, torna-se claramente visível quando revisitamos os registros discursivos mais antigos de sua institucionalização.

Mas, ao localizarmos estes elementos vinculados à gênese desta profissão, temos que constatar que isso de *per si* não tem o poder de garantir, especificamente, nenhuma trajetória bem sucedida, sobretudo se levamos em consideramos o traço de criticidade que marca como característica radical a experiência social da modernidade e deveria funcionar como um antídoto às falsas promessas das crenças inconsistentes ou dogmáticas. De qualquer modo, o que deve ficar radicalmente questionado aqui é a idéia de que a história que foi constituída, da Psicologia como profissão na sociedade brasileira, pudesse ter qualquer coisa de inevitabilidade histórica ou fosse causado exclusivamente por alguma ordem de teleologia corporativa.

Ao longo desses quarenta anos multiplicaram-se os centros formadores, as organizações acadêmicas, científicas e profissionais; espaços estes que, além de cumprir certas finalidades específicas, podem ser percebidos como espaços de convivência, sociabilidade, produção e circulação das idéias profissionais. Ao mesmo tempo em que se processava essa rápida caminhada, que organizou e estruturou o vasto aparelho de formação profissional-universitário⁴⁹, a presença crescente dos “profissionais da Psicologia”, tornados socialmente disponíveis por esta via, ofereceram as bases objetivas para a estruturação, não sem algum tipo de descompasso, de um campo profissional próprio e específico da profissão.

Empíria e improvisação são algumas das marcas que, originalmente, caracterizariam o desenvolvimento desse campo profissional, pois, afinal, tratava-se de um processo de sua expansão tomando como referência um repertório de possibilidades bastante limitado que estava à disposição dos pioneiros. Ensino da própria disciplina, Psicologia Escolar, Psicologia Industrial e Psicologia Clínica foram as sub-divisões principais ordenadoras do mercado profissional, com uma ênfase e predomínio quase absoluto em relação a área clínica..

⁴⁹ *Uma questão freqüentemente negligenciada quando se analisa a velocidade da implantação do aparelho de formação profissional universitário da Psicologia diz respeito à inevitável improvisação docente que marca o seu momento inicial. Afinal como prover os recursos docentes em tal velocidade de expansão dos cursos ? Como foram “formados” esses formadores pioneiros ? Quantidade e qualidade são questões que poderiam ser investigada, acerca deste tema.*

Essa condição de limites, expressa nesse restrito repertório de modelos de prática profissional, disponível em seus momentos originários, não passou, entretanto, despercebida no interior da incipiente profissionalização, inaugurando os esforços reflexivos - que desde então vão se fazer sempre presentes - de produção de uma certa auto-crítica do desenvolvimento profissional no qual o que é na profissão, o que se encontra estabelecido ou estabelecendo-se, passa a ser comparado com um “dever ser”, com a construção de um certo ideal, em que mesclam expectativas e ideologias. O relatório da pesquisa “Psicologia e Profissão em São Paulo” de Mello (1978), sem dúvida se coloca como o mais significativo marco inaugural, do que veio a se constituir posteriormente como uma certa tradição de pensamento profissional crítico “interna corporis”. Em sua análise da profissão recém-inaugurada, que toma como amostragem os psicólogos formados em São Paulo até 1970, Mello já apontava para o caráter extremamente limitado do repertório disponível para o exercício dos psicólogos, com críticas à tendência que já se mostrava forte e se tornaria hegemônica nos anos seguintes, da concentração da atuação na área clínica.

Em 1971, este processo de regulamentação foi complementado através de lei federal, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, enquanto órgão de fiscalização e controle profissional, com as funções de policiar o exercício profissional e funcionar como um “tribunal de pares” com a competência técnica de julgar as faltas éticas cometidas pelos profissionais.

*A outra face do sucesso: as insatisfações e queixas ou
os psicólogos não estão felizes*

Ao considerarmos como bem sucedida a trajetória da institucionalização social da profissão de psicólogo no Brasil, talvez estejamos nos fixando por demais a um conceito genérico e um tanto abstrato de uma existência social “em si” mesma - a qual buscamos traduzir através dos elementos indicativos explorados no capítulo anterior.

Talvez, possamos dar a entender que estaríamos negligenciando um outro tipo de perspectiva ou um tipo de visão discrepante que, igualmente, tem a sua legitimidade, e se evidência como uma forte e sintomática presença no discurso dos atores envolvidos – tantos dos psicólogos quanto das suas organizações corporativas – quiçá, os legítimos e principais interessados no assunto. Se no “em si” da sua existência mesma, o volume, a velocidade e a trajetória da assumida pelo desenvolvimento da profissão podem impressionar a alguém que observa o fenômeno de fora, para o público interno, no “para si” da percepção cotidiana dos profissionais, as coisas não se passam necessariamente do mesmo modo.

De fato, entre eles, como já assinalamos anteriormente, não é raro que encontremos a presença de um tipo de discurso profissional que quando se trata de avaliar a performance social da sua profissão, nos remete quase sempre às queixas sobre os limites, dificuldades e faltas que estão impostas cotidianamente na expressão concreta do seu modo de existir, em se tratando da sociedade brasileira. Como sugerimos, mais do que uma queixa eventual, essa leitura dos profissionais de que a Psicologia encontra-se marcada por um problema de “aceitação social”, torna essa insatisfação quase uma espécie de “marca registrada” ou uma ideologia disseminada entre o grupo.

Por esse viés, a perspectiva dos psicólogos é bastante mais pessimista e a interpretação que tem acerca da institucionalização da profissão estaria longe de pensá-la como um sucesso e se encontraria marcada por grandes lacunas e grandes desafios. Mais potencialidades virtuais percebidas e promessas ainda não cumpridas, do que efetiva e sólida inserção profissional na sociedade.

Alguns motivos das freqüentes manifestações de insatisfação para com o *status quo* da profissão até que têm alvos bem concretos e não devem ser desconsiderados. Eles dizem respeito a certos aspectos práticos da profissão e seriam aparentemente justificáveis. Assim, numa das suas versões, mais trabalhista, o incômodo assume a sua face como uma queixa concreta contra situações que efetivamente se fazem presentes, tais como os baixos níveis de

remuneração, da forte presença do desemprego e do sub-emprego, a ausência de vagas nas áreas de atuação das políticas públicas ou ainda a reduzida capacidade de organização e mobilização política da categoria. Tais problemas podem ser mensurados e se evidenciam nos resultados de algumas pesquisas e estudos profissionais, encomendadas e publicadas pelas suas entidades, fazendo-se de porta-vozes em várias ocasiões às organizações profissionais.

Sem dúvida essas situações traduzem algumas das dificuldades efetivamente enfrentadas por seus profissionais e se constituem, para os mesmos, como problemas reais, na medida em que, ao fazerem uma dada escolha profissional, em nossas sociedades sabemos que os sujeitos definem também para si, estilos de vida e estabelecem algumas expectativas básicas, tais como a garantia de condições de vida adequadas e compatíveis com as escolhas feitas. E a frustração ou as dificuldades práticas encontradas para cada um dos sujeitos se viabilizarem como profissionais, no interior de um determinado mercado de trabalho, certamente interferem na leitura e na interpretação que eles fazem acerca das escolhas realizadas, bem como numa avaliação geral que fazem acerca da situação social da sua profissão.

O dado já citado anteriormente - de que pouco menos de 50% dos sujeitos que fizeram um curso superior nesta área, não cumprem sequer o requisito seguinte⁵⁰, para habilitarem-se à participação no mercado de trabalho - certamente é eloqüente acerca de uma certa ordem de limitações que estão impostas, mesmo a despeito disso que estamos caracterizando como um efeito social expressivo da institucionalização da Psicologia como profissão.

Entretanto, essa leitura pessimista acerca da performance social da profissão, às vezes, também tem outros alvos e focos que extrapolam os aspectos mais específicos, de natureza trabalhista e se dirigem ao lugar social ocupado pela profissão. Assim, em outra das suas

⁵⁰ A lei 5766/72 que instituiu os Conselhos de Psicologia, consorciam como exigências básicas obrigatórias para o exercício profissional, a condição de ser portador de um diploma de curso superior nesta área e o ato de inscrição no Conselho Profissional da categoria.

versões, a queixa dos psicólogos se voltam agora para interpretações que postulam um problema, um enigma nas relações entre a Psicologia e a Sociedade. Desse modo, as queixas são de que a sociedade ainda não encontraria preparada para se beneficiar da Psicologia; ou de que os psicólogos são alvo de muitas incompreensões por parte da sociedade; ou de que a Psicologia seria onerada com o desvalor ou desimportância governamental atribuída às áreas sociais básicas, que se incluíam como vocações básicas da atuação dos psicólogos.

Mesmo entre sujeitos com situação profissional estável, profundamente identificados e satisfeitos com a sua escolha ou vocação profissional pela Psicologia, não é raro colhermos essas manifestações típicas de insatisfação. Nesse caso, o alvo desvia-se para o tema do reconhecimento social, se não com a posição ou sua situação individual no interior da profissão, pelo menos com o lugar, acolhimento ou prestígio da mesma, no âmbito da sociedade.

De tal modo, na percepção de tais sujeitos e suas organizações, o suposto patrimônio institucional conquistado, mesmo quando reconhecido em sua importância e valorizado em sua história, estaria bastante aquém do desejável e do merecido. Desde o ponto de vista de um determinado tipo de ideal e das expectativas que são tipicamente cultivadas pelos grupos profissionais, a avaliação de êxito do processo de institucionalização da profissão de psicólogo no nosso país, seria, portanto, questionável e talvez não fizesse qualquer sentido a interpretação vitoriosa que estamos propondo ou que, pelo menos, ela devesse ser mais reduzida ou relativizada.

Mas, para nós, é fundamental constatar a presença e a divergência entre essas possibilidades e distinguirmos as duas perspectivas como dois campos de análises diferenciados, cada qual com sua razão de ser, chamando a atenção para as possibilidades de análises específicas, que subsistem em cada uma delas. Tal como dois ângulos de um mesmo fenômeno, sem dúvida é impossível caminhar na construção de uma compreensão acerca do mesmo, desconsiderando qualquer uma dessas dimensões.

Compreender o fato social complexo, que se estabelece através do advento e desenvolvimento considerável da presença crescente, nas últimas quatro décadas, dos “novos” agentes profissionais da Psicologia, no caso específico da sociedade brasileira, não pode prescindir da incorporação das leituras, interpretações e análises que se produzem desde dentro do próprio fenômeno analisado, pelos seus atores e protagonistas. Por outro lado, é necessário estar atento para o fato de que toda a sua produção discursiva e prática que emerge desses sujeitos, encontra-se por suposição bastante comprometida com os interesses e com um certo objetivo de legitimação e instituição do próprio campo que pretendemos analisar, o que nos levaria a tomar essa produção numa perspectiva de intensa suspeição.

Na perspectiva teórica que estamos adotando e que se contrapõe à expectativa interna dos profissionais, a nossa “ad-miração”, o nosso mirar desde fora, busca desde um lugar de exterioridade e de estranhamento, visa a produção um efeito desnaturalizador do processo de produção das profissões no interior das sociedades modernas. Um aspecto que parece importante para obter esse efeito seria a sobrevalorização intencionalmente dos aspectos relativos a uma certa “competência coletiva anônima” dos atores, em instituir tão vigorosamente a profissão, em tão curto espaço de tempo, em detrimento das expectativas dos mesmos em relação aos aspectos ideais ou idealizados, que já deveriam estar estabelecido normativamente ou institucionalizado. Ainda que a participação dos sujeitos neste processo de instituição da Psicologia como profissão, seja marcada pela ausência ou limitada presença de autoconsciência individual dos mesmos, essa é uma dimensão inalienável do processo. Como afirma Castoriadis (1995, p.159), analisando as relações entre instituição e alienação:

“a instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na sociedade”.

A importância da temática temporal, como veremos no próximo capítulo, fica ampliada quando consideramos que a instituição de um campo de práticas profissionais, em termos de apenas quatro décadas, ao não contar com grandes acumulações precedentes de dimensões instituídas ao modo forte, amplia, requisita e possibilita que as ações de cada indivíduo participem, com maior ou menor grau de consciência individual, efetivamente da instituição ou invenção coletiva. O que envolve, aspectos geracionais singulares, que se manifestariam menos como consciência individual dos mesmos, com relação ao modo pelo qual a sua participação individual colabora para a instituição de um determinado campo profissional, e mais como um efeito somatório concreto da participação de cada um na constituição da realidade deste fenômeno.

A compreensão do processo através do qual se produz o desenvolvimento de uma profissão numa dada sociedade, tal como de um modo geral se desenvolvem as demais instituições sociais, deveria considerar vários aspectos. Se recusamos a vertente “econômico-funcionalista” da sociedade, que pretende explicar tanto a existência das instituições sociais, como as características que elas adquirem em sua expressão prática, pelas “*funções*” que as mesmas preenchem na sociedade e pelas “*circunstâncias dadas por seu papel na economia do conjunto da vida social*” (Castoriadis, 1986, p.140) será mais difícil insistir na tese de que a sociedade brasileira, em seu processo de transformações modernizadoras, teria simplesmente assimilado uma nova instituição disponível – a Psicologia como profissão – porque existiriam certas necessidades sociais, em descoberto, que lhe corresponderiam como uma função própria ou específica da mesma.

Além da necessidade de nomear com bastante precisão quais seriam estas indigências geradoras das supostas “funções” a serem preenchidas⁵¹, ficaria sempre em aberto a questão acerca do porque destas necessidades terem sido “satisfeitas” exatamente através desta

⁵¹ De certo modo, a explicação de Figueira (1985, 145), em um dos trabalhos pioneiros sobre este tema das relações sociais que sustentaram o “boom” da Psicologia no Brasil nos anos setenta, no qual trabalha a hipótese do “desmapeamento da família” resultante dos processos de modernização social do país, como sendo o fato produtor de uma “demanda” de orientação, que teria sido suprida pelos discursos e práticas da psicologia/psicanálise, poderia ser incluída. Ver a crítica desta hipótese de Figueira em Russo (1993, p. 30/60). Retomaremos este tema, mais à frente, em outro capítulo.

instituição e não de outra qualquer. Porque, neste caso, estaria estabelecida a tese de que processos de modernização social seriam geradores de certas “necessidades” que somente poderiam ser atendidas através das funções sociais que seriam próprias e específicas da Psicologia.

Se no caso da Medicina, essa visão econômico-funcional logrou bom êxito, servindo inclusive como ponto de apoio para a pretensão de generalização da sua perspectiva⁵² - porque parece lógico que a existência da necessidade social da cura e do tratamento das doenças tenha feito originar a instituição médica com essa função social – no caso da Psicologia, em sua diversidade de linhas e em sua fragmentação teórica e prática, bem como o caráter difuso do seu objeto de intervenção, essa perspectiva apresenta pouco rendimento.

Certamente, como afirma Castoriadis (1986, p.141),

“uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas (produção, gestação e educação, gestão da coletividade, resolução de litígios, etc.), mas ela não se reduz a isto em sua “natureza”: ela inventa e define para si mesmo tanto novas maneiras de responder às suas necessidades, como novas necessidades”.

Ou seja, mais do que uma resposta à satisfação das necessidades, a produção das instituições sociais, corresponderia a uma certa dimensão do imponderável, que estaria relacionado à “invenção” dessas próprias sociedades como tais.

⁵² Ver em Machado, *As profissões de Saúde ou Diniz Os donos do Saber sobre o papel estratégico das análises sobre a Medicina na constituição do edifício teórico do funcionalismo enquanto corrente sociológica e mais especificamente da sociologia das profissões.*

Desse modo, mais do que uma imposição das necessidades sociais, o processo de disseminação de uma determinada instituição numa dada sociedade – em um plano mais geral, do advento de uma ciência e uma profissão, tal como a Psicologia, no contexto da Modernidade Ocidental e, no nosso caso específico, da institucionalização da profissão de psicólogo na sociedade brasileira – deveria ter o seu sentido buscado nas significações que a sociedade atribui aos seus membros e a si próprio, em cada momento de sua existência histórica. Ou seja, as razões pelas quais a presença de uma profissão como a Psicologia foi admitida como uma possibilidade plausível, com tal intensidade nas sociedades ocidentais modernas, certamente tem relação como um conjunto amplo de interpretações que a sociedade está projetando acerca de si mesma, dos seus integrantes, das suas dificuldades e das prováveis respostas possíveis e disponíveis, para fazer frente as suas interrogações.

Por outro lado, torna-se fundamental que manejemos também, concomitantemente, uma outra perspectiva de análise que nos permita estabelecer parâmetros de comparação mais normalizados, para avaliar a performance do grupo no interior da própria sociedade. Afinal, o enquadre do grupo social que queremos analisar não é aleatório. Ainda que metaforicamente tenhamos, na introdução, aludido a semelhanças com formações religiosas ou partidos políticos, é o reconhecimento e a adoção do conceito social de profissão como uma referência que torna possível a produção de um elemento unificador em torno do qual uma certa identidade do grupo se estabeleça. E, é a partir desse conceito e dessa realidade empírica instituída que o grupo pode se reconhecer como tal e tornar possível que nós também o distingamos, os discriminemos como foco de interesse.

É sobretudo aqui que se tornam relevantes os aportes advindos da Sociologia das profissões. Apesar do caráter reconhecidamente limitado dos desenvolvimentos dessa subespecialidade, exatamente por certos questionamentos que subsistem acerca do estatuto teórico do conceito que funda o seu campo empírico de investigação, o certo é que o conceito de profissão mantém uma inegável força e apelo prático, sobretudo como um poderoso organizador das expectativas sociais, em torno do comportamento dos agentes.

Da mesma maneira, os balizamentos processuais, sobretudo como forma de avaliação histórica do desenvolvimento histórico dessa forma social “profissão”, ainda que igualmente apresentem significativas limitações comparativas, de época para época, de país para país e inclusive de profissão para profissão (Diniz, 2001, p.14), oferecem alguma possibilidade de referenciação, ao menos em termos da caracterização e nomeação teórica de certos elementos capazes de descrever alguns dos aspectos empíricos que se fazem presentes.

Também deve ser levado em consideração o fato que é de certo modo intrínseco à própria idéia de ser um profissional especializado em um determinado tema. Através de alguns procedimentos de aculturação que são bastante efetivos, envolvidos no processo através do qual alguém se torna um profissional - que envolve a experiência universitária, a assimilação de códigos de linguagem e visões sobre os supostos objetos de estudos e intervenção compartilhados, bem como uma diversidade das situações sociais e dos ambientes laborais específicos do grupo - a produção de alguma ordem de senso comum acerca do fazer profissional constitui-se uma espécie de base simbólica da sociabilidade exercitada pelos que fazem parte do grupo.

Mesmo em se considerando o aspecto eminentemente liberal e individualista assumido pelo exercício da profissão de psicólogo - sobretudo no seu viés quase que exclusivamente clínico, dos primeiros tempos de sua expansão no contexto brasileiro - subsiste a importância da noção do compartilhamento, entre seus membros, de uma dimensão imaginária acerca das relações sociais do grupo e da sua profissão, relativamente ao contexto social no qual se dava a sua existência. É legítimo pensar que tal dimensão tenha se feito presente, inicialmente, como uma espécie de resposta ou tentativa de enfrentamento por parte dos psicólogos, do estranhamento social em relação à presença da Psicologia, suas idéias e suas práticas, como uma profissão nova, desconhecida e desenraizada das tradições culturais locais.

Neste sentido, o grupo teria sido obrigado, desde o início da sua conformação, à produção de um tipo de “mitologia coletiva”, acerca da sua existência, como forma de

explicação para as dificuldades encontradas em relação à aceitação de suas teorias, idéias e práticas. A questão do enfrentamento do problema constituído pela ausência de legitimação social da sua presença poderia ser pensada como motor fundamental para a produção dos discursos, individuais e coletivos, relativos à sustentação de sua “importância social”.

Como relata o conselheiro do CFP, Antonio Rodrigues Soares (1979), espécie de cronista oficial encarregado de narrar as peripécias de instalação do órgão, num depoimento e desabafo, que reflete bem um certo sentimento presente entre as lideranças profissionais da época:

“Três tipos diferentes de óbices cristalizados, durante décadas, desafiavam os psicólogos no Brasil. De uma parte, a ciência Psicológica, extremamente nova, conservara por muito tempo, um cordão umbilical, difícil de romper-se, com a mãe, a Filosofia, levando a muitos, de formação estritamente especulativa, a não aceitarem a Psicologia como ciência à parte e os psicólogos como portadores de direitos privativos. De outra parte, os psicólogos mourejavam isolados, caminhando quase à sombra, como a temer que o contato e a troca de experiências e opiniões lhes ameaçassem a segurança e o status adquiridos, a duras penas.

A existência de grupos de trabalho formados por nomes que angariariam, por vezes grande celebridade, funge apenas, de exceção em meio ao isolacionismo em que viviam os Psicólogos, no desempenho de uma profissão que só, a partir de 1971, assumiriam, de direitos, estatura jurídica definitiva. De outra parte, a fecundidade com que a sociedade humana gerava, em nível exponencial, problemas, desajustes, em todas as áreas de comportamento, solicitaram a interferência de múltiplas profissão, nas searas dos Psicólogos, acauteladas na certeza subjetiva de que os problemas psíquicos, ou não constituíam-se em objeto de atividade terapêutica

específica do Psicólogo, dentro das atribuições que a Lei outorgara, ou integrava o direito exclusivo dessa ou daquela profissão, ou ainda, eram interpretados como pertinentes a quantos de Psicologia conheciam um pouco.

E, se não bastasse essa anômala situação, o Psicólogo brasileiro defrontava-se com uma série de tradições menosprezadoras de sua imagem, com inúmeros estereótipos culturais, ora a impedirem seu acesso ao público preconceituoso, ora a bloquearem suas tentativas de emergir, como figura profissional característica, em meio às demais profissões, que “per fast aut per nefas” se acreditavam credoras da administração da Psicologia.

Este estado singular de uma classe emergente se faria mais problemático, diante da distância que se criara, por imposição do tempo e da tradição, entre os nossos profissionais, o que geraria quando, da tentativa de unidade, problemas extramente salebrosos, nos quais, mais tarde, seriam detectados ao se desencadear a necessária e urgente fiscalização do exercício profissional”, conforme Soares (1979, p.30).”

Belíssima página de diagnóstico, plenamente característica do raciocínio cooperativo, esse trecho aborda ao mesmo tempo um conjunto de elementos, os quais sintetizam a “problemática” que dará o tom, ao longo dos anos do conteúdo programático, que deverá ser enfrentado pela profissão, em busca do seu lugar ao sol.

Considerando-se a persistência de algumas interrogações sociais bastante significativas, relativas ao tema da validade e/ou da importância dos trabalhos que prestam os

psicólogos⁵³ - que hoje, apesar da crescente aceitação e assimilação cultural das idéias psicológicas, ainda se mantém - é legítimo supor que uma das mais importantes fontes provocadoras deste tipo de pensamento continue a estimular a sua produção.

Como ilustraremos mais a seguir, através de alguns fragmentos direcionados, é patente que os psicólogos, creio que a exemplo de todos os demais grupo que constituem as chamadas profissionais liberais, têm algum tipo de idéias e expectativas, acerca das relações que suas profissões estabelecem com a sociedade.

Nas sociedades modernas, a configuração dos grupos profissionais e o estabelecimento dos regimes de poder e prerrogativas sociais que a cada um caberá, desenvolve-se em solidariedade a um conjunto amplo de valores e instituições. A existência de saberes e técnicas especializados – que, de imediato, já nos remete às questões relacionadas com o valor do conhecimento e a estruturação do seu modo de produção nesta sociedade - ainda que condição necessária, não subsiste como elemento suficiente para garantir a presença e expressão social de uma determinada profissão.

Os processos de legitimação social de uma profissão requerem pelo menos dois outros requisitos fundamentais. De um lado, no plano formal, é preciso enfrentar a questão da legalidade do exercício, que passa necessariamente por um relacionamento jurídico com o Estado; seja através do reconhecimento legal da atividade, ou, quando nada, por concessão tácita da permissão para o seu exercício quando ele não é considerado como atividade socialmente prejudicial e, portanto, declarado ilegal. Um outro aspecto a ser considerado, e que de certo modo encontra-se relacionado com o anterior, diz respeito à questão da

⁵³ Como exemplo poderíamos citar as querelas jurídicas relativas à utilização dos instrumentos de avaliação psicológicas nos concursos para admissão nos serviços públicos, a persistência de significativos nichos de contestação, ainda que dispersos e difusos, acerca da validade dos procedimentos psicoterapêuticos ou ainda a queixa acerca da “ineficiência” da atuação dos psicólogos, em áreas consideradas como já “tradicionais” para a atuação dos mesmos, tais como nas escolas ou empresas.

existência de um mercado capaz, cultural e economicamente, de consumir as prestações efetuadas por esses profissionais.

Para tal, é necessário o reconhecimento social da plausibilidade da sua presença como elemento cultural relevante. É necessário que esse fazer tenha se inscrito na ordem dos sentidos compartilhados e admitidos socialmente e que a questão do seu financiamento/remuneração dos profissionais esteja colocada hierarquicamente em posição relevante, para poder receber parte dos investimentos socialmente disponíveis.

Tal conjunto de condições para a expressão social de uma determinada profissão – autonomia dos agentes, fazeres e técnicas especializados, transmissíveis por meio de processos racionalizados; estatuto jurídico-legal no âmbito do Estado e a existência de mercado capaz de consumo – não se manifesta como uma resultante linear de vontades ou desejos unilaterais dos agentes envolvidos. Antes de tudo, a sua manifestação encontra-se vinculada a uma complexa dinâmica histórico-social criadora da sua “necessidade” como tal. Ou seja, não basta que os agentes queiram que tal processo se desenvolva, mas é necessário que o mesmo encontre sentido, significação e orientação social, no contexto da sociedade no qual o mesmo se desenvolve.

Desse modo, a criação e desenvolvimento de uma profissão numa dada sociedade pressupõe sempre uma trajetória singular, que envolve um relacionamento entre um grupo mais restrito dos interessados. Ou seja, dos estudiosos e praticantes, com a totalidade social no interior da qual, tais práticas, suas justificativas, sua eficácia, sua remuneração são confrontadas com outros valores e modos de fazer e experimentar, pré-existentes.

Aqui há que se distinguir claramente os processos vinculados àquelas profissões denominadas como “tradicionais” (Medicina e Direito principalmente) que vão ser modernamente redefinidas, daquele grupo das recém-criadas “profissões modernas” derivadas

de novos aportes técnico-científicos ou sociais. Nas primeiras, a conformação da vontade e aquiescência social que legitima as suas existências encontra-se diluído ao longo da sua história, fazendo com que as mesmas apareçam contemporaneamente de um modo absolutamente naturalizado.

Já para as segundas, ao derivarem dos processos sociais que são mais orgânicos à própria construção da experiência social da modernidade, vão ser mais acentuadamente marcadas pelos efeitos epocais da experiência moderna, entre os quais se incluem a obrigação de se justificarem e fundamentarem a sua existência em uma eficiência de natureza técnica, que envolve sempre uma relação entre custo e benefícios. Nestes processos de justificação, sobretudo nas profissões que derivam das chamadas ciências humanas, não se pode desconhecer o valor dos elementos simbólicos e culturais envolvidos no jogo de produção de sua legitimidade social.

No jogo que envolve elementos objetivos tais como; eficácia técnica e a correspondente demanda social pela mesma; posicionamento do grupo na hierarquia social; interesses sociais que vão, por seu meio, serem atendidos; custos e acessibilidade social aos benefícios ofertados - não podem ser desconsiderados os aspectos vinculados ao desempenho ou performance cultural dos seus agentes, no sentido da construção de uma imagem favorável aos mesmos. Mesmo porque, muito do que se imagina como sendo elementos objetivos que definem a localização e a importância social do grupo, estão em permanente processos de construção/destruição simbólica no interior das sociedades, portanto na dependência de uma permanente sustentação política, por parte dos interessados, dos espaços, verbas, postos de trabalho, poderes institucionais que expressam, materialmente, a força da sua presença corporativa. A ênfase na questão da função ou utilidade social da profissão ganha assim relevância como uma expressão discursiva da luta pelo reconhecimento social.

Desse modo, seja nas profissões mais antigas ou nas mais modernas, a idéia do valor social da profissão, da afirmação de sua importância, tende a ser tematizada e cultivada como

um importante elemento da identidade coletiva do grupo. O móvel genérico comum a todas poderia estar vinculado apenas ao valor do *reconhecimento* – tema que tem ganhado centralidade na compreensão de vários aspectos das dinâmicas político-sociais contemporâneas (ver Nancy Fraser; Axel Honnet apud Souza, 2000) - como expressão política ou consequência mais acabada do individualismo ético.

Nesse sentido, o individualismo seria o patrono das lutas por dignidade e/ou por autenticidade, num contexto em que a uniformização e a generalização não devem e não podem abolir as identidades, que dependem sempre da produção do reconhecimento social. Esse seria o mote das lutas pelo reconhecimento que estariam a animar as lutas nacionalistas, étnicas, raciais, de gênero, sexuais e, porque não, as profissionais.

Numa perspectiva mais acanhada, anômica e hierárquica, talvez mais própria das sociedades do chamado terceiro mundo, a fonte das idéias profissionais, sobre as relações da profissão com a sociedade, quem sabe pudesse ser marcadamente oriundas do mais comezinho projeto de apropriação do máximo de poder político na sociedade, através da avocação de prerrogativas e privilégios, pela via do controle corporativo do maior número possível de postos administrativos e políticos no interior do aparelho de Estado, como forma de garantir o mercado, prestígio e poder.

Para os psicólogos brasileiros, essa questão da autolegitimação social - que aqui estamos tomando como um dos importantes vetores de produção dos discursos inerentes às relações sociais da profissão com a sociedade - parece ter sempre ocupado um lugar de grande importância. Várias são as indicações de que, desde as lutas pelo reconhecimento e legalização da profissão nos fins dos anos 50 até os momentos mais recentes, uma inquietação, um mal estar, toma conta da comunidade dos psicólogos numa insatisfação relativa ao posicionamento da profissão na sociedade.

De um modo bem geral, essa inquietação poderia ser descrita como derivada de uma suposta dificuldade da Psicologia em ser traduzida, do ponto de vista prático, numa perspectiva social mais ampliada. A Psicologia, do ponto de vista dos profissionais da sua disciplina, seria mal compreendida socialmente. Haveria uma dificuldade da sociedade – e esse termo é sempre utilizado para falar disto – em entender o que é e o que faz o psicólogo. Desse modo, as potencialidades da profissão e dos profissionais não poderiam ser devidamente aproveitadas.

Tal aspecto teria grande influência nos limites apresentados pelo mercado para assimilar as contribuições. Os fragmentos abaixo, colhidos um tanto aleatoriamente ilustram essa perspectiva, a qual referimos como sintoma ou mal estar, indicando as perspectivas práticas adotadas por alguns profissionais para lidarem com isso que eles supõem serem dificuldades de relacionamento de sua profissão com a sociedade:

Na recepção de uma unidade básica de saúde, localizada num bairro popular do município de Salvador, onde vou visitar uma colega psicóloga recém-ingressa no serviço público municipal (setembro/1999), um cartaz feito à mão, em papel pardo de grande tamanho, chama a atenção de quem entra, e anuncia:

“Esta unidade conta agora com a presença de um profissional de Psicologia. Você sabe o que é e o que faz um **Psicólogo**? Se você anda triste, nervoso por qualquer coisa, com problemas para comer e para dormir, se você tem brigado muito com as pessoas, anda sem paciência, tem bebido além do limite, não tem conseguido pensar bem sobre os seus problemas, marque uma consulta com o psicólogo do posto. Ele vai conversar com você e vai te ajudar a resolver os seus problemas. A Psicologia pode te ajudar”.

No quadro mural da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (fevereiro/2002), entre avisos e anúncios que fazem ofertas diversas, num pequeno cartaz, em bom papel e impressão a duas cores, pode-se ler :

“Você está em DIFICULDADES com QUESTÕES EXISTENCIAIS? Elas são COMUNES a TODO Ser Humano. **PSICOLOGIA CLÍNICA** - Conflito, rompimento, solidão, luto, depressão, desemprego, sentimento de inutilidade, impotência diante da vida, stress, angústia, pânico, ansiedade, são sinais que você precisa mudar, mudar de atitude; como faz as coisas, como se relaciona, como encara o trabalho e o lazer. Venha descobrir o seu potencial e amplie a capacidade em lidar com questões existenciais, em busca de novas possibilidades para uma melhor qualidade de vida - segue-se o nome e o endereço de um psicólogo”.

Um outro menor, mas igualmente elaborado em bom papel e padrão duas cores, trazia a sua mensagem em outros termos que não enfatizava o psicólogo, mas um produto:

“PSICOTERAPIA – falar, refletir e transformar – Atendimento a adultos, adolescentes e casais – orientação vocacional – tratamentos diferenciados: depressão, ansiedade, fobias, pânico, disfunções sexuais, abuso de drogas, stress, compulsões e timidez - segue-se nome do psicólogo, endereço e convite para visitar um site na Internet”

No “Caderno de Teses” do IV Congresso Nacional da Psicologia (junho de 2001), evento seriado que dá oportunidade aos psicólogos brasileiros de interferência na condução dos assuntos profissionais através do envio de proposições a um congresso de delegados eleitos, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, 4 das 284 teses resultantes de uma

sistematização anterior de centenas de proposições apresentadas, tratou do tema “Divulgação” com textos que reproduzimos parcialmente:

“Situação Desejada: Divulgar através dos meios de comunicação populares e vídeos institucionais, a importância da Psicologia, não apenas para a saúde mental das pessoas, mas principalmente como instrumento de conquista da cidadania em todos os campos da atuação humana”.

Em um outro texto:

“Situação Desejada: Desmistificar, a partir de uma atuação coordenada e conjunta dos profissionais e seus Conselhos, o papel do psicólogo e suas atribuições, em todos os âmbitos da atuação deste profissional, para que caiam as barreiras que separam o imaginário popular e a realidade da profissão”.

Ou ainda:

“Situação Desejada: Criar condições para que a divulgação popular, possa contribuir no sentido de democratizar o acesso aos profissionais da Psicologia e seus serviços, sem, contudo, vulgarizar a profissão ou suas práticas e muito menos afrontar o código de ética profissional”.

Ou numa outra versão, na qual o principal objetivo fica mais explicitado:

“Situação Desejada: Elaboração e execução de uma campanha nacional que divulgue a imagem positiva e condizente com o Psicólogo, esclarecendo a população sobre o que ela pode esperar ao procurar um profissional da área de Psicologia”

O que querem dizer esses fragmentos? De que eles tratam? O que eles significam? De algum modo, todos eles abordam algo da insatisfação dos psicólogos com o grau de conhecimento/reconhecimento social da profissão. Aparentemente, para os psicólogos, não basta afirmar a sua condição profissional – *“sou psicólogo!”* - mas torna-se necessário esclarecer o que significa isto. Elucidar. Explicar o que quer dizer o seu fazer e em que condições ele pode e deve ser buscado. Por isso, ganha relevância o tema da comunicação, quando no plano reflexivo, a questão do desconhecimento social da Psicologia é tratado.

Como já nos referimos em um outro trabalho⁵⁴, os psicólogos adotam uma perspectiva “catequética” quando se relacionam com o mundo “leigo”. É preciso informá-lo e formá-lo no conhecimento e na recepção dos signos do psicológico, para que o público leigo possa ser incorporado ao seu universo da sua ação profissional. Essa dúvida, ou talvez fosse mais adequado tratar como uma certeza positiva dos psicólogos, acerca dos limites dos leigos para a assimilação da Psicologia, tem encontrado várias formas de expressão no desenvolvimento da profissão.

Do ponto de vista histórico, obviamente que este fenômeno – ao qual não é incomum que os psicólogos se refiram como “a resistência social à Psicologia”, tomando de empréstimo o primeiro termo da noção de “resistência” da Psicanálise - apesar de persistir ao longo da trajetória de institucionalização da Psicologia, teve uma tendência decrescente. Isso, apesar de sua persistência ainda nos dias de hoje, como já nos referimos na nota de rodapé. Na medida em que evoluiu o processo de institucionalização da profissão com a multiplicação dos

⁵⁴ ” (Silva, 1995): “ *A emergência da cultura psicológica na Bahia: do psiquiátrico ao pós-psicanalítico, cursos e percursos de uma trajetória*” Tese de Mestrado ; ISC; UFBA, 1995.

agentes e agências psicológicas e ampliaram-se as possibilidades tecnológicas e mercadológicas da inserção profissional, a sua intensidade diminuiu bastante.

A nossa hipótese é que, no entanto, apesar de sua diminuição, com a ampliação da presença social da Psicologia nas instituições, cenário cultural e discurso midiático, para os psicólogos isso persistiria como um importante “problema”. E esse seria o mote que, no imaginário da profissão, funcionaria como um dos importantes disparadores dos discursos que tematizam as relações da Psicologia com a sociedade.

È compreensível que a Psicologia, como produção discursiva nova e sem raízes culturais mais significativas, tenha enfrentado, em seus primeiros tempos em terras nacionais, algumas dificuldades para traduzir-se socialmente. O caráter abstrato das idéias psicológicas, as exigências cognitivas e culturais que o seu manejo pressupõe, a diferenciação significativa entre o ethos de sua origem e os espaços sociais nos quais ela veio se difundir e aplicar-se no país, devem ter sido alguns dos elementos responsáveis pelos limites iniciais de sua aceitação e assimilação cultural. E assim, ao mesmo tempo, em que era acolhida por parte das elites intelectuais e vanguardas culturais é possível que a psicologia tenha encontrado dificuldades para convencer os incrédulos cidadãos comuns sobre suas teses.

O prestígio emprestado pela autoridade intelectual do campo das ciências nem sempre foi suficiente para fazer com que a população se rendesse facilmente às novidades que envolviam costumes, crenças, comportamento. A “revolta da vacina” talvez seja o mais emblemático episódio que trata em nosso país, das relações conflituosas - ou pelo menos desconfiada - entre as certas positivistas modernizadoras que animavam as elites intelectuais no início do século e a recepção desconfiada por parte dos leigos em relação às reais intenções dos agentes propositores das novidades.

Mas, de todo modo, nesses tempos precursores, a presença social das idéias psicológicas é muito mais marcante e importante do que as eventuais tecnologias que elas são capazes de ensejar. Ainda que elas já se façam presentes de forma restrita em algumas instituições, estão claramente vinculadas a uma certa experimentação. Os primeiros laboratórios de Psicologia têm um caráter exploratório, que tateiam em relação às suas possibilidades de aplicação. Ao inserir-se, entretanto, de forma bastante orgânica nos projetos de construção da nação (ver Duarte) esses saberes e seus agentes estabelecem alianças com as forças que lutam pela hegemonia do projeto modernizador da nação.

E se tal projeto encontra resistências sociais, certamente as resistências inespecíficas vão também atingir aos saberes e práticas que, de algum modo, com ele se comprometem. Em todo caso, não se pode falar aí, de uma presença profissional dos psicólogos, seja porque tal identidade ainda não está estabelecida como tal, seja porque o número dos que agem em nome dos saberes psicológicos estão identificados sob outras roupagens profissionais tais como a dos médicos ou dos educadores.

Numa segunda etapa, podemos pensar que a aliança da Psicologia com as forças modernizadoras logrou êxito no sentido de expandir a sua presença social e institucional, pela via da combinação da sua institucionalização universitária com um certo desenvolvimento de sua aplicabilidade social, através da psicotécnica - os “testes psicológicos” - sobretudo no mundo da educação e no mundo do trabalho. Tal situação de sucesso, sendo capaz de gerar um contingente de agentes especializados que assumem a causa da difusão e da expansão social da Psicologia, iria resultar na possibilidade da formulação da idéia da organização de uma profissão autônoma. Com isso, novas esferas de “convencimento social” são abertas, na busca da ampliação da presença social da Psicologia.

O movimento pela legalização da profissão de psicólogo, que se organizou na segunda metade dos anos 50, pode ser assim pensado como um momento forte, no qual se inicia a produção de uma ideologia profissional da Psicologia. Desde 1953, Lourenço Filho e outros

diretores da Associação Brasileira de psicotécnica, apresentaram relatório ao Ministro da Educação, com a petição de criação da nova profissão, que se dizia de “psicologista” ou psicotecnista. No interior deste movimento que mobiliza os então praticantes “aplicadores da Psicologia”, ganha relevância a questão da justificativa social da sua existência, que exige uma explicitação das suas intenções, um discurso sobre as suas potencialidades, um esforço de desfazer os “mal-entendidos” que insistem em associá-la, às vezes á loucura, às vezes a uma “conversa fiada”: muito elegante, mas pouco eficiente e pouco prática.

Ou, ao contrário, pela necessidade de responder àqueles outros, tais como os vinculados ao tradicionalismo católico, como, por exemplo, Alceu de Amoroso Lima, que, aceitando bem as idéias psicológicas, na linha da evolução social dos conhecimentos, vão repudiá-la exatamente quando ela assume perspectiva muito práticas e aplicadas. pois, para eles, como poderia uma ciência se arvorar a fazer experimentos e aplicações direcionadas, a especular com o patrimônio sagrado da alma ou do espírito? As pretensões da Psicologia de investigação das faculdades do espírito lhes aparece como uma heresia, a qual é necessário contestar.

Mas há também outros que, tal como a corporação médica, são francamente contra a criação da nova profissão. A presença da oposição médica se expressa inclusive, nos vetos presidenciais a alguns artigos do texto da lei aprovada no Congresso. Também pode ser depreendida no resultante das negociações que fazem figurar na lei aprovada uma redução nas pretensões de prerrogativas exclusivas da recém criada profissão, ao adotar o termo “solução de problemas de ajustamento” para camuflar a possibilidade das intervenções psicoterapêuticas, que aparecia aos médicos como invasão do seu mercado. É preciso, portanto, convencer aos parlamentares, aos seus assessores. Justificar as pretensões de regulamentação de uma profissão que reservaria aos psicólogos uma fatia de um suposto mercado de trabalho, que mais potencial do que real, se afigurava promissor. É necessário fazer a política da profissão. Produzir discursos. Explicar-se. Ganhar simpatias. Fazer promessas e sonhar com o futuro. Esta é a primeira fase de “organização” da profissão, tempo dos pioneiros, tempo do proselitismo positivo gerador das esperanças.

A criação dos conselhos profissionais, federal e regionais – uma entidade autárquica especial - significa a transferência de poderes do Estado para que a própria categoria assuma, por delegação, a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar o exercício profissional, que a lei anterior, de 1962, havia legalizado. A aceleração da ofertas de novas vagas universitárias vai contribuir para que um imenso contingente social de jovens seja mobilizado em torno da nova profissão.

Tal como num efeito espelhado, sociedade e psicólogos, leigos e especialistas, modos tradicionais de ser e inovações modernizadoras, fazem, ao lado dos seus estranhamentos recíprocos, os seus reconhecimentos e as suas aprendizagens. De início, para a sociedade trata-se de “aprender a usar” esse recurso, que vem recomendado pela chancela da modernidade, da formação universitária, da natureza científica que preside o preparo dos especialistas, mas que, efetivamente, lhe é bastante estranho e desconhecido.

Para os profissionais trata-se de “aprender a oferecer serviços”, para o que eles contam com algumas referências estandardizadas - oferecidas precariamente pela formação universitária e baseadas nas “aplicações” da Psicologia à clínica, à escola e à indústria - mas que longe de serem socialmente generalizadas, tinham uma presença anterior efetivamente limitada e restrita. De certo modo, considerando-se as limitações dos “modelos” existentes na época, poderia se dizer que uma boa parte da empreitada dos psicólogos é a de inventarem-se a si mesmos como profissionais, inventando ao mesmo tempo o mercado consumidor de suas ofertas profissionais.

Mas, se para a sociedade sempre resta um recurso de recusar ou ignorar *pró-tempore* as novidades, sobretudo no jogo de sua conveniência, ou duvidar das novas ofertas e suspeitar das capacidades destes novos especialistas, que afinal pretendem lhe vender um produto um tanto estranho – quase sempre de características discursivas, muito abstrato e pouco prático – para os psicólogos, essas relações e mais especificamente essas reações socialmente

questionadoras fazem incidir uma grave questão em torno da sua “importância social”, do seu “reconhecimento social” e da sua “identidade profissional”.

Dessa forma, não será estranho a produção de discursos internos ao grupo dos profissionais que combatem os supostos pré-conceitos sociais de que a Psicologia seria algo “supérfluo”, destinado às elites entediadas, ou mais jocosamente falando, destinado às “madames desocupadas”. Ou ainda o debate, entre os psicólogos, em torno da questão da vocação “libertária” ou “socialmente adaptativa” da Psicologia, o qual, de certo modo, também busca responder, no plano mais político, aos questionamentos sobre a sua função social.

Do mesmo modo o tema da “identidade” vai ganhar uma centralidade para eles. Efetivamente, este foi o termo utilizado para designar um importante enigma em torno do qual os psicólogos se debateram, em seus eventos políticos, congressos, universidades, atravessando a década dos 80, até meados dos anos 90. O tema da identidade profissional de psicólogo, ou da crise de identidade da Psicologia, transforma-se na época, quase num cacete entre os psicólogos, refletindo a perplexidade dos mesmos diante das dificuldades de se viabilizarem socialmente, da sua dificuldade de produzir consensos sobre como conduzir um processo de superação de tal situação, que tinha na baixíssima empregabilidade desses profissionais, o seu ponto nodal. Na mesma época, a questão do partidarismo em torno das escolas teóricas, convertida em foco principal da identidade profissional levava a um grande pessimismo acerca da capacidade desta corporação em superar quaisquer dificuldades de tipo político organizativo.

Na nossa perspectiva de investigação, neste desacerto de natureza cultural, que marca o abrupto desenvolvimento e institucionalização da profissão de psicólogo no Brasil - sobretudo nesses anos 70/80 - encontra-se uma outra significativa fonte de produções discursivas, que na ideologia profissional dos psicólogos, iria ter desenvolvimento como

idéias importantes que marcam a percepção destes profissionais em relação à sociedade na qual vivem e atuam.

Porque, se efetivamente este “boom da cultura” psicológica constitui-se em fato sócio-cultural significativo, como vários estudos buscaram demonstrar, os seus efeitos são bastante restritos aos segmentos altos e médios dos grandes centros urbanos, bem como é bastante desigual o seu impacto entre outros segmentos sociais sócio-economicamente diferenciados. E, mesmo no interior daquele, as diferenciações podem ter sido bastante significativas, considerando-se aspectos geracionais, culturais e de gênero.

De certa forma, ainda que a aceitação das idéias psicológicas possam ter adquirido um status positivo nesse segmento, isto não se passou de forma generalizada no seu interior e não significou necessariamente que os psicólogos não tiveram de lidar com as desconfianças culturais, inclusive advindas daí, que pairaram sobre as suas ofertas.

Mas, de todo modo, pensamos que seria interessante para a compreensão da situação, distinguir duas linhas no desenvolvimento deste processo, que, sendo solidárias e afins, nos remetem a dimensões diferenciadas do mesmo. Assim talvez pudéssemos falar, no caso brasileiro, de uma diferença de ritmos existente, de um relativo descompasso, entre um processo ideológico de “psicologização” da sociedade, entendido como uma sistemática, crescente e persistente difusão das idéias, valores e ideais psicológicos na cultura - que teria a ver com os processos mais amplos de avanço do individualismo como modo de subjetivação moderno - e a constituição de um mercado capaz de assimilar a prática profissional dos psicólogos, nas quantidades e intensidades em que se tornam disponíveis socialmente, a partir dessa difusão cultural da Psicologia.

Nesse sentido, ao vincularmos a intensificação e multiplicação dos espaços de formação dos psicólogos à dimensão da difusão ideológica da psicologização – espaço por

excelência de cooptação dos sujeitos mais sensibilizados e susceptíveis ao poder de atração dessa esfera do psicológico - estamos abrindo as portas para uma hipótese que afirma que a psicologização, como expressão da modernização individualizante, foi em nosso país, um fenômeno cultural muito mais abrangente do que a sua capacidade de engendrar um mercado específico de consumo das práticas psicológicas. Ou seja, a assimilação social dos aspectos discursivos da Psicologia, como elementos úteis aos movimentos de reconfiguração das relações humanas, no interior de uma sociedade que se moderniza, se processou com muito mais facilidade do que a assimilação de suas práticas, conformando um mercado estável para as mesmas.

E talvez pudéssemos pensar que o processo que gerou, num dado momento, uma intensa multiplicação dos psicólogos na sociedade brasileira, estaria mais vinculado aos processos de modernização da sociedade - produtor da psicologização como via de sua expressão - do que, como se imagina freqüentemente, que a psicologização pudesse ser explicada como uma resultante do simples incremento da presença dos psicólogos na sociedade. Nessa condição, sem pretender negar a condição de carburante exercida pelo incremento da presença dos psicólogos na fogueira da psicologização social, talvez fosse mais adequado pensá-los, no limite, mais como uma espécie de epifênomeno da psicologização do que como sua causa principal.

Capítulo IV –

Uma leitura alternativa do desenvolvimento da “psicologização” brasileira pela via da crítica à modernidade.

Preliminares: tempo histórico, ciência, profissão e sociedade

Ao lado dessa questão da institucionalização vertiginosa e intensificada da profissão e daquela relativa à condição de pertinência da Psicologia a um campo complexo de saberes e práticas, como elementos que interferem na conformação das problemáticas identitárias e de legitimação assumidas pela profissão de psicólogo, como já destacamos nos capítulos anteriores, devemos agregar, ainda na presente análise, um outro aspecto relevante, referente à inscrição temporal da emergência da Psicologia, como saber e prática técnica.

Nem sempre devidamente pontuado, é preciso levar em consideração que a Psicologia é, de um certo modo, um produto de uma época. As condições de possibilidade do seu aparecimento guardam relações profundas e orgânicas com a epocalidade Moderna, no interior da qual se tornou possível a sua emergência como ciência e profissão. E levar em consideração essa condição de filiação da Psicologia, ao mesmo tempo em que explica suas amplas possibilidades de expansão, significa também situá-la numa época, cuja característica fundamental é o efêmero, o passageiro, a ausência de segurança e a instabilidade.

A Psicologia, como instituição, constitui-se como uma produção típica da

Modernidade, ao mesmo tempo em que a sua existência contribui intensivamente para conformar a própria experiência social moderna. Como propõe Figueiredo, L.C. (1995)⁵⁵, a emergência disciplinar da Psicologia - ou a “invenção do psicológico”, para utilizarmos a terminologia do autor - se encontraria duplamente vinculada e de forma muito direta ao projeto da Modernidade. Por um lado, atado à exigência, satisfeita no seu âmbito à pressuposição do triunfo da forma “indivíduo” como protótipo do sujeito social, espécie de uma condição prática para a sua possibilidade básica, indivíduo esse, que, por sua vez, haveria de sediar uma interioridade, cindida na dualidade razão-emoção, *leit motiv* de toda a Psicologia. Por outro lado, esse vínculo pode ser percebido também, como uma espécie de consequência das vicissitudes do projeto epistemológico da Modernidade, que, entre outros elementos, preconiza a existência de um *sujeito epistêmico* “plenamente senhor de sua própria consciência e vontade, capaz de uma disciplina estrita e de uma objetividade sem mácula”.

Graças ao seu caráter “subjetista”, tal projeto, ao pretender “fazer assentar no sujeito e nos seus poderes tudo que poderia haver de certo e seguro” (Figueiredo, L.C., 1995), concorre para a produção de um resto, de um dejetivo expurgado – resultante da purificação pela via do método, do sujeito epistemológico – que se constituirá na matéria prima, base para a edificação da Psicologia. Aquilo que não se inclui, e que, portanto, deve ser desprezado, na constituição do sujeito epistêmico puro - as falhas, a emoção, a vontade, o desejo, a paixão - define-se negativamente como o objeto e a fronteira do domínio da discursividade da Psicologia.

Entretanto, a despeito da sua origem tão eminentemente moderna, e, talvez, exatamente vítima das condições especiais que presidiram a sua emergência, poucas disciplinas se encontram tão fortemente absorvas numa contemplação ingênua do seu objeto,

⁵⁵Alguns dos trabalhos deste autor poderiam ser considerados, à luz dessa nossa reflexão, como um importante esforço disciplinar de instauração de uma reflexividade epocal, no que diz respeito à Psicologia em geral, e mais particularmente, à psicologia brasileira. Ver Figueiredo, L.C.(1991; 1992; 1995).

das suas teorias, dos seus métodos e das suas crenças, tal como a Psicologia. Poucas, dentre as disciplinas que emergem nessa época, e como ela, já centenárias, têm se mantido tão imunizadas aos efeitos epocais da Modernidade - no sentido da não adoção sistemática, da relativização e da auto crítica teórica, na perspectiva da autoconsciência epocal, à qual temos nos referido.

Espécie de ponto cego, cujo olhar jamais consegue alcançar, aparentemente, para a Psicologia, o Moderno se encontraria *reificado* como um momento social estático. Confundido com um certo contexto histórico e social que, no passado, lhe teria possibilitado o surgimento, através de um efeito de iluminação intelectual que faz cessar as trevas que obscureciam certos fenômenos humanos, os quais, a partir de então, ela irá se encarregar de explicar corretamente.

Sem desconsiderar a importância de alguns, raros e excepcionais esforços, produzidos desde o interior da disciplina, e de alguns outros, mais vigorosos, representados, sobretudo, por interpelações vindas desde fora – sobretudo os questionamentos oriundos do campo da Filosofia - de um modo geral podemos afirmar a dominância na Psicologia, de uma perspectiva disciplinar ingênua e naturalizadora, que, mormente não incorpora nem sequer as noções de historicidade, de culturalidade, quanto mais a noção de sua própria epocalidade como um referente analítico. Sintoma disso é a ausência, quase total, de ressonâncias mais significativas, tanto no campo teórico, mas, sobretudo, no campo prático das técnicas psicológicas, que sejam derivadas dos esforços problematizadores, por mais contundentes que eles possam ter sido.

Do ponto de vista teórico, tal perspectiva pode ser confirmada, por exemplo, na análise do caráter epopéico e ingênuo, que, invariavelmente, marca a maioria dos textos de história da disciplina psicológica. Neles, a sucessão das idéias, das correntes teóricas e, principalmente das grandes personalidades intelectuais fundadores das escolas psicológicas, fazem um encadeamento natural no qual a multiplicação de saberes e perspectivas, muitas vezes

contraditórios entre si, marca apenas um mal estar, que o acompanha desde o nascedouro, pelo efeito indesejável de sua fragilização no mercado das epistemologias fortes.

Por outro lado, do ponto de vista prático, a intensa identificação dos profissionais psicólogos com os elementos técnicos que constituem o seu trabalho os faz pouco sensíveis a uma reflexão mais aprofundada acerca do contexto sócio-histórico que os produzem como tais. Tudo se passa como se, efetivamente, a emergência da Psicologia representasse uma decorrência natural da evolução do conhecimento humano, expandido para a esfera da subjetividade, supostamente, até então, não explorada adequadamente pelos nossos ancestrais, e que agora finalmente teria sido revelada.

As diversas e diferenciadas escolas teóricas que foram, ao longo do tempo, se produzindo no seu interior, longe de provocar intensa inquietação e sustentar uma atitude de auto-suspeição em seus aderentes - em função das discrepâncias, e inclusive incompatibilidades que elas traduzem, na abordagem do que supostamente seria o mesmo objeto - funcionam como espaços neutralizadores da auto-crítica e fortalecimento da auto-confirmação dos artigos de crença que são compartilhados entre os que as comungam.

Legitimada como elemento de sobrevivência no mercado das idéias psicológicas, a auto-defesa paroquial de cada escola contra a escola vizinha e o estado de permanente alerta com relação à possibilidade de que os elementos lacunares que as sustentam possam vir a ser expostos, funcionam como neutralizadores da auto-crítica e se transformam numa tumba onde jazem os efeitos reflexivos, na busca de produzir um oásis ilusório de estabilização interna a cada escola.

Várias são as hipóteses possíveis, capazes de justificar o modo, quase indigente, de a Psicologia relacionar-se, regularmente, com a análise das condições sociais, culturais, econômicas e políticas que sustentaram a possibilidade de sua produção e contextualizam a

dinâmica da sua existência como saber, na Modernidade. Sem dúvidas, essa sua configuração fragmentária, essa ausência de obrigação de unificação de objetos e métodos, essa sua pluralidade disciplinar - contra indicada num projeto de constituição científica, em que historicamente as teorias se desobrigaram de confrontações e de quaisquer esforços unificadores do campo - constitui-se numa fonte inesgotável de recursos naturalizadores, capazes de explicar, a espécie de imunização da Psicologia à reflexividade metódica e desnaturalizadora que seria esperada de um saber “moderno propriamente dito”. Afinal, se o contorno dos obstáculos, se o desvio da confrontação através da multiplicação das vias, está sempre disponível, diminui-se a tensão que a obrigaria a um debruçar-se mais especulativo acerca das condições e das razões dos seus modos de ser.

Todavia, nesse caso, talvez já estivéssemos aqui, tratando mais de um dos efeitos da situação, do que das suas possíveis causas, pois afinal, como teremos oportunidade de ver um pouco mais adiante, se a força da tendência à naturalização e à adoção de uma perspectiva dogmatizadora, reinava de forma quase absoluta⁵⁶ no plano da institucionalização da vida social, tal como ela existia para as sociedades tradicionais. O fato de que a Modernidade a tenha enfrentado como um elemento fundamental de sua diferenciação epocal, não a elimina completamente, nem faz cessar a sua presença como força tensionadora e contraditória. Talvez, efetivamente, não fosse justificado esperar da Psicologia um modo de disposição crítica que, de fato, não percorre, nem se faz presente, com a mesma intensidade, em todos os territórios da Geografia social, aí incluídos os demais saberes e práticas profissionais instituídos.

Contudo, se no plano prático da vida cotidiana, as contradições entre as forças instituintes da sociedade e o poderio do instituído se revelam com maior intensidade em suas materializações institucionais diversas (Castoriadis, 1986, p144), isso não quer dizer que, do ponto de vista intelectual, sobretudo no plano epistêmico, a contradição não esteja fortemente

⁵⁶ Ainda que o tema da imobilidade e da estática da “tradição” seja muito controverso, aparentemente existe um certo consenso acerca do seu caráter “menos” dinâmico, quando comparado ao intenso dinamismo que se impõe como modo de ser da Modernidade. Ver Giddens (1991) sobre “lentidão” da história. Ver Martins (2000).

colocada. Com efeito, esse plano constitui-se numa importante arena onde essa tensão, naturalização versus reflexividade, acompanha sistematicamente o debate sobre o fazer teórico. Aparentemente, como historia Luz (1988), a pressão naturalizadora se constitui como um contraponto permanente no processo da construção da racionalidade científica moderna. Apenas, ao peso de magníficos esforços, se tornará possível estabelecer a “montagem epistemológica” que iria transformar, desde o Renascimento, a conversão do mundo da vida, tal como era experimentado em sua unidade, em “natureza-objeto”: realidade exterior, independência e objetividade (Luz, 1988, p15-37).

No entanto, se no plano dos objetos e das coisas, esse desenvolvimento da perspectiva da ciência pode se processar, atropelando os obstáculos, a partir da força derivada dos seus poderosos efeitos tecnológicos, o processo, mais complexo e mais lento de institucionalização do objeto sociedade e/ou de elaboração do homem (indivíduo) como objeto de conhecimento, caminha muito mais lentamente e está a se fazer nos últimos três séculos da Modernidade, perdurando até o presente. Como aponta Luz (1988), a lentidão da mudança da história, nesse caso em que o objeto é o homem ou a sociedade, “supõe a diversidade na realidade social: pluralidade de interesses, de ideologias, de relações de classe, de formas de poder social. a coexistência de sistemas de pensamento diverso, de visões de mundo, de hábitos sociais, de costumes e de formas de exprimi-los possivelmente conflituosos, sobrevivendo juntos ao longo dos séculos” (Luz, 1988, p58).

Afinal, se a força da tendência à naturalização e à adoção de uma perspectiva dogmatizadora reinava de um modo quase que absoluto⁵⁷ - no plano da institucionalização da vida social tal como ela existia para as sociedades tradicionais - o fato de que a Modernidade se tenha contraditado como uma atitude fundamentalmente oposta, não elimina completamente, nem faz cessar o poder da sua presença tensionadora, representação de um verdadeiro obstáculo epistemológico.

⁵⁷ Ainda que o tema da imobilidade e da estática da “tradição” seja muito controverso, aparentemente existe um certo consenso acerca do seu caráter “menos” dinâmico, quando comparado ao intenso dinamismo que se impõe como modo de ser da Modernidade. Ver Giddens (1991) sobre “lentidão” da história nas franjas da sociedade brasileira, ver Martins (2000).

Desde aí se instaura no campo da teoria social, uma tensão que marca um esforço para que a produção de conhecimentos sobre tal recorte da realidade incorpore a premissa de que, pesquisadores, objetos, métodos, e conhecimentos produzidos, encontram-se todos, imersos na totalidade social, demarcando a impossibilidade da objetividade e da neutralidade tais como advogava originalmente o projeto “subjettista” de ciência. De certa maneira, pode-se dizer que a emergência das ciências humanas registram, no plano epistêmico, a instauração de um alerta desdogmatizador que torna o próprio projeto da ciência mais afinado com as características da modernidade, como época que o produziu e à qual ele ajudou a produzir. A Psicologia estaria, portanto, bastante bem acompanhada nesse mister.

Por conseguinte, o que estamos estabelecendo é que a tendência naturalizadora (Taylor, apud Souza, 2000) opera sistematicamente como um efeito institucional de *reificação* da vida social, tal como ela se apresenta cotidiana e fragmentariamente aos olhos dos indivíduos comuns, atingindo inclusive a esses indivíduos diferenciados que são os pesquisadores e cientistas. Em tal caso, como evidenciou Khun, através da noção de paradigma, a comunidade dos científicos cultiva institucionalmente um conjunto de pensamentos pré-concebidos acerca da realidade tal como convencionalmente descrita pela linguagem da teoria e resiste a submetê-la a exame. Como aponta Souza (2000), ao analisar a extensão da presença do fenômeno na sociedade, esse tipo de “esquecimento peculiar que a atitude natural assumida pelo agente da vida cotidiana envolve” - ao qual Taylor nomina “naturalismo” - é a atitude predominante, não só do senso comum, mas da imensa maioria das abordagens científicas.

Assim, talvez não devesse merecer maior destaque o modo de ser, pouco reflexivo e naturalizador apresentado pela Psicologia, o seu processo de desenvolvimento e institucionalização como disciplina científica e posterior área de intervenção técnica. Afinal, a força reificadora seria uma marca, uma espécie de contrapeso, das forças reflexivas acionadas a partir do conjunto das dimensões que caracterizam a experiência social da Modernidade. Tendencialmente, ela pressionaria a partir dos fatos da vida real, tal como ela se encontra institucionalizada, todos os âmbitos da produção de sentidos na vida social no sentido da sua naturalização.

Mas, a grande diferença a separar a Modernidade da experiência social que lhe foi anterior, estaria dada apenas pelo fato de que, somente no âmbito daquela, a legitimidade do questionamento crítico acerca de quaisquer versões simbólicas da realidade, encontra-se garantida, estimulada e reconhecida. Desse modo, pode-se afirmar que traço mais especificante da Modernidade, em relação à experiência social que lhe antecedeu, talvez seja exatamente este: a *desdogmatização*.

Desdogmatização quer dizer, uma atitude, um posicionamento em relação aos dogmas. Se é verdade que algo na "Psicologia" humana parece nos impelir e nos remeter enquanto indivíduos e/ou coletividades em direção à construção de "certezas" e "verdades fechadas", tal como estabelece a hipótese de Elliot Jaques (s/d)⁵⁸, a Modernidade pode, então, ser pensada como a afirmação de um enérgico dispositivo civilizatório de "suspeição", como uma espécie de mecanismo de "salvaguarda social" contra o poder e a absolutização das "verdades" que, assim, inevitavelmente, tenderiam a ser produzidas na vida societária.

Ao contrário daquelas tendências inerciais e naturalizadoras, o que caracterizaria a Modernidade não seria a ausência ou a impossibilidade da presença dos "dogmas" postos na condição humana de experiência social, possível, plausível e até comum de acordo com a cultura, a classe ou o posicionamento social dos indivíduos/coletividades. Como comenta Rodrigues (1999), ao analisar a persistência ainda hoje na cultura brasileira, de atitudes "ante" e "anti" capitalistas e/ou modernas, a sensibilidade, a exigência e auto-exigência da adoção das atitudes tipicamente modernas por parte dos sujeitos (a "suspeição antidogmática" aí incluída) decresce conforme vamos descendo na escala social.

De tal modo, o que seria específico da Modernidade, em relação ao dogma, seria o fim do monopólio político em relação aos mesmos (como foi o caso da Igreja Medieval), o fim da

⁵⁸ Para este sociólogo inglês, inspirado pela psicanálise kleiniana, as instituições e os sistemas sociais devem ser interpretados como respostas, como mecanismos erigidos para o enfrentamento das profundas ansiedades persecutórias, originadas da experiência humana frente às incertezas diante do futuro (Jaques Elliot, s/d).

sua autoridade absolutista, com o conseqüente reconhecimento da "liberdade individual" de "crença" e, portanto, de "descrença", aí se incluindo o direito de crítica. Em tal perspectiva, a Modernidade seria "um tempo sem dogmas", ou pelo menos um tempo em que os "dogmas" teriam a sua perenidade comprometida pela estimulação da crítica e da desconfiança.

Na especulação dos processos que buscariam para responder pela presença deste traço, como um dos mais significativos da Modernidade, tanto Weber, quanto Marx se complementariam em suas análises. Para o primeiro, tal processo representaria um efeito traduzido na imagem caricatural do podador inábil que serra o próprio galho que lhe serve de apoio em seu trabalho e com ele vem abaixo.

No caso, o ímpeto e a intensidade crítica do movimento reformador protestante, em sua interpretação em relação aos vários aspectos religiosos, que estavam vinculados ao poder temporal da Igreja Católica, ao romper o dique do domínio da autoridade de tipo religioso colocam em marcha um poderoso movimento de individualização, cujas conseqüências se traduziram como uma certa "laicização": um certo desinvestimento do "sagrado", de uma certa autonomização dessa esfera em relação às demais esferas da vida social e econômica.

A constituição de uma esfera religiosa e moral, distinta e independente de todos os aspectos da vida cotidiana e principalmente da vida econômica, figuraria, assim, como a grande realização do raciocínio ocidental em relação a outros racionalismos culturais específicos. O efeito de tal processo, "o seu produto mais acabado" aduz Souza (1998, p.02) é "o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade onde vive. Esse indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos como modernidade ocidental, como mercado capitalista, democracia, ciência experimental, filosofia, arte moderna, etc."

Numa outra perspectiva, a análise marxista relativamente à compreensão do caráter de "desnudamento sistemático" assumido pela Modernidade, base de uma intensa produção de

crítica social e de reflexividade, estaria vinculado mais às contradições implicadas no processo de produção capitalista, que, ao exigir a reunião dos agentes explorados do trabalho e ao intensificar a percepção dos mesmos do processo de exploração, viabiliza o desvelamento de um certo real social. Uma diferença fundamental marcaria, portanto, o modo de relação entre os indivíduos e coletividades, para com a "instituição da sociedade" no interior do Capitalismo, quando comparamos com a relação estabelecida pelos sujeitos sociais e instituições sociais das sociedades o que lhe antecederam, marcadas por estratificações "menos contraditórias" do que as atuais, sob o formato das classes sociais próprias do capitalismo (Castoriadis, 1986, p. 186).

A sociedade aparece, assim, como uma totalidade dilacerada, pela luta de classes, caracterizando uma situação sem precedentes, na qual não existe a previsão de que qualquer uma das instituições sociais possa se colocar a salvo das críticas e da força da opinião pública. Nessa perspectiva, se de um modo geral, para o marxismo, a luta de classes se constituiria no "motor da História" - metáfora alusiva ao caráter dinâmico dos conflitos que historicamente opuseram entre si os grupos sociais de interesses contraditoriamente posicionados no interior do sistema produtivo – com a ordem de explicitação de tais conflitos tornada possível pela Modernidade, esse dinamismo se encontraria intensificado através do escancaramento, a céu aberto, dessa contradição.

Discutindo a questão, do modo de ser acelerado e crítico da Modernidade, na análise institucional da época, proposta por Giddens (1991, pp.58,59) ele vai distinguir três fontes dominantes do seu dinamismo, vinculadas organicamente umas às outras. Desse modo, para ele, o dinamismo da modernidade está associado:

1 - À separação entre tempo e espaço - a condição do distanciamento tempo espaço de escopo indefinido; ela propicia meios de zoneamento precisos temporal e espacial.

2 - Ao desenvolvimento de mecanismos de desencaixe - que retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais.

3 - À apropriação reflexiva do conhecimento - a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição.

O dinamismo da modernidade estaria derivado da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espacial preciso da vida social, do "desencaixe dos sistemas sociais" (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço) e da "ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais" à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento, afetando as ações de indivíduos e grupos (Giddens, 1991, p.25).

Utilizando-se desse recurso analítico, nomeado como “*os mecanismos de desencaixe*”, ele vai propor um modelo de análise que pode ser bastante útil para pensarmos a questão do dinamismo de um modo mais operacional. Dessa maneira os mecanismos de desencaixe seriam assim representados: *Fichas simbólicas e sistemas peritos envolvem confiança*, enquanto distinta de crença baseada em conhecimento indutivo fraco. A *confiança* opera em ambientes de risco, nos quais podem ser obtidos níveis variáveis de segurança (proteção contra perigos). A relação entre confiança e desencaixe permanece abstrata aqui. Temos que investigar, posteriormente, como confiança, risco, segurança e perigo se articulam em condições de Modernidade. Temos também que considerar circunstâncias nas quais a confiança falta e como situações de ausência de confiança podem ser melhor compreendidas. E sobretudo, o modo como esses elementos impactam a percepção e a subjetividade dos sujeitos sociais, marcando-os com certas certezas e certas inquietações, que estão na base da existência dos saberes que lhes fazem continente.

Isto posto, para ilustrar formas de tratamento possível da tensão permanente entre naturalização e reflexividade crítica que caracterizam a experiência social da Modernidade, poderíamos pensar que o processo de produção das “ciências” tal como foi por ela inaugurado, como uma empresa de conhecimento que lhe é específica historicamente, seria a expressão consciente do esforço, no qual, as duas tendências contraditórias encontram-se dialeticamente presentes de forma imbricada. Portanto, em algum grau, em todos os processos de construção teórica empreendidos nas mais diversas áreas do conhecimento – e, sobretudo, nas ciências humanas pelas razões já explicitadas - encontraremos uma diferenciação relativa à presença do ímpeto reflexivo e dos efeitos naturalizadores. Aí o que caracterizaria como especial o caso da Psicologia, e o que justificaria tomá-la como elemento particular de análise relacionando-a com a Modernidade ?

Vários são os aspectos, gerais e particulares, que fazem parecer adequado o recurso à utilização da Modernidade como um referencial analítico-institucional, para problematizar o modo de ser da presença social da Psicologia como área de conhecimento e como prática social. Em primeiro lugar, as vinculações da emergência da Psicologia com a construção histórica do individualismo que têm na Modernidade o ápice do seu desabrochar.

Como enunciamos rapidamente no primeiro capítulo, a intensa valorização do individualismo, como uma das características fundamentais da experiência social da Modernidade, representa o leito que torna possível a existência das disciplinas derivadas do campo dos saberes e práticas médico-psicológicas, tal como é o caso da Psicologia. Por outro lado, a força e a intensificação de uma relação naturalística dos fatos que constituem o campo dos fenômenos psicológicos, se encontra profundamente vinculada com a potência naturalizadora de uma outra instituição, que, posta na condição de um dos fundamentos basilares da experiência social moderna, encontra-se consubstanciada no “fato-idéia-valor” do indivíduo.

Centrado nos pilares da igualdade e da liberdade, idéias cardinais no ordenamento da cultura moderna do ocidente, o indivíduo será elevado à condição de um valor sagrado, que se encontrará impresso no correspondente ordenamento político institucional singular que caracteriza a expressão Estado, assumido como nosso modelo de sociedade política. Para Dumont (1997), o Ocidente num largo e cuidadoso percurso logrou o improvável: a *edificação* de um *edifício* onde os tijolos são mais importantes do que os espaços que a sua junção ou acoplamento produz.

De acordo com sua análise, o indivíduo, que é parte elementar da sociedade, foi progressivamente se destacando da totalidade social que lhe oferece continente, até que nas sociedades modernas foi alçado o lugar de valor supremo desta sociedade. E é por essa condição singular, em que o individualismo apresenta-se absolutamente naturalizado e consagrado, desde as mais consensuais e importantes instituições políticas até os meandros da experiência subjetiva de cada sujeito empírico integrante da sociedade, que, Dumont (1997, p51), concebe o individualismo como uma espécie de ideologia fundamental, a ideologia-mãe dessa sociedade. Ou, como ele a denomina; “a ideologia da Modernidade” ou mais simplesmente “a ideologia moderna”.

O que ele busca evidenciar é que o domínio radical de tal ideologia, cujo percurso histórico ele, cuidadosamente, trata de reconstruir, remontando-o às próprias origens do cristianismo, oblitera a percepção da hierarquia como um outro princípio fundamental do funcionamento social, colocando-se como um obstáculo epistemológico à construção de uma teoria mais adequada do funcionamento social. A presença desse princípio é operante e estruturante das relações sociais, tanto de culturas não-européias, como o caso da Índia, por ele estudado, quanto no caso do funcionamento da cultura ocidental, apesar do caráter fundamentalmente recalcado da sua presença. Segundo ele, existiria em nossa sociedade, tão profundamente individualista-igualitária, uma verdadeira aversão pela hierarquia, como se estivéssemos diante de um tema tabu ou de uma censura caracterizada.

Definindo a oposição hierárquica como uma relação do tipo englobante-englobado ou de uma relação entre o conjunto e o elemento, Dumont faz saltar aos olhos a evidência do caráter artificioso da distinção “fato/valor”; “ser/dever ser”, que caracteriza o pensamento moderno desde Kant. Resulta disso a aparente impossibilidade, no campo da cultura e da ciência moderna, de tratar do “valor” e do “ser”, remetidos ambos a um campo relativista, onde não se podem estabelecer primazias entre eles, já que, qualquer consenso sobre valores pressuporia necessariamente uma hierarquização, colocando-se um como superior ao outro, situação essa que seria, desde o seu ponto de vista, inadmissível e insuportável para o nosso igualitarismo ocidental.

Acerca da força e do poder da configuração ideológica individualista, na conformação da percepção social sobre a pessoa moderna, Dumont (1997), chama ainda a atenção para o fato de que a mesma se estende, como referência, não apenas sobre as idéias e valores das pessoas comuns, mas que produz um forte efeito, inclusive sobre o campo científico e intelectual. A profundidade e a força social da presença dessa ideologia moderna - o individualismo - seria, segundo ele, responsável pela produção de uma “apercepção sociológica” relativamente à presença e a significação dos elementos hierárquicos, que inevitavelmente se incluem entre os elementos de estruturação da sociedade, sendo, deste modo, “denegados”. Tal situação o leva a formular que a idéia-valor do individualismo ocidental, vem a se constituir, portanto, como um verdadeiro obstáculo epistemológico ao reconhecimento do caráter complexo das situações que envolvem a presença da hierarquia como um elemento presente nos processos de formação de opinião e de consensos sociais, nas situações que envolvem valores.

Responsável pela produção de uma das mais “profundas, radicais e articulada relativização da noção moderna da pessoa” (Duarte, 1986), a caminhada de Dumont neste debate, ao problematizar o obstáculo epistemológico, constituído pela “deformação” societária implicada na negação da hierarquia em benefício do individualismo igualitarista, evidencia a presença de um impedimento político para um relacionamento respeitoso e

compreensivo da cultura ocidental com as culturas não ocidentais nas quais as sociedades encontram-se estruturadas a partir de outros valores.⁵⁹

A denegação da presença da hierarquia nas sociedades modernas, se constituiria num sério problema, na medida em que, sendo a mesma constitutiva da experiência social, a sua presença acabará por se impor, apesar da sua negação, através das formas escamoteadas e contrabandeadas, representadas pelas vias perversas da estratificação e do racismo. Ao mesmo tempo, Dumont (1985, p253) ressalta também, que tal bloqueio da hierarquia, coloca uma outra questão fundamental para a análise das relações do Ocidente com outras culturas não-ocidentais: “como podemos construir uma passagem entre a nossa ideologia moderna que separa valores e “fatos” e as outras ideologias onde os valores estão ‘imbricados’ na concepção do mundo?”.

Se de fato, como supõe Dumont (1985, p27) a própria comparação entre as diferentes culturas nacionais da Europa é reveladora de notáveis diferenças na expressão da ideologia moderna (i.e. o individualismo) produzindo variantes, tais como a inglesa, a francesa e a alemã, é justo se esperar que, em relação aos países e sociedades periféricas tais diferenciações apresentem um espectro mais largo. Por outro lado, ao apontar tais limites, Dumont nos abre uma perspectiva para pensarmos a questão das características do processo de expansão do projeto de modernização ocidental e seus impactos sobre os processos de construção social da pessoa nos países periféricos, aí incluído o Brasil.

Mas, antes de passarmos à tematização das expressões particulares que podem ser assumidas pela expressão da Modernidade nos países periféricos – com o interesse e a intenção de refletirmos acerca dos processos da modernização brasileira – ainda será necessário que examinemos outras das características da Modernidade que apresentam

⁵⁹ *As relações de alteridade culturais entre distintas culturas, não incluíram, necessariamente, relações de intolerância ou racismo. Ver por ex., discussão em Sodré (1999, p122) acerca das relações de interação intercultural pacíficas e produtivas, entre árabes, portugueses e judeus no contexto do patrimonialismo ibérico no século XVII.*

potenciais referências para a problematização dos modos de apresentação da Psicologia como ciência e profissão. Insistindo no tema da reflexividade crítica como categoria coadjuvante do modo de ser do Moderno, analisaremos o modo pelo qual a questão da “autoconsciência epocal” pode ser manejada como um operador analítico no interior dos discursos disciplinares que se produzem como expressão da Modernidade.

Autoconsciência epocal como uma exigência do Moderno

Dentre as variadas dimensões através das quais se pode analisar a questão da produção da consciência crítica no interior da experiência da Modernidade, o tema da “autoconsciência epocal” se destaca como uma condição fundamental da expressão do Moderno. O Moderno, para ser moderno, precisa se saber moderno. A consciência epocal do moderno traz, como imperativo, a necessidade da autoconscientização de sua condição moderna.

Aos discursos que se produzem no interior da modernidade como discursos do moderno, está colocada a exigência de que incluam em si mesmos; de que eles contenham em si, uma quase dimensão, de tipo meta discursiva, em que se explicita, reflexivamente, a sua consciência de um pertencimento à nova era histórica e singular: a era do novo permanentemente novo, a era da instabilidade, a era da “crise” como permanência. Ou seja, a consciência de ser um discurso que é resultante de uma época, a Modernidade - que se constitui como condição possibilitadora de sua enunciação – ao mesmo tempo em que é ampliada e tornada possível por ele.

Habermas, preocupado em localizar a inscrição do discurso filosófico no interior da Modernidade, vai atribuir a Hegel a inauguração do discurso filosófico moderno. (Habermas, 2000), por entender que nele se fazem presentes os elementos de autoconsciência epocal. Elementos que, ao mesmo tempo em que fundam, alimentam, refletem e expandem um conjunto mais amplo de elementos que caracterizam a condição moderna.

“Uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si. Por isso, faz parte da consciência histórica da modernidade a delimitação entre o “tempo mais recente” e a “época moderna”: o presente como História contemporânea desfruta de uma posição de destaque dentro do horizonte da época moderna..” (Habermas, 2000, p.11).

Na esteira de tal fundação filosófica, a Modernidade haverá também de se expressar, através de uma certa proliferação discursiva instauradora de leituras interpretativas da realidade, constituídas sob a ótica da modernidade, entre os quais elas se incluem, desse campo denominado genericamente como sendo o “das ciências humanas”. Desse modo, os saberes disciplinares tais como a História, a Sociologia, a Economia, a Antropologia, mais do que discursos possibilitados pela Modernidade, são, ao seu modo, discursos instauradores do regime da modernidade e do seu espraiamento como forma de consciência, de interpretação e de intervenção na realidade social.

Formas racionalizadas de interpretação da realidade, que, ao mesmo tempo em que fundam analiticamente, pela via da decomposição dimensional, os âmbitos específicos, os recortes interpretativos de suas facetas, estabelecem as regras, oferecem os signos para a sua compreensão como tal. Como comenta Waizbort (1999), aludindo especificamente à condição da Sociologia como uma das mais poderosas semantizadoras do moderno: “toda a Sociologia poderia ser interpretada sob o viés de um discurso sobre o moderno, isto é, semantizações várias, múltiplas, variadas, divergentes do moderno”. Da História, da Economia, da Administração, dentre outros discursos eminentemente modernos, talvez pudéssemos dizer o mesmo.

De um modo geral, podemos pensar que a enunciação destes discursos, agora fundados no valor razão, e produzidos a partir de processos nela derivados, representam em si mesmos, uma forma de crítica às representações anteriormente existentes e que recobriam, de

um outro modo, as esferas da experiência social e de construção do mundo, tal como ele existia para os pré-modernos. Portanto, muito para além de uma renomeação envolvendo um efeito meramente semântico, os discursos disciplinares produzidos a partir da vocação racionalizadora da Modernidade envolvem, em si mesmos, uma recriação do mundo. Nessa perspectiva, portanto, tal condição deveria lhes bastar para garantir-lhes legitimamente a denominação de modernos. Nesse caso, o Moderno seria aquilo que resulta do moderno e que colabora para a criação ou retroalimentação do Moderno. E assim teríamos, em primeira instância, um assinalamento de igualdade, associando ao moderno a noção de crítica, o que não estaria de todo incorreto, mas não seria o bastante.

O tema da autoconsciência epocal - que representa uma das expressões possíveis da temática mais ampla da *reflexividade* - aparentemente exigiria das discursividades, um algo mais, no que tange ao seu relacionamento com os modos da crítica. Para a vigência do moderno, a presença imperativa da consciência epocal deve implicar, para essas discursividades, uma consciência que seja crítica, não apenas em relação às formas e representações da realidade vigentes na sua antecedência, mas que incluam no campo da crítica as suas próprias representações ou as metodologias através das quais elas se produzem. Mas, a autoconsciência epocal, ainda vai, certamente, mais além do que satisfazer a exigência da simples sujeição das “verdades” disciplinares produzidas, aos desígnios metodológicos, ou da sujeição destes às epistemologias, tal como preconiza, por exemplo, o projeto básico das ciências, tomado como a expressão sistêmica do projeto moderno para o conhecimento.

A questão fundamental, da autoconsciência epocal, radica numa presença operativa, no interior das discursividades, de um sentimento de pertença a uma época movediça e instabilizadora; a uma época que tem na crise o seu signo principal, como um elemento inarredável da identidade ontológica da experiência social, que é própria da mesma. Deriva de tal condição instável, uma incomensurabilidade e uma intradutibilidade radicais da vida social, que, permanentemente, se constitui como obstáculo intransponível para as ambições totalizadoras de quaisquer discursos. A irredutibilidade do dinamismo do social, em todos os seus aspectos, opera como indicador da impossibilidade real de se tomar a redução pela coisa, instabilizando e relativizando a força e o poder dos discursos disciplinares diante da realidade

instável, à qual eles pretendem referir-se, medir ou traduzir.

O modo e a intensidade, através dos quais, cada disciplina toma consciência e propõe o enfrentamento desse limite e o vincula ao um estado sempre presentificado das coisas, define a força da presença, no interior da mesma, da crítica teórica e da teoria crítica, estabelecendo, a partir dessa condição reflexiva, o seu status de mais ou menos “moderna propriamente dito”.

Portanto, podemos buscar, na história de cada disciplina, os registros e as marcas dos esforços reflexivos, reconstituindo uma trajetória da aprofundização da “condição moderna” em cada uma delas. Os autores, as teorias, a institucionalização de agendas de debates internos, as correntes organizadas de pensamento e a sua força editorial, as pautas de investigações, definições de objetos de estudos, tudo isso pode nos guiar para evidenciar a presença e a força de uma crítica disciplinar, epocalmente referida.

Todavia, não apenas no âmbito interno do fazer das disciplinas essa percepção pode ser estabelecida. Ela pode ser também reconhecida de forma prática, através da presença do transbordamento social dos seus signos e sua imbricação com a vida. O caso do uso social corrente, por exemplo, da noção de “crise econômica” e de suas implicações interpretativas e comportamentais no contexto das relações sociais, parece ser muito eloqüente para traduzir alguns desses efeitos da consciência epocal disciplinar.

No entanto, para além daqueles aspectos vinculados às particularidades da trajetória de cada uma das disciplinas, o tensionamento epocal opera e se faz presente de modos diferenciados entre as variadas disciplinas modernas, a partir, principalmente, do reconhecimento que elas fazem de si próprias, como esforços de racionalização de alguma dimensão da vida social e dos limites que isto significa, particularmente nessa época.

Ainda que não seja o único critério, o modo através do qual as disciplinas definem os seus objetos, e o quanto tais definições implicam ou pressupõe a imposição de um relacionamento com a questão dos desafios da epocalidade moderna, deve ser tomado como uma referência na análise das suas afiliações com o projeto da Modernidade. Desse modo, as disciplinas podem ser consideradas “modernas” em graus diferenciados, e isso não apenas em função da condição de sua emergência mais precoce ou mais tardia, no interior do desenvolvimento da Modernidade.

Decorre daí, o raciocínio de que as disciplinas que emergem da Modernidade podem ser “desigualmente” modernas, a partir da intensificação da presença da autoconsciência epocal como um dos seus elementos constitutivos fortes. E nos inspira a interrogação acerca dos modos de ser das vinculações da Psicologia para com o projeto Moderno. Não que, para nós, parem quaisquer dúvidas acerca da legitimidade da sua inscrição orgânica como disciplina moderna. Antes, pelo contrário, ao que tudo indica, a emergência disciplinar da Psicologia, exemplifica soberbamente, uma articulação entre aspectos fundamentais da experiência social da modernidade, prenes de ressonâncias epistemológicas e a instituição de novos campos discursivos de saber e, posteriormente, de prática social.

Entretanto, enquanto que, para as disciplinas como as citadas anteriormente, que focalizam como seus objetos aspectos das dinâmicas sociais, essa questão da reflexividade se impõe pelo debate gerado a partir do caráter controverso da própria cena social, estimulando e conduzindo à crítica ativa, num outro pólo, as disciplinas fundadoras de um tipo de conhecimento que tem o seu foco na afirmação das individualidades - em oposição à própria noção de sociedade - fomentariam um outro tipo de *reflexividade*, cuja marca principal não será o desvelamento, mas o encobrimento ideológico, pela via da especularidade. Neste caso, “no mundo da reflexividade desenvolvida, em que a interrogação das formas sociais se torna um lugar comum” (Giddens, Beck et Lasch, 1995, p.9) os tipos de saberes se encontrariam na contra mão da modernidade. E o seu papel seria exatamente o de fomentar os novos artigos de crença, reiteradores da produção dos individualismos, colocados à disposição do mercado

como recursos para o enfrentamento das profundas incertezas e sentimento de risco que marcaria o novo estágio da experiência da modernidade.

Como comenta Beck (1995), nessa nova conjuntura contemporânea da “alta modernidade” ou da “modernidade reflexiva”, as fontes de significação coletivas e específicas de grupo (por exemplo, consciência de classe ou crença no progresso) na cultura da sociedade industrial estão sofrendo de exaustão, desintegração e desencantamento, sobrecarregando os significados do indivíduo:

“Estas fontes deram apoio às democracias e às sociedades econômicas ocidentais no decorrer do século XX e sua perda conduz à imposição de todo esforço de definição sobre os indivíduos; é isso que significa o conceito do “processo de individualização”. Mas agora a individualização tem um significado muito diferente. Para Georg Simmel, Emile Durkheim e Max Weber, que teoricamente moldaram este processo e o esclareceram em vários estágios no início do século XX, a diferença está no fato de que atualmente as pessoas não estão sendo “libertadas” das certezas feudais e religiosas transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global. Espera-se que elas convivam com uma ampla variedade de riscos globais e pessoais diferentes e mutuamente contraditórios... E mesmo eu {self} não é mais o eu inequívoco, mas tornou-se fragmentado em discursos fragmentados do eu” (Beck, 1995, p.18).

Um bom exemplo do desconcerto e da ausência de crítica destes novos especialistas da individualidade, surgidos na Modernidade como uma espécie de decorrência diante dos novos quadros de incerteza, em relação às suas origens e motivações da sua existência, pode ser obtida quando analisamos um aspecto interessante, no caso da invenção e proliferação da profissão de psicólogo no nosso país. Correndo risco de uma passada muito larga podemos pensar que os modos através dos quais os psicólogos referenciam este seu abrupto surgimento como profissão, revelam dificuldades em termos de uma compreensão crítica acerca do modo da sua pertinência epocal, como provocadora do seu engendramento.

Enquanto examinávamos, no curso desta pesquisa, um vasto e diverso material, fomos nos dando conta da presença constante de um certo argumento relativo a essa questão, que emerge em várias circunstâncias e se manifesta nas vozes dos mais variados tipos de atores envolvidos com essa ciência e profissão. Como uma espécie de “sintoma” da tal condição, entre os historiadores da Psicologia, teóricos e pesquisadores; entre suas organizações corporativas e, inclusive, no senso comum dos profissionais que a praticam, é muito comum que encontremos a presença de uma reiterada menção a uma certa situação de “juventude” que caracteriza a existência da Psicologia. E, inevitavelmente, essa noção emerge como um elemento forte para a explicação ou compreensão de suas vicissitudes.

De natureza quase sindrômica, através da freqüente alusão à “juventude” da disciplina, modo geral estes discursos pretendem estar se referindo ao caráter relativamente recente da presença autônoma da mesma e/ou do reconhecimento da Psicologia como ciência; do estado “infante” em que se encontra a sua versão como “tecnologia aplicada” - através da qual ela busca instituir-se como profissão; ao modo de ser “tenro”, das suas raízes sociais, posto que pequeno teria sido o tempo que se cumpriu da sua existência, para que a ela fosse dada maior credibilidade, espaço ou reconhecimento na sociedade.

Ainda que tal percepção acerca da juventude disciplinar da Psicologia possa encontrar algum tipo de amparo factual, na apreciação da realidade cronológica dessa disciplina – restaria definir quais seriam as referências comparativas - tanto no item temporalidade, quanto no item maturidade - que deveriam ser adotadas como parâmetros, - tanto para o desenvolvimento de uma ciência, quanto, no caso específico, para a geração de efeitos tecnológicos que tornem possível a sua conversão em uma prática social de tipo profissional - o que mais chama a nossa atenção é a forma que tal percepção assume, e, de como ela é manejada de um modo plural, como um importante discurso argumento, no interior dos discursos.

Afinal de contas, o que representaria efetivamente, do ponto de vista histórico e cronológico, a condição recém centenária da ciência psicológica – no caso assumindo o datamento que convencionou associar como marco do surgimento da Psicologia científica a criação do laboratório de Wundt em 1879 (Hilgard et alli, 1998, p399; Soares, 1979). Qual seria o significado real de cem anos de história oficial do desenvolvimento de uma disciplina científica, seja do ponto de vista das gerações dos seus instituidores, seja do ponto de vista do seu espraiamento social ou dos efeitos concretos e práticos da sua presença ?

Do mesmo modo podemos nos perguntar, pelo significado deles, pouco mais de cinqüenta anos decorridos, em que vem se generalizando a difusão de uma certa conformação, de um conjunto de práticas sociais não muito homogêneas, desenvolvidas e ofertadas sob a forma de serviços, pelos psicólogos: Quais seriam as conseqüências e efeitos da condição cronológica, no que tange a apreciação que tais sujeitos fazem da mesma, sobretudo no que se refere à justeza da sua percepção acerca da sua condição de uma ciência jovem?

“Como todo psicólogo sabe, a Psicologia é uma ciência relativamente nova. Como disciplina de base empírica, uma *Naturwissenschaften*, tem apenas um século de existência, de tal modo, porque deveria alguém – e particularmente psicólogos envolvidos na pesquisa empírica e na construção de teorias – preocupar-se em estudar a história da Psicologia? (Wertheimer, 1998, p21)”.

Esses textos, que abrem o texto “Pesquisa Histórica: por quê?”, publicado numa recente coletânea⁶⁰ editada no Brasil, são bastante eloqüentes na tradução, dos embaraços experimentados pelos psicólogos quando se trata de enfrentar a questão do passado de sua

⁶⁰ Publicado no livro “*Historiografia da Psicologia Moderna*” de Brozek et Massimi, 1998, que permite uma constatação do estado da arte dessa área. Nela os esforços brasileiros estão colocados ao lado do exame das principais tendências e abordagens metodológicas, que se expressam mundialmente. Segundo um dos seus autores, apenas nos últimos 30 anos, o campo da história da Psicologia tem logrado ser reconhecido como relevante, ensejando investigações significativas.

disciplina. Aparentemente, o passado aparece, quase sempre, pensado como muito próximo do presente, ainda tão atual, tão fresco, que supostamente não inspiraria maiores esforços ou investimentos na direção de investigá-lo, ou melhor, conhecê-lo.

Mais do que fazer uma discussão catequética acerca da importância da ciência histórica e dos benefícios que a disciplina psicológica poderia colher dela - caso os seus integrantes se mostrassem mais animados em assumir essa tarefa - tal como faz, por exemplo, o autor do texto que citamos no parágrafo anterior, o que queremos ressaltar é a evidência de que, talvez, tal situação esteja colocada como um incômodo, como uma dificuldade, ou talvez mesmo como um certo obstáculo epistemológico que limita a possibilidade dos sujeitos em apreciar adequadamente o panorama em que se inscreve a sua disciplina.

Não raramente o argumento da juventude da Psicologia é utilizado como uma espécie de lamento, que reflete uma certa ansiedade ou uma insatisfação dos seus agentes, em relação ao atual estágio do desenvolvimento da disciplina e ao seu, supostamente, curto tempo de existência.

Na maior parte das vezes, mais do que uma mera constatação relativa ao tempo social que se cumpriu na sua existência – uma reflexão histórica, portanto - ele reflete um olhar avaliador que mira e exalta certas potencialidades virtuais que ela deveria vir a cumprir, mas que ainda não se encontram hoje ainda desabrochadas, supostamente por falta de tempo cronológico suficiente para que todas as suas revelações se façam:

“A Psicologia como profissão de presença relativamente recente entre nós, padece de diversas e graves limitações. Procurando se afirmar numa sociedade ainda não sensibilizada para os complexos problemas de relacionamento implícitos no desenvolvimento industrial selvagem e na urbanização caótica, os psicólogos são obrigados a se defrontarem com um

mercado de trabalho muito aquém das suas possibilidades de realização” (Drawin, 1978, Boletim Informativo/CFP).

Já em outras ocasiões, parece-nos que esse mesmo argumento pretende estabelecer um elemento prévio em sua defesa. A sua breve existência deve justificas as suas limitações. Na busca de que, em relação a ela, seja leve a mão da crítica e se estabeleça uma postura geral de indulgência para com as suas muitas lacunas, para com as suas obscuridades, os seus equívocos ou para as eventuais faltas graves que se registrem no seu percurso. Sobretudo em relação aos limites de suas capacidades de intervenção tecnológica. Afinal a Psicologia é tão jovem, dizem os psicólogos. Então, por consequência, é necessário que se tenha paciência com ela, complementa-se o raciocínio:

“Como profissão relativamente jovem (a sua legalização no Brasil data de 1962) a Psicologia como tal, ainda não se implantou com foros de aceitação tranqüila. Ainda se levantam interrogações sobre o que é o psicólogo, o que ele faz, que clientela é a sua, etc. Cabe a todos que são ligados a essa categoria: professores, profissionais, estudantes, pesquisadores, teóricos e práticos, cada qual em sua área e na sua medida, trabalharem para que se estenda e aprofunde o bom conceito da Psicologia profissional, para que a sua ciência e seu ofício sejam aceitos pelo público em geral e confiados pela sua clientela” (Editorial, Boletim Informativo/CFP, nº05, 1978).

Assim, de um modo geral poderíamos dizer que, na medida em que o passado não parece caucionar e oferecer sustentação sólida a essa presença recente da Psicologia, a ênfase da questão temporal tende, na percepção daqueles que estão diretamente envolvidos com a sua instituição, a se encontrar fortemente deslocada para as expectativas do futuro:

“A Psicologia é a profissão do futuro!”; dizem em algumas ocasiões, em suas rodas sociais, os psicólogos. Como se, através desse tipo de expressão, eles estivessem estabelecendo, ao mesmo tempo, uma constatação das reais possibilidades teóricas e técnicas da sua disciplina, um vaticínio ou aposta num futuro mais grandioso para a mesma, uma justificativa para as eventuais limitações apresentadas no presente ou, ainda, um consolo para um reconhecimento social que lhes parece insuficiente no presente. “Neste panorama, os problemas do presente e os que vislumbramos para um futuro próximo, impõe à Psicologia tarefas cada vez maiores e mais desafiadoras; disso decorre a imperativa necessidade de reflexão sobre o seu significado e sua responsabilidade na construção do devir histórico...” (Antunes, 1999, p09).

Numa outra perspectiva essa “juventude” da Psicologia também pode ser responsabilizada pela fragilidade do futuro que para ela se desenha, como marcado pelas incertezas, pela falta de uma direção clara no seu desenvolvimento, que ficaria assim à mercê de outros aspectos, sobre os quais ela não tem controle. Um bom exemplo disso pode ser percebido num artigo produzido por um grupo de pesquisadores, sob encomenda do Conselho Federal de Psicologia, no qual eles analisam as variáveis que influem no aparecimento/desaparecimento de áreas específicas de atuação profissional, procedimentos e práticas empregadas, bem como na adoção, reformulação e abandono de modelos, teorias e práticas diversas (sic), onde novamente assistimos aparecer o argumento da idade da Psicologia, como condicionando o estágio atual e das próprias direções, ou falta dela, assumidas no do desenvolvimento da Psicologia, tanto como ciência, quanto como profissão. Dizem os autores:

“em profissões e ciências muito novas, como é o caso da Psicologia, as alterações decorrentes da influência destas variáveis, por vezes podem ocorrer de forma muito rápida, sem suporte em evolução científica, e até mesmo sem um atentar mais específico sobre a sua necessidade social. Modismos e outros *ismos* podem se instalar sem o devido cuidado, e com

maior facilidade, quando não se registram áreas de saber e de fazer adequadamente consolidados... Como profissão relativamente nova, muito do seu saber ainda está se consolidando no nível da ciência e isto influi no seu fazer. Também há muitas divergências de dados, de teorias, de modelos, insuficientemente pesquisados, mas que interferem no quadro aqui referido. Suas próprias bases científicas estão em formação. Isso deve ser antes estímulo para redefinições de ações que de angústias, comodismo ou mesmo frustração para o profissional da ativa que deve estar apto a fazer sínteses críticas, reformulações constantes com a realidade onde atua.” (Witter et alli, 1998, pp162,163).

Juventude e liberdades histórico-epistemológicas

De todo modo, tal como o percebemos, a reiterada presença dessa temática e da preocupação dos psicólogos em relação à “juventude” da sua disciplina, poderia ser interpretada como uma espécie de um sintoma das dificuldades que estão colocadas para que os sujeitos estabeleçam uma apreciação crítica do contexto ou época histórica em que estão inseridos, bem como seria indicativa da presença de uma questão ainda não devidamente formulada, que diz respeito aos efeitos e as influências das percepções e interpretações que os agentes fazem da história de sua disciplina e da influência das mesmas, nas atitudes e expectativas que eles estabelecem em relação a elas.

Essa questão dos embaraços provocados pelas características da temporalidade de existência da Psicologia não deveria, entretanto, ser remetida estritamente a um acerto de contas da mesma com os balizamentos disciplinares da ciência histórica, eles mesmos bastante relativizáveis.

Sem dúvidas, os limites temporais da existência de qualquer entidade social encontram-se definidos de uma forma relativa, que toma como parâmetro de comparação o modo de ser de outras entidades congêneres. Além do mais, efetivamente, mesmo no contexto acelerado da contemporaneidade, a marca de um século ou meio século de existência, quando aplicada à institucionalização de um certo campo de práticas sociais, com efeito, produz a sensação de estarmos diante de algo recente. E, efetivamente, uma das recomendações preliminares dos estudos históricos diz exatamente respeito à dificuldade de apreciação dos fatos recentes, em função dos limites para o estabelecimento de um adequado patamar de observação e análise.

Marcados ainda pelas paixões do calor do momento e/ou pelos efeitos da presença dos atores que deles participaram, a juventude dos acontecimentos converte-se geralmente num obstáculo que torna difícil a sua adequada apreciação. Desse modo, não seria de se estranhar o embaraço dos psicólogos ao lidarem com a condição recente da instituição da presença social da sua disciplina e da sua profissão. Tampouco também, devem se fazer estranhas essas excitações, reveladas nos esforços, ainda embrionários, de edificação de uma história da Psicologia.

Mas, para além de uma crítica epistemológica das perspectivas e concepções históricas que se presentificam entre os estudiosos da Psicologia, nos seus esforços de compreensão e registro dos desenvolvimentos de sua disciplina, o que queremos introduzir na oportunidade como uma reflexão relevante, é a própria questão das filiações e das vinculações da Psicologia com a complexa experiência social da Modernidade, apontando para algumas das suas características contraditórias. Afinal, a despeito de ser organicamente moderna, os modos de produção de reflexividade no campo disciplinar da Psicologia, ao se voltarem para a naturalização do indivíduo e da sua interioridade, obliteram a percepção dos efeitos culturais, políticos e ideológicos produzidos a partir da sua própria presença.

A questão da Modernidade à brasileira,
subjetividade e psicologização.

A última metade do século tem marcado o país por um intensivo processo de transformações modernizadoras que afetou praticamente todas as esferas da sociedade, alterando as configurações da indústria, do comércio, da agricultura, da organização urbana, do sistema de comunicações, da vida cultural, etc. Tal ordem de transformações vai incidir também, de modo igualmente intenso, sobre os valores sociais, sobre o comportamento, sobre a instituição familiar, sobre as concepções educacionais, alterando os modos de subjetivação vigentes e estabelecendo novos padrões para os relacionamentos afetivos e sexuais, para a convivência social, dinâmica profissional, num reposicionamento do lugar do sujeito em relação aos grupos sociais aos quais ele se vinculará.

Apesar do seu caráter vertiginoso e da desigual distribuição de efeitos, notadamente no que tange ao estrato social e ao posicionamento dos sujeitos/grupos em relação à condição de centro/periferia, as mudanças processadas são percebidas e remetidas, de um modo geral a um lugar de positividade, como resultantes de um processo de modernização, que, numa corrida contra o tempo, estaria a nos levar da condição negativa do “atraso” para a condição de sermos finalmente uma sociedade “moderna”.

Hoje, passadas pouco mais de cinco décadas de alguns dos fatos mais marcantes e instauradores do dinamismo modernizador, as relações entre as suas dinâmicas e os seus efeitos modificadores sobre o comportamento social e cultural, tendem a se tornar menos visíveis na medida em que nos afastamos daqueles eventos identificados como elementos de ruptura e de corte, em relação ao nosso passado agrário e tradicional. Tal situação que, diga-se de passagem, parece estar absolutamente consoante ao próprio espírito que funda e especifica a experiência social da Modernidade - ou seja, a incorporação de uma disposição sucessória temporal na qual o presente esta sempre a se superar numa vertiginosa produção material e simbólica que recria incessantemente a própria cultura – coloca obstáculos à percepção e à

investigação dos elementos que respondem pela configuração da “pessoa moderna” que vai se construindo entre nós brasileiros. Sobretudo por tornar, de certo modo apagado, o caráter híbrido de sua construção, denegando as dimensões arcaicas que coexistem na sua conformação e composição.

Por outro lado, é inegável o papel desempenhado, ao longo desse período, pelas teorias, tecnologias e discursos psicologizantes no fornecimento de referências para a modelagem de um ideal do sujeito social moderno. As disciplinas marcadas pelo radical “psi”, que, não coincidentemente, se institucionalizaram de forma vigorosa no país, nesse mesmo espaço de tempo, vão ter um papel destacado, sobretudo nos segmentos letrados da sociedade, como um elemento de organização da percepção social sobre o que é ser moderno, tanto do ponto de vista da performance social dos indivíduos, quanto dos grupos.

Os processos de difusão cultural de tais idéias e valores “psi”, através dos especialistas, da mídia, da escola, da família, etc. produzem esse importante efeito cultural que tem sido denominado como a “cultura psicológica”. A retomada da investigação acerca dos processos de modernização social da pessoa na sociedade brasileira contemporânea deve, portanto, levar em conta essa influência, ao mesmo tempo em que deve também, dirigir a sua atenção para a presença dos elementos de “tradicionalidade” que evocam certos modos de ser pessoa, pré-existentes ou anteriores a intensificação dos processos modernizadores.

Se, efetivamente, como apontam os teóricos importantes que abordam o tema da Modernidade – (Giddens, Beck, Lasch, 1995) - uma das suas características mais importantes e fundamentais encontra-se depositada exatamente na dimensão da “reflexividade” – progressivamente intensificada no seu decorrer, até alcançar o seu auge atual - poderíamos concluir, a julgar pelo incremento contemporâneo da temática como objeto de interesse acadêmico das ciências sociais brasileiras, que estamos, a cada dia, a um passo a mais de nos, tornarmos - como nação - definitivamente modernos.

Numa primeira impressão, pode nos surpreender a presença destacada e a força argumentativa, crescentes em importância, nas teses e publicações recentes, de uma referência às vicissitudes locais da Modernidade, como um elemento analítico fundamental para a apreensão e compreensão das relações sociais, tal como elas se estabelecem entre nós⁶¹. Nesse caso, esse incremento das reflexões sobre a Modernidade, como um elemento forte da nossa experiência social, que se impõe nas nossas análises sobre os vários aspectos da realidade brasileira, seria denotativo de que ela já se faz presente, com mais força, entre nós.

De fato, poderíamos pensar que, empurrados por uma “pós-modernidade” que nos avassala “desde fora”, se colocaria como uma urgência para a nossa teoria social, a realização de uma espécie de acerto de contas geral, com um conjunto de implicações e ressonâncias de uma certa “modernidade”, apenas suspeitosamente - de modo “inconcluso”, “insuficiente”, ou “anomalamente” – realizada entre nós.

Mas, este tipo de argumentação, que toma a urgência da produção intelectual como resultante da pressão derivada da percepção evolutiva demarcadora de uma “nova” etapa social sucedânea - a pós-modernidade, como se essa fosse supostamente uma superação social da etapa antecedente – justiça seja feita, também pode ser utilizada para explicar o próprio desenvolvimento que o tema tem obtido nos países centrais, como exemplifica a produção dos citados autores.

A força impulsionadora das principais fontes teóricas e seus intérpretes na filosofia social, que, desde os principais centros intelectuais mundiais, tem produzido importantes esquemas analíticos sobre o tema da Modernidade, com óbvias e decisivas ressonâncias para o nosso pensamento local, também extrai, de certo modo, o seu vigor dessa estratégia demarcatória. Assim sendo a proposição teórica da pós-modernidade, mais do que uma

⁶¹ Entre outros poderíamos citar Avritzer e Domingues, 2000; Martins, J. 2000; Mattos, M., 2000; Souza, J., 2000, De Lorenzo e Costa 1998; Domingues, 1999.

ultrapassagem epocal, significaria uma provocação a certos acertos de contas, para com o debate sobre os modos de ser da própria modernidade.

Projetando a Modernidade como um “estágio” de desenvolvimento já superado, torna-se possível ampliar o domínio, ao menos discursivo, sobre ela. Mas isso, certamente, não elide o importante elemento diferencial colocado entre nós e eles. Pois, se ali, a partir da realidade dos países centrais, o debruçar elucidativo tem como foco uma abundância, uma superação ou uma ultrapassagem, aqui os nossos esforços debatem-se com as insuficiências, com as limitações e hibridismos, de uma Modernidade que figura mais como uma promessa ou um ideal que nos soa como não realizado.

No entanto, nesse caso, igualmente, as aparências enganam. Uma análise mais detida da presença do tema da Modernidade e, sobretudo, do seu derivativo modernização, nos indica uma persistente presença da temática ao longo da nossa história social e cultural com importantes reflexos no campo da produção intelectual. Longe de se configurar com um modismo do presente, ou mera influência dos autores e filósofos da hora, a forte recorrência e a insistência da questão estabelecida pela presença, singularmente ambígua, dos ideais da modernidade, da sua interpretação e do seu desenvolvimento entre nós - seja no plano do pensamento, seja no plano das instituições - confere à mesma um caráter constitutivo, situando-a como um dos pilares centrais em torno do qual se instituiu, desde o século passado, todo o pensamento social nacional.

Sem pretender percorrer toda a trajetória – que se coloca fora do escopo deste trabalho – talvez fosse interessante e importante para situar o lugar e os modos de expressão do tema, resgatarmos aqui apenas algumas referências mínimas que expressam tal situação e afirmam essa orientação em busca da modernidade e da modernização que nos caracteriza desde sempre.

Assim temos como referência inaugural o fato de que, durante todo o processo de colonização e durante o curto regime imperial, se fez presente na lábil consciência nacional o domínio de uma desvairada - porque sempre inatingível - pretensão de se fazer realizar, simplesmente na colônia, uma civilização aos modos e à imagem e semelhança da metrópole. A experiência civilizatória européia, que para aqui se trasladou, transformada no contato com o quadro natural diverso e pela incorporação do relacionamento com os nativos e negros importados para o regime escravocrata, sempre esteve, aos olhos destes e daqueles, colocada como um simulacro, uma representação “defeituosa” daquilo que ela deveria ser. A Europa e a experiência social que lá se produzia, era, em todos os aspectos, tomada não apenas como uma referência, mas com um modelo e como um ideal.

Os novos ares que assolam o continente europeu, nos fins do século XVIII, revolucionando desde os mais simples hábitos e costumes até as suas instituições políticas só fazem aprofundar o fosso que separa a nossa experiência local dos novos ideais civilizatórios que se estabelecem no além mar. Do ponto de vista político institucional, o próprio advento da República brasileira pode ser considerado como inserido numa colheita que é originada no sentimento de um profundo descompasso nacional em relação a um processo de “recolonização” (que melhor caracterizaremos logo à frente) econômico, social e cultural, que o advento da Modernidade européia passa a propor e exigir das suas antigas periferias coloniais.

Descompasso, desacerto, inadimplência ou simplesmente atraso passam, desde então, a constituir-se os principais referentes, afetivos e cognitivos, balizadores das nossas relações com a Modernidade, estabelecida como ideal. O sentimento de incapacidade para atingi-lo e a inferioridade decorrente da condição de minoridade social, marcariam fortemente com suas presenças os debates nacionais em que essa questão manteve-se acesa. Para se referir à presença de tais sentimentos Souza (2000) nos fala de uma importante tradição de interpretação do Brasil, que envolve uma significativa produção de diversos autores importantes tais como Raimundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Roberto da Matta, entre outros, em torno da construção daquilo que ele denomina como sendo uma “*Sociologia da*

inautenticidade” que enfatiza a forte presença de um “imaginário nacional” acerca da inadequação da nossa relação com a Modernidade e tenta produzir explicações para tal.

A utilidade no uso dessa noção de “recolonização”⁶² para indicar aquela segunda leva de descompasso com a experiência européia é o de assinalar aqui, uma ênfase num elemento diferencial que, ao nosso ver, marca o processo de identificação das diferentes civilizações derivadas, sobretudo as latino-americanas, para com as alteridades representadas pelas matrizes européias, a partir da consolidação no interior das mesmas, da experiência social complexa. De tal modo, se convencionou denominar como “a experiência da modernidade”: esse conjunto social amplo, simbólico e material, que perpassa desde o plano do pensamento até os mais variados aspectos dos costumes e das práticas sociais concretas, organizados em torno da centralidade do valor social de uma abertura radical ao progresso e ao novo.

Se antes, essa identificação encontrava sólidas e rígidas referências identificatórias, consubstanciadas num conjunto de instituições em relação às quais essas sociedades periféricas reproduziam-se como um simulacro - grotesco muitas vezes é verdade, mas, de todo modo, por mais que deformado, sempre a elas de algum modo referido – agora, o foco da identificação deve dirigir-se exatamente a um novo conjunto, que rompe com as instituições tradicionais e que, além de cambiante, faz do próprio câmbio o seu valor fundamental. Dessa perspectiva, aprofunda-se, para tais grupos, o abismo a separar, nesse instante, como uma quase impossibilidade, os regimes da experiência social de populações que antes podiam estabelecer, de algum modo e a partir de alguma ordem de comparabilidade - seja pela afirmatividade ou pela negação - os elementos de suas identidades.

⁶² O processo de produção da Modernidade como um novo patamar da experiência social das metrópoles européias colonizadoras, implicou profundas reestruturações institucionais, valorativas e comportamentais no interior da vida das mesmas e ao ser “exportado” para a vida das colônias, vai exigir-lhes novos movimentos de acomodação e reacomodações em relação à experiência social que ali se produzia, gerando novas “versões” híbridas da experiência social local que combinam o velho e novo europeu, com o velho e o novo, da, já híbrida experiência de recriação da Europa nesses países coloniais...o efeito principal dessa condição é a experiência da alienação colonial, onde o valor da experiência esta sempre colocado como fora : uma externalidade inatingível que desvaloriza a experiência cultural autóctone ou própria dessas nações .

A conseqüência direta da mudança de referenciais é a produção progressiva de um distanciamento entre a experiência social vivida cotidianamente pelo conjunto social mais amplo dos povos habitantes das nações européias e das populações das antigas colônias, independentemente das suas classes sociais de origem, no encontro de grupos sociais oriundos de extratos sociais semelhantes, possibilitados pelos processos migratórios que marcaram a “importação” pelo Brasil, de mão de obra, branca e européia, nos fins do século XIX.

Também nos interessa nessa idéia de “recolonização” ou da existência de uma “segunda onda” de colonização européia que “recoloniza”, em termos dos valores da Modernidade, as instituições das antigas colônias, a possibilidade de intensificar a percepção do caráter fortemente “aculturador”⁶³ assumido, a partir do tipo de diferenciação que vai se produzindo entre as experiências sociais, pela disseminação, nessas periferias, daqueles valores, idéias, instituições e costumes culturais, que, gestados no interior dos processos de constituição dessa Modernidade, agora já “européia-americana”, são, a partir de um certo momento e de certo modo, “importados” por sociedades marcadas outros registros sociais e culturais, ainda que derivados, de algum modo, daqueles originadores, e que, ao seu modo, os adaptam às suas circunstancialidades.

Descartada toda pretensão essencializadora, é lícito considerarmos que os elementos que conferem autenticidade à experiência da Modernidade européia encontram-se imediatamente derivados de uma confluência dos aspectos originais e unicamente decorrentes das especificidades da sua experiência social. A sucessão dos eventos históricos que estão na origem da sua produção, portanto, nascem dos desenvolvimentos que lhes são próprios, tanto do ponto de vista das objetividades materiais (econômicas, políticas, institucionais) quanto das subjetividades sociais (ideologias, valores, comportamentos) que ressoam como uma espécie de efeito daquelas. Portanto, quando trasladadas para outras latitudes marcadas por

⁶³ *Justificamos o uso do termo aculturação, como um modelo de relacionamento entre “projetos culturais” estabelecidos e hegemônicos e outros “projetos culturais” que igualmente buscam se estabelecer, mesmo que, no caso não estejamos lidando exatamente com “grupos de indivíduos de culturas diferentes (que) entram em contacto contínuo e direto e das mudanças que se produzem dentro dos padrões (pattern) culturais originais de um ou dos dois grupos” Cf. Bastide, R. p36/1979 - Antropologia Aplicada. Desse modo podemos pensar que a revolução francesa, por exemplo, foi extremamente aculturadora para os franceses em relação a toda uma tradição aristocrática vigente.*

outro tipo de experiência, as produções da Modernidade não carregam junto com elas, aquelas objetividades e subjetividades que responderam originalmente pela sua geração, perdendo o seu elemento de “organicidade originária”. Desse modo, elas vão se incluir como uma espécie de “exportação dos efeitos” que, obviamente, não vai poder fazer se acompanhar pela “exportação das causas”.

A recepção dos “pacotes de experiência” por parte das sociedades dos países periféricos guarda, portanto, sempre alguma característica de um processo de aculturação alienante, através do qual esses conteúdos deverão ser processados e assimilados, não em sua integralidade, mas como uma espécie de “recriação”, que deve conjugá-las com as compreensões que são próprias e orgânicas à experiência social que lhe é específica.

Mas o que queremos destacar agora, é o fato de que esse tipo de processo responde por importantes efeitos na subjetividade social das sociedades receptoras. sobretudo, nos aspectos relativos à constituição das suas identidades. Por outro lado, é sabido o fato de que tais sociedades não representam “totalidades homogêneas” e que no seu interior, o modo de relação com as “identidades”, vai variar de acordo com as diferentes posições sociais e culturais dos indivíduos e grupos, bem como dos seus interesses, que se expressam em projetos e movimentos. A modernização de uma sociedade qualquer, tem que ser exergada, portanto, sempre a partir dos projetos e dos movimentos das diversas subjetividades coletivas que para ela contribuem.

Na seqüência vamos examinar duas vertentes possíveis que podem contribuir para a compreensão da emergência da “psicologização” no interior da sociedade brasileira, que, mantendo alguns elementos em comum, têm na amplitude da crítica que fazem à própria idéia de Modernidade como instituição, o seu grande diferencial. No primeiro caso, numa perspectiva mais sociológica e analítico-institucional é a Modernidade – as exigências que ela faz – que são tomados como um recurso analítico e no segundo caso, assumindo uma vertente

mais antropológica vão ser mais enfocadas as dinâmicas individualizantes como efeitos da Modernidade

Como comenta Domingues (1999) - um dos autores dessa nova leva de cientistas sociais que tem se esforçado para incluir o tema da Modernidade como uma referência analítica para se pensar a realidade nacional - se a modernização é mais ou menos ampla e mais ou menos socialmente democrática é algo que depende, portanto, da presença desses projetos e movimentos. Basta assinalar que, embora haja grande escopo de variação em suas formas específicas de se concretizar, bem como em termos de sua combinação com tradições prévias, o processo que nos interessa implica, sobretudo o estabelecimento das tradições da modernidade — isto é, suas instituições (seus padrões de interação social e da sociedade com a natureza) e formas de consciência (Domingues, 1999). Nesse sentido, “desenvolvimento” seria, então, uma forma particular de modernização, caracterizada por uma mudança profunda das estruturas produtivas do país, de sua estrutura de classes, e pela democratização política e social, com a incorporação das massas à nação, acompanhada de transformações no próprio cenário internacional da dependência brasileira. Tal conceito não leva em consideração, entretanto, a questão das formas de consciência e os processos de produção das subjetividades sociais que se relacionam com essas experiências.

Por conseguinte, essa noção de subjetividade, que se inaugura com Descartes e Hobbes, inclui, necessariamente, dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se auto-conhecer e definir (exemplarmente traduzidos no “penso, logo existo”), de um lado, e a capacidade de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas volições, influenciando, então, sobre o mundo de forma ativa. Resta acrescentar que essas volições seriam derivadas de seu auto-conhecimento (do saber de seus interesses) racionalmente alcançado.

Se num primeiro momento o indivíduo surge como o dado primordial, a seguir o Estado encarnaria a outra face da mesma moeda. Fosse como expressão de um pacto entre os cidadãos, como representante da vontade geral ou como entidade superior e primordial capaz

de emprestar sentido à própria sociedade, o Estado foi pensado também em termos do modelo de subjetividade originalmente atribuído ao indivíduo burguês: centrado, transparente e racional, capaz de ação concertada e transformadora (ainda que amiúde direcionada para a conservação do *status quo*). Ele se apresentava, por isso, como a subjetividade coletiva fundamental do pensamento burguês, em princípio, inclusive, excluindo quaisquer outras (classes, associações, sindicatos etc.) que se interpusessem entre ele e o mercado e o mundo privado dos indivíduos (Domingues, 1999).

Para que possamos começar a pensar a questão, é mister observar que — embora o Brasil não seja, de modo algum, um país marcado por rupturas em sua história, e que tampouco sua modernização, em termos de desenvolvimento, tenha corrido em um leito harmonizador das diversas dimensões de sua vida social, ocorrido, outrossim, de modo “desigual e combinado” e extremamente excludente — a passagem do Brasil para a civilização moderna.

As instituições da modernidade, a “ordem competitiva”, o capitalismo, o Estado racional-legal (ainda que mesclado ao neopatrimonialismo), as formas de consciência individualistas e utilitárias, a família nuclear, uma forte crença no progresso prevalecem largamente na sociedade brasileira contemporânea. Modernização significa, agora, não romper com o tradicional, mas sim renovar, de uma forma ou de outra, a modernidade, seja democrática, seja autoritariamente, trate-se de modo dogmático — buscando o aprofundamento de suas instituições pura e simplesmente — ou encare-se de modo aberto e reflexivo, com o questionamento de seus valores e padrões de relacionamento social (Domingues, 1999).

A modernidade brasileira, em seus desenvolvimentos recentes, tem sido impulsionada por processos poderosos de “desencaixe” dos sujeitos de laços mais firmes e estáveis, inclusive, hoje, em termos da estruturação subjetiva de indivíduos e coletividades como trabalhadores; processos de individualização se acentuam, a família muda, a posição da

mulher se altera; uma “democratização” social, ligada a essa individualização, e ao menos a reivindicação de cidadania avançam; a economia sente a demanda a um funcionamento mais flexível e eficiente nos próprios processos produtivos; a multiplicação do consumo coloca para os sujeitos uma multiplicidade crescente de opções, desde, é claro, que façam parte daqueles em condições mínimas de a elas terem acesso. Ou seja, a existência individual se faz potencialmente mais aberta.

Mas, a exemplo do que ocorre com a inserção do Brasil na ordem capitalista globalizada, parece que o desdobrar da modernidade brasileira contemporânea — isto é, os projetos, comportamentos e conseqüências não intencionais do movimento dos sujeitos que a tecem — tem buscado exclusivamente em algumas dimensões, ainda que mais parcialmente em outras, aprofundar as instituições modernas. Para Martins (2000, p.19) a Modernidade não está apenas nem principalmente na coleção dos signos do Moderno que atravessam de diferentes modos a vida de todos nós. Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade e do novo. As grandes cidades brasileiras estão cheias de sinais das anomalias da modernidade.

A vida cotidiana se transforma, em face dos obstáculos à modernização, progressivamente dominada por condutas, gestos, mentalidade em que o hibridismo cultural se faz presente: nos modos de vestir, de comer, mas também no uso do carro mesmo pela classe média e pelos ricos. Não raro, modernos automóveis são dirigidos como se os motoristas estivessem montados em cavalo chucro, sem nenhuma consideração pelo que é, sem dúvida, um dos ingredientes da modernidade: as regras e leis do trânsito. Como se o "animal de cada um fizesse suas próprias regras". Martins (2000, p.42).

Para Domingues (1999), também, entre nós, os efeitos de instabilidade provocados por uma Modernidade que tudo dissolve no ar fazem-se sentir, demandando cada vez mais da capacidade reflexiva dos atores que, costuma ser uma característica fundamental da espécie humana, face ao redemoinho moderno, que adquire ainda maior destaque. Porém, a

reflexividade tem sido utilizada para enfrentar aqueles desencaixes de modo que tende a se auto-cancelar: buscando-se reconstruir identidades modernas tradicionais, por meio das quais o reencaixe dos sujeitos se realize em termos do reforço das instituições e formas de consciência tradicionais da modernidade.

Com isso, novas formas de organizar a vida coletiva e individual tendem a ser descartadas e desresponsabiliza-se a reflexividade de atuar criativamente. Ao contrário, a reflexividade acaba por tentar jogar papel conservador, defendendo a modernidade dos impasses por ela mesma gerados. Deste modo, garante-se instituições e formas de consciência, oferecendo-se paz de espírito aos sujeitos, que nelas encontram um escoadouro para as ansiedades que a instabilidade da identidade pode engendrar. Se essa é uma solução que efetivamente funcionará no longo prazo, é algo que ainda precisaremos examinar no futuro, se bem que tensões provavelmente venham a se acumular se persistirmos nessa direção.

Uma perspectiva antropológica

Essa discussão sobre modernização brasileira e subjetividade foi utilizada, de forma inaugural, para explicar o crescimento do campo psicológico por Sérvulo Figueira, que foi o primeiro a atentar para esse tipo de fenômeno e propor uma teoria que explicasse o fenômeno da intensa difusão da Psicanálise no Brasil. Figueira desenvolveu um paralelo entre, de um lado, a mudança e a modernização no interior da família e, de outro, a mudança e a modernização da sociedade, partindo da noção de “desmapeamento”. Figueira procurou caracterizar o “desmapeamento” como perda de certos “mapas” a partir de mudanças no regime de funcionamento da família. O “mapa” trata-se de uma “metáfora que se refere a um conjunto de regras, procedimentos, experiências físicas, emocionais que é lícito atualizar em tais circunstâncias” (Figueira, 1978).

Para ele, as mudanças no interior da família brasileira, que já vinham ocorrendo de forma paulatina no decorrer do século XX, intensificaram-se, principalmente a partir da década de 1960, período que coincide, exatamente, como já vimos, com a eclosão da profissão de psicólogo em nosso país. Nesse quadro ele destaca vários aspectos, entre os quais uma ênfase na condição da mulher, que teve o papel profundamente alterado no seio da família. Ela conquistou direitos e passou a inserir-se cada vez mais no mercado de trabalho. Além das mudanças nos costumes, também seu próprio status legal foi alterado, passando a gozar formalmente de igualdade perante o homem. Com a possibilidade do divórcio, tornam-se mais freqüentes as famílias monoparentais. Todas essas mudanças produzem uma nova configuração da experiência social brasileira, numa perspectiva da sua abertura, em relação aos modos de funcionamento anteriores reconhecidos como “fechados” ou “tradicionalis”.

Seguindo-se a linha de Figueira, seria principalmente, essa modernização da família que estaria relacionada com a modernização da própria sociedade. Por outro lado, a expansão dos meios de comunicação de massa, o desenvolvimento tecnológico, que trouxe uma série de facilidades à vida doméstica, em especial nos grandes centros urbanos, também se incluíam entre os fatores que contribuem para com o aprofundamento dessas transformações. Modernização estava portanto profundamente associada à idéia de desorganização social. Não se pode esquecer, também, que o processo de modernização é acompanhado de aumento das desigualdades sociais e concentração de renda, o que traz às famílias a necessidade de aumentar suas fontes de sustento.

Na seqüência, Figueira procurou caracterizar essa desorganização vivida na sociedade, mas expressa sobretudo na família, por via da teoria do “desmapeamento”. Como comenta Russo(1993), traduzindo essa hipótese de : “O desmapeamento, ao mesmo em que é produzido pela medicalização e “pedagogização” da família (as técnicas disciplinares de Foucault), produz uma demanda de mapeamento que essas mesmas técnicas, entre elas a psicanálise, vêm responder.” (Russo, 1993, p32). Desse modo, coerente com a discussão que estamos realizando, Figueira também percebe a intensa difusão da Psicanálise – que pode ser pensada como a matriz *avant gard* de toda a intensificação do psicologismos que se segue depois – como um dos elementos derivados dos processos de modernização. Seria, nessa

hipótese, a existência de uma “demanda” social de “orientação” dirigida aos saberes e práticas médico-psicológicos, com o seu potencial disciplinar, o grande mote para que os mesmos encontrassem a acolhida que passaram a ter. De certa forma um raciocínio marcado por uma linear compreensão entre o processo de produção das demandas como geradoras das ofertas, ao qual escapa, por exemplo a vocação catequética dos mesmos, sempre se insinuando na busca da geração da demanda do seu consumo⁶⁴.

Na seqüência da evolução teórica do seu trabalho, como bem aponta Russo(1993), no debate que empreende com as hipótese desse autor, a questão da esfera da subjetividade vai aparecer destacada pela via da inclusão da questão do “individualismo” como condição de uma ponte entre o contexto social, situado principalmente no âmbito das transformações da família, e a esfera da experiência subjetiva particular. Observa-se justamente uma perda de parâmetros. A sociedade capitalista e consumista tende a tornar o indivíduo irresistivelmente individualista, mas desorientando-os em relação ao modo de relação com as referências anteriormente consagradas pela tradição, o que os faria buscar algum porto seguro, para viver o seu individualismo, um lócus onde possam compreender o que se passa e consigam se reorganizar, se mapear. Uma dessas válvulas de escape seria a Psicanálise. Como observa a autora, sumariando o entendimento proposto por Figueira:

“a modernização leva á individualização dos sujeitos envolvidos no processo. A psicanálise e as demais práticas “psi”, se por um lado têm no universo individualista seu “habitat natural”, por outro, segundo a análise de Figueira, transformam-se em verdadeiros estilos de vida quando têm que dar conta dos percalços da individualização (e, portanto, da modernização) em lugares como o Brasil, em que o “moderno” e o “arcaico” convivem, se sobrepõe se contradizem e se complementam, tudo isso ao mesmo tempo”(Russo,1993.p37)

⁶⁴ Conforme esperamos ter deixado bastante claro no primeiro capítulo desse trabalho.

Assim, como vimos trabalhando até o presente momento, ficam ressaltadas as relações entre processos de profundas mudanças sociais e a produção “inquietações subjetivas”. “Em lugares como o Brasil, em que ocorre uma "mudança social acelerada", os sujeitos lançam mão de uma modernidade reativa, como reação ou solução para o desmapeamento”. (Russo,1993,p.36). Contrastando as explicações proposta por Figueira, Russo (1993) interroga sobre as duas idéias-chave que sustentam a argumentação de Figueira : seria, efetivamente o “desmapeamento” provocado pela "mudança social acelerada" ? E como segunda questão : será que efetivamente a "dimensão da subjetividade é mais resistente à mudança do que a dimensão sócio-cultural" e portanto razão dos descompassos, que esse autor advoga ?.

Para a autora, que examina, inicialmente, o modo como Figueira caracteriza a "dimensão sócio-cultural" e utiliza a sua concepção de modernização - para, em seguida, demonstrar que tal dimensão está longe de ser pouco resistente à mudança - o problema das formulações desse autor, estaria na falta de uma definição clara e rigorosa do que vem a ser exatamente essa "dimensão sócio-cultural" que ele propõe. Assim "a dimensão sócio-cultural (que inclui o mundo dos objetos produzidos) pareceria ser menos resistente à mudança do que a dimensão da subjetividade". O que a faz concluir que o autor parece reduzir a dimensão sócio-cultural ao "mundo dos objetos produzidos", isto é, ao seu aspecto puramente morfossociológico, ao que ela contradita :

“Mesmo que a redução pudesse ser feita, e que fosse intenção do autor pensar a modernização brasileira unicamente desse ponto de vista, percebe-se que não se trata de um processo tão unívoco e desprovido de contradições assim. Isto é, mesmo o "mundo dos objetos produzidos" pode ser bastante resistente à mudança, se o considerarmos em toda a sua complexidade e extensão. Na verdade, a análise de Figueira parece desconsiderar a dimensão cultural propriamente dita, isto é, a estruturação simbólica de uma determinada sociedade. Parafraçando o autor, diria que sua análise se detém no plano mais visível da dimensão sócio-cultural, deixando de lado seus aspectos invisíveis. Eles, quando são levados em

conta, deixam entrever toda a complexidade do processo de modernização "á brasileira".

Convocando o debate, a contribuição de Dumont (1997), acerca da questão do individualismo, Russo (op. cit.) revela que a sua intenção no debate com Figueira, seria evidenciar, que a discussão da teoria do mapeamento " longe de revelar pouca resistência à mudança e de adotar rapidamente os traços da modernidade, o que Figueira chama de plano sócio-cultural, se vê enredado entre o antigo e o novo desde os tempos coloniais. É como se fosse possível falar de um "desmapeamento cultural" (1993,p.51). Contrapondo-se, Russo (1993, p. 38) propõe uma hipótese alternativa para explicar o surgimento e a expansão de uma cultura psicológica, baseada não na idéia de uma "mudança social acelerada", mas de uma "mobilidade social acelerada".

De certo modo ela vai trabalhar com a hipótese de que sociedades modernizadas, são mais abertas e com maior grau de liberdade, possibilitando que os "indivíduos" trafeguem com maior mobilidade pelas malhas da teia social, e com a idéia de que esses deslocamentos de *locus ou de ethos*, como ela prefere, são geradores de importantes ressonâncias comportamentais, sobretudo quando isso implica em deslocamentos de classe social. Não sem motivo Russo vai concentrar sua indagação na questão das possíveis relações existentes entre a mobilidade social da geração parental, o comportamento "vanguardista" (ou pelo menos contestador) dos filhos e a efervescência da "cultura psicológica"(Russo,1993,p.55) produzida nos anos setenta. Toma o comportamento "vanguardista" e contestador dos filhos como um dos elementos mais emblemáticos dos anos 60 e 70,no qual, para a autora a chave da explicação .estaria na necessidade desses filhos em produzirem uma diferenciação cultural em relação à experiência dos seus pais, possibilidade que estaria reservada, sobretudo, aos setores de classe média, nos quais a geração parental havia realizado a ascensão social, no período de modernização econômica, dos anos dourados.

Russo observa que a "ascensão social dos pais coloca alguns problemas para os sujeitos envolvidos, a saber: a percepção de que ascender socialmente é algo que ultrapassa o puro nível financeiro e que envolve algo que se poderia chamar de estilo" (p. 55) e apoiando-se em Bourdieu (1974) comentador de Weber, vai discutir as relações entre grupos de status, afirmando que "os grupos de status se definem menos por um *ter* do que por um *ser* irreduzível a seu *ter*, menos pela posse pura e simples de bens do que uma certa maneira de usar estes bens"... (p.56). Assim, se os pais deram ênfase ao "ter", chegava a vez de os filhos procurarem o "ser". Muitos dos pais desta geração ou foram educados segundo esquemas muito rígidos e possuíam cultura conservadora, ou então possuíam um status cultural bastante rudimentar. Ao ascenderem socialmente e melhorarem seu padrão de vida, procuraram dar "o melhor" para a educação dos filhos. Os filhos, por sua vez, buscaram construir um estilo de vida dissociado daquele de seus pais e acabam enfrentando problemas em sua construção.

A partir deste ponto de vista Russo (1923, p.56), vai formular a sua hipótese explicativa do processo de psicologização, centrando-se na questão das referências simbólicas do processo : "É a questão, relativa a uma diferenciação propriamente simbólica - que Bourdieu chama distinção e que diz respeito a uma estilização de vida - que se coloca para uma segunda geração de segmentos médios em processo de ascensão social. Trata-se de um problema, porque o sujeito, filho de pais que "subiram" (ou "sobem") na vida, tem a possibilidade de perceber que falta algo nesse processo. Algo que, à maneira da "falta" psicanalítica, lhe é impossível obter. Falta-lhe, exatamente, a qualidade de alguém cuja trajetória não lhe foi ascendente. Alguém que já nasceu assim - que se define não por um *ter*, mas por um *ser*. É nessa falha, tão estrutural quanto estruturante que, segundo meu ponto de vista, uma "cultura psicológica" encontra solo fértil para se desenvolver." (p. 56).

À Guisa de Conclusão

É chegada a hora de concluir... Ainda que, efetivamente, o edifício não esteja acabado e a construção ainda se mostre com todos os seus andaimes aparentes. Os ritmos do trabalho acadêmico e o processo de produção do conhecimento não se encontraram, necessariamente, em sincronia nesse caso. E o sujeito epistêmico não logrou domínio pleno, que faz submeter o objetivo da investigação, o domestica e o entrega à simples verificação. É a ambição que mata o Leão...!. É a pretensão, expressa no amplo universo a ser abarcado, que traí e limita, não por simples orgulho ou mera vaidade, mas pelo tamanho da inquietação que nutria, de modo subterrâneo, a pergunta.

De tal percurso, entretanto, será possível deduzir com maior clareza agora, algo das intenções que surdamente operaram como motivações, para que tal caminhada tenha sido empreendida. Pela démarche é possível deduzir a interrogação originária que presidiu a busca. Torná-la mais clara também se constitui, por si mesmo, num efeito de conhecimento. Esclarecê-la, contribui com o dever de concluir. Outro aspecto importante é a possibilidade de reconhecer, nesse quase final de etapa, quais foram os sujeitos aos quais esteve dirigida a minha interlocução. De certo modo, parar para concluir, ajuda a perceber que o desejo de articular a condição militante com uma prática intelectual iluminadora, fez com que os meus interlocutores – os sujeitos aos quais me dirigi prioritariamente – fossem os colegas que são também agentes políticos no interior de uma corporação e mais, secundariamente, as versões dos profissionais anônimos, meus colegas, que são alvo das intenções dos primeiros.

A preocupação que orientou esse trabalho – e que ao seu início não era tão evidente – esteve relacionada com a questão do status das práticas corporativas no interior da sociedade. Práticas que me dizem respeito pessoalmente, me interpelam acerca das suas justificativas.

Assim, esse trabalho seria um primeiro esforço de responder a uma interrogação sobre as possibilidades de que essa área de práticas sociais, reunidas sobre a rubrica das “práticas corporativas”, seja iluminada, por um movimento reflexivo, que amplie, de forma problematizadora, a sua racionalidade.

De certa forma, é sobre a possibilidade da existência de relações corporativas ou um “corporativismo” mais moderno, porque mais reflexivo e mais racionalista, que nós nos perguntávamos. Será possível a existência de uma prática corporativa mais “iluminista” em seu modo de relação com os seus objetivos? Será possível superar o véu da mera reprodução ideológica, que normalmente envolve essas práticas, pela via da ampliação da incidência de uma reflexão nacional sobre as mesmas? Caso positivo, quais seriam as ferramentas do pensamento que poderiam contribuir para que isso possa se produzir? O papel jogado pela iluminação do conhecimento como elemento de estratégia da política, seria o seu referente filosófico mais amplo.

Não se trata evidentemente de propor que alguma perspectiva, porque fundada num efeito de maior racionalidade, tenha precedência sobre a vida concreta dos sujeitos, e, função disso, venha ser prescrita como imposição para o funcionamento da realidade. Os modos de funcionamento da realidade estão prenhes de motivações pragmáticas que sustentam os edifícios institucionais da cultura, com lógicas que parecem suficientemente boas e úteis para os que nele residem e se amparam.

Entretanto, o que nos mobiliza para essa perspectiva teórica é a convicção de que o recurso da boa razão ainda permanece com uma das únicas chances para a produção de acordos visando a construção de um mundo que seja ético e no interior do qual os desconfortos evitáveis assim o sejam, e que, os inevitáveis se distribuam entre todos os sujeitos, de modo mais equânime possível. O campo das relações corporativas, modo geral, encontra-se estruturado como espaço de valores, crenças e práticas sócias, atitético desse pensamento. Marcado pela distinção, pela hierarquia, pela busca dos privilégios e vantagens

para uma pequena parte da sociedade, a disposição corporativa aparece justificada racionalmente pelos indivíduos e fundamentada justamente pela prerrogativa de uma relação especial com os saberes racionalizados.

O que se buscou nesse trabalho, e que talvez faça parte da sua estranheza, foi uma reunião de referências do pensamento, que pudessem contribuir para a elucidação do caráter histórico, contingente, e, portanto relativo, das instituições naturalizadas que são os nossos objetos de crença. A nossa perspectiva foi, portanto, francamente analítico-institucional, ainda que nos encontremos nesse momento final completamente embaraçados com o caráter trôpego das demonstrações que fomos capazes de realizar. De certo modo, o afã de estabelecer a possibilidade do pensamento foi mais efetiva do que a capacidade de registrá-lo e, principalmente, de aplicá-lo demonstrativamente.

Nesse caso específico, tratou-se de examinar os artigos de crença que sustentam as práticas e discursos institucionais do grupo de psicólogos em torno da condição “profissão”. E investigar o modo como, desde aí, esse grupo estrutura um conjunto de referências que são orientadoras da sua presença e ação no mundo. Assim, trabalhamos sobre quatro referências que nos pareçam fundamentais para essa tarefa: em primeiro lugar, retomamos a investigação – que parcialmente já havíamos feito visita na dissertação de Mestrado – sobre o processo histórico da produção dos saberes e práticas médico-psicológicos, como condição de possibilidade de existência da corporação, com ênfase para essa dimensão resultante, que é a profissionalização pericial, como forma de sua expressão concreta na sociedade.

Para tal análise reputamos originalidade: não dos conteúdos, mas da percepção. Mais do que acompanhar as metamorfoses operadas historicamente, em torno dos objetos que polarizam estes saberes e práticas, estivemos atentos à solidariedade existente entre as condições sociais que os possibilitam; os efeitos de reiteração exercida pela presença dos mesmos em relação a essas, e a forma de sua expressão através da profissionalização.

Num segundo gesto, buscamos submeter a uma crítica exaustiva o conceito de profissão, elucidando a sua gênese histórica e examinando os pressupostos racionais que sustentam contemporaneamente a sua presença. Apesar da força institucional exibida pelo conceito, e, talvez exatamente por isso, quisemos enfatizar a força da sua condição naturalizada, evidenciando os seus modos de operação, sobretudo no terreno da produção da ideologia do profissionalismo e dos cúmplices de interação entre os que as integram. Aqui, no caso nós estamos reconhecendo, aprofundando e aplicando a vocação original de todas as sociologias, em sua condição de “semantizadoras” do moderno: ampliação da racionalização e da reflexividade.

A questão é de como “relatar para o mundo”, desses resultados colhidos pela elucidação sociológica, na medida em que o mundo, por seus motivos, nem sempre está interessado. Mas existem os que se interessam. Como pode constar, trabalhar com as categorias produzidas no interior da “sociologia das profissões” pode provocar uma grande transformação na percepção que os sujeitos fazem acerca da sua condição de ser um profissional de alguma corporação, ou na suspeição possível em torno dos objetivos de uma dada corporação. O tema da ideologia e seu desvelamento ganha aqui ressonâncias práticas.

No terceiro movimento, intentamos incluir nessa pauta o tema complexo e sofisticado da Modernidade como um operador analítico-institucional, que pode contribuir na ampliação dos modos de compreender a nossa experiência social contemporânea. Como conclusão, penso que refletir sobre a Modernidade – uma proposição que beira por si mesma a redundância – significa levar o seu projeto e vocação às últimas conseqüências. A compreensão da questão relativa às características da “época moderna”, e seus efeitos sociais, são elementos indispensáveis para a compreensão da presença dos saberes e práticas médico-psicológicas, como uma espécie de efeito derivativo da mesma, e, ao mesmo tempo, (e bem ao gosto desses saberes) da sua condição de ser um sintoma da mesma.

Afinal, a instauração do reino da instabilidade, das incertezas e da radical relativização de todas as instituições da cultura se constitui num efeito cultural magnífico do Ocidente, do qual, entretanto, não temos certeza se devemos nos orgulhar. Mas, de todo modo, temos que nos haver cotidianamente com os seus efeitos e responder de forma práticas na arquitetura das nossas instituições, seja enquanto externalidade ou internalização.

Por fim, num quarto momento, nos pareceu submeter a exame, as circunstâncias particulares da sociedade brasileira, que marcada por tantas contradições, ofereceu substrato para um florescimento de tal magnitude de institucionalização da profissão de psicólogo. Fato esse que incide na vida de milhares de sujeitos, e, indiretamente, na vida de milhões que são, de algum modo, tocados por essa condição ou por seus signos significados ou práticas. O que implica, necessariamente, em considerar os três primeiros aspectos citados, em sua incidência local, com a miríade de rebatimentos. O papel destes saberes na constituição dessa realidade local, se não superestimado, deve ser levado em consideração. O modo como essa realidade se relaciona com eles também.

De certo modo o que temos nessa tese, com todos os problemas de desenvolvimento e aprofundamento que sabemos que fazem parte dela, é uma busca de que a constituição da presença dos psicólogos como corporação e sua presença enquanto tal, na sociedade brasileira, sejam tomados como um problema e como um objeto de investigação. Talvez não tenhamos conseguido aqui, muito mais do que passar do primeiro ato, que é o de estabelecer nesse fato, a existência efetiva de um problema complexo e de grande potencialidade para a elucidação de aspectos relativamente importantes à vida social do nosso país. Pensamos que a nossa maior dificuldade pessoal, nesse empreendimento, situa-se no fato de que os psicólogos, suas instituições, suas teorias e técnicas, têm guardado para si um forte lugar de solução. É como solução que eles têm sido acionados historicamente. É como solução que eles gostam de cultivar sua auto-imagem. É como solução que eles são vistos e buscados socialmente.

Por outro lado, de certo modo, estamos propondo que esse conjunto de referência possa estar colocado como um programa teórico, que subsidie as explorações da realidade profissional dos psicólogos, para a análise das suas produções corporativas e dos seus percursos. Nos ensaios empíricos que já realizamos, e que não foram incorporados a essa tese por limitações em seu desenvolvimento e consistência, pudemos perceber que essas referências de pensamento que trabalhamos podem ser muito úteis para que a história dessa profissão, na sociedade brasileira, possa ser contada e analisada numa perspectiva clínica.

O rendimento apresentado por este programa pode ser muito útil para analisar a questão de como os psicólogos brasileiros estão enfrentando o desafio, quase impossível, de produção do *fechamento da sua profissão*. *Questões como a do (descontrole do crescimento dos seus integrantes, da dificuldade relacionadas com as limitadas possibilidades de intergerência da corporação nos processos da formação universitária e pós-graduada, dos novos integrantes ou do enfrentamento e as disputas com outros grupos profissionais* são exemplos onde a mera aplicação de referenciais teóricos, até hoje não utilizados, poderá mostrar eficiência. A análise do modo de funcionamento das instituições corporativas dos psicólogos, o modo peculiar de enfrentamento da discussão política, os esforços de legitimação institucional, entre outros elementos, relacionados como tarefas emergentes, sobre as quais pretendemos seguir trabalhando. Desse modo, mais do que nunca, esse estágio de trabalho significa muitas questões pessoais a serem enfrentadas na seqüência em futuras investigações.

Referências Bibliográficas

ADAIR, John G. Psychology in Canada In: ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicologia en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. p87-97

ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicologia en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. 388p.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: UNIMARCO Editora: EDUC, 1999. 137p.

ARANTES, Esther Maria de M. De “criança feliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché**: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.257-260.

AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 238 p.

BAREMBLIT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes** : teoria e prática 4ª ed. Rio de Janeiro : Ed. Rosa dos Tempos, 1998-a. 235p

------. Por uma nueva clínica para el poliverso “psy” In: **SaúdeLoucura** n° 5 – A clínica como ela é. São Paulo : Ed. HUCITEC, 1998-b.11-29

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, G. **A construção social da realidade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

BEZERRA Jr., Benilton. Naturalismo como anti-reducionismo: notas sobre cérebro, mente e subjetividade. **Cadernos IPUB**. Antropologia e história dos saberes psicológicos. Instituto de

Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ; IPUB. n.1 (1995). Quadrimestral. v.6. n.18. p. 158-177, 2000.

BLANCO ABARCA, Amalio. La Psicología en España : ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicologia en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. p317-329

BOCK, Ana Mercês Bahia. **As aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. 310 p

-----, **Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia**. São Paulo: EDUC: Cortez. [1997].

-----, História da organização dos psicólogos e a concepção de fenômeno psicológico. In: **Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. p.25-34.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Tradução Regina A. Machado. Organização Maria Andréa Loyola Leblond; Regina A. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 191p.(Biblioteca de Saúde e Sociedade, 5)

BONFIM, Elizabeth de Melo; CARNEIRO, Terezinha Feres; CAMPOS, Heloisa Helena de Freitas; DIAS, Maria da Graça Pós-Graduação em Psicologia no Brasil In CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia no Brasil: direções epistemológicas**. Brasília: CFP, 1995. p.111-150.

BOSI, Maria Lúcia Maranhães. **Profissionalização e conhecimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna**. Ed. Loyola, Unimarco Ed., São Paulo, 1998. 439p.

CALDERÓN JEMIO, René La Psicología en Bolivia In: ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicología en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. p47-66

CARRARA, Sérgio Luis. Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras (Notas preliminares de pesquisa). **Cadernos IPUB**. Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, p.113-129, 1997.

CARRARA, Sérgio Luis; MARTINS, Hildeberto Vieira. A sexologia e o mercado editorial no Rio de Janeiro de entre-guerras. **Cadernos IPUB**. Antropologia e história dos saberes psicológicos. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ; IPUB. n.1 (1995). Quadrimestral. v.6. n.18. p. 21-36, 2000.

CASTEL, Robert. A Psicanálise no campo das técnicas médico-psicológicas. Tradução M. T. da Costa Albuquerque. In: KATZ, Chaim S. (Ed.). **Psicanálise e Sociedade**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977. p.35-43.

-----, **A Ordem Psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. Tradução M. T. da Costa Albuquerque Rio de Janeiro: Graal – Biblioteca de Filosofia e História das Ciências,1978 p329

-----, **A Gestão dos Riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Tradução Celina Luz. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.198p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Revisão técnica Luis Roberto Salinas Fortes. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. 418p. (Rumos da Cultura Moderna, 52).

CASTRO,Orlando. **Deontologia** : Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Legislação Profissional, Goiânia, 1995

CERQUEIRA, Gisálio. (org.) **Crise na Psicanálise** Rio de Janeiro : Graal,1982

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999., p. 20-49

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. A produção de subjetividade nos anos 70 no Brasil e as práticas “psi”. In: SILVA FILHO, João Ferreira da; RUSSO, Jane Araújo. (Org.) **Duzentos anos de psiquiatria**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Editora da UFRJ, 1993. 182p. Trabalhos apresentados na Jornada de Psiquiatria do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

-----, **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

-----, Práticas “Psi” no Brasil do “Milagre”: algumas de suas produções. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché**: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 75-92.

COLLINS, Randall. Market closure and the conflict theory of the professions. In: BURRAGE, Michael; TORSTENDAHL, Rolf (Ed.). **Professions in theory and history**. London: Sage, 1990. p.24-43.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - **BOLETIM INFORMATIVO** - Ano II, nº 5, julho/agosto, 1978.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988. 297p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro**: construção de novos espaços. Campinas: Editora Átomo, 1992. 227p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro**: práticas emergentes e desafios para a formação. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. 310p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: legislação.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, n.8, 1999. 300p.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - **Uma profissão chamada Psicologia: CRP/06 : 20ANOS.** São Paulo, 1994. 198p.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais.** Rio de Janeiro: Revan, 2001. 192p.

DRAWIN, Carlos Roberto. Psicologia: Dialética da fragmentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988. cap.13, p.236-251.

-----, Psicologia: Perspectiva ou Impasse? In: Conselho Federal de Psicologia - **BOLETIM INFORMATIVO** - Ano II, nº 3, março/abril, 1978.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro, n.41, agosto 1983. 66p. (Antropologia. Nova Série).

-----, **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília: CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. 290p. (Antropologia Social).

-----, **Dois regimes históricos das relações da Antropologia com a Psicanálise no Brasil:** um estudo de regulação moral da Pessoa. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997a.

-----, Introdução: a análise da pessoa moderna pela história e etnografia dos saberes psicológicos. **Cadernos IPUB.** Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, p.1-10, 1997b.

-----, **A institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil (Rio de Janeiro):** uma contribuição à Antropologia da pessoa ocidental moderna. Projeto Integrado do CNPQ. Relatório narrativo de atividades, março 1996-março 1998.

-----, Método e ficção nas ciências humanas: por um universalismo romântico. In: : JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 53-66.

-----, História e etnografia dos saberes psicológicos. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES; Heliana de Barros Conde (Org). **Clio-psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. p.33-44.

-----, RUSSO, Jane Araújo. Institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil (Rio de Janeiro): uma contribuição `Antropologia da pessoa ocidental moderna. **Cadernos IPUB.** Instituto de Psiquiatria, 60 anos, 1938-1998. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, número especial, p.155-166, 1998.

DUBAR, Claude. **A socialização:** Construção das identidades sociais e profissionais. Porto-Portugal: Porto Editora, 1997, p. 132-141..

DUMONT, Louis. **O Individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. 283p.

-----, **Homo aequalis I:** L'idéologie allemande: France-Allemagne et retour. Paris: Éditions Gallimard, 1991. 245p.

-----, **Homo Hierarchicus:** O sistema das castas e suas implicações. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997. 412p. (Ponta, 6).

-----, **Homo aequalis:** gênese e plenitude da ideologia econômica. Tradução José Leonardo Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 282p. (Coleção Ciências Sociais).

DURAND, José Carlos Garcia. A serviço da coletividade – Crítica à Sociologia das Profissões. In **Revista de Administração de Empresas**, Vol.15 n° 06 1975 p59-69

ESCH, Cristiane Ferreira; JACÓ-VILELA, Ana Maria. A regulamentação da profissão de Psicólogo e os currículos de formação psi. In: **Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. p.17-24.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 201p.

-----, Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Org.). **Efeito PSI: A Influencia da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.(Psicanálise e Psicologia). p.131-149.

-----, (Org.). **Efeito PSI: A Influencia da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.181p. (Psicanálise e Psicologia).

FIGUEIREDO, ANA CRISTINA. **Estratégias de Difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Departamento de Psicologia, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1984.

-----, Psiquiatras, psicanalistas e psicólogos: o jogo profissional no campo “psi”. In: SILVA FILHO, João Ferreira da; RUSSO, Jane Araújo. (Org.) **Duzentos anos de psiquiatria**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Editora da UFRJ, 1993. 182p. Trabalhos apresentados na Jornada de Psiquiatria do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. p.53-58.

-----, Os PPPês: profissionais “psi” nos serviços de saúde mental. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org.). **Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Histórias da Psicologia no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. p. 103-116.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio Mendonça. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995. 151p.

-----, **Revisitando as Psicologias**: Da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, 1995. 97 p.

-----, **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 208p.

-----, **A invenção do psicológico**: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900). São Paulo: Educ, Editora da PUC-SP: Escuta, 1992. 184p. (Coleção Linhas de Fuga).

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Tradução de Lílían Rose Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. 99p. (Biblioteca Tempo Universitário, 11).

-----, **Problematização do Sujeito**: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 316p. (Ditos e Escritos, 1).

FREIDSON, ELLIOT. **Renascimento do profissionalismo**: Teoria, Profecia e Política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 85-210.

GARCIA-ROZA, L. A. **Um espaço de dispersão do saber**. Revista Rádice, Rio de Janeiro: Editora Bagaço Promoção e Publicidade, ano 2, n.4, 1977.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, 175 p.

----- ; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**.

GOMIDE, Paula Inês Cunha. A formação acadêmica :onde residem as suas deficiências In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988. cap.13, p.69-85.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 509p.

HILGARD, Ernest R. História da Psicologia: um panorama e avaliação crítica. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna**. Ed. Loyola, Unimarco Ed., São Paulo, 1998. p339-432.

HUGHES, E.C. **Men and their ework**, Glencoe, The Free Press, 2^a ed. 1976

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à Epistemologia da Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975. 174p. (Logoteca).

-----, **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1978. 262p.

-----, **A psicologia dos psicólogos**. Rio de Janeiro: Imago, 1979. 99p. (Coleção Psicologia Psicanalítica).

JAQUES, Elliot. Os sistemas Sociais como defesa contra a ansiedade persecutória e depressiva. In **Temas de Psicanálise aplicada** - s/d-s/e.

KATZ, Chaim Samuel. **Psicanálise e instituição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1977-a. 220p.

-----, **Psicanálise e Sociedade**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977-b.116p.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985. 112p.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 152p.

MACHADO, Maria Helena. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: **Profissões de saúde**: uma abordagem sociológica(Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, p. 13 – 31. 1995, 193 p.

MACIEL, Ira Maria. Um olhar sobre o ano de 1997: registros do informativo “Argumento” do CRP-05. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché**: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 181-192.

MANCEBO, Deise. Da psicologia aplicada à institucionalização universitária: a regulamentação da psicologia enquanto profissão. **Cadernos IPUB**. Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, p.161-177, 1997.

-----, Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché**: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 93-120.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000, 210 p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia** : com uma introdução à obra de Claude Levi-Strauss. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. 240p.1v.

MELLO, Sylvia Leser de. **Psicologia e profissão em São Paulo**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 1978. 152p. (Ensaio, 16).

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**. Tradução Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 277p. (Coleção Logos).

MUELLER, F.L. **A Psicologia Contemporânea**. Tradução de Maria Angelina Conde Rodo. [S.l.]: Publicações Europa-América, [19-]. 238p. (SABER).

NOGUEIRA, Carlos Murilo Frade e SOARES, Carmem Eleonôra Cavalcanti Amorim. **O Mercado de Trabalho no Brasil: Flexibilidade X Regulamentação – A Questão das Profissões-** (Brasília) Trabalho Apresentado ao IV Curso de Assessoria Parlamentar. Brasília, 1997.

PICK, Susan et GIVAUDAN, Martha. La Psicología en Mexico In: ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicología en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. p195-215

RAJCHMAN, John. Foucault: **A Liberdade da Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. 111p.

RODRIGUES, José Carlos. **O Corpo na História**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1999.

ROSAS, Paulo; ROSAS, Argentina ; XAVIER, Ivonete Batista. Quantos e quem somos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988. cap.13, p.32-48.

RUSSO, Jane Araújo. **O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993. 231p.

-----, Uma leitura antropológica do mundo “psi”. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Org). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 67-74.

-----, A psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira. **CADERNOS IPUB**. Antropologia e história dos saberes psicológicos. Rio de Janeiro: UFRJ; IPUB. n.1 (1995). Quadrimestral. v.6. n.18, p. 10-20, 2000.

RUSSO, Jane Araújo. **O mundo “psi” no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 89p.

SALEM, Tânia. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa. **Mana**. Estudos de Antropologia Social, PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro: UFRJ, p.75-94, abril 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Discurso sobre o objeto: uma poética do social**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria de Estado de Cultura, 1990. 109p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Editora Afrontamento, 1989. 199p.

SOARES, Antonio Rodrigues – História do Conselho. **Psicologia : Ciência e Profissão**. CFP – Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Edição Especial n° 0, p.7-58.1979

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros** – Identidade, povo e mídia no Brasil. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1999. 272p.

SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 13. n. 38, out. 1998

-----, **A Modernização Seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília UNB Editora, 2000, 275p.

SILVA, Alexandre Schreiner Ramos da. A “creança brasileira”, futuro da nação: infância, educação e higiene mental na Primeira República. **Cadernos IPUB**. Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil. Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, p.99-112, 1997.

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. **A emergência da cultura psicológica na Bahia**. 1995. 230p. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária)- Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia y cultura moderna**. Teoría Critica socialm en la era de la comunicación de masas. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana, 2002., 482 p.

TORRES, Irma Roca de La Psicologia en Puerto Rico In: ALONSO, Modesto M. (Ed.); EAGLY, Alice (Ed.Asoc.) **Psicologia en las Americas**. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología, 1999. p241-254

VELHO, Otavio. **Besta Fera** : recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. 250p.

WAIZBORT, Leopoldo. In: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia. **Idéias de Modernidade e Sociologia no Brasil**. Ed. da Universidade – EFRGS, Porto Alegre, 1999. p61-70.

WERTHEIMER, Michael. Pesquisa Histórica – Por que? In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna**. Ed. Loyola, Unimarco Ed., São Paulo, 1998. p21-42.

WITTER, Geraldina Porto; BASTOS, Antônio V. B.; BOMFIM, Elizabeth de Mello; GUEDES, Maria do Carmo. In: **Psicólogo Brasileiro** – Construção de Novos Espaços. Conselho Federal de Psicologia, Ed. Átomo, Campinas, 1992.